

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**CLAYTON HACKENHAAR**

**O integralismo em Santa Catarina  
e a tentativa de golpe de março de 1938**

**Porto Alegre, julho de 2019.**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

**O integralismo em Santa Catarina  
e a tentativa de golpe de março de 1938**

Tese final apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como exigência parcial para obtenção do título de Doutor em História Social, sob orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Carla Brandalise.

**Clayton Hackenhaar**

**Porto Alegre, julho de 2019.**

CIP - Catalogação na Publicação

Hackenhaar, Clayton  
O integralismo em Santa Catarina e a tentativa de  
golpe de março de 1938 / Clayton Hackenhaar. -- 2019.  
276 f.  
Orientadora: Carla Brandalise.

Tese (Doutorado) -- Universidade Federal do Rio  
Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Porto  
Alegre, BR-RS, 2019.

1. Integralismo. 2. Santa Catarina. 3. Disputas  
políticas. 4. Golpe de março de 1938. I. Brandalise,  
Carla, orient. II. Título.

Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os  
dados fornecidos pelo(a) autor(a).

*“A razão deve combater todos os fanatismos e que acima de todos os valores deve estar o homem, sobretudo enquanto ser de inteligência livre”.*

*Erasmus de Rotterdam  
O elogio da loucura*

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, à minha orientadora Carla Brandalise. Suas orientações, sugestões, perguntas, indagações, foram de extrema importância para a realização deste trabalho. Também gostaria de agradecer aos professores e funcionários do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Da mesma maneira, não poderia deixar de agradecer as valorosas críticas e indagações dos colegas e amigos que enriqueceram este trabalho.

Agradeço também aos professores Hélió Trindade, René Gertz, Adriano Duarte e Odilon Caldeira Neto pela participação na banca de defesa desta tese. Também deixo registrado o meu agradecimento aos funcionários do Arquivo Público do Estado de Santa Catarina, da Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina e do Arquivo Nacional no Rio de Janeiro. Agradeço em especial a Sabrina. Sua companhia, sua compreensão, seus conselhos, foram imprescindíveis para a realização deste trabalho.

## RESUMO

No ano de 1932, em meio à descrença com o liberalismo, ao avanço das ideias socialistas, e à ascensão de regimes e movimentos fascistas pelo mundo, surgiu no Brasil a Ação Integralista Brasileira (AIB). Esta organização, diretamente influenciada pelas ideias fascistas que circulavam pela Europa desde o começo do século XX, teve seus primeiros núcleos fundados em Santa Catarina no início de 1934. Neste estado a AIB se envolveu e participou ativamente das disputas políticas desde o seu surgimento, e por esse motivo foi alvo de ações de grupos que dominavam a política catarinense desde a instauração da república em nosso país. Devido ao seu sucesso e crescimento, assim como em virtude de seu maior contingente estar localizado nas chamadas ‘regiões coloniais’, foi constantemente acusada de estar em conluio com regimes extremistas internacionais e ser um disfarce para a entrada do nazismo em Santa Catarina. Esta tese procura investigar não só como o integralismo se desenvolveu em terras catarinenses, seu rápido crescimento e sucesso nas eleições municipais de 1936 pelo estado, mas também como essas disputas políticas em que os integralistas estavam envolvidos influenciaram no tratamento recebido por estes das autoridades estatais entre os anos de 1934 a 1938. Da mesma maneira se buscará perceber como o sucesso político da AIB em Santa Catarina e os seus embates políticos foram determinantes para as perseguições e prisões desencadeadas após a tentativa de um golpe de Estado articulado pelos Camisas-verdes em março de 1938.

**Palavras-chave:** integralismo – Santa Catarina – disputas políticas – golpe de março de 1938

## **ABSTRACT**

In 1932, amidst the disbelief in liberalism, the advance of socialist ideas, and the rise of fascist regimes and movements around the world, Brazil saw the emergence of the Brazilian Integralist Action (AIB in the Portuguese acronym). This organization, directly influenced by the fascist ideas that circulated in Europe since the beginning of the 20th century, established its first bases in the state of Santa Catarina in the beginning of 1934. In this state, the AIB became actively involved with and participated in political disputes since its inception, and for this reason it became a target of the groups that dominated the politics of Santa Catarina since the establishment of the republic in our country. Due to its success and growth, and because the largest concentration of its adepts was based in the so-called “colonial regions”, it was constantly accused of being in collusion with international extremist regimes and of being a disguise for the Nazis' entry into Santa Catarina. This dissertation aims to unpack not only how integralism was developed in Santa Catarina, its rapid growth and success in the municipal elections of 1936 across the state, but also how these political disputes in which the integralists were involved influenced the treatment received by them from the state authorities between the years 1934 to 1938. It also aims at understanding how the political success of the AIB in Santa Catarina and its political clashes were decisive for the persecutions and prisons unleashed after the coup attempt articulated by the Green Shirts in March of 1938.

**Keywords:** integralism - Santa Catarina - political disputes - March 1938 coup

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>09</b>
<b>CAPÍTULO 1– A política catarinense na década de 1930</b>	<b>30</b>
1.1 – O surgimento da Ação Integralista Brasileira em Santa Catarina	31
1.2 – Liberais, republicanos e integralistas	35
1.3 – A expansão do integralismo em Santa Catarina	47
1.4 – As eleições municipais de 1936	58
1.5 – Combatendo o integralismo a ferro e fogo	68
<b>CAPÍTULO 2 – Entre o apoio e a desilusão: o Estado Novo</b>	<b>90</b>
2.1 – A aproximação entre Getúlio Vargas e Plínio Salgado no ano de 1937	91
2.2 – O Estado Novo visto pelos integralistas	104
2.3 – Entre a aceitação, a repressão e o conflito	110
2.4 – O Estado Novo e os Camisas-verdes catarinenses	118
<b>CAPÍTULO 3 – O golpe integralista de março de 1938</b>	<b>135</b>
3.1 – As movimentações subversivas no Distrito Federal e em São Paulo	135
3.2 – As movimentações subversivas pelos estados brasileiros	144
3.3 – As movimentações subversivas em Santa Catarina: as primeiras informações e as investigações pelo estado	151
3.4 – As investigações no Vale do Itajaí	164
3.5 – Os diferentes caminhos da conspiração em Santa Catarina: os rádios-amadores do Paraná e a Marinha	191
<b>CAPÍTULO 4 – As conclusões das autoridades catarinenses e os julgamentos no Tribunal de Segurança Nacional</b>	<b>203</b>
4.1 – As conclusões dos delegados e da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina	203
4.2 – A apuração no Tribunal de Segurança Nacional	213
4.3 – Os julgamentos dos revoltosos catarinenses no Tribunal de Segurança Nacional	228
4.4 – Culpados ou inocentes?	239
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>243</b>
<b>ANEXOS</b>	<b>252</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>262</b>



## INTRODUÇÃO

A História Republicana do Brasil está repleta não só de tentativas de golpes de Estado<sup>1</sup>, assim como de mudanças de governo realizadas através de métodos inconstitucionais.<sup>2</sup> A década de 1930 foi um desses momentos de conspirações e ações para subverter a ordem constitucional instituída. Além dos movimentos que alcançaram seus objetivos em 1930 e 1937, realizados por Getúlio Vargas e seus aliados, os paulistas pegaram em armas em 1932, os comunistas em 1935 e os integralistas em 1938, por duas vezes.

A tentativa de golpe de Estado pelos Camisas-verdes em 10 de março de 1938, mais precisamente em Santa Catarina, é o tema deste trabalho. A produção historiográfica sobre o assunto, tanto em nível estadual como nacional, é reduzida. Existe grande número de trabalhos sobre a AIB em Santa Catarina,<sup>3</sup> contudo, nenhum analisa esse acontecimento especificamente, no qual se envolveram os adeptos do Sigma<sup>4</sup>. Numa perspectiva nacional, há os livros de Hélio Silva, *1938 – Terrorismo em*

---

<sup>1</sup> Segundo Norberto Bobbio (2003, p. 545), um golpe de Estado é “uma mudança no governo feita na base da violação da Constituição legal do Estado, normalmente de forma violenta, por parte dos próprios detentores do poder político”, ou ainda, “uma violação deliberada das formas constitucionais por um governo, uma assembleia ou um grupo de pessoas que detém algum tipo de poder ou autoridade”.

<sup>2</sup> Nossa República floresceu de um golpe militar liderado por Deodoro da Fonseca em 1889, seguido de uma dissolução do Congresso Nacional e da declaração de estado de sítio em 1891, por Floriano Peixoto. A chamada “revolução de 1930” foi mais uma tomada inconstitucional do poder, que garantiu a permanência de Getúlio Vargas no comando do Brasil após 1937 e o Estado Novo. Houve o golpe civil-militar de 1964, com a instauração de um regime ditatorial que durou mais de 20 anos. Em 2016 foi organizado um ataque ao Estado democrático de direito instituído pela Constituição Federal de 1988, quando Dilma Rousseff, líder do Executivo legitimamente eleita, foi deposta pelo Legislativo apoiado pelo Judiciário.

<sup>3</sup> Um dos primeiros trabalhos sobre o integralismo em Santa Catarina foi publicado por René Gertz – *O Fascismo no Sul do Brasil: germanismo, nazismo e integralismo* (1987); em 1998, Lauci Aparecida Cavalett defendeu a dissertação de mestrado intitulada *O Integralismo e o Teuto-brasileiro: Joinville – 1930-1930*; em 2000, Luís Felipe Falcão publicou o livro *Entre Ontem e Amanhã: diferença cultural, tensões e separatismo em Santa Catarina no século XX*, a partir de sua tese de doutorado; João Henrique Zanellato defendeu em 2007 a tese *Região, etnicidade e política: o integralismo e as lutas pelo poder no Sul catarinense na década de 1930*; em 2008, Giovanny Vianna defendeu sua dissertação *Orientar e disciplinar a liberdade: um estudo sobre a educação nas milícias integralistas – 1937/1945*; em 2011, Daniely Wendland apresentou a dissertação *Integralismo, Círculo Operário Católico e Sindicatos em Joinville (1931-1948)*. As pesquisas acima relacionadas analisaram os conflitos e as aproximações entre nazismo e integralismo, a maneira como o teuto-brasileiro se portava em relação ao integralismo, como a AIB se desenvolveu em Santa Catarina, a educação dos jovens “plinianos”, a busca pela legitimidade do movimento nos dogmas e no espiritualismo cristãos, assim como os conchavos entre integralistas, sindicalistas e representantes católicos de Joinville. Nenhum deles abordou o movimento subversivo de 10 de março de 1938 nem o respectivo processo enviado ao Tribunal de Segurança Nacional por Nereu Ramos.

<sup>4</sup> A décima oitava letra do alfabeto grego, Σ (Sigma), utilizada na matemática como representação de um somatório, foi escolhida como símbolo pela Ação Integralista Brasileira. No livro *O que é o Integralismo*

*campo verde* (1971), Edgar Carone, *O Estado Novo (1937-1945)* (1977) e a tese de Giselda Brito Silva, *A lógica da suspeição contra a força do Sigma* (2002). Os três autores abordaram a ação de 10 de março rapidamente, tendo investigado mais detidamente a segunda tentativa de golpe dos integralistas, em 10 de maio de 1938.

A ação malograda dos seguidores de Plínio Salgado em 10 de março de 1938 é nossa porta de entrada para compreender as disputas políticas em Santa Catarina naquela década. A partir de sua apuração e repressão são percebidos os interesses divergentes e os conflitos políticos no estado nas primeiras décadas do século XX – fossem estes partidários, étnicos, familiares, pessoais, regionais ou ideológicos. Nesse sentido, este trabalho busca elucidar o levante de 10 de março em meio à conjuntura nacional, evidenciando as lutas políticas entre a Ação Integralista Brasileira (AIB), o Partido Republicano Catarinense (PRC) e o Partido Liberal Catarinense (PLC) e entendendo de que forma tais disputas influenciaram sua realização, contenção e apuração. A intenção é perceber as possíveis conexões entre a intensidade da repressão aos integralistas e as disputas políticas catarinenses, principalmente no período constitucional de 1934 a 1937, quando os Camisas-verdes se organizaram no estado e passaram a ser vistos pelos liberais como ameaça ao seu projeto de poder. A partir das eleições municipais de 1936 e da grande vitória da AIB no estado, o governador Nereu Ramos<sup>5</sup> e os membros do Partido Liberal Catarinense não pouparam esforços para combatê-los, e as movimentações de março de 1938 forneceram a justificativa para uma investida ainda mais violenta contra os integralistas catarinenses.

---

(1933, p. 25), Plínio Salgado afirma que “o sinal que adotamos nos uniformes dos ‘Camisas-verdes’ e na bandeira do integralismo (Sigma), indica em matemática o símbolo do cálculo integral. Quer dizer que a nossa preocupação é somar tudo, considerar tudo, nem nos perdendo na esfera exclusivista da metafísica, nem nos deixando arrastar pela unilateralidade do materialismo”. Segundo Olbiano de Mello, chefe provincial do integralismo mineiro, em matéria publicada na edição do jornal *A Gazeta* de 15 de fevereiro de 1935, a ideia do Sigma como símbolo do movimento surgiu na segunda reunião do movimento aberta ao público em São Paulo. Na ocasião, Arthur Motta disse que “ele, matemático, bem compreendia que somente seria num Sigma político, formado por todos os valores diferenciais de Nação que o Brasil acharia salvamento”. Após a fala de Motta, Olbiano de Mello, Miguel Reale e outros, ao se encontrarem num café paulistano, abandonaram um símbolo no qual estavam trabalhando e “fixaram esta letra grega como a expressão integral do nosso pensamento doutrinário”.

<sup>5</sup>Nascido em Lages em 03 de setembro de 1888, Nereu Ramos formou-se em Direito na Faculdade de São Paulo em 1909. Foi eleito deputado estadual em 1911 e 1919. Em 1927, fundou o Partido Liberal Catarinense, uma das bases de sustentação do movimento de outubro de 1930 no estado. Deputado federal em 1930, perdeu seu mandato quando Getúlio Vargas tomou o poder, sendo novamente eleito para a Constituinte Federal em 1934. Em maio de 1935 elegeu-se governador do estado, permanecendo como Interventor Federal após a instauração do Estado Novo. Com o fim do regime varguista, foi eleito senador e deputado federal, simultaneamente, em 1946, ocupando o cargo de vice-presidente do Brasil. Foi o único catarinense a ocupar o mais alto cargo do Executivo nacional, assumindo temporariamente a presidência em 11 de novembro de 1955. In CÔRREA, Carlos Humberto. Nereu de Oliveira Ramos. *Os Governadores de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983, p. 266.

Desde a fundação da AIB, para além dos escritos e discursos dos chefes, seus adeptos demonstravam grande capacidade de mobilização e organização. Deixavam nítido, nos conflitos de rua, que estavam preparados para ações violentas e enfrentamento de seus desafetos políticos e mesmo a polícia. Com a proibição de partidos e de manifestações políticas públicas em novembro de 1937, o receio de que os Camisas-verdes pudessem realizar uma ação armada era perceptível nos jornais pelo Brasil afora. Foram noticiadas prisões de supostos conspiradores em Maceió<sup>6</sup>, tiroteios no Rio de Janeiro<sup>7</sup> e a existência de reuniões ilegais nas quais se conspirava contra o governo federal, com destaque à descoberta dos planos de um levante armado, prestes a irromper no país.<sup>8</sup>

Todas as “impressões”, “conspirações” e os “planos subversivos” noticiados desde antes a instauração do Estado Novo, de certa maneira se concretizaram em 10 de março de 1938, quando houve movimentações e ações armadas de integralistas pelo país. Curiosamente, pouco se falou sobre o assunto nos noticiários nos dias que o sucederam. O destaque foi dado à chegada de três submarinos brasileiros construídos na Itália e à ocupação da Áustria pela Alemanha nazista. Alguns jornais do Rio de Janeiro<sup>9</sup> publicaram breves menções a possíveis conflitos no país, mas sem mencionar qualquer ação armada de grandes proporções.<sup>10</sup> Segundo o Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Dulcídio Cardoso, tanto “em São Paulo, como no Rio e no resto do país a situação é de ordem perfeita e em plena e costumada eficiência se encontram os aparelhos garantidores de tal situação”.<sup>11</sup>

Em 17 de março de 1938, Francisco Campos, ministro da Justiça, emitiu uma nota à imprensa: “O governo vinha acompanhando, de algum tempo a esta parte, a atuação de elementos que, interessados em perturbar o ritmo das atividades no país, tentavam uma conspiração, com o intuito de alterar a ordem pública”, tendo realizado “as diligências necessárias, com a prisão dos elementos responsáveis”.<sup>12</sup> Após a nota, as capas dos principais jornais do país foram inundadas com notícias sobre “a frustrada

---

<sup>6</sup> Integralistas presos em Alagoas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1937.

<sup>7</sup> Dispararam numerosos tiros contra a polícia. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1938.

<sup>8</sup> Falta de ambiente. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 06 mar. 1938.

<sup>9</sup> *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Commercio* e *O Jornal*.

<sup>10</sup> O Coronel Dantas, interventor da Bahia, toma enérgicas providências contra o recrudescimento das atividades integralistas. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1938.

<sup>11</sup> Reina ordem em São Paulo. *O Radical*, Rio de Janeiro, 13 mar. 1938; Precauções tomadas pelas autoridades paulistas. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1938.

<sup>12</sup> Balas “Dum-Dum” e 3.000 punhaes Solingen. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

tentativa de subversão da ordem”, e como fora “sufocada em tempo a conspiração integralista” que pretendia “ensanguentar o Brasil”.<sup>13</sup> Segundo esses periódicos, em 10 de março, muitos Camisas-verdes se encontravam de prontidão pelo Brasil todo, aguardando o sinal para atacar quartéis, companhias de luz, prédios públicos, pontes, emissoras de rádio e postos telegráficos. As autoridades policiais asseguravam estar atentas a todas as movimentações, inteiradas das articulações subversivas, acompanhando-as com discrição e aguardando o momento certo de agir.

Em Santa Catarina, as primeiras notícias sobre os acontecimentos de 10 de março de 1938 foram divulgadas pelos jornais *O Estado*, *A Gazeta* e *Diário da Tarde*, em 14 e 15 de março. Segundo *O Estado*, fora descoberto um plano subversivo de fundo integralista no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, tendo as autoridades policiais desses dois estados realizado “prisões de vários implicados no movimento, que estão depondo no inquérito que foi aberto e a respeito do qual, por enquanto, não conseguimos informações oficialmente exatas”.<sup>14</sup> Conforme *A Gazeta* de 15 de março de 1938, em Santa Catarina,

os elementos da Ordem Política e Social, tem desenvolvido nestas últimas 24 horas, em nosso Estado, uma grande atividade, efetuando a captura de várias pessoas que parecem estar implicadas no vasto plano subversivo, de caráter integralista, descoberto no Rio Grande do Sul. Os detidos estão sendo interrogados, nada transpirando, porém, dos resultados desses interrogatórios.<sup>15</sup>

Quando vieram a público as notícias sobre o movimento subversivo dos Camisas-verdes pelo país, *A Notícia*, de Joinville comunicava que “com relação ao estado estavam aguardando um pronunciamento das autoridades”,<sup>16</sup> da mesma forma que *A Imprensa*, de Tubarão, informava que “em nosso estado a Segurança Pública fez,

---

<sup>13</sup> Notícias sobre o golpe integralista publicadas em alguns jornais no dia 18 de março de 1938: A rebelião dos integralistas seria um verdadeiro massacre. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro; Frustrada uma tentativa de subversão da ordem. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro; Sufocada em tempo a conspiração. *O Radical*, Rio de Janeiro; Movimentadas diligências em torno da AIB. *O Jornal*, Rio de Janeiro; Momentos antes de explodir, foi desarticulada a revolução integralista. *Folha da Noite*, São Paulo.

<sup>14</sup> A atividade policial. *O Estado*, Florianópolis, 14 mar. 1938.

<sup>15</sup> A polícia está agindo. *A Gazeta*, Florianópolis, 15 mar. 1938.

<sup>16</sup> A ordem não será perturbada: desfazendo as articulações que se processavam – punindo com rigor todos os culpados. *A Notícia*, Joinville, 18 mar. 1938

por sua vez, várias prisões, prosseguindo nas suas ativas diligências, a fim de apurar as responsabilidades dos implicados na trama do fracassado movimento”.<sup>17</sup>

O primeiro jornal catarinense a fornecer informações sobre as movimentações no interior do estado foi o *Correio do Povo*, de Jaraguá do Sul. Na edição de 19 de março de 1938, o periódico informava aos jaraguenses que no dia 10, “os elementos da extinta Ação Integralista se mobilizaram, às duas horas da tarde, em oito diferentes pontos do município, esperando a ordem de marcha sobre a vila”.<sup>18</sup> Em 22 de março de 1938, *O Estado* publicou sua primeira notícia informando sobre os acontecimentos de 10 de março. Segundo o jornal da capital catarinense, no dia 11 de março, já se sabia em Brusque “da intentona preparada pelos integralistas”, onde suspeitos de participarem das movimentações subversivas foram presos e ouvidos pelas autoridades policiais locais e enviados para Florianópolis.<sup>19</sup> Em 26 de março de 1938, o *Correio do Povo*, de Jaraguá do Sul, trouxe mais detalhes sobre os acontecimentos neste município, divulgando os nomes de alguns dos 100 presos e seus locais de encontro.<sup>20</sup>

A partir de informações colhidas nos jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro, *O Estado* expôs, em 29 de março, seu descontentamento em relação às investigações policiais no estado catarinense. Segundo o periódico, “correspondentes de agências telegráficas são, entretanto, mais felizes do que nós. Não sabemos por que canais conseguem eles detalhes como os que se seguem, e que encontramos em jornais cariocas”.<sup>21</sup> Essa falta de notícias “oficiais” sobre a situação em Santa Catarina também chamou a atenção do periódico carioca *O Jornal*. Este, em 23 de março de 1938, informava que a polícia catarinense “se mostra reservadíssima em torno das diligências”, diferentemente dos órgãos de repressão “de outros estados, que vêem nos jornais um elemento de cooperação”.<sup>22</sup>

Apesar das queixas do *O Estado* e do *O Jornal*, em 03 de abril de 1938, *O Radical* informava que

---

<sup>17</sup> O fracassado movimento integralista. *A Imprensa*, Tubarão, 19 mar. 1938.

<sup>18</sup> Queriam fazer mais uma... *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 19 mar. 1938.

<sup>19</sup> A conspiração integralista. *O Estado*, Florianópolis, 22 mar. 1938.

<sup>20</sup> A sinistra conspiração integralista: queriam ensanguentar o solo brasileiro. *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 26 mar. 1938.

<sup>21</sup> O caso integralista. *O Estado*, Florianópolis, 29 mar. 1938.

<sup>22</sup> Repressão as atividades integralistas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, p. 5, 23 mar. 1938.

em Florianópolis, como nos demais pontos do estado de Santa Catarina, como é sabido, os integralistas haviam conseguido se infiltrar mais do que em qualquer estado brasileiro, tendo feito os prefeitos dos principais municípios, como, por exemplo, Blumenau, Joinville, Hamônia, Timbó, Rio do Sul, Brusque, Jaraguá, São Bento, etc. Assim sendo, foram justamente nestes municípios em que as autoridades policiais empreenderam suas mais demoradas diligências, tendo conseguido efetuar prisões de numerosos Camisas-verdes, além de copiosa documentação e material de guerra”.<sup>23</sup>

Antes mesmo do final das investigações e da divulgação do inquérito policial ficava claro para os órgãos de imprensa de Santa Catarina e da capital federal que as diligências, além de sigilosas, estavam concentradas nas regiões do Vale do Itajaí e Nordeste catarinenses,<sup>24</sup> nas cidades governadas por prefeitos integralistas anteriormente Estado Novo.

O silêncio das autoridades públicas quanto a escolha dos locais onde as diligências policiais foram mais demoradas nos levam a pensar não somente sobre a repressão de ações integralistas, mas também de que forma esta aconteceu nas diferentes regiões do estado. Por que foi mais demorada e sigilosa em algumas cidades de Santa Catarina do que na maior parte do país? O que existia nessas cidades que levava à necessidade de investigações mais rigorosas? Quais os possíveis interesses das pessoas envolvidas na apuração desses fatos? Como foram conduzidas essas ações policiais? Por quais motivos o governo catarinense não via nos órgãos de imprensa aliados na apuração dos fatos, diferentemente do que ocorria em outros estados brasileiros?

Nas cidades que tiveram prefeitos integralistas antes do Estado Novo, havia grande número de adeptos do Sigma. Entretanto, a repressão nesses locais faz pensar em outros motivos, pois todos os integralistas eleitos em 1936 foram depostos em novembro de 1937. Ou seja, essas cidades já estavam sob o controle de políticos liberais indicados por Nereu Ramos em março de 1938. Dessa forma, cabe investigar se tais apreensões não foram superestimadas para legitimar determinadas ações

---

<sup>23</sup> A fracassada intentona integralista alastrava-se por vários estados. *O Radical*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1938.

<sup>24</sup> Segundo o recenseamento nacional realizado em 1940, estas regiões de Santa Catarina eram compostas pelos municípios de Blumenau, Joinville, Itajaí, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Rio do Sul, São Bento do Sul, Brusque, Gaspar, Hamônia, Rodeio, Indaial e Timbó. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil – Série Regional – Parte XIX – Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

governamentais. É preciso, assim, compreender as movimentações que culminaram no 10 de março de 1938 pelo país e os seus desdobramentos em Santa Catarina, a partir do contexto local, pois disputas e especificidades políticas, étnicas, econômicas, sociais e culturais catarinenses davam novos tons aos acontecimentos nacionais e velhas cores aos fatos locais. O procedimento das autoridades policiais em algumas cidades provavelmente não era apenas uma reação aos acontecimentos de março de 1938, mas uma ação que, para além de combater elementos subversivos, possuía nítidos interesses políticos de Nereu Ramos e seus aliados. O fato pode ter representado a oportunidade que o interventor catarinense esperava para dismantelar de vez a AIB em terras catarinenses.

Convém destacar que Nereu Ramos já se encontrava em atrito com os Camisas-verdes desde quando assumiu o governo do estado, em maio de 1935. As relações de Ramos com os adeptos do Sigma tornaram-se mais tensas e violentas após as eleições municipais de março de 1936, visto que três integralistas perderam suas vidas em confrontos com policiais antes de 10 de novembro de 1937, dois em outubro de 1936 e um em agosto de 1937. Tais disputas políticas anteriores ao regime estadonovista tinham relação direta com os conflitos violentos entre policiais e integralistas em Santa Catarina, mas também influenciaram a intensidade da repressão em março de 1938. Desse modo, uma das hipóteses desenvolvidas neste trabalho é que o levante subversivo de 10 de março de 1938 proporcionou uma oportunidade para que o grupo político do interventor catarinense atacasse determinados grupos e seus círculos de relações.

Mesmo considerando os possíveis interesses envolvidos nas investigações policiais pelo país, é necessário considerar que parte dos integralistas já não estava satisfeita com os rumos tomados pelo Estado Novo e com tratamento a eles dispensado. Plínio Salgado, em conversas com Francisco Campos e Getúlio Vargas, concedeu seu apoio à instauração do novo regime em troca da manutenção da AIB e de um lugar de destaque no governo.<sup>25</sup> Tendo seu pedido aceito, o chefe integralista organizou uma marcha na capital federal, em 1º de novembro de 1937, manifestando apoio ao governo.<sup>26</sup> Contudo, após o pronunciamento de Vargas em 10 de novembro de 1937,

---

<sup>25</sup> Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas – 28 jan. 1938. In: SILVA, 1971, p. 368.

<sup>26</sup> Desfile integralista assistido pelo presidente Vargas. *A Gazeta*, Florianópolis, 03 nov. 1937; Os integralistas saúdam ao presidente liberal-democrata. *O Estado*, Florianópolis, 03. nov. 1937. Segundo Hélio Silva (1971, p.131) e Ivan Alves (1982, p.99), 50 mil milicianos desfilaram no Rio de Janeiro no

Plínio Salgado e muitos de seus adeptos se sentiram enganados e perceberam a repressão contra seu movimento.

Muitas das ações subversivas dos integralistas pelo Brasil podem ser entendidas pelo pequeno espaço a eles concedido no novo governo. Além disso, sentiram-se traídos quando do fechamento de seu partido e suas sedes por aqueles que haviam tomado o poder com o seu apoio. Essa insatisfação e as subsequentes alianças políticas ganham novos contornos se percebidas nas especificidades locais e estaduais, nas relações com os interventores, a cultura e a economia regionais. A compreensão dos embates e das aproximações regionais entre políticos, industriais, comerciantes e integralistas fornece novas chaves interpretativas, não só para a análise do golpe de março de 1938, como também para os diferentes níveis de repressão, investigação e violência pelo país.

Todavia, para que tal objetivo seja alcançado, primeiramente, faz-se necessário entender o surgimento, a atuação e a difusão da AIB em Santa Catarina. Assim, este trabalho também busca elucidar as relações dos integralistas com a política local na década de 1930 e compreender a instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937, os posicionamentos de seus apoiadores e opositores. Torna-se assim possível uma análise não apenas do regime estadonovista, mas igualmente da ação subversiva dos Camisas-verdes, a repressão a eles por Nereu Ramos e os interesses do Partido Liberal Catarinense na apuração, julgamento e prisão dos envolvidos. É imprescindível a compreensão de como uma organização, surgida em 1932, adquiriu força e reconhecimento nacional tão rapidamente, tendo se tornado um dos principais agentes políticos do país em apenas seis anos.

A criação do integralismo e seu sucesso no Brasil devem ser entendidos a partir das transformações sociais, políticas e econômicas nacionais e mundiais das primeiras décadas do século XX, um contexto de cultura política autoritária<sup>27</sup>. Nesse início de

---

começo de novembro de 1937. José Nilo Tavares (1982, p. 212) fala em 40 mil pessoas desfilando, enquanto Stanley Hilton (1977, p. 55) diz que esse número não chegou aos 17 mil.

<sup>27</sup> O termo *cultura política autoritária* pode ser entendido a partir da junção de dois conceitos: *cultura política* e *autoritarismo*. Por cultura política entendemos os valores, as tradições, as práticas, as representações políticas que as pessoas trazem consigo. São todos esses fatores que, associados à esfera cultural de um grupo, influenciam escolhas políticas a partir de leituras comuns do passado e experiências compartilhadas. Desse modo, o conceito de cultura política permite a formulação de interpretações que não levem somente em consideração os interesses e vantagens pontuais nas adesões políticas, mas também a influência dos sentimentos, das paixões e dos valores partilhados por determinado grupo, classe, etnia, região, estado ou país (Cf. ALMOND; VERBA, 1989; BERSTEIN, 1998; BOBBIO, 1998; RENNO, 1998; DUTRA, 2001; MOTTA, 2009 e 2013). Por sua vez, o conceito de autoritarismo é compreendido como a negação da igualdade entre os homens, no qual ganham destaque os princípios da



século, a Primeira Guerra Mundial<sup>28</sup>, a Revolução Russa<sup>29</sup> e a quebra da bolsa de valores de New York levaram a questionamentos sobre a organização social liberal-democrática e à ascensão de ideias autoritárias de direita pelo mundo. De certa maneira, podemos dizer que se generalizou uma desconfiança em relação à capacidade do liberalismo de solucionar os problemas econômicos e sociais, conter as agitações populares e o avanço do socialismo. As ideias de igualdade social tornaram-se alvo de críticas constantes. No início do século XX, a democracia liberal e a soberania popular passaram a ser consideradas as grandes mentiras propagadas pelo mundo após 1789.

Entre as décadas de 1910 e 1920, alguns eventos como a fundação do Partido Comunista Brasileiro, as greves operárias, as revoltas tenentistas e a Semana de Arte Moderna de 1922 foram responsáveis por mudar a maneira pela qual muitos brasileiros enxergavam a realidade social, pois vieram acompanhados pelo aumento das agitações sociais e reivindicações populares por mudanças políticas, sociais, econômicas e institucionais. Foi nesse contexto de mudanças e de avanço das demandas por uma maior participação popular que um espectro político de direita surgiu no Brasil. Uma corrente de pensadores autoritários composta por Alberto Torres, Oliveira Vianna, Francisco Campos, Azevedo Amaral, Farias Brito, Jackson Figueiredo e Alceu Amoroso Lima disseminava tais ideias. Estes intelectuais da Primeira República tinham atração por teorias que exaltavam o papel das elites e o caráter irracional das massas. Por esse motivo, um de seus maiores adversários foi a Constituição de 1891 e seu liberalismo-democrático, visto como “uma doutrina exótica, inaplicável à realidade brasileira” (FAUSTO, 2001, p. 52). Para esses pensadores, os homens eram desiguais

---

hierarquia, da ordem e da harmonia. A sociedade e os indivíduos são considerados desiguais por natureza, resultado de uma “vontade divina” que justificaria a hierarquização, a obediência e a consequente exclusão da maior parte da população dos centros decisórios políticos e econômicos. A liberdade de expressão, pensamento e mobilização sofrem restrições, assim como movimentos sociais, partidos políticos e sindicatos são silenciados, pois representam o conflito social e a desordem (BOBBIO, 1998, p. 94). Conforme Wanderley Guilherme dos Santos (1988), o autoritarismo é uma fórmula para impedir que o conflito político institucionalizado permita um ajuste entre o governo (*polis*) e a sociedade (*demós*), o qual, através de uma contínua reestruturação da sociedade, pode reduzir ou aumentar as disparidades socioeconômicas e criar um novo sistema de governo que amplie o acesso da sociedade a este e limite a interferência da *polis* na *demós*. Para Boris Fausto (2001), o autoritarismo pode ser entendido como uma restrição à mobilização das massas, em que a sociedade consegue manter uma relativa independência em relação ao Estado, que tolera uma esfera privada de pensamento e de crença. Independente dos autores e das definições de autoritarismo, ao que parece, o cerne desse conceito está na ideia de desigualdade, no medo das agitações sociais e do aumento da participação política nas esferas do Estado das classes populares. No caso do integralismo, essa cultura política autoritária surgida na Primeira República forneceu a base de maturação e reflexão de toda a sua ideologia, e, de certa maneira, facilitou a aceitação das ideias do Sigma por grande parte da população brasileira.

<sup>28</sup> MOTTA, 2003.

<sup>29</sup> REIS FILHO, 2003.

por natureza, e tal situação legitimaria não só os direitos de uns e os deveres de outros, mas também a hierarquia social, a negação dos princípios liberais-democráticos, a necessidade da ordem e da disciplina para a harmonia social e, mais que tudo, a condução do país pelas elites.

Conforme Bolivar Lamounier (1977), os princípios básicos desse pensamento autoritário durante a Primeira República eram o fortalecimento do poder estatal, a concepção orgânica da sociedade, a tecnocracia, a harmonia social, a desmobilização política da população, a recusa aos partidos políticos, o paternalismo e o elitismo. Nessa perspectiva, os princípios de igualdade, cidadania e universalidade eram entendidos como imposições de ideias estrangeiras sem sintonia com a realidade de nosso país. Assim, a ditadura seria o regime ideal para o Brasil, pois era necessária uma modernização de cima para baixo, que construísse uma nação e uma identidade nacional a partir de uma elite estatal esclarecida. A democracia liberal europeia ou estadunidense não casaria com o Brasil.

Para Boris Fausto (2001), esses pensadores não possuíam um discurso homogêneo, mas sim pontos em comum como o autoritarismo, o elitismo, a defesa da ordem, da hierarquia e o ódio à Revolução Francesa. O aumento das manifestações populares por direitos trabalhistas, políticos e sociais no começo do século XX e o medo dos conflitos sociais reforçavam ainda mais a crítica à democracia liberal e a alienação e irracionalidade das “massas”. Estas deveriam a todo custo ser afastadas dos centros de decisão e participação política e econômica. Para Alberto Torres e alguns de seus contemporâneos, a implantação de regimes de força eram muitas vezes necessidades históricas,<sup>30</sup> decorrentes de convicções de pensamento, principalmente no caso do Brasil, onde o liberalismo do início do século XX estaria “associado às práticas oligárquicas, que pressupunham a fraude eleitoral, a escassa participação política da população e o controle do país pelos grandes estados” (FAUSTO, 2000, p. 14). Entretanto, nenhum daqueles intelectuais defendia abertamente a superioridade dum regime autoritário, apenas afirmavam que “a necessidade de tal regime, nos tempos em que viviam, decorria do fato de que o passado histórico brasileiro não gerara uma

---

<sup>30</sup> Em seu discurso radiofônico na noite de 10 de novembro de 1937, no qual informou e justificou perante os brasileiros a instauração da ditadura estadonovista, Getúlio Vargas declarou que “as exigências do momento histórico e as solicitações do interesse coletivo reclamam, por vezes, imperiosamente, a adoção de medidas que afetam os pressupostos e convenções do regime, os próprios quadros institucionais, os processos e métodos de governo”. Cf. VARGAS, s/d, p. 19.

sociedade solidária e articulada, sendo as fórmulas políticas liberais uma aberração diante desse quadro” (FAUSTO, 2001, p. 45).

Esse pensamento autoritário que se configurou na Primeira República, que remontava aos tempos do Império e às preocupações de Tavares Bastos, Joaquim Nabuco e Sílvio Romero, tinha, segundo Bolívar Lamounier (1977, p. 371), “em vista a ação política, com evidente intenção de influir sobre os acontecimentos”, pois era visível na estrutura narrativa dessa “tradição de pensamento [...] o objetivo de persuadir as elites políticas e culturais da época”. Após a crise mundial de 1929 e a revolução de 1930 “o pensamento autoritário ganhou considerável prestígio e os principais ideólogos da corrente tiveram papel significativo na criação de instituições e na vida política em geral” (FAUSTO, 2001, p. 20).

Pode-se dizer que essa cultura política autoritária da Primeira República é “uma construção intelectual que sintetiza e dá direção prática a um clima de ideias e de aspirações políticas de grande relevância nas últimas décadas do século XIX e na primeira metade deste [XX]”, se configurando como “uma resposta bastante específica aos problemas da organização do poder no país”. De certa maneira, esses “críticos autoritários da Primeira República” serviram “como veículo para assimilação de diversas correntes de pensamento antiliberais por parte das elites culturais do país”, condensaram toda uma “reação filosófica ao iluminismo e ao utilitarismo”, mas principalmente ao liberalismo da Constituição de 1891 (LAMOUNIER, 1977, p. 385). No caso do integralismo, essa cultura política autoritária surgida durante a Primeira República forneceu a base de maturação e reflexão de toda a sua ideologia, foi uma das principais inspirações de seus líderes, e, de certa maneira, facilitou a aceitação das ideias do Sigma por grande parte da população brasileira.

Para alguns pesquisadores, não apenas o Brasil, mas toda a América Latina sofre de alguns problemas que facilitam o aparecimento de instabilidades políticas, pensamentos e governos autoritários. Para Claudia Wassermann (2013, p. 180), estes pensamentos autoritários surgiram no continente americano a partir dos processos de independência no início do século XIX e disseminaram a ideia de que a maioria dos americanos abaixo do Rio Grande “não está preparada para a democracia”. De certa maneira, tais ideias foram um mecanismo das antigas elites coloniais agrário-exportadoras, desejosas de manter seu poder após o rompimento com as metrópoles

européias e de se inserirem no sistema capitalista internacional. Esses anseios elitistas de poder e integração no mercado vieram acompanhados de um aparato repressivo que visava excluir os setores populares da participação política e barrar a implantação de políticas públicas que os favorecessem. Conformou-se uma cultura política autoritária, desde as independências de países latino-americanos, de exclusão política, cultural, social e econômica da maior parte da sociedade.<sup>31</sup>

Em conluio com o Estado, a Igreja e instituições de ensino, as elites coloniais buscaram imprimir na sociedade uma ideia de nação que beneficiasse seus interesses. Levaram esse discurso autoritário a outras parcelas da população, que, por medo das agitações sociais, da perda do *status quo* ou pela vontade de ascensão social, passaram a corroborar tais pensamentos. Não foram raros os momentos nos quais as elites latino-americanas utilizaram meios coercitivos e inconstitucionais para alcançar seus propósitos, não hesitando em fazer uso da violência para impor sua vontade. A ascensão desses pensamentos autoritários na América Latina deve ser pensada como contenção das agitações e da participação popular nos centros decisórios, visando a manutenção de privilégios de determinadas classes sociais.<sup>32</sup> Muitos setores das sociedades latino-americanas, que consideram as reivindicações populares como ameaçadores, não hesitam em clamar pela imposição da ordem e da autoridade, pelo fim da ameaça social por meio de um Estado forte que favoreça o desenvolvimento das relações sociais de dominação capitalista (O'DONNELL, 1990).

No século XIX, essa ideologia autoritária assumiu a forma de racismo em alguns países latino-americanos, como no Brasil, Argentina e México, por meio de uma oposição entre brancos-europeus e índios-negros-mestiços. No começo do século XX, esse autoritarismo se transforma, principalmente após a Primeira Guerra Mundial, num nacionalismo antiliberal, elitista, avesso ao movimento operário e ao internacionalismo soviético; é influenciado pelo fascismo italiano e pelo nazismo alemão, defendendo a intervenção do Estado na economia e a eliminação dos conflitos sociais e agitações populares pela força. A cultura política autoritária latino-americana buscou barrar a participação popular na política e a “ameaça” que a “antiga criadagem dos tempos

---

<sup>31</sup> Cf. BOOTH; SELIGSON, 1984; TIANO, 1986; OCHOA, 2003; HERNÁNDEZ, 2008; BETANCES, 2008; PONTE, 2010; VALEJOS, 2013; FRANCO, 2013.

<sup>32</sup> Cf. ARENDT, 1989; BOBBIO, 1998; ONORO, 2012.

coloniais” e os “subversivos operários comunistas” ofereciam às relações sociais estabelecidas. (WASSERMANN, 2013, p. 180).

Perceber os motivos que levaram camadas sociais desiguais, em diferentes países da América Latina, em variados contextos sociais, culturais e históricos, a procurar soluções autoritárias para seus problemas é uma árdua tarefa. Uma maneira de se entender essas escolhas e sua aceitação social é perceber as possibilidades de participação política e econômica dos atores sociais envolvidos, os períodos e as razões de determinadas agitações sociais, as diferenças culturais regionais, os níveis educacionais, as permanências, as tradições e a dispersão desse autoritarismo (O’DONNELL, 1986; 1990).

No caso de Santa Catarina, tais fatores são peças importantes para elucidar a grande aceitação do Sigma, visto que o integralismo significou uma possibilidade de participação política a muitos que não se consideravam representados pelos tradicionais partidos políticos catarinenses. É inegável que a existência de uma cultura política no Brasil que defendia a concentração do poder, o autoritarismo, a ordem e a hierarquia, que criticava a democracia liberal, os partidos, os sindicatos e as reivindicações populares, facilitou a aceitação de ideias fascistas e a ascensão dos integralistas. É preciso levar em consideração o grande peso dessa cultura política autoritária na sociedade brasileira, a qual ainda hoje exerce influência nos posicionamentos políticos dos brasileiros e facilita a aceitação de discursos preconceituosos, elitistas e antidemocráticos.

Nesse cenário de mudanças é que surgiu AIB, influenciada por uma cultura política autoritária e por movimentos de caráter fascista,<sup>33</sup> com os olhos e ouvidos

---

<sup>33</sup> É necessário fazer referência as influências que os integralistas receberam de alguns movimentos nacionalistas e radicais de direita que surgiram no Brasil. No ano de 1922 surgiu influenciada pela Marcha sobre Roma aquela que se pode considerar a primeira organização fascista do Brasil, a Legião Cruzeiro do Sul, seguida da Ação Social Nacional em 1924. Convém destacar que antes de 1922 já haviam aparecido grupos influenciados pelo nacionalismo emergente no mundo após a Primeira Guerra Mundial, como a Liga de Defesa Nacional e a Liga Nacionalista, fundadas no ano de 1916. Entretanto, nenhum desses movimentos conseguiu muito destaque e duração (Cf. BERTONHA, 2014). Os movimentos que influenciaram mais diretamente os Camisas-verdes apareceram no final dos anos 20 e começo dos 30, como a Ação Imperial Patrimonista Brasileira. Esta defendia uma organização neomonarquista católica e corporativista, que restaurasse uma monarquia tradicional, não a do Brasil imperial, e a posição de destaque do catolicismo em todos os aspectos da vida social. Da mesma forma, podemos citar a Ação Social Brasileira, fundada no começo da década de 1930, que foi uma tentativa de formação de um partido fascista no Brasil que pretendia lutar pelo fortalecimento material, intelectual e moral do Brasil, dentro de um regime corporativo e cristão, realizando pela razão ou pela força os atos indispensáveis ao seu projeto de sociedade. O Partido Nacional Sindicalista, pensado por Olbiano de

atentos a guerras, revoluções e crises pelo mundo. Dessa maneira, para entendermos não só o sucesso do integralismo, como os acontecimentos de março de 1938 em Santa Catarina, é necessário levar em consideração as possibilidades de participação política e econômica dos atores sociais envolvidos, ou seja, seu contexto local, assim como as questões étnicas que influenciaram conflitos e disputas. Tais aspectos podem auxiliar na compreensão não só das movimentações subversivas, mas também como se sucederam determinadas políticas.

Para responder a todas as questões que este trabalho se propõe, utiliza-se uma grande quantidade de documentos históricos. Estes podem ser entendidos como registros do passado, indícios da existência humana que auxiliam os historiadores na construção de suas narrativas sobre a vida de seus antepassados. Segundo Jacques Le Goff (1990, p. 540), um documento histórico, é “tudo que pertencendo ao homem, depende do homem, serve o homem, demonstra a presença, a atitude, os gostos e as maneiras de ser do homem”. É tudo aquilo que pode evocar o passado, eternizar uma recordação, seja escrito, ilustrado, musicado, desenhado, construído, transmitido pela oralidade ou de qualquer outra maneira. Porém, apesar de evidências da existência e da vida de seres humanos, é sempre necessário destacar que todo registro histórico é produzido a partir das relações de força vivenciadas em determinados grupos sociais ou sociedades, e que muitos indícios do passado preservados são escolhas de certos indivíduos. Qualquer registro histórico “tem um autor ou autores, é dirigido a um indivíduo ou a uma coletividade, sua gênese está datada de um lugar e de um tempo e se produz por alguma razão contida em seu texto” (BELLOTTO, 2002, p. 36).

Todo documento é, antes de qualquer coisa, “o resultado de uma montagem, consciente ou inconsciente, da história, da época, da sociedade que o produziu, mas também das épocas sucessivas durante as quais continuou a viver, talvez esquecido, durante as quais continuou a ser manipulado, ainda que pelo silêncio” (LE GOFF, 1990, p. 548). Todos os registros históricos, sejam eles quais forem, devem ser questionados, criticados, analisados e nunca interpretados a partir de uma ideia de neutralidade,

---

Melo em 1931, que não saiu do papel devido à adesão deste a AIB, teve os planos de organização política mais elaborados, os quais forneceram as bases organizacionais para o surgimento do integralismo. (Cf. TRINDADE, 1979). Todos esses movimentos autoritários de direita que antecederam o integralismo não tiveram muita projeção nem adesão de simpatizantes, não passaram de pequenos grupos com reduzida duração. Contudo, foram os precursores no Brasil da sistematização e divulgação de ideias de direita e movimentos inspirados nos fascismos europeus, os quais influenciaram Plínio Salgado, seus seguidores e o surgimento da Ação Integralista Brasileira.

autenticidade ou verdade, pois “contextualizar o documento que se coleta é fundamental para o ofício do historiador” (BACELLAR, 2005, p. 63).

Entre os documentos que compõem a presente pesquisa historiográfica se encontra um dos fatores referentes à sua originalidade: o processo enviado por Nereu Ramos, interventor catarinense, ao presidente Getúlio Vargas e ao Tribunal de Segurança Nacional no Rio de Janeiro, com o inquérito da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina sobre os acontecimentos de 10 de março de 1938. Segundo minhas pesquisas, tanto o processo quanto a ação subversiva no estado ainda não foram analisados por historiadores. Dessa forma, o caráter inédito desta pesquisa se apresenta também nesse documento, composto por mais de mil páginas, com o depoimento de 69 pessoas suspeitas de participação nas movimentações integralistas de março de 1938, testemunhas de acusação e defesa, além das conclusões dos delegados de polícia encarregados da investigação.

Para Heloísa Bellotto (2002, p. 35), documentos de natureza jurídica, como processos criminais, “refletem no ato escrito as relações políticas, legais, sociais e administrativas entre o Estado e os cidadãos”, podendo auxiliar na compreensão de motivações e condutas adotadas por determinados agentes sociais. Por conta dessa natureza jurídica e seu aspecto oficial, tais documentos trazem as intenções de juízes e do Estado. Contudo, para Oliveira e Silva (2005, p. 252), processos criminais não devem ser compreendidos apenas como expressão do Estado, pois se faz necessário ponderar sobre “os filtros que a justiça impõe, mas não se deve considerar que a narrativa não contenha o modo como determinada pessoa vivencia sua realidade. O processo contém formulações dos diversos segmentos envolvidos e não apenas a do Estado”. Assim, a análise desses processos torna possível a compreensão de “como as pessoas percebem elas e os outros, definindo-se e posicionando-se no espaço social [...] permite a percepção do que está informando a ação e o posicionamento das pessoas enfocadas” (GRINBERG, 2009, p. 247). Para Boris Fausto (1984, p. 21), um

processo penal como documento diz respeito a dois “acontecimentos” diversos: aquele que produziu a quebra da norma legal e um outro que se instaura a partir da atuação do aparelho repressivo. Este último tem como móvel aparente reconstituir um acontecimento originário, com o objetivo de estabelecer a “verdade” da qual resultará a punição ou absolvição de alguém.

Partindo dessa ideia, poderíamos considerar que todos os depoimentos que integram um processo criminal são ficções, pois “o objetivo primeiro da produção do documento não é reconstituir um acontecimento, mas buscar ou produzir uma verdade, acusando e punindo alguém. Nessa perspectiva, todos os depoimentos seriam ficções, papéis desempenhados por personagens, cada qual procurando influenciar o desfecho da história” (GRINBERG, 2009, p.127).

No caso da reconstituição de um ‘acontecimento originário’ em Santa Catarina, materializado no processo penal enviado pelas autoridades policiais catarinenses ao Tribunal de Segurança Nacional, devemos ter claro que os integralistas e os liberais eram inimigos políticos declarados. Essa oposição política, que muitas vezes fugiu ao campo da oratória e do debate de ideias, gerando mesmo assassinatos, pode ter levado a deturpações ou coações nos depoimentos colhidos pelos delegados de polícia, em sua maioria liberais nomeados pelo interventor catarinense Nereu Ramos. Dessa forma, ao historiador interessado em pesquisar processos criminais é obrigatório saber “trabalhar com as versões, perceber a forma como elas são construídas. Analisar como os diversos agentes sociais apresentam diferentes versões para cada caso e ficar atento, principalmente, às narrativas que se repetem, às histórias nas quais as pessoas acreditam e àquelas nas quais não se acredita” (GRINBERG, 2009, p. 128).

É sempre importante lembrar que a maioria desses depoimentos do processo analisado neste trabalho foi obtida em instituições policiais e órgãos estatais, comandados por membros ou simpatizantes do Partido Liberal Catarinense – não se pode descartar a prática de torturas físicas e psicológicas. É preciso relativizar determinados depoimentos e as conclusões de agentes policiais, pois os interesses das autoridades podem ter certa influência na escrita, ou ‘materialização’, do depoimento. Segundo Keila Grinberg (2009, p. 128), “o que nos interessa é o processo de transformação dos atos em autos, sabendo que ele é sempre a construção de um conjunto de versões sobre um determinado acontecimento”. Devemos ler o processo em suas entrelinhas e relacioná-lo com outras fontes para compreender a tentativa de golpe integralista de março de 1938 em Santa Catarina, seu planejamento, sua execução, e os interesses dos atores sociais envolvidos na realização, apuração e julgamento de tal ‘acontecimento originário’.



Jornais são igualmente utilizados nesta análise, fossem vinculados ou não aos integralistas, entre os anos de 1932 e 1938, publicados em Santa Catarina e no restante do país. Dos periódicos em circulação no estado catarinense durante a década de 1930, foram pesquisados *O Estado*, *A Gazeta*, *República* e o *Flamma Verde* de Florianópolis; *O Libertador* e *O Pharol* de Itajaí; o *Jornal de Joinville*, *A Notícia* e o *Anauê* de Joinville; *A Cidade de Blumenau*; o *Jaraguá* e o *Correio do Povo* de Jaraguá do Sul; e o *Correio do Sul* de Laguna. A escolha desses jornais não foi aleatória e buscou atentar para as cidades do estado onde o integralismo possuía um número de adeptos considerável, com participação nas disputas políticas. Estas publicações forneceram mais detalhes e diferentes perspectivas quanto aos embates entre a Ação Integralista Brasileira, o Partido Liberal Catarinense e o Partido Republicano Catarinense em cada região do estado, a partir de suas especificidades e os interesses em disputa. Sua análise visa também perceber os discursos elaborados em Santa Catarina sobre os acontecimentos políticos locais a partir das escolhas partidárias e políticas de seus proprietários.

Por esse motivo, optou-se por trabalhar com jornais catarinenses declaradamente integralistas, como o *Anauê*, o *Flamma Verde* e o *Jaraguá*, com simpatizantes do Sigma (*O Pharol* e o *Correio do Sul*), mas também com órgãos de comunicação ligados aos republicanos, como *O Estado*, *Correio do Povo* e *A Cidade de Blumenau* e aos liberais, como o *República*. São utilizados periódicos que se autointitulavam independentes, “sem quaisquer ligações partidárias”,<sup>34</sup> mas que combatiam a AIB em determinadas situações, dependendo do contexto político estadual. São fundamentais para construirmos uma narrativa sobre a situação política no estado entre os anos de 1934 a 1937 e para esclarecermos a trajetória da Ação Integralista Brasileira e a sua relação com os Partidos Republicano Catarinense e Liberal Catarinense, já que a bibliografia ainda não se ateve ao tema de uma maneira detalhada.

Como é necessário entender essa conjuntura numa perspectiva nacional, são utilizados igualmente os periódicos *Diário Carioca*, *O Jornal*, *Jornal do Commercio*, *O Radical* e *Diário de Notícias* do Rio de Janeiro; o *Correio Paulistano*, *Folha da Manhã*

---

<sup>34</sup> O jornal *A Gazeta* trazia diariamente na sua primeira página, junto ao número da edição, à data e ao nome do proprietário e diretor responsável, Jairo Callado, a seguinte frase: “Sem quaisquer ligações políticas”. Contudo, após uma rápida olhada no jornal, é perceptível que este possuía laços políticos com diferentes pessoas e partidos, sendo que a intensidade dessa proximidade variava conforme seus interesses e a conjuntura política do estado.

e *Folha da Noite* de São Paulo; o *Correio do Paraná* de Curitiba; *A Ordem* do Rio Grande do Norte; *O Combate* e *O Imparcial*, ambos do Maranhão; *A Razão* do Ceará e o *Diário de Pernambuco*. Essa comparação entre os jornais de diferentes partes do Brasil e os de Santa Catarina permite encontrar possíveis excessos nas ações de autoridades públicas e identificar regiões e estados onde as diligências policiais fugiram da normalidade e, em alguns casos, esconderam interesses políticos dos interventores e de partidos contrários aos Camisas-verdes.

Os periódicos impressos passaram a ser utilizados como fontes de pesquisa histórica no Brasil a partir dos anos 1970. Até esse momento, eram vistos com desconfiança pela historiografia brasileira, sendo que “não era nova a preocupação de se escrever a História da imprensa, mas relutava-se em mobilizá-los para a escrita da História por meio da imprensa” (LUCA, 2005, p. 111). Segundo Pierre Bourdieu (1997, p. 24), a dificuldade de se trabalhar com jornais e meios de comunicação de uma maneira geral estaria no fato de que eles podem

paradoxalmente, ocultar mostrando, mostrando uma coisa diferente do que seria preciso mostrar caso se fizesse o que supostamente se faz, isto é, informar; ou ainda mostrando o que é preciso mostrar, mas de tal maneira que não é mostrado ou se torna insignificante, ou construindo-o de tal maneira que adquire um sentido que não corresponde absolutamente à realidade.

Para Luiz Alberto Grijó (2017, p. 167), tal fato aconteceria claramente no Brasil, onde “os espaços de produção midiáticos” mantêm uma relação “simbiótica” com a política partidária e a economia. Em nosso país, as empresas jornalísticas nunca conseguiram controlar o que produzem e como produzem. Encontram-se geralmente atreladas a diferentes lógicas, sendo “complicado nesse contexto separar no jornalismo aquilo que é propriamente jornalismo daquilo que é pura e simplesmente política, ideologia ou interesse econômico” (GRIJÓ, 2017, p. 167). Algumas vezes, o que é mostrado num periódico como opinião objetiva pode trazer boa dose de inverdades. A narrativa dos fatos pode ser construída de modo a levar o leitor a uma conclusão consoante com os interesses do jornal, que, em determinadas circunstâncias, distorce não só a realidade como a vontade da maioria. Ainda mais no contexto da década de 1930, quando os jornais brasileiros declaravam e defendiam abertamente seu posicionamento político.

Ao trabalharmos com periódicos, devemos deixar de lado esse empolgante – porém muitas vezes improdutivo – debate sobre as questões referentes à neutralidade e à objetividade dessa fonte histórica, nos concentrando numa crítica adequada deste documento. Mais que sabermos se as reportagens e as visões de mundo veiculadas nos jornais são “verdadeiras” ou “mentirosas”, se estão “certas” ou “erradas”, é necessário contextualizá-las, criticar suas informações, perceber os interesses políticos, econômicos, culturais e intelectuais envolvidos em sua produção. Todos esses fatores podem, em certos momentos, valorizar determinado fato e, em outros, ignorá-lo. De acordo com Tania Regina de Luca (2005, p. 139), é inegável que “a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que se elegeu como digno de chegar até o público”.

Segundo Cláudio Pereira Elmir (2012, p. 78), a imprensa escrita pode ser utilizada para fins de pesquisa de diversas maneiras, porém, duas merecem atenção especial: a primeira, tomando-a como fonte de informação, e a segunda, como objeto intelectual de pesquisa. Neste trabalho, os periódicos são abordados como fonte de informação sobre o surgimento e a expansão da AIB em Santa Catarina e no Brasil, mas também como veículos nos quais os diferentes grupos políticos expressavam seus interesses, conflitos, divergências, alianças, valores e ideias. Dessa forma, além de fontes para coleta de dados, os jornais são entendidos como empreendimentos que congregam diferentes indivíduos unidos em torno de um objetivo comum, difundido a partir da palavra escrita (LUCA, 2005). Devemos ter sempre claro que “o discurso jornalístico se apresenta nas sociedades contemporâneas, não apenas como emissor de informações, mas como uma das mais destacadas instâncias organizadoras do social, o que inclui a definição sobre o que deve ser lembrado ou esquecido” (LOHN, 2012, p. 123).

A presente tese está dividida em quatro capítulos. No primeiro, nossa atenção se concentra no surgimento do integralismo em Santa Catarina e sua rápida expansão pelo estado. Quando e onde surgiram os primeiros núcleos são questões difíceis de serem respondidas, porém, podemos levantar algumas hipóteses sobre o início do movimento, seu crescimento e boa recepção. A AIB nas regiões coloniais de Santa Catarina e o desempenho dos Camisas-verdes nas eleições municipais de 1936 são abordados nesse capítulo, da mesma forma que os conflitos com liberais e republicanos. Em decorrência dessas vitórias eleitorais em 1936, os adeptos do Sigma atraíram como adversários

políticos grupos que disputavam o controle de Santa Catarina desde a proclamação da república em 1889, concentrados nos meados da década de 1930 no Partido Liberal Catarinense e no Partido Republicano Catarinense. Os seguidores de Plínio Salgado passaram a ser acusados por jornais, funcionários públicos e autoridades de apologia aos fascismos europeus, propagando ideologias extremistas contrárias à nação brasileira. Tornaram-se alvos de ações violentas de policiais e administradores municipais a serviço do governo estadual. Tais disputas e acusações levaram a perseguições, prisões, violências e mortes de integralistas antes mesmo de março de 1938.

O segundo capítulo busca analisar como os Camisas-verdes catarinenses receberam a notícia da instauração do Estado Novo e se articularam a partir do contexto local. Sabe-se que de uma maneira geral, os principais dirigentes do integralismo sentiram-se enganados por Getúlio Vargas e seu regime, visto que o haviam apoiado em troca da garantia de que seu movimento não seria incomodado. Dessa maneira, com a dissolução dos partidos políticos em 02 de dezembro de 1937 e o consequente encerramento da AIB, alguns integralistas buscaram se vingar do presidente da república através de ações subversivas, métodos inconstitucionais, antidemocráticos e violentos. Em Santa Catarina, as reações dos integralistas foram variadas, mas de certa maneira foram pacíficas. Existiam aqueles que desejavam tomar o poder a força, enquanto outros defendiam uma aceitação do novo regime. Os motivos que levaram os integralistas catarinenses a adotarem posicionamentos contraditórios com relação ao Estado Novo, Getúlio Vargas, e principalmente Nereu Ramos, também são analisados neste capítulo.

Na noite de 10 de março de 1938, segundo informações de jornais e relatos de autoridades policiais, centenas de integralistas encontravam-se de prontidão em algumas cidades catarinenses para iniciar um movimento subversivo. Por mais que essa ação possa ter sido superestimada pelas autoridades policiais e pelos órgãos estatais, sabe-se que integralistas estariam organizados, à espera de novidades do Rio de Janeiro, visto que, desde o final de fevereiro, circulavam boatos por todo o território nacional em relação a um inevitável golpe de Estado liderado pelos Camisas-verdes, o qual poderia acontecer a qualquer momento. O terceiro capítulo busca elucidar tal acontecimento a partir do inquérito policial instaurado pela Força Pública de Santa Catarina. Objetiva-se perceber como essas ações se desenvolveram, compreendendo detalhes dos

planejamentos, das movimentações, em que cidades aconteceram, quais pessoas estavam envolvidas, as motivações e os interesses desses subversivos.

Por fim, pretende-se esclarecer como a repressão policial, a investigação e o julgamento de ação integralista aconteceram em Santa Catarina e no Tribunal de Segurança Nacional. O quarto capítulo investiga a apuração desse movimento: como se realizaram as diligências policiais, como ocorreram às prisões, os motivos alegados, quem foi preso, condenado ou absolvido, como se desenvolveram os interrogatórios, as confissões, o trabalho de investigação, e principalmente, o julgamento do processo pelos juízes do TSN. Nossa atenção se concentra na ação das autoridades policiais, nos possíveis excessos nas investigações motivados pela situação política catarinense anterior a 10 de março de 1938 e na maneira como os juízes do TSN analisaram o caso, nas duas audiências que ocorreram no Rio de Janeiro. É muito provável que estas antigas disputas tenham influenciado as repressões, determinando como, quando e quem seria acusado, investigado e considerado culpado de conspirar contra o Estado nacional; e quais os possíveis beneficiados, politicamente e economicamente, por essas ações do interventor de Santa Catarina. Assim, respondendo essas questões, será possível compreender melhor as relações entre a atuação de autoridades governamentais e as disputas políticas anteriores a instauração do Estado Novo.

## CAPÍTULO 1 – A POLÍTICA CATARINENSE NA DÉCADA DE 1930

Ao pesquisador interessado em compreender o surgimento do integralismo em Santa Catarina apresentam-se alguns problemas relacionados ao acesso a fontes históricas. A maioria de seus documentos, atas, livros e revistas foram apreendidos pelos órgãos de repressão do Estado Novo, não sendo possível localizá-los atualmente nos arquivos públicos do estado. Já os que não tiveram tal fim foram incendiados ou destruídos por seus detentores, na ânsia de se desfazer de qualquer vestígio que indicasse filiação ou simpatia pelo movimento de Plínio Salgado após novembro de 1937, mas, principalmente, a partir das ações armadas de 10 de março e 10 de maio de 1938. Como no caso de Romeo Boiteux Piazza, integralista de Brusque, o qual disse às autoridades policiais de Santa Catarina, em 18 de março de 1938, que no dia 15 de março de 1938 havia jogado todo o acervo do subnúcleo de Nova Trento na privada.<sup>35</sup>

As principais, e possivelmente únicas, informações sobre a criação dos primeiros núcleos integralistas em terras catarinenses aparecem nos jornais. Em Santa Catarina existiram tanto periódicos vinculados ao movimento noticiando seu surgimento e difusão,<sup>36</sup> como adversários acompanhando seu avanço.<sup>37</sup> Seja na imprensa integralista, na ‘sem ligações partidárias’, na simpatizante ou na opositora, as notícias sobre a fundação de núcleos e subnúcleos integralistas em Santa Catarina aparecem seguidamente a partir de 1934.

Neste primeiro capítulo, nossa atenção estará relacionada ao surgimento do integralismo em Santa Catarina e a sua rápida expansão pelo estado. Quando e onde surgiram os primeiros núcleos são questões difíceis de serem respondidas, porém, podemos levantar algumas hipóteses sobre o início do movimento e o seu

---

<sup>35</sup> (Arquivo Nacional/RJ, Fundo Tribunal de Segurança Nacional, Série Apelação, Caixa 8, Processo nº 175/526. BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175. P. 256.

<sup>36</sup> O primeiro jornal integralista produzido em Santa Catarina surgiu em Joinville, em 14 de julho de 1934, com o nome de *Anauê*. Esse ano também viu o aparecimento de outro periódico ligado aos Camisas-verdes, *Jaraguá*. No ano de 1935 surgiram em Blumenau o *Alvorada*, em Florianópolis o *Flama*, o *Mocidade* em Lages, em Laguna o *Sul do Estado* e o *Pliniano* em Joinville. Já em 1936 surgiram o *Flamma Verde* em Florianópolis e o *Die Zukunft* em Joinville (FALCÃO, 2000). Ainda segundo Falcão, *O Pharol* de Itajaí, *O Progresso* de Brusque, o *Jornal de Joinville*, o *Joinvilenser Zeitung* e o *Blumenauer Zeitung* não eram jornais integralistas, mas apoiavam os Camisas-verdes. Zanellato (2011, p.11) inclui como simpatizantes da AIB o *Correio do Sul* e o *Albor*, ambos de Laguna, e Cavalett (1998, p. 70), *A Vanguarda* de São Francisco do Sul.

<sup>37</sup> Em Florianópolis tínhamos *O Estado*, *República* e *A Gazeta*; em Joinville *A Notícia*; em Blumenau *A Cidade de Blumenau* e em Itajaí *O Libertador*. Biblioteca Pública de Santa Catarina. *Catálogo de Jornais Catarinenses 1831-2013*. Florianópolis: FCC, 2014.

desenvolvimento pelo estado. O grande desempenho dos Camisas-verdes nas eleições municipais de 1936 será abordado nesse capítulo, assim como essas vitórias levaram a conflitos destes com liberais e republicanos. Uma das hipóteses deste trabalho é que em decorrência dessas vitórias eleitorais em 1936, os adeptos do Sigma atraíram como adversários políticos grupos que disputavam o controle de Santa Catarina desde a proclamação da república em 1889, concentrados nos meados da década de 1930 no Partido Liberal Catarinense e no Partido Republicano Catarinense. Os seguidores de Plínio Salgado passaram a ser acusados pelos jornais, industriais, funcionários estatais e autoridades públicas de apologia aos fascismos europeus e de propagarem ideologias extremistas contrárias a nação brasileira. Tornaram-se alvos de ações violentas de policiais e administradores municipais a serviço do governo estadual. Tais disputas e acusações levaram a perseguições, prisões, violências e mortes de integralistas antes mesmo da instauração do Estado Novo e de março de 1938.

### **1.1– O surgimento da Ação Integralista Brasileira em Santa Catarina**

O jornal *O Estado*, no começo da década de 1930 ligado ao Partido Republicano Catarinense, noticiou em sua edição de 05 de março de 1934 a fundação em Florianópolis do triunvirato da AIB em Santa Catarina, o qual era composto por Othon Gama D'Eça, Antônio Bottini e Carlos Seara, e a abertura de núcleos em Itajaí, Camboriú e Lages.<sup>38</sup> Essa informação contradiz o jornal *O Pharol*, pois este em sua edição de 12 de janeiro de 1935 convidava os integralistas de Itajaí a comemorarem o aniversário de um ano do primeiro núcleo instalado em Santa Catarina, fundado neste município em 13 de janeiro de 1934.<sup>39</sup> Ou seja, segundo *O Pharol*, o núcleo de Itajaí havia iniciado as suas atividades no mínimo dois meses antes do anunciado pelo *O Estado*.

A notícia sobre a criação de um triunvirato do Sigma em Florianópolis nos primeiros dias de março de 1934 também foi publicada no jornal *A Notícia*<sup>40</sup> de Joinville. Neste município se realizou uma reunião na Liga das Sociedades, em 11 de

---

<sup>38</sup> Ação Integralista Brasileira. *O Estado*, Florianópolis, 05 mar. 1934.

<sup>39</sup> Um ano de integralismo. *O Pharol*, Itajaí, 12 jan. 1935. Este jornal não aderiu abertamente ao integralismo, porém foi um simpatizante do movimento, realizando constantemente elogios a Plínio Salgado e seus adeptos em suas páginas.

<sup>40</sup> O triunvirato da “Ação Integralista”. *A Notícia*, Joinville, 07 mar. 1934.

maio de 1934, na qual foi abordada a criação do primeiro núcleo.<sup>41</sup> O jornal *Anauê*, o primeiro periódico integralista de Santa Catarina, afirmava em sua edição de 11 de agosto de 1934 que o núcleo de Joinville teria sido fundado em abril de 1934,<sup>42</sup> e em 25 de agosto de 1934 enumerava as cidades em que o Sigma já estava organizado: Blumenau, Araranguá, Lages, Campo Alegre, São Bento, Jaraguá, Rio do Sul, Itajaí, Brusque, São Francisco do Sul e Mafra.<sup>43</sup>

A partir das informações contidas nos jornais é praticamente impossível estabelecermos datas específicas para o surgimento e a fundação dos primeiros núcleos da AIB pelo estado. Ao que tudo indica, a única certeza existente nessas fontes se refere à fundação do triunvirato integralista em Santa Catarina, pois, segundo *O Estado*, sediado em Florianópolis, e *A Notícia*, de Joinville, tal fato teria acontecido entre os dias 04 e 06 de março de 1934. Já para o núcleo de Joinville possuímos duas datas diferentes: segundo o *Anauê* esta cidade teve seu primeiro núcleo instalado em abril de 1934, enquanto para *A Notícia*, este foi fundado no começo de maio de 1934. Para Itajaí também podemos observar informações contrastantes: *O Estado* afirma que o primeiro núcleo nesta cidade foi fundado em março de 1934, enquanto *O Pharol* convidava a todos em 1935 para comemorar o aniversário de um ano do núcleo local, fundado, segundo este periódico de Itajaí, em 13 de janeiro de 1934.

Com a impossibilidade de afirmar com exatidão quando os primeiros núcleos do estado foram fundados, o que se pode perceber nas notícias estampadas nos jornais catarinenses em 1934 é como a fundação destes acontecia. Eram organizadas Bandeiras Integralistas, também chamadas Caravanas Integralistas, que partiam de cidades com núcleos integralistas já estabelecidos para fundá-los em municípios onde estes ainda não estavam instalados. Estas Caravanas, conforme Leandro Pereira Gonçalves (2007, p. 67), possuíam “como objetivo a doutrinação, a divulgação e a propagação da ideologia integralista pelo Brasil”. Dessa forma, de Itajaí partiram Caravanas que fundaram o núcleo de Brusque em 01 de setembro de 1934,<sup>44</sup> e os núcleos de Tijucas e Itapema em 17 de novembro de 1934.<sup>45</sup> Do município de Joinville, em 09 de setembro “um numeroso grupo de integralistas seguirá pelo trem da tabela, em carro especial, até

---

<sup>41</sup> Ação Integralista. *A Notícia*, Joinville, 12 maio 1934.

<sup>42</sup> Como se desenvolveu o integralismo em Joinville. *Anauê*, Joinville, 25 ago. 1934.

<sup>43</sup> Integralismo. *Anauê*, Joinville, 25 ago. 1934.

<sup>44</sup> O integralismo em Brusque. *Anauê*, Joinville, 01 set. 1934.

<sup>45</sup> Ação Integralista. *Anauê*, Joinville, 17 nov. 1934.



Jaraguá, onde tomará parte das solenidades de instalação do núcleo local”,<sup>46</sup> assim como, em 06 de outubro de 1934, “caso as dificuldades que hora existem – greve dos ferroviários – tenham desaparecido, um numeroso grupo de integralistas joinvillenses seguirão até Hansa, onde irão instalar o subnúcleo daquele distrito”.<sup>47</sup>

Da Capital do estado também partiram Caravanas como aquelas que fundaram os núcleos de Palhoça e Santo Amaro em 01 de setembro de 1934,<sup>48</sup> e em 17 de outubro de 1934 organizaram o primeiro núcleo de Laguna.<sup>49</sup> Durante a fundação dos núcleos eram realizadas palestras e cerimônias, intercaladas por churrasco e feijoada, seguidas algumas vezes por bailes. Segundo Giovanni Viana (2008, p.105.), as Caravanas, as festas e os eventos “eram lugares de socialização ideológica, onde os integralistas de todas as idades confraternizavam e faziam propaganda do seu movimento, tanto pela própria presença e comportamento, quanto pelos discursos e atividades executadas”.

Divergências com relação a dados, datas e acontecimentos, não são exclusividade de jornais. A produção historiográfica sobre a AIB em Santa Catarina ainda não chegou a um consenso sobre onde e quando foi fundado o seu primeiro núcleo. Segundo uma carta apreendida pelas autoridades estaduais catarinenses, publicada na obra *O Punhal Nazista no Coração do Brasil*, produzida pela Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina no ano de 1943, existiriam em janeiro de 1934 o núcleo de Itajaí e 26 “grupos de localidade” no estado.<sup>50</sup> Carlos Lenzi, em seu livro publicado no ano de 1983, *Partidos Políticos em Santa Catarina*, apenas afirma que o movimento integralista foi “semeado” em terras catarinenses no começo do ano de 1934, sem fornecer maiores detalhes e referências.

No ano de 1985, Walter Piazza escreveu no *Dicionário Político de Santa Catarina* sobre a organização de núcleos integralistas no Vale do Itajaí nos primeiros

---

<sup>46</sup> Núcleo de Jaraguá. *Anauê*, Joinville, 09 set. 1934.

<sup>47</sup> Núcleo de Hansa. *Anauê*, Joinville, 06 out. 1934.

<sup>48</sup> Caravana Integralista. *A Gazeta*, Florianópolis, set. 1934.

<sup>49</sup> Ação Integralista Brasileira – Província de Santa Catarina. *A Gazeta*, Florianópolis, 22 out. 1934.

<sup>50</sup> A carta escrita por Ewald Baericke em 25 de fevereiro de 1934, apreendida pelas autoridades estaduais, na qual estaria presente a informação de que no final de janeiro havia sido fundado um núcleo em Itajaí, e que ao término de fevereiro já existiam 26 grupos de integralistas pelo estado, pode ser verdadeira. Por mais que tal carta faça parte de um livro escrito por autoridades policiais, desejosas de legitimar suas ações violentas contra determinadas pessoas e grupos nas décadas de 1930 e 1940 em Santa Catarina, o grande inimigo em 1943 era a suposta invasão nazista nas regiões coloniais do estado, e não mais o integralismo. Por esse motivo, acredito que deturpações e modificações de documentos aconteceram na escrita desse livro, mas tal informação sobre a fundação do primeiro núcleo da AIB em Santa Catarina não teria nenhuma relevância naquele momento, tampouco alterá-la ou deturpá-la legitimaria algo. Ou seja, caso o missivista não estivesse ludibriando seu amigo na carta com tais fatos, é muito provável que a fundação desse núcleo integralista em Itajaí no mês de janeiro de 1934 aconteceu.

meses de 1934, mais precisamente nos municípios de Joinville, Blumenau e Itajaí, sendo o núcleo de Florianópolis criado posteriormente, em abril de 1934. Contudo, Piazza não fornece as referências e as fontes de onde coletou tais informações. René Gertz, em seu livro de 1987 *O Fascismo no Sul do Brasil*, menciona que os primeiros núcleos, tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina, começaram a se organizar a partir do primeiro semestre de 1934. Segundo informações colhidas por ele no jornal *Blumenauer Zeitung*, em terras catarinenses o primeiro núcleo da AIB foi organizado em abril de 1934 em Florianópolis, liderado por Othon Gama D’Eça, Antônio Portini e Carlos Seabra.

Por sua vez, Celso Martins, ao publicar a biografia de um militante comunista catarinense, representante classista na Assembleia Constituinte de 1933, intitulada *Os comunas – Álvaro Ventura e o PCB catarinense*, cita que o integralismo foi fundado no início de março de 1934 por Olímpio Mourão Filho, Othon Gama D’Eça, Antônio Bottini e Carlos Sada. Entretanto, não revela a fonte que lhe possibilitou realizar determinada afirmação. No ano de 1998, Luiz Felipe Falcão concluiu sua tese de doutorado, *Entre ontem e amanhã – diferença cultural, tensões e separatismo em Santa Catarina no século XX*, na qual afirma, mesmo sem especificar a fonte, que em janeiro de 1934, um pequeno grupo de homens fundou um núcleo integralista em Itajaí.

Mesmo com todas essas diferentes informações disponibilizadas nos jornais e nas pesquisas acadêmicas, o que todos esses autores concordam, e é inegável, é o surgimento dos primeiros núcleos integralistas em Santa Catarina no primeiro semestre de 1934. O aparecimento desses núcleos em Santa Catarina, como afirma Walter Piazza (1985, p. 16), tem relação com o Primeiro Congresso Integralista de Vitória, realizado no final de fevereiro de 1934,<sup>51</sup> no qual foram estipuladas as bases organizacionais do movimento e se incentivou a expansão dos Camisas-verdes pelo país. Entretanto, uma hipótese que não se deve descartar, defendida por alguns autores aqui mencionados, apesar da falta de evidências que comprovem tal afirmação, está relacionada ao surgimento de núcleos integralistas no estado antes desse congresso no Espírito Santo. Como o integralismo surgiu em outubro de 1932 em São Paulo,<sup>52</sup> certamente suas ideias

---

<sup>51</sup> Conforme Silvia Ackermann (2010, p. 390), ainda não se sabe ao certo os motivos que levaram a Capital do Espírito Santo a sediar o Primeiro Congresso Integralista Brasileiro. Algumas hipóteses indicam que Madeira de Freitas, médico e escritor capixaba que aderiu ao integralismo, foi o responsável pela escolha de Vitória.

<sup>52</sup> O surgimento da AIB no Brasil está associado à fundação do jornal *A Razão* e a *Sociedade de Estudos Políticos* (SEP). O periódico surgiu em janeiro de 1931 no município de São Paulo, e se tornou um dos

circularam pelo país logo após sua fundação, provavelmente chegando a terras catarinenses antes de fevereiro de 1934.

Conforme Leandro Pereira Gonçalves (2010, p. 278), “a partir de 1932, a AIB desencadeou um dos maiores movimentos de massa já vistos no Brasil”, o qual representou um canal de expressão e participação política para muitos brasileiros, nas mais diferentes regiões do país, que não viam seus interesses contemplados nos tradicionais partidos políticos, ou naqueles que se diziam novos após 1930, mas que ainda eram controlados pelos mesmos grupos e oligarquias que detinham o poder durante a Primeira República. Por esse motivo, não se pode duvidar que algumas pessoas, como o pequeno grupo de Itajaí, fundassem um núcleo em janeiro de 1934, antes do congresso de Vitória, ou mesmo que já se reunissem para debater sobre a doutrina do Sigma no ano de 1933, pois ela pode ter representado uma possibilidade de ação política fora dos tradicionais moldes e controles que marcavam a República brasileira desde sua instauração em 1889.

## 1.2 – Liberais, republicanos e integralistas

No final de 1934 existiam núcleos integralistas em todas as regiões do estado, e era perceptível que o Sigma estava angariando simpatias de muitos catarinenses, inclusive daqueles que não aderiram publicamente ao movimento. Contudo, foram nas regiões do Vale do Itajaí e Nordeste de Santa Catarina, nas chamadas ‘regiões

---

locais de manifestação de pensadores autoritários, nacionalistas e cristãos, tendo Plínio Salgado como seu principal redator. A SEP teve a sua primeira reunião na capital paulista em 24 de fevereiro de 1932, e foi considerada por seus participantes como o local onde os problemas nacionais seriam estudados, onde deveriam ser traçados “os rumos definitivos de uma política salvadora” (SALGADO, 1958: p. 144 *apud* TRINDADE, 1979: p. 177). Em maio de 1932, na terceira reunião da SEP, foi proposta a criação de uma comissão técnica com o objetivo de transmitir ao ‘povo’, de uma maneira didática e simples, os resultados de seus estudos e as bases doutrinárias de um novo movimento. A eclosão da revolta paulista em julho de 1932 retardou a publicação desse manifesto. Com os ânimos acalmados pelo fim do conflito, foi lançado em 07 de outubro o *Manifesto Integralista*, ou *Manifesto de Outubro de 1932*, que marcou a fundação da AIB (TRINDADE, 1979). Entretanto, entender o surgimento do integralismo somente como resultado da fundação do jornal *A Razão* ou da SEP é perceber apenas uma parte deste movimento demasiadamente complexo e contraditório na historiografia. Ou seja, nas primeiras décadas do século XX, tanto o Brasil quanto o mundo passaram por mudanças e acontecimentos que levaram a questionamentos sobre a organização social liberal-democrática e à ascensão de ideias autoritárias de direita (HOBSBAWN, 1995). Assim, além de espaços onde podiam ser debatidos e publicados tais pensamentos conservadores, existia uma conjuntura favorável, não só brasileira como mundial, para o surgimento e a propagação de ideologias autoritárias, antiliberais, elitistas, nacionalistas e católicas. Tal contexto foi surgindo a partir de acontecimentos que impactaram a população mundial, como a Primeira Guerra Mundial (MOTTA, 2003), a Revolução Russa (REIS FILHO, 2003), e a quebra da bolsa de valores de Nova York, os quais generalizaram pelos quatro cantos da terra a desconfiança em relação à capacidade do liberalismo de solucionar os problemas econômicos mundiais, conter as agitações sociais e o avanço do socialismo.

coloniais’,<sup>53</sup> que os Camisas-verdes tiveram uma maior aceitação. De certa maneira, sem deixar de levar em consideração as especificidades e particularidades de cada estado e região, podemos dizer que tal situação transcorreu de maneira semelhante no Rio Grande do Sul.

Conforme René Gertz (1987), devemos estar atentos para as condições específicas de desenvolvimento sócio-político e econômico em que se encontravam as regiões coloniais de Santa Catarina, visto que tais fatores explicariam a grande aceitação do integralismo nessas áreas. Dessa forma, é interessante destacar que os municípios onde a AIB teve maior receptividade, tanto no Rio Grande do Sul quanto em Santa Catarina, além de localizados nas regiões coloniais desses estados, estavam passando por um processo de expansão econômica, e compartilhavam, de certa maneira, de uma frustração política. Ao que tudo indica, o Sigma atraía para suas fileiras sujeitos com certa “disponibilidade política”, ou seja, “indivíduos oriundos dos setores médios cujas aspirações políticas não encontravam resposta nem espaço efetivo nos partidos tradicionais” (BRANDALISE, 1992, p. 131).

No caso catarinense, essa rápida expansão e aceitação dos Camisas-verdes fora motivada pelas intensas disputas políticas e econômicas que marcavam o estado, pois a maioria da população não via seus interesses contemplados nos tradicionais partidos do estado. O integralismo surgiu como uma nova opção política, angariando simpatias de

---

<sup>53</sup>A fixação de imigrantes europeus nessas regiões iniciou-se a partir dos meados do século XIX, quando para lá migraram, preponderantemente, alemães, e em menor número, suíços, noruegueses, dinamarqueses, austríacos, italianos, russos, poloneses e ingleses (Cf. SEYFERTH, 1990, p. 10-20; PIAZZA, 1994, p. 136-156). No ano de 1940, segundo recenseamento nacional, o estado de Santa Catarina possuía 1.178.340 habitantes, sendo que 325.143 destes localizavam-se nas chamadas ‘regiões coloniais’, compostas pelos municípios de Blumenau, Joinville, Itajaí, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Rio do Sul, São Bento do Sul, Brusque, Gaspar, Hamônia, Rodeio, Indaial e Timbó (IBGE, 1952, p. 51-54). Todavia, determinar o número de alemães e seus descendentes entre esses 325 mil habitantes das regiões coloniais é uma tarefa quase impossível de se realizar. Pode-se estimar, a partir de documentos oficiais e contemporâneos aos fatos, a existência de no mínimo 200 mil imigrantes alemães e descendentes de origem alemã em todo o estado de Santa Catarina ao final da década de 1940. De acordo com um documento produzido pela polícia catarinense, baseado em dados coletados com sacerdotes, professores de escolas alemãs, associações culturais, grupos do partido nazista e no Departamento de Racismo Alemão, existiriam 200 mil alemães e seus descendentes em Santa Catarina no ano de 1934 (DEOPS/SC, 1943, p. 101). Esse número aproxima-se de um estudo publicado pelo IBGE, (*Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*, 1958, p. 225), no qual 235 mil catarinenses foram considerados alemães, ou de ‘origem alemã’ no ano de 1934. Giralda Seyferth (1974, p. 33), indica, a partir de diferentes fontes, a chegada de 280 mil imigrantes de língua alemã em Santa Catarina entre 1886 e 1936. O recenseamento de 1940 traz apenas o número de estrangeiros presentes em cada cidade do estado e os brasileiros naturalizados. Segundo dados desse recenseamento, de um total de 325.143 habitantes das ‘regiões coloniais’ de Santa Catarina, 9.439 seriam estrangeiros, enquanto 2.516 seriam brasileiros naturalizados (Cf. IBGE, 1952, p. 51-54). Contudo, não existe nenhuma referência no recenseamento em relação ao país de origem desses estrangeiros e dos brasileiros naturalizados, tampouco a porcentagem de descendentes de cada etnia presentes entre a totalidade da população do Vale do Itajaí e Nordeste catarinenses.

parcelas das populações coloniais do Vale do Itajaí e Nordeste catarinenses, as quais não reconheciam republicanos e liberais como seus representantes políticos. Essas desavenças políticas manifestadas na década de 1930, que supostamente beneficiaram a ascensão da AIB, iniciaram-se no começo do século XX, quando o Partido Republicano Catarinense assumiu o controle da política estadual (GERTZ, 1987).<sup>54</sup>

Segundo Jali Meirinho (1979, p. 16), o Partido Republicano Catarinense surgiu no ano de 1885, quando se formaram os primeiros Clubes Republicanos na então província de Santa Catarina, sendo o primeiro destes clubes fundado em Desterro, em 13 de agosto de 1885. Após a revolta federalista de 1894, o Partido Republicano Catarinense tornou-se o principal, e praticamente único, partido do estado até a década de 1920 (LENZI, 1983, p. 71).

Devido a uma composição social diversificada, que tinha de um lado, representantes da classe média urbana, como funcionários públicos, comerciantes, militares graduados e profissionais liberais, e do outro, grandes proprietários de terras e representantes das camadas rurais,<sup>55</sup> tal controle hegemônico na política estadual não levou a um período de calma para os republicanos (PIAZZA, 1985, p. 422). As dissidências se manifestavam sempre que os interesses antagônicos dessas duas alas que compunham o Partido Republicano Catarinense entravam em choque, principalmente quando o que estava em disputa era o controle do partido (LENZI, 1983, p. 75). Dessa maneira, não só o Partido Republicano Catarinense, como a Primeira República em Santa Catarina foram influenciados por duas correntes representadas por Lauro Müller e Hercílio Luz.

Lauro Müller, nascido em Itajaí, 2º tenente de engenharia formado na Escola Militar do Rio de Janeiro, positivista, foi nomeado como o primeiro governador do estado por Deodoro da Fonseca em 24 de novembro de 1889 e estava ligado aos interesses do grupo agroexportador e latifundiário. Era o líder da chamada “linha dura” do Partido Republicano Catarinense, composta por Gustavo Richard,<sup>56</sup> Felipe

---

<sup>54</sup> Cf. HILTON, 1975, p. 23-56; PIAZZA, 1985, p. 19-20; p. 174; DUARTE, 2011, p. 370.

<sup>55</sup> Um exemplo dessa grande diversidade de setores representados no Partido Republicano Catarinense pode ser observado na ocupação profissional declarada pelos seus candidatos à primeira Assembleia Constituinte de Santa Catarina, em 06 de fevereiro de 1891. Dentre os 22 candidatos, 3 estavam ligados ao comércio, 4 à atividade industrial, 2 militares, 3 médicos, 3 engenheiros, 1 professor público, 3 advogados, 2 fazendeiros e 1 funcionário público (MEIRINHO, 1979, p. 45).

<sup>56</sup> Nascido no Rio de Janeiro em 1847, fixou residência em Desterro no ano de 1880. Foi vereador de Florianópolis entre 1887 e 1889, governador estadual em dois momentos, de 1890 a 1891 e de 1906 a 1910, senador federal por Santa Catarina de 1894 a 1896 e de 1903 a 1905. Também era Coronel

Schmidt<sup>57</sup> e Vidal Ramos<sup>58</sup> (CORRÊA, 1984, p. 21). Hercílio Luz, nascido em Florianópolis, formado em engenharia na Escola Politécnica do Rio de Janeiro, foi nomeado Diretor de Obras Públicas e Chefe da Comissão de Terras de Blumenau, em 07 de fevereiro de 1891. Obteve notoriedade estadual em 1893, durante a revolta federalista, quando estabeleceu um governo estadual paralelo em Blumenau. Por conta de seu trabalho na Comissão de Terras, aproximou-se da população local, incentivando o desenvolvimento demográfico e a construção de estradas coloniais, integrando-se à vida política, econômica, social e cultural da região de Blumenau. Estava ligado aos imigrantes do Vale do Itajaí, às companhias colonizadoras, à pequena lavoura e às pequenas indústrias dessa região (PAULI, 1976, p. 51).

Tanto Hercílio Luz quanto Lauro Müller ocuparam o cargo de governador do estado por várias vezes na Primeira República – e quando não o fizeram, indicaram quem deveria ser o chefe do executivo catarinense. Ao assumir o executivo estadual pela primeira vez em 1894, Hercílio Luz propôs uma reformulação na tributação estadual, referente à fortuna territorial e predial, até aquele momento, isenta. Para Luz, a principal fonte de renda do estado catarinense não poderia ser a taxaço sobre os produtos agrícolas da pequena lavoura. Apesar de suas reivindicações, não obteve êxito na mudança do sistema tributário – sua proposta contrariava os interesses do setor agroexportador e latifundiário do PRC (MEIRINHO, 1979). Durante seu mandato buscou reunir em torno de seu nome não só os republicanos como também os federalistas derrotados em 1894. Tal ação teria desagradado a ‘linha dura’ dos republicanos (PIAZZA, 1985, p. 422).

Com o término do mandato de Hercílio Luz, em 1898, a ala do PRC capitaneada por Lauro Müller assumiu o controle do estado até 1918. Como destaca Walter Piazza (1985, p. 423), sem uma oposição organizada, os republicanos catarinenses sofreram os efeitos de seu crescimento com inevitáveis cisões internas.

---

Comandante do 1º Batalhão de Artilharia da Guarda Nacional, sócio fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina e redator de vários jornais (CÔRREA, 1983, p. 278).

<sup>57</sup> Nascido em Lages no ano de 1860, ingressou no Exército brasileiro em 1876, tornando-se general em 1918. Em 1890 foi eleito deputado federal, permanecendo nesse cargo até 1893. Foi governador de Santa Catarina de 1898 a 1902 e de 1914 a 1918. Ocupou o posto de senador catarinense de 1903 a 1911 e de 1918 até sua morte em 1930. (CÔRREA, 1983, p. 290).

<sup>58</sup> Nascido em Lages no ano de 1866, foi vereador e prefeito de sua cidade natal antes de se tornar deputado provincial entre 1886 e 1887 e deputado estadual entre 1891 e 1897. Entre o quadriênio de 1902 a 1906 foi vice-governador de Santa Catarina, contudo, assumiu por diversas vezes o comando do estado, sendo praticamente o governador durante esse período. Em 1906 foi eleito deputado federal e em 1910 assumiu novamente o governo do estado. Foi senador entre 1915 e 1927 e posteriormente entre 1935 e 1937. (CÔRREA, 1983, p. 268).

Algumas vezes, essas disputas acompanhavam contendas nacionais, como no caso da campanha presidencial de 1910, em que Hercílio Luz apoiou a Campanha Civilista de Rui Barbosa, e o PRC apoiou Hermes da Fonseca. Outras vezes, esses embates acompanhavam disputas estaduais relacionadas à tributação, à satisfação de interesses particulares pelo uso da máquina pública e às indicações para cargos eletivos. Contudo, mesmo que muitas dessas disputas seguissem tendências nacionais ou estaduais, sempre colocavam em lados opostos os representantes da incipiente indústria catarinense, do comércio e da pequena lavoura e os representantes da pecuária e da grande lavoura.

No ano de 1918, Lauro Müller viu o seu poder político nos planos estadual e federal diminuir. Na eleição para o cargo de governador, ele e Vidal Ramos indicaram o nome de Abdon Baptista,<sup>59</sup> representante de Joinville, ligado a produção e comercialização da erva-mate e da madeira do planalto norte-catarinense. Hercílio Luz recusou o nome, impondo restrições a essa candidatura. A solução foi a candidatura do próprio Müller para o cargo de governador, tendo Luz como candidato a vice. Existem indícios de um acordo prévio entre os vencedores do pleito eleitoral, pois Lauro Müller não assumiu o cargo, repassando a administração do estado a Hercílio Luz. O fato representou uma vitória para este, pois Abdon Baptista era representante dos interesses agropecuários, menos inclinado aos interesses da pequena lavoura e da indústria.

Para Jali Meirinho (1997, p. 184), o desprestígio de Lauro Müller era fruto de uma campanha difamatória de seus adversários: cotado para ser candidato à presidência do país em 1918, teve que adiar seus planos por conta da Primeira Guerra Mundial e das acusações de conivência e simpatia para com a Alemanha. Com isso, Hercílio Luz assumiu o comando do estado e o controle do Partido Republicano Catarinense, e pela Lei nº 1231, de 29 de outubro de 1918, elaborada por Pedro Christiano Feddersen e Marcos Konder, instituiu o imposto sobre a fortuna territorial e predial, diminuindo o imposto sobre a exportação dos produtos da pequena lavoura e incentivando o capital industrial e comercial. Em novembro de 1920, Vidal Ramos,

---

<sup>59</sup> Nascido em Salvador no ano de 1852, fixou residência em Santa Catarina no ano de 1879. Apesar de médico, dedicou-se ao comércio de exportação de erva-mate. Foi deputado provincial entre 1884 e 1889 e deputado federal de 1903 a 1905 e de 1910 a 1912, senador entre 1912 e 1915 e prefeito de Joinville entre 1915 e 1921 (CÔRREA, 1983, p.62).

seu filho Nereu e seu sobrinho Aristiliano Ramos<sup>60</sup> romperam com o PRC, formando a Reação Republicana em Santa Catarina.

Carlos Humberto Corrêa (1984, p. 29) nos diz que esse rompimento teria sido causado pela recusa de Hercílio Luz ao nome de Nereu Ramos para uma vaga no Congresso Federal. Entretanto, convém destacar que a família Ramos era proprietária de muitas terras na região de Lages, ligada a grande propriedade e à pecuária; com a nova lei tributária de Luz, teve alguns interesses e negócios prejudicados. A partir de 1920, os Ramos iniciaram oposição a Hercílio Luz e aos grupos que em torno dele se aglutinavam – os quais eram, em grande medida, contrários à grande propriedade e favoráveis aos interesses da pequena propriedade, da indústria e do comércio.

Com a morte de Hercílio Luz em 1924, seus aliados desde 1909, os irmãos Victor<sup>61</sup>, Marcos<sup>62</sup> e Adolfo Konder<sup>63</sup> passaram a controlar a política local e o Partido Republicano Catarinense. A polarização, que já marcava a política catarinense desde a proclamação da República, passava a ter, de um lado, os Konder, representantes do Vale do Itajaí e do Nordeste do estado, ligados a indústria, pequena lavoura e interesses das oligarquias dessa região; e de outro, os Ramos, ligados à região do Planalto Catarinense,<sup>64</sup> a grande propriedade e pecuária. Assim, para se ter uma ideia do poder político dos Konder antes de 1930, é preciso saber que em 1929, Adolfo Konder era o governador do estado; Marcos Konder era o líder da bancada republicana na Assembleia Estadual e prefeito de Itajaí;<sup>65</sup> e Victor Konder era o Ministro da Viação no governo do presidente Washington Luiz.

---

<sup>60</sup> Nascido em Lages em 1888, foi deputado estadual de 1914 a 1922, sendo um dos líderes do movimento de 1930 no estado. Em 19 de abril de 1933 foi nomeado Interventor Federal de Santa Catarina, permanecendo no cargo até 29 de abril de 1935, quando foi derrotado por seu primo Nereu Ramos (CÔRREA, 1983, p. 258).

<sup>61</sup> Nascido em Itajaí em 1886, foi vereador de Blumenau entre 1919 e 1927, deputado estadual de 1919 a 1924, e Ministro da Viação e Obras Públicas do Brasil entre 1926 e 1930. CABRAL, Oswaldo R.. *Breve notícia sobre o poder legislativo de Santa Catarina: suas legislaturas e legisladores – 1835 a 1974*. Florianópolis: Lunardelli, s/data. P. 80.

<sup>62</sup> Nascido em Itajaí no ano de 1882, foi prefeito de sua cidade natal entre 1915 e 1930. Foi deputado estadual de Santa Catarina de 1913 a 1921, 1925 a 1930 e 1935 a 1937 (CABRAL, s/data, p. 79-85).

<sup>63</sup> Nascido em Itajaí em 1884, formou-se Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi eleito deputado federal por Santa Catarina em 1921 e 1934. Em 1926 assumiu o cargo de governador de Santa Catarina, permanecendo neste até 19 de fevereiro de 1929. Foi o primeiro mandatário catarinense a percorrer o estado desde a Capital até a sua fronteira no Extremo Oeste com a Argentina (CÔRREA, 1983, p. 166).

<sup>64</sup> Segundo o recenseamento nacional de 1940, esta região de Santa Catarina era composta pelos municípios de Lages, São Joaquim, Bom Retiro, Curitibanos e Campos Novos. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil – Série Regional – Parte XIX – Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

<sup>65</sup> Até 1930 era possível acumular cargos legislativos.





**Figura 1:** Mapa retratando a divisão territorial de Santa Catarina no ano de 1930. A área em azul do mapa corresponde às regiões do Vale do Itajaí e Nordeste, comandados por Hercílio Luz e os Konder. A área em laranja corresponde ao Planalto catarinense, controlada pela família Ramos. Fonte: SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986. P. 17.

O movimento de 30 marcou uma guinada na política catarinense. Adolfo Konder, governador do estado entre 1926-1930, apoiou o candidato à presidência indicado pelo governo federal, o paulista Júlio Prestes. Já a oligarquia dos Ramos apoiou a candidatura de Getúlio Vargas. Com a tomada do poder pelos revoltosos em outubro de 1930, a oposição assumiu o poder em Santa Catarina. Em seguida, deu início a uma série de ações contra as regiões coloniais, reduto das oligarquias desalojadas do poder, adversárias de Getúlio Vargas, e, principalmente, da oligarquia dos Ramos. Essa oposição entre o planalto – brasileiro, tradicional, ligado ao latifúndio – e o norte/nordeste do estado – industrial, ligado à pequena lavoura, moderno e

germânico, presente durante a Primeira República – ganhou novos contornos quando os Ramos chegaram ao poder em 1930.<sup>66</sup>

Desde a chegada ao poder da família Ramos e de seus aliados, as regiões do Vale do Itajaí e Nordeste de Santa Catarina passaram a ser objeto de intervenções do governo estadual. O ano de 1930 marcou o começo de um processo de represálias às regiões que sustentavam politicamente e economicamente seus adversários políticos, os irmãos Konder e os republicanos. Um dos primeiros atos do interventor nomeado em 1930, o general Ptolomeu de Assis Brasil, foi aumentar o imposto sobre o capital e diminuir o imposto sobre a terra, contrariando as mudanças de Hercílio Luz, instauradas em 1918.<sup>67</sup> Essa medida acertou em cheio as indústrias das regiões do Vale do Itajaí e do Nordeste catarinense. Ptolomeu de Assis Brasil também afastou dos cargos públicos todas as autoridades estaduais ligadas ao PRC e, em 1931, destinou 30% do território de Blumenau para a formação do município de Rio do Sul. Apesar de parte da população de Rio do Sul admitir interesse no desmembramento, a medida foi vista pela população em geral como uma punição do governo estadual. O prefeito de Blumenau nomeado em 1931, Antônio Candido de Figueiredo, era um grande opositor dos republicanos na região (FROTSCHER, 2007, p. 158).

Nas eleições de 1933 para a Assembleia Constituinte Federal, os agrupamentos políticos do estado organizaram-se em partidos: Partido Liberal Catarinense, liderado pelos Ramos; Partido Republicano Catarinense, pelos Konder; Legião Republicana, do coronel Henrique Rupp Jr.; e Partido Social Evolucionista, de influências tenentistas. Os republicanos saíram vitoriosos em Blumenau e Joinville, o que levou o então interventor Aristiliano Ramos a desanexar uma parte de Joinville para a criação do município de Jaraguá do Sul e a subdividir Blumenau em quatro novos municípios, em fevereiro de 1934: Gaspar, Indaial, Timbó e Dalbérgia (Hamônia). Esse segundo desmembramento em menos de quatro anos gerou certa oposição em Blumenau, quando o comércio e algumas indústrias fecharam suas portas em protesto à ação do governo estadual. Aristiliano Ramos agiu rapidamente, determinando que um destacamento da polícia militar, armado com metralhadoras, ocupasse a cidade.<sup>68</sup>

---

<sup>66</sup> Cf. LENZI, 1983; CÔRREA, 1985; PIAZZA, 1985.

<sup>67</sup> Lei estadual nº 1.231, de 29 de outubro de 1918.

<sup>68</sup> Cf. GERTZ, op. cit., p. 66.

Todas essas ações estatais após 1930 geraram uma animosidade na região, o que tornou praticamente insustentável a presença dos Ramos e do Partido Liberal Catarinense nessas regiões. Decorridos alguns meses dessas agitações, no início de outubro de 1934, quando Aristiliano Ramos visitou o Vale do Itajaí, era possível ver nas páginas dos jornais que alguns blumenauenses ainda não se conformavam com o desmembramento de seu município, prometendo uma ‘recepção calorosa’ em Indaial, Gaspar, Timbó e Dalbérgia. Tampouco diziam ter esquecido as palavras do mandatário catarinense de que “Blumenau pertenceu sempre aos alemães” e que ali existiria um “movimento hitlerista”.<sup>69</sup>

O descontentamento com o interventor Aristiliano Ramos era tanto, que em Indaial ele sofreu uma tentativa de assassinato.<sup>70</sup> Nem suas palavras num comício em Joinville, no qual dizia se arrepender do desmembrado de Blumenau, apesar de, segundo ele, tê-lo feito para que a cidade tivesse “água, esgoto e cemitério”, eram suficientes para acirrar os ânimos.<sup>71</sup> Segundo *A Notícia*, a caravana estatal teria sido um fracasso completo em Joinville,<sup>72</sup> visto que Aristiliano Ramos e Nereu Ramos falaram apenas para funcionários públicos trazidos em caminhões.<sup>73</sup>

---

<sup>69</sup> Passará novamente por Blumenau para ser homenageado... *A Cidade de Blumenau*, Blumenau, 03 out. 1934.

<sup>70</sup> A viagem do Sr. Interventor – Quiseram assassinar S. Excel. em Indaial. *A Cidade de Blumenau*, Blumenau, 06 out. 1934.

<sup>71</sup> Arrependimento tardio. *A Cidade de Blumenau*, Blumenau, 06 out. 1934.

<sup>72</sup> O fracasso da caravana interventorial em Joinville. *A Notícia*, Joinville, 04 out. 1934.

<sup>73</sup> O fracasso liberal de ontem teve muita graça. *A Cidade de Blumenau*, Blumenau, 10 out. 1934.



**Figura 2:** Neste mapa de Santa Catarina de 1944, já podem ser observadas as divisões municipais realizadas pelos liberais em 1930. A área em azul corresponde às regiões do Vale do Itajaí e Nordeste catarinense com os novos municípios de Rio do Sul, Timbó, Rodeio, Gaspar, Indaial e Jaraguá do Sul, enquanto a área laranja representa o Planalto catarinense. Fonte: SANTA CATARINA. Gabinete de Planejamento e Coordenação Geral. **Atlas de Santa Catarina.** Rio de Janeiro: Aerofoto Cruzeiro, 1986. P. 17.

Destarte, tais disputas entre os Konder e os Ramos pelo domínio político e econômico do estado, mas principalmente, das regiões do Vale do Itajaí e do Nordeste catarinense, abriram espaço para a entrada de uma nova força política não comprometida com as velhas estruturas de poder, a Ação Integralista Brasileira. Coincidentemente, logo após os desmembramentos de Blumenau e Joinville, quando muitos se consideravam penalizados pelas disputas entre dois grupos políticos que não representavam seus interesses, o Sigma surgiu indicando novas possibilidades de ação política, com um forte discurso de crítica às oligarquias estaduais. Conforme o depoimento do comerciante Erich Kleine, presente no inquérito policial que será analisado neste trabalho, ele ingressou “no integralismo devido às perseguições que o governo do estado moveu a população de Blumenau e também porque achou o

programa integralista superior, e também porque estava descrente do Partido Liberal, que não cumpriu o que prometeu.”<sup>74</sup>

De certa maneira, o movimento liderado por Plínio Salgado representou uma opção para um grupo que se encontrava em ascensão social e econômica, formado em sua maioria por jovens com menos de 30 anos, que não viam possibilidades de participação, crescimento e prestígio político nos partidos tradicionais, tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina (GERTZ, 1987; BRANDALISE, 1992; DUARTE, 2011). Isso fica mais evidente quando se percebe que na região do Vale do Itajaí catarinense, os principais opositores dos Camisas-verdes vinham das elites econômicas e políticas locais, vinculadas aos republicanos (FROTSCHER, 2007). Quem sabe elas estivessem receosas de mudanças que poderiam alterar as relações sociais e levá-los a perder seus poderes políticos, econômicos, culturais e sociais. Assim sendo, a existência de uma classe média em ascensão, juntamente com condições políticas locais específicas fornecem evidências interessantes para pensarmos os motivos do ingresso de parcelas da população colonial catarinense na Ação Integralista Brasileira.

Entretanto, segundo Hélió Trindade (1979, p. 148), vários motivos explicam essa grande expansão dos Camisas-verdes nas regiões coloniais dos estados do Sul do Brasil, todavia, a “questão da participação dos descendentes dos imigrantes e a influência exercida pelo integralismo em certas zonas de colonização, especialmente alemã, no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina, não pode ser desvinculado da origem étnica dos integralistas”. Para Carla Brandalise (1992, p. 162), tanto no Rio Grande do Sul como em Santa Catarina, o “contexto étnico-cultural das áreas de imigração facilitou a penetração de um movimento político cuja propaganda inicial realizava uma associação direta entre seus objetivos e aqueles dos movimentos nazifascistas europeus”. Conforme destacado por esses autores, ao analisarmos a expansão da AIB por esses dois estados, principalmente pelas suas ‘regiões coloniais’, não podemos deixar de considerar que os laços de proximidade e afetividade que muitos imigrantes e seus descendentes possuíam com alguns países europeus influenciaram na sua filiação ao movimento liderado por Plínio Salgado.

No estado de Santa Catarina, essa simpatia em relação aos fascismos europeus, destacada por Hélió Trindade e Carla Brandalise, fica evidente nas entrevistas

---

<sup>74</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 726.

realizadas com antigos militantes do Sigma. Contudo, essa admiração e identificação com os movimentos fascistas da Europa não era um sentimento exclusivo dos Camisas-verdes das regiões coloniais do Sul do país. Depoimentos de várias partes do Brasil demonstram uma simpatia generalizada pelas ações realizadas por Benito Mussolini e Adolf Hitler entre a maioria dos adeptos do Sigma. A “simpatia pelos fascismos europeus” fora indicada pela maioria dos integralistas brasileiros como o segundo principal motivo para sua adesão à AIB, superado apenas pelo anticomunismo.<sup>75</sup>

Conforme o relato do antigo Secretário Municipal de Imprensa da AIB em Blumenau, Erico Muller, de ascendência alemã, seria inegável essa ligação entre teuto-brasileiros, nazismo e integralismo. Para o ex-secretário, “quando um cidadão descende de uma outra raça de um outro país, ele, se é uma pessoa de acordo, de exata consciência, tem um pouco de simpatia”, ou seja, “era uma coisa natural” (TRINDADE, 2016, p. 515). Segundo Carlos Humberto Côrrea (1984, p. 173), as adesões dos teuto-brasileiros ao integralismo em Santa Catarina eram condicionadas ao fato de que “a AIB e o nazismo possuíam uma estrutura política semelhante e formas externas de manifestação pública parecidas”.

Nas zonas coloniais italianas do Rio Grande do Sul a associação entre o Sigma e o fascismo de Mussolini era algo constante, sendo o movimento de Plínio Salgado considerado por muitos como um sinônimo do congênere italiano. Ao que tudo indica, era consenso entre os antigos militantes integralistas da região de Caxias do Sul, área colonizada predominante por elementos de ascendência étnica italiana, que a AIB teve uma grande aceitação nesse local devido ao “exemplo do fascismo italiano” (BRANDALISE, 1992, p. 259). Para Dario Bittencourt, chefe provincial da AIB no Rio Grande do Sul entre 1934 e 1935, os teuto-brasileiros (cidadãos brasileiros de origem étnica alemã) e os ítalo-brasileiros (cidadãos brasileiros de origem étnica italiana) ingressavam no integralismo devido ao sucesso e a propaganda do nazismo alemão (TRINDADE, 2016, p. 344). Segundo o chefe municipal integralista de Gramado, Alcides Arend, “o integralismo teve recepção fácil na zona de colonização alemã porque a Alemanha naquela época tinha o nazismo” (BRANDALISE, 1992, p. 231).

Não obstante às simpatias dos imigrantes e seus descendentes aos países de origem, e às semelhanças entre o integralismo e os fascismos europeus, dirigentes nacionais, assim como líderes integralistas regionais e municipais buscaram

---

<sup>75</sup> Cf. TRINDADE, 1979 e 2016.

constantemente destacar a proximidade de seu movimento com a Itália fascista e a Alemanha nazista. No Rio Grande do Sul, “a vinculação entre o integralismo e o fascismo constituiu-se no elemento doutrinário mais assinalado na propaganda da AIB” (BRANDALISE, 1992, p. 144). Seus propagadores e ideólogos imaginavam que através dessa propaganda e associação, atrairiam mais pessoas para as fileiras do Sigma (TRINDADE, 2016). Os jornais produzidos e controlados por alemães e teuto-brasileiros em Santa Catarina, segundo Giralda Seyferth (1981, p. 103), auxiliaram na formação desse sentimento de simpatia e identificação entre o integralismo e os fascismos europeus nas regiões coloniais desse estado, pois estes meios de comunicação apresentavam a AIB como o “nacional-socialismo brasileiro”.

As notícias dos sucessos de Hitler e Mussolini, e seus discursos, acompanhados diariamente pelo rádio pelos imigrantes europeus e seus descendentes espalhados pelas regiões coloniais de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, os levavam a desejar algo semelhante para suas vidas e o Brasil. Tal fato com certeza influenciou nas adesões e escolhas políticas desses imigrantes. Entretanto, era claro para a maioria destes que aderiram ao integralismo devido a uma simpatia pelos fascismos europeus, que tais movimentos não eram idênticos. Como destacado pelo Secretário de Educação e Cultura do núcleo da AIB de Blumenau, José Ferreira da Silva, ao mesmo tempo em que a identificação direta entre integralismo e nazismo conferia uma credibilidade ao primeiro entre os alemães e teuto-brasileiros, todos reconheciam sua autonomia, visto que não se falava “em simbiose entre integralismo e nazismo” (BRANDALISE, 1992, p. 233). Nas regiões coloniais italianas do Rio Grande do Sul, apesar do Sigma ser apresentado pelos padres capuchinos como “um prolongamento do fascismo italiano”, com exceções de poucas regiões rurais mais isoladas, todos tinham total conhecimento que os dois movimentos eram independentes (Cf. BRANDALISE, 1992, p. 250-283)

### **1.3 – A expansão do integralismo em Santa Catarina**

Como já mencionado, no ano de 1934, o integralismo se expandiu com relativo sucesso por Santa Catarina, principalmente pelas regiões coloniais, fundando núcleos em praticamente todas as cidades do estado. O aparecimento de uma nova agremiação política, especialmente seu êxito inicial, chamou a atenção das tradicionais oligarquias catarinenses, as quais passaram a observá-la com mais atenção. Apesar de destacar

desde o seu surgimento suas ressalvas à democracia representativa e à política tradicional,<sup>76</sup> republicanos e liberais catarinenses começaram a ver na AIB o surgimento de um possível empecilho aos seus objetivos eleitorais.

Os republicanos catarinenses foram os primeiros a criticar abertamente o integralismo no estado. No começo de 1934, os jornais *O Estado*, *Cidade de Blumenau*, *Correio do Povo* e *A Notícia*, nesse momento sobre o controle e influência deste grupo político, teciam inúmeras críticas e desaprovações aos Camisas-verdes.<sup>77</sup> Os ataques eram sutis, mas buscavam sempre mostrar conflitos, tanto entre os integralistas<sup>78</sup> quanto com outros grupos políticos e autoridades públicas pelo país,<sup>79</sup> associando-os geralmente a ações violentas, subversivas e ilegais,<sup>80</sup> as quais pudessem desencorajar novas adesões ao movimento.

Com a proximidade das eleições de outubro de 1934, nas quais seriam escolhidos os deputados para a Assembleia Legislativa Estadual e a Câmara Federal, as relações entre republicanos e Camisas-verdes foram ficando cada vez mais tensas devido à disputa por votos no Vale do Itajaí. Em 11 de outubro de 1934, o jornal *Cidade de Blumenau* publicava em sua primeira página um ultimato aos ‘atuais’ integralistas da

---

<sup>76</sup> Tal postura não era exclusividade dos integralistas. A maior parte dos movimentos nacionalistas que surgiram pelo mundo no começo do século XX considerava que a liberdade política, o sufrágio universal e o pluripartidarismo deveriam ser extintos, pois, a partir do advento da democracia liberal as instituições políticas teriam sido dominadas por interesses econômicos e de pequenos grupos, transformando o voto e a ideia de soberania popular em grandes mentiras. Tal dominação do Estado por pequenos grupos reduziu cada vez mais a sua função ética, deixando-o indiferente a vida social e econômica da população. A consequência direta dessa paralisação e indiferença estatais em áreas sociais estratégicas, como a economia, a educação, o trabalho e a cultura foi a dominação da maioria da população por pequenos grupos, o que favoreceu não só a propagação do capitalismo internacional, como das ideias (Cf. HOBBSBAWN, 1995). Para os integralistas fazia-se necessário contra o avanço do liberalismo e de seus desdobramentos, um Estado forte, espiritualista, intervencionista, econômico e produtor, que realizasse a união nacional a partir de uma democracia orgânica, corporativa e elitista, onde não existiriam partidos políticos e o sufrágio universal (Cf. SALGADO, 1933; 1936; 1937a). Entretanto, o que não se pode negar é que a possibilidade de impor suas ideias e vontades a maioria da população através do controle do Estado brasileiro atraía Plínio Salgado e seus simpatizantes, por mais que tentassem constantemente demonstrar um desinteresse pelo poder. Dessa forma, provavelmente a conquista do Estado era um dos principais objetivos do movimento desde a sua fundação. Porém, seria muito simplório pensar que toda a elaboração ideológica do movimento, todos os livros, manifestos e jornais que buscavam divulgar suas ideias eram um simples disfarce. Muitos seguidores de Plínio Salgado realmente acreditavam nas ideias que divulgavam, e existe grande possibilidade de que a conquista do Estado fosse vista por muitos apenas como uma etapa para a formação de uma nova mentalidade, para o surgimento de uma nova humanidade.

<sup>77</sup> Antes das eleições para a Assembleia Estadual e para a Câmara Federal em outubro de 1934, todos esses jornais fizeram campanha para a coligação republicana *Por Santa Catarina*. Em 13 de outubro de 1934, na véspera das eleições para a Assembleia Estadual, o jornal *O Estado* escrevia em letras grandes na sua capa, que era dever de todo catarinense votar na legenda ‘Por Santa Catarina’. *O Estado*, Florianópolis, 13 out. 1934.

<sup>78</sup> Grave crise no seio da AIB. *O Estado*, Florianópolis, 16 mar. 1934.

<sup>79</sup> Os rapazes integralistas cometem tropelias em São Paulo. *O Estado*, Florianópolis, 31 mar. 1934.

<sup>80</sup> Grave denúncia contra os “camisas olivas”. *O Estado*, Florianópolis, 29 jun. 1934.



cidade, o qual mencionava ser dever destes votar nos republicanos, visto que antes de ingressarem nesse movimento, quando do desmembramento do município em fevereiro daquele ano,<sup>81</sup> estavam unidos contra Aristiliano Ramos.<sup>82</sup> Assim, quem não votasse nos políticos indicados pelo periódico blumenauense seria um traidor, mesmo votando na AIB, pois votaria contra o município, e, indiretamente, a favor dos liberais que o haviam desmembrado.<sup>83</sup> Às vésperas do pleito eleitoral, em 13 de outubro de 1934, *A Gazeta* noticiou mais um incidente entre esses dois grupos. Os republicanos estariam colando seus cartazes de propaganda política sobre os dos integralistas. Estes, em sinal de desaprovação e descontentamento com as atitudes de seus adversários, reuniram 350 milicianos que desfilaram pela cidade arrancando todos os cartazes dos coligados.<sup>84</sup>

Segundo Piazza (1985, p. 18), nessas eleições de 14 de outubro de 1934 “os integralistas lançaram candidatos próprios, paralelos aos dois grandes blocos tradicionais (Partido Liberal Catarinense, liderado por Aristiliano Ramos e Nereu Ramos, e Coligação Republicana, liderada por Adolfo Konder<sup>85</sup> e Henrique Rupp Junior)”.<sup>86</sup> Os resultados tornaram-se públicos em 21 de janeiro de 1935, quando foram noticiados os números da apuração.<sup>87</sup> O liberais passaram a controlar a Assembleia Legislativa, pois elegeram 17 deputados estaduais, enquanto a coligação ‘Por Santa Catarina’ elegeu 14. Mesmo sem uma expressiva votação – os Camisas-verdes não elegeram nenhum deputado - a maioria de seus votos aconteceu nos municípios de Blumenau (perto de 20%) e Brusque (perto de 30%), onde os coligados tinham sua base política (FALCÃO, 2000, p. 144). Ou seja, apesar de derrotados, tiveram uma relação direta com o resultado das eleições, pois tiraram importantes votos dos republicanos no Vale do Itajaí, facilitando a vitória dos liberais catarinenses.

---

<sup>81</sup> O desmembramento de Blumenau. *O Estado*, Florianópolis, 19 fev. 1934.

<sup>82</sup> Nascido em Lages em 1888, foi deputado estadual de 1914 a 1922, sendo um dos líderes do movimento de 1930 no estado. Em 19 de abril de 1933 foi nomeado Interventor Federal de Santa Catarina, permanecendo no cargo até 29 de abril de 1935, quando foi derrotado por seu primo Nereu Ramos (CÔRREA, 1983, p. 258).

<sup>83</sup> Integralistas de Blumenau. *Cidade de Blumenau*, Blumenau, 11 out. 1934.

<sup>84</sup> Sério incidente em Blumenau entre integralistas e coligados. *A Gazeta*, Florianópolis, 13 out. 1934

<sup>85</sup> Nascido em Itajaí, em 16 de fevereiro de 1884, formou-se Bacharel pela Faculdade de Direito de São Paulo. Foi eleito deputado federal por Santa Catarina em 1921 e 1934. Em 1926 assumiu o cargo de governador de Santa Catarina, permanecendo neste até 19 de fevereiro de 1929. Foi o primeiro mandatário catarinense a percorrer o estado desde a Capital até a sua fronteira no Extremo Oeste com a Argentina (CÔRREA, 1983. P. 166).

<sup>86</sup> A edição nº 42, de 04 de outubro de 1934, do jornal *A Gazeta*, traz a relação completa dos candidatos integralistas para as eleições estadual e federal.

<sup>87</sup> Proclamação de deputados. *O Estado*, Florianópolis, 21 jan. 1935; Os eleitos para a Assembleia Legislativa Estadual e para a Câmara Federal. *A Gazeta*, Florianópolis, 21 jan.1935.

No final de outubro de 1934, logo após as eleições, prevendo uma derrota, o *Correio do Povo* partiu para o ataque. O periódico jaraguense denunciava que a ideia de Plínio Salgado estava sendo deturpada em Santa Catarina. Inúmeras pessoas estariam se aproveitando de seu sucesso e prestígio no estado para atacar antigos inimigos pessoais e conquistar cargos políticos. Um exemplo de tal fato teria acontecido num comício na localidade de Retorcida, no qual o orador fez uso do microfone para atacar o prefeito municipal de Jaraguá do Sul, o liberal José Bauer.<sup>88</sup> Era o que Ivo Stein Ferreira, antigo líder do Sigma em Itajaí, e segundo este mesmo jornal, o “fundador da AIB em Santa Catarina”, chamava de *rabanetes*, ou seja, aqueles que “acharam no integralismo uma válvula de expansão, assim como toda sorte de refugos políticos, que tem ingressado nas fileiras Camisas-verdes, unicamente com a ambição de avançar em posições e contando com o ovo... nas eleições municipais”.<sup>89</sup>

Depois das eleições de outubro de 1934 não eram somente os jornais que realizavam investidas contra os adeptos do Sigma. Com a confirmação dos resultados das urnas, algumas lideranças republicanas passaram a atacar sistematicamente, em pronunciamentos e falas, o movimento liderado por Plínio Salgado e seu avanço em Santa Catarina. Dentre essas lideranças podemos destacar Marcos Konder, tradicional representante político das elites do Vale do Itajaí, eleito deputado estadual em 1934. Em 25 de agosto de 1935, ao assumir seu mandato na Assembleia Legislativa Estadual, hostilizou os Camisas-verdes com um discurso intitulado *Democracia, integralismo e comunismo*, no qual falava sobre a tarefa dos governos e das oposições dentro do regime democrático frente às ameaças extremistas.<sup>90</sup>

O teor do pronunciamento do líder republicano Marcos Konder chamou a atenção não só de seus colegas deputados como da população catarinense, pois deixou evidente que o avanço da AIB, principalmente no Vale do Itajaí, era não só uma ameaça real, como uma preocupação maior que Nereu Ramos e os liberais. No primeiro discurso do líder da oposição na Assembleia Estadual, ao invés de criticar o governador recém eleito em maio de 1935 e seus partidários, os quais haviam desalojado sua família do governo estadual, Konder atacou principalmente os adeptos do Sigma, associando-os aos extremismos e defendendo a necessidade de combatê-los pelo bem da

---

<sup>88</sup> Aproveitando-se do integralismo para atacar inimigos pessoais. *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 27 out. 1934.

<sup>89</sup> Crise no integralismo. *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 23 nov. 1934.

<sup>90</sup> O deputado Marcos Konder vai falar. *O Estado*, Florianópolis, 24 ago. 1935.

nacionalidade.<sup>91</sup> Ou quem sabe, numa rápida análise da situação política no estado, os Konder e seus aliados consideraram ser mais fácil lutar contra os integralistas, do que contra todo o aparelho estatal de Santa Catarina.

Em 11 de setembro de 1935, Marcos Konder concedeu uma entrevista ao *Correio do Povo* de Jaraguá do Sul criticando o ‘nativismo’ do integralismo. Segundo o líder republicano, estes desejavam uma pátria somente para aqueles nascidos “sob o Cruzeiro do Sul, esquecendo que há pelo Brasil afora inúmeros estrangeiros naturalizados que são também brasileiros pelo seu trabalho e pelo seu coração”.<sup>92</sup> De certa maneira, essa fala contradiz seu discurso de agosto de 1935 na Assembleia Legislativa, carregado de ‘nativismo’, quando acusava os Camisas-verdes de agirem em conluio com regimes extremistas de outros países.

Ao que parece, para Marcos Konder e alguns republicanos, o importante era atacar e enfraquecer os integralistas, restando poucas considerações para questões ideológicas ou políticas. O objetivo principal era sempre causar um mal-estar entre a população e os adeptos do Sigma, o qual pudesse levar a uma diminuição de seu prestígio no estado. Contraditoriamente, num momento eles eram associados aos nazistas, aos extremismos internacionais, enquanto em outras situações, acusados de

---

<sup>91</sup> Com o movimento de 1930 e a chegada de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, a construção da nacionalidade recebeu grande atenção do executivo federal. Essa discussão já acontecia desde a metade do século XIX e estava diretamente relacionada à ocupação de determinadas áreas do território brasileiro por imigrantes e à substituição da força de trabalho escrava. Na década de 1930, o tema passou a ser central nos debates políticos, visto que se pensava que somente a partir da interferência estatal seria possível construir uma pátria unida, a qual caminharia harmoniosamente na direção da identidade nacional, com todos os estrangeiros nacionalizados. Para muitos intelectuais e políticos das primeiras décadas do século XX, nacionalizar era a única forma de unificar o que estava decomposto, desagregado por 40 anos de uma política regionalista, que servia aos interesses de pequenos grupos privados. Nacionalizar seria uma alternativa para se construir a sociedade nacional, conferindo à política um caráter público, acima de interesses locais. Assim, a construção do Estado nacional “passaria necessária e principalmente pela homogeneização da cultura, dos costumes, da língua e da ideologia” (SCHWARTZMAN, 1984, p. 166), juntamente com a incorporação e a adaptação dos estrangeiros aos valores nacionais. Nesse contexto, a assimilação das minorias linguísticas e culturais, principalmente alemães, italianos e japoneses, transformou-se em questão de segurança nacional, pois se desejava “apagar os sinais de uma possível heterogeneidade social, eliminar as diferenças de todos os matizes, e assim construir uma nacionalidade homogênea e indistinta” (DUARTE, 1997, p. 130). Ao que parece, ao clamar pelo “bem da nacionalidade”, Marcos Konder buscava manipular todos esses sentimentos e debates contemporâneos sobre a construção da nacionalidade brasileira, e a incorporação dos imigrantes aos referenciais da brasilidade, a favor de seus interesses políticos.

<sup>92</sup> Quase todos os princípios integralistas cabem dentro do regime democrático. *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 21 set. 1935.

nativismo e duma disfarçada xenofobia, pois só aceitariam nos seus quadros brasileiros natos.<sup>93</sup>

Assim sendo, em municípios com predomínio de imigrantes, como em Jaraguá do Sul, onde atacar a Alemanha, o nazismo, ou o caráter ‘internacional’ dos integralistas, não seria a melhor estratégia de ação, Konder acusava-os de nativistas, pois não aceitariam em suas fileiras pessoas nascidas em outros países, aqueles que apesar de ‘estrangeiros naturalizados’, eram ‘brasileiros de coração’. Já perante a totalidade dos catarinenses, o líder republicano associava os integralistas aos nazistas e aos extremismos internacionais.

Os pronunciamentos de um dos líderes republicanos contra os extremismos não devem ser entendidos somente como consequência do aumento dos choques entre comunistas<sup>94</sup> e integralistas em Santa Catarina,<sup>95</sup> da Lei de Segurança Nacional,<sup>96</sup> de sua luta contra as ideologias estrangeiras, em favor da democracia e da nação brasileira. A associação da AIB a ações violentas e subversivas, aos ‘extremismos internacionais’, tinha como finalidade o fechamento de suas sedes e a proibição da sua existência não só em Santa Catarina como no Brasil. É muito provável que para além

---

<sup>93</sup> Segundo Leonardo Pereira Gonçalves (2012b, p. 18), o integralismo fora “uma organização fascista travestida de nacionalismo cristão, cujo único propósito era alcançar o poder máximo em torno do líder indiscutível Plínio Salgado”.

<sup>94</sup> O Partido Comunista de Santa Catarina foi fundado somente em 1939, com o surgimento do primeiro diretório estadual. Entretanto, as ideias e trabalhadores que se auto-intitulavam comunistas, estavam presentes desde o começo da década de 1920. Segundo Celso Martins (1995, p. 132), uma forte tendência anarquista presente entre os trabalhadores catarinenses, e o movimento de 1930, dificultaram a formação de um partido comunista no estado. Com o sucesso da Aliança Nacional Libertadora no começo de 1935 buscou-se novamente constituir um partido comunista em Santa Catarina, porém, os levantes realizados em novembro desse ano impossibilitaram qualquer ação nesse sentido. Somente no ano de 1939 tivemos a formação de um Partido Comunista em terras catarinenses. Mas apesar da fundação tardia do partido, em Santa Catarina os comunistas participavam de movimentos grevistas desde a década de 1920, obtendo assim influência sobre alguns sindicatos criados após a lei de sindicalização de 1931, como os dos mineiros de Criciúma, dos estivadores, dos ferroviários de Mafra e Porto União e construtores civis de Florianópolis. Todavia, o avanço do comunismo entre os trabalhadores catarinenses nos meados da década de 1930 foi barrado pela criação da AIB, a qual tinha como um dos seus pilares básicos o anticomunismo. Nas áreas onde se localizavam as incipientes indústrias catarinenses, nas regiões coloniais, o integralismo tornou-se opção política para a maioria dos trabalhadores. Provavelmente, tais adesões ao Sigma dificultaram o avanço das ideias comunistas não só nessas regiões como no estado como um todo (Cf. VIEIRA, 1994; MARTINS, 1995).

<sup>95</sup> Em 04 de julho de 1935 aconteceram lutas corporais e xingamentos, motivados por discussões políticas, num café no centro de Florianópolis (Abaixo a desordem. *O Estado*, Florianópolis, 04 jul. 1935), e no dia 05 de julho foi assassinado um comunista em Canoinhas, Cid Vieira, decorrente de um conflito com integralistas (Assassinado de emboscada em Canoinhas. *O Estado*, Florianópolis, 05 jul. 1935).

<sup>96</sup> Lei nº 38, de 04 de abril de 1935 – Define crimes contra a ordem política e social. Conhecida como a Lei de Segurança Nacional, foi ‘carinhosamente’ chamada por seus oponentes de ‘Lei Monstro’. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 05 ago. 2016.

das motivações ‘nacionalistas’ e ‘democráticas’ de Marcos Konder, e de alguns jornais catarinenses, as investidas contra os adeptos do Sigma estavam relacionadas ao fato de que tanto eles quanto os republicanos possuíam suas bases políticas no Vale do Itajaí e Nordeste do estado.

Desse modo, não é exagero afirmar que, a partir de 1935, a AIB passou a ser considerada a principal ameaça ao poder das tradicionais lideranças políticas republicanas das regiões coloniais – uma ameaça mais perigosa que o governo de Nereu Ramos. Para eles, por mais que tivessem perdido as eleições de 1934 para os liberais, estes não os haviam vencido no Vale do Itajaí, e provavelmente não os venceriam se os Camisas-verdes não participassem das disputas. Assim, para restaurar seu prestígio e controle político, principalmente na região do Vale do Itajaí, os republicanos de Santa Catarina passaram a acusar os integralistas de extremistas, e defender a todo custo a suspensão do seu registro eleitoral e a proibição de sua existência, como uma ação em favor da nação brasileira e dos catarinenses. Tornaram-se fervorosos combatentes do Sigma em terras catarinenses, buscando de todas as maneiras impedir o seu crescimento no estado e desencorajar novas adesões.

Os adeptos do Sigma passaram a ser acusados, contraditoriamente, tanto de parentesco com o nazismo quanto de nativismo, variando a acusação de acordo com o contexto, a região, o público a que se dirigiam e os interesses envolvidos. Entretanto, os republicanos tinham suas ações restritas às reportagens nos jornais e aos discursos de seus principais líderes, pois não controlavam o Estado catarinense e os meios administrativos.<sup>97</sup> Estes se encontravam desde 1930 sob o domínio dos liberais e da família Ramos.

Aristiliano e Nereu Ramos, os principais líderes dos liberais catarinenses na década de 1930, buscaram combater o avanço dos Camisas-verdes no estado a partir do final de 1934. Em 05 de janeiro de 1935, autoridades públicas ligadas ao governo estadual tentavam persuadir partidários da AIB para que mudassem suas preferências políticas. O jornal *Jaraguá* acusava o prefeito Waldemar Grubba, nomeado por Aristiliano Ramos, e pessoas da administração local, de se aproveitarem de suas funções para pressionar os colonos a abandonar as fileiras do Sigma. Segundo o periódico, estes quando recorriam à prefeitura solicitando alguma obra pública eram

---

<sup>97</sup>WEBER, Max. A política como vocação. GERTH, H. H., MILLS, W. (Org.). *Max Weber: ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Ed. Guanabara, 1982. P. 97-153.

orientados por funcionários municipais a realizar tal pedido para Plínio Salgado. Professores eram advertidos que caso ingressassem no movimento teriam seus subsídios e subvenções cortadas.<sup>98</sup>

Em fevereiro de 1935, *A Gazeta* já falava sobre uma campanha estatal contra os integralistas,<sup>99</sup> e ao que parece, essa foi ficando mais nítida para a população catarinense a partir de 11 de março de 1935, quando o interventor solicitou aos Camisas-verdes que desocupassem a sua sede em Florianópolis, instalada em um prédio estadual, o antigo Liceu de Artes e Ofícios, e os proibiu a entrada no quartel da Força Pública Estadual.<sup>100</sup>

Em 1º de maio de 1935, Nereu Ramos foi eleito governador estadual, dando continuidade à política de seu primo Aristiliano Ramos em relação aos integralistas, principalmente no Vale do Itajaí. A nomeação de Trogilio Mello,<sup>101</sup> um conhecido e destacado capitão da Força Pública Estadual, como delegado especial para toda a região do antigo município de Blumenau,<sup>102</sup> em 01 julho de 1935,<sup>103</sup> fora uma das primeiras ações do novo governador visando manter o domínio dessa região. Nesse momento, os

---

<sup>98</sup> Com a prefeitura. *Jaraguá*, Jaraguá do Sul, 05 jan. 1935.

<sup>99</sup> Pelos municípios. *A Gazeta*, Florianópolis, 02 fev. 1935.

<sup>100</sup> A interventoria catarinense combate o integralismo. *A Gazeta*, Florianópolis, 11 mar. 1935.

<sup>101</sup> Trogilio Mello faz parte do imaginário de muitos saudosistas catarinenses como exemplo de autoridade, de um ‘tempo bom’ que teria existido em Florianópolis na primeira metade do século XX. Em 23 de janeiro de 1923, então capitão da Força Policial do Estado, foi responsável pelo assassinato de uma das principais lideranças caboclas do Contestado, Adeodato Manoel de Ramos. Foi delegado de polícia de Jaraguá do Sul e Blumenau por várias vezes e delegado da Delegacia de Ordem Política e Social de Santa Catarina. Em 23 de janeiro de 2012 foi inspiração para um ‘conto poético’, escrito por Silval Santos da Silveira: “*É preciso saber distinguir o bem do mal. As pessoas necessitam de paz para amar. De tranquilidade, para viver. De segurança para construir a suas vidas, com felicidade perene. Isto resulta em alegria e confiança, no local em que escolheram para morar. Conheci minha querida cidade, exatamente deste jeito. As autoridades eram respeitadas, até mesmo, por quem optasse pelo desrespeito às regras sociais. O foco maior era a sociedade organizada, cumpridora das suas obrigações. Tinha o apoio absoluto do Estado. O delinquente pagava pelos seus erros. A pena privativa da sua liberdade era para valer. Não para se ‘fazer de conta’. Admirei, profundamente, uma autoridade, conhecida por todos os moradores desta capital. Que saudade do Coronel PM Trogilio Mello. Fico emocionado só em escrever seu nome. Homem austero, correto e justo. Admirado, até pelo bandido. Minha cidade, depositava em suas mãos, toda a segurança de que se necessitava. Bandoleiro, aqui, não se criava. Um homem polido e educado, mas por vagabundo, não podia ser provocado. Deve estar em conflito, em sua morada eterna, recebendo notícias de que o seu país, tem um Congresso Nacional corrupto de desavergonhado, criando leis para proteger bandidos, e perseguir autoridades decentes. Que o Poder Judiciário está algemado, diante de bárbaros crimes, expondo a sociedade, que ele, coronel, tanto defendeu. Coronel Trogilio Mello, não peça a Deus para ser ressuscitado. Vossa Excelência morreria, novamente, de infarto fulminante, após tomar conhecimento das vergonhas que nos obrigam passar...*”. Disponível em: <http://poesiasinval.blogspot.com.br/2012/01/conto-poetico-coronel-trogilio-melo.html>. Acesso em: 17 fev. 2017.

<sup>102</sup> Em 1931, o então interventor estadual de Santa Catarina, Ptolomeu de Assis Brasil, destinou 30% do território de Blumenau para a formação do município de Rio do Sul. Em fevereiro de 1934, Aristiliano Ramos subdividiu Blumenau em quatro novos municípios: Gaspar, Indaial, Timbó e Dalbérgia (Hamônia).

<sup>103</sup> Delegado de Blumenau. *O Estado*, 01 jun. 1935.

liberais tinham sob seu controle todas as prefeituras e delegacias municipais, que favoreciam determinadas ações. Contudo, deveriam agir com cautela, diminuindo a impressão deixada por seu antecessor de que a máquina estatal atuava segundo interesses particulares, rígida com seus adversários e branda com seus aliados.

O aumento dos conflitos entre comunistas<sup>104</sup> e integralistas pelo estado durante o ano de 1935 abriu a possibilidade para que Nereu Ramos agisse mais energicamente contra os extremismos, principalmente com os adeptos de Plínio Salgado. Através de seu chefe de polícia, baixou a Portaria nº 147, em 23 de julho de 1935, a qual proibia comícios, marchas, excursões e desfiles da AIB em todo o estado, pois estes estariam causando desordens, tumultos e mortes.<sup>105</sup> Como resposta a ação do interventor catarinense, o chefe integralista publicou uma carta nos jornais do país criticando as autoridades estatais de Santa Catarina, visto que tal fato não havia acontecido em nenhum outro estado, nem mesmo em São Paulo, onde existiriam mais de 60 mil inscritos nas fileiras do Sigma. Para Salgado, essa ação do governo catarinense teria relação direta com as eleições municipais que aconteceriam em março de 1936, com o prestígio político que seu movimento alcançava e com o vertiginoso aumento no número de adeptos de sua doutrina no estado governado por Nereu Ramos.<sup>106</sup>

---

<sup>104</sup> O comunismo e o socialismo, erradamente compreendidos como sinônimos pelos integralistas, eram vistos como expressões do materialismo, mas não como uma antítese do capitalismo, e sim como sua evolução natural. Desde a primeira publicação oficial do movimento em 1932, onde o comunismo é acusado de destruir a pessoa humana e a família, as críticas e denúncias contra tal ideologia serão constantes. No transcorrer do século XX, ao comunismo foi associado o racismo, o judaísmo, a mecanização e escravização do homem, a destruição da religião, da pátria e das tradições nacionais, a violência, os golpes cruéis, os assassinatos, os saques, os incêndios e massacres. Enfim, como diria Plínio Salgado (1937, p. 158), “o bolchevismo seria a prova de que satanás existe”. Entretanto, para alguns autores, (Cf. SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros*. Porto Alegre: Ed. da PUC-RS, 2001; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002; OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Perante o tribunal da história: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Dissertação de mestrado – Porto Alegre: PUC-RS, 2004), a ameaça comunista foi muito utilizada a partir dos anos 1920 pelas elites brasileiras para legitimar algumas políticas conservadoras e excludentes. Porém, não se pode deixar de destacar que o bolchevismo era visto como perigoso por essas mesmas elites que o usavam como uma ‘ameaça’ caso tivesse uma penetração na sociedade e nos sistemas políticos nacionais, pois incitava o conflito social, o desequilíbrio social e as lutas de classe. Helgio Trindade (1979) realizou entrevistas com alguns ex-adeptos do Sigma tentando compreender quais seriam os principais motivos de suas adesões ao movimento, sendo que o anticomunismo foi apontado pela grande maioria como a principal causa de sua entrada na AIB. Mas para este autor, tal sentimento entre os Camisas-verdes teria um caráter inicial motivacional e de arregimentação, pois somente após a rebelião vermelha de 1935 o comunismo realmente foi visto como uma ameaça. Também para Bertonha (2014), a ameaça bolchevique foi realmente uma preocupação para os integralistas somente após 1935, sendo que antes desse ano, o anticomunismo era mais um discurso aglutinador, do que um problema real, pois os inimigos centrais do integralismo eram o liberalismo e a democracia representativa.

<sup>105</sup> Determinação policial de combate ao extremismo da direita. *A Gazeta*, Florianópolis, 23 jul. 1935.

<sup>106</sup> Ao chefe de polícia de Santa Catarina. *Anauê*, Joinville, 17 ago. 1935.

Um detalhe interessante é que mesmo com a rápida duração dessa portaria proibindo reuniões e desfiles dos integralistas, ela foi revogada pelo Tribunal Regional Eleitoral em 15 de agosto de 1935,<sup>107</sup> os principais conflitos envolvendo estes e autoridades públicas no ano de 1935 aconteceram durante a sua vigência, entre 24 de julho e 14 de agosto. Em Jaraguá do Sul, no dia 29 de julho, foram presos Ricardo Gruenwaldt, líder municipal, e Hans Roedel por supostamente incentivarem um boicote a uma casa comercial, curiosamente, pertencente ao prefeito municipal, Waldemar Grubba, nomeado por Aristiliano Ramos e mantido por Nereu Ramos.<sup>108</sup> Em Canoinhas e São Bento do Sul foram fechadas as sedes integralistas em 30 de julho,<sup>109</sup> sendo neste último município registradas prisões de milicianos que usavam a Camisa-verde.<sup>110</sup> O chefe municipal de São Pedro de Alcântara foi detido em 09 de agosto por ter agredido o subdelegado local, enquanto de Campo Alegre foram enviados para a Capital alguns adeptos do Sigma presos.<sup>111</sup>

Segundo as autoridades policiais envolvidas nesses conflitos de julho e agosto de 1935, todas as prisões e o fechamento de sedes foram motivados pelo desrespeito a portaria de 23 de julho de 1935, visto que suas ações transcorreram dentro da lei e da ordem. Há razões para se pensar que Nereu Ramos buscava agir dentro da legalidade, ou ao menos com justificativas plausíveis para atacá-los, pois o Brasil passava por um período de normalidade constitucional e a AIB estava legalmente registrada e reconhecida como um partido político. Tal fato lhe assegurava o direito a livre manifestação e expressão do pensamento. Nenhuma prisão poderia acontecer em decorrência do uso de roupas e símbolos que fizessem alusão a qualquer partido, ou de qualquer demonstração pública de posicionamento político. Nesse sentido, por mais rápida que tenha sido a duração dessa portaria, o governador estadual realizou prisões e fechou núcleos do integralismo em algumas cidades do estado usando-a como justificativa.

Ao final do ano de 1935, os integralistas já não eram apenas uma ameaça para os republicanos do Vale do Itajaí. O sucesso dos Camisas-verdes no transcorrer de 1935, a fundação de novos núcleos e o aumento de seus adeptos pelo estado levaram os liberais

---

<sup>107</sup> Os integralistas podem usar Camisa-verde. *O Estado*, Florianópolis, 15 ago. 1936.

<sup>108</sup> Combatendo o integralismo: presos os chefes integralistas de Jaraguá e São Pedro de Alcântara. *A Gazeta*, Florianópolis, 29 jul. 1935.

<sup>109</sup> Combate tenaz da polícia catarinense: fechadas as sedes integralistas de Canoinhas e São Bento. *A Gazeta*, Florianópolis, 30 jul. 1935.

<sup>110</sup> A polícia e o integralismo. *A Gazeta*, Florianópolis, 30 jul. 1935.

<sup>111</sup> Integralistas presos. *A Gazeta*, Florianópolis, 09 ago. 1935.



a considerá-los seus principais adversários políticos naquele momento. Mas essa rápida expansão da AIB no Vale do Itajaí não chamou somente a atenção dos republicanos e dos liberais catarinenses. A diretoria nacional do integralismo também observava seu crescimento em Santa Catarina com entusiasmo. Dessa forma, decidiu realizar o I Congresso Integralista das Províncias do Sul em Blumenau, nos dias 06, 07 e 08 de outubro de 1935.

Antes da realização do congresso circularam boatos de que a qualquer momento violentos conflitos poderiam acontecer. Esses rumores se iniciaram quando os Camisas-verdes alegaram ter interceptado um telefonema no qual ficaram sabendo que o delegado especial de Blumenau, Trogilio Mello, e o chefe de polícia da Capital, estavam organizando um grupo de “elementos” de Florianópolis para juntamente com “os aliados em Blumenau” perturbarem a ordem pública durante as solenidades do congresso. Ainda segundo as escutas telefônicas realizadas pelos adeptos do Sigma, uma metralhadora foi oferecida ao governo do estado por autoridades de Rio do Sul, caso este desejasse impedir o desembarque dos participantes do congresso.<sup>112</sup>

Apesar das denúncias, o congresso transcorreu sem nenhum grande incidente, com a presença de milicianos de sete estados, ou províncias como chamavam os Camisas-verdes (Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais). Foram realizadas palestras de altas autoridades do movimento como Plínio Salgado, Gustavo Barroso, Everaldo Leite e Madeira de Freitas com salões totalmente lotados.<sup>113</sup> Segundo estimativas do jornal *A Gazeta*, mais de 40 mil Camisas-verdes marcharam “em ordem” pelas ruas de Blumenau durante o desfile de domingo.<sup>114</sup> Já para um integralista paranaense que participou e acompanhou o evento, entre homens e mulheres 10 mil pessoas estiveram presentes (TRINDADE, 2016, p. 498).

---

<sup>112</sup> O chefe de polícia e o integralismo. *O Estado*, Florianópolis, 03 out. 1935.

<sup>113</sup> Congresso integralista de Blumenau. *A Gazeta*, Florianópolis, 05 out. 1935.

<sup>114</sup> Congresso integralista de Blumenau – O Dr. Plínio Salgado, chefe nacional do integralismo, e o Dr. Gustavo Barroso, expoentes da cultura brasileira, discursarão, hoje, à noite, no Cine Odeon. *A Gazeta*, Florianópolis, 09 out. 1935.

## 1.4 – As eleições municipais de 1936

Em 1º de março de 1936 seriam realizadas eleições em Santa Catarina, nas quais se escolheriam prefeitos, vereadores e juízes de paz. A disputa desses cargos aconteceria entre liberais, republicanos e Camisas-verdes. Para o interventor Nereu Ramos e os liberais que buscavam consolidar seu poder político no estado a partir de 1930, o domínio das administrações municipais era de extrema importância. Para os republicanos, perdedores em 1930, obter o mando do maior número possível de municípios, principalmente no Vale do Itajaí, era uma forma não só de restaurar seu prestígio político, mas de se opor ao situacionismo estadual e aos integralistas. Estes por sua vez diziam se lançar a luta política no estado apenas por obediência “aos planos de ação traçados pelas chefias superiores”. Apresentavam-se como uma opção a “todos, que descreem da politicagem sórdida e dissolvente, a todos os caracteres bem formados, a todos que, acima dos interesses secundários, colocam o sossego e a felicidade da família brasileira”.<sup>115</sup>

O avanço da chamada “onda verde”<sup>116</sup> pelo estado no começo de 1936 preocupava republicanos e liberais, visto que estes previam derrotas em importantes cidades antes mesmo das eleições.<sup>117</sup> Uma maneira encontrada pelas tradicionais lideranças políticas para conter o integralismo em Santa Catarina foram alianças inusitadas. Republicanos e liberais, adversários declarados desde o começo da década de 1920, uniram-se nas cidades de Blumenau, Joinville e Jaraguá do Sul visando o pleito eleitoral de março de 1936.

Em Joinville foi criada a Frente Única Pró-Joinville; em Blumenau, a União Democrática Blumenauense; e em Jaraguá do Sul, a Frente Única Por Jaraguá.<sup>118</sup> Mesmo com a união temporária, os Konder e os Ramos não tiveram sucesso, pois não foram capazes de vencer os Camisas-verdes. Nem a proibição de comícios, desfiles e a circulação de seus adeptos com uniforme, ou qualquer símbolo relacionado ao movimento, às vésperas das eleições, conseguiram diminuir o seu prestígio entre os catarinenses e afetar os resultados das urnas.<sup>119</sup> Estes elegeram oito prefeitos, todos no

---

<sup>115</sup> Integralismo. *Jaraguá*, Jaraguá do Sul, 08 fev. 1936.

<sup>116</sup> A onda verde e a candidatura Aristides Largura. *A Notícia*, Joinville, 07 fev. 1936.

<sup>117</sup> Os “Camisas-verdes” vencerão em seis municípios? *A Gazeta*, Florianópolis, 19 fev. 1936.

<sup>118</sup> Nova coligação. *Jaraguá*, Jaraguá do Sul, 08 fev. 1936.

<sup>119</sup> Cassado o mandado de segurança dos integralistas. *A Gazeta*, Florianópolis, 20 fev. 1936.

Vale do Itajaí e Nordeste, 75 vereadores e dezenas de juízes por todo o estado.<sup>120</sup> Victor Konder, tradicional líder político do PRC no Vale do Itajaí, não conseguiu sequer se eleger vereador em Blumenau.<sup>121</sup>

O veredicto das urnas gerou descontentamento em ambos os grupos políticos, os quais tentaram invalidá-los. Em 08 de março de 1936, o deputado liberal Rogério Vieira<sup>122</sup> recorreu ao Tribunal Regional Eleitoral pedindo a anulação das candidaturas integralistas.<sup>123</sup> Segundo ele, a partir do novo código eleitoral de 1934, como a AIB era um partido nacional, quem deveria assinar os documentos para o registro de seus candidatos para as eleições municipais de 1936 seria o chefe nacional, Plínio Salgado, e não os chefes provinciais. Como em Santa Catarina o chefe provincial Othon Gama D'Eça havia assinado tais documentos, solicitava a impugnação de todos os candidatos integralistas no estado. Em 16 de maio fora proferida a resposta ao pedido de Rogério Vieira, sendo este rejeitado por quatro votos a um pela “mais alta corte de justiça eleitoral do país”.<sup>124</sup>

Mas ao mesmo tempo em que procuravam impugnar as candidaturas integralistas nos tribunais de Santa Catarina, liberais, republicanos e autoridades estatais passaram a associá-los com mais ênfase aos fascismos europeus, principalmente com o nazismo. Em 06 de março, ainda sem a confirmação dos resultados, *A Notícia* escrevia em suas páginas que em Joinville os Camisas-verdes haviam conquistado mais votos nas seções onde se verificava um predomínio de colonos, pois estes estariam ligados “através de tradições de sangue, à mentalidade afeita à disciplina militarizada”.<sup>125</sup> O *Correio do Povo* noticiava em 14 de março de 1936 que as autoridades e o governo estavam voltando suas atenções para as vitórias do

---

<sup>120</sup> As eleições em Santa Catarina. *Anauê*, Florianópolis, 16 maio 1936; As eleições municipais em nossa província. *Jaraguá*, Jaraguá do Sul, 02 maio 1936. Foram eleitos os seguintes integralistas: Alberto Stein, Blumenau; Aristides Largura, Joinville; Adolpho Walendowski, Brusque; Mateus Conceição, Rio do Sul; Frederico Schmidt, Hamônia (Ibirama); Antonio Venera dos Santos, São Bento do Sul; Carlos Brandes, Timbó; Leopoldo Gerente, Jaraguá do Sul. Em Rodeio, município desmembrado de Timbó pela Lei Estadual nº 104 de 22 de outubro de 1936, aconteceram eleições em 09 de março de 1937, tendo sido vencedor nas urnas o integralista Angelo Tomelin. Contudo, devido a impugnação de uma sessão eleitoral, saiu vitorioso o candidato liberal Silvío Scoz. Cf. PIAZZA, Walter F. *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Ed. ALESC, 1985. P. 19.

<sup>121</sup> O ex-ministro Vitor Konder, candidato a vereador de Blumenau, não conseguiu eleger-se. *A Gazeta*, Florianópolis, 19 mar. 1936.

<sup>122</sup> Rogério Vieira era irmão de Cid Vieira, o comunista supostamente assassinado por integralistas em Canoinhas no começo de julho de 1935.

<sup>123</sup> O deputado Rogério Vieira recorre para o Tribunal Regional dos votos dados aos integralistas. *A Notícia*, Joinville, 08 mar. 1936.

<sup>124</sup> A anulação das eleições dos prefeitos integralistas. *Jaraguá*, Jaraguá do Sul, 06 maio 1936.

<sup>125</sup> As eleições municipais. *A Notícia*, Joinville, 06 mar. 1936.

integralismo nas colônias de povoação teuto-brasileira em Santa Catarina, concluindo ser esse prestígio nada mais que “o reflexo do hitlerismo da Alemanha”.<sup>126</sup>

Em 17 de março de 1936, quando de sua viagem ao Rio de Janeiro, ao ser indagado por um jornalista sobre a vitória de seus adversários nas eleições municipais de 1936, Nereu Ramos respondeu da seguinte maneira:

Vou explicar essa vitória do integralismo, ou melhor do hitlerismo no meu estado. Digo hitlerismo, porque lá o fenômeno integralista não se apresenta com as características que esse partido tem em outras unidades da federação. Em todos os municípios em que o integralismo venceu, o elemento teuto predomina. A bandeira não é Plínio Salgado. É Hitler. Pergunta-se ao colono: “Você é integralista?” e ele responde: “Sou hitlerista!” É a mística do militarismo alemão, como bem definiu, em sua brilhante inteligência, o ministro Marques dos Reis. Acho que já é o momento de iniciarmos uma obra enérgica de nacionalização desses municípios em que a colonização germânica insiste em não se adaptar a vida brasileira, aos nossos costumes, as nossas tendências espirituais, aos nossos interesses econômicos. De mim, não tenho poupado esforços para cumprir meu dever nesse terreno.<sup>127</sup>

A discussão na historiografia brasileira sobre as relações do integralismo com os fascismos europeus atingiu um número considerável de pesquisas.<sup>128</sup> Ao que tudo indica existe certo consenso sobre o tema: a AIB estava inserida dentro de um movimento mundial nas primeiras décadas do século XX de avanço de ideias autoritárias, nacionalistas, elitistas e anticomunistas, as quais defendiam uma intervenção estatal na economia, na política e nos conflitos trabalhistas e sociais. Os principais exemplos e modelos dessa ‘nova política’ eram o fascismo italiano de Benito Mussolini e o nazismo alemão de Adolf Hitler.<sup>129</sup>

Da mesma forma, é ponto comum que sem um contexto nacional, concretamente e ideologicamente propício ao avanço dessa ‘nova política’, os Camisas-verdes e outros movimentos semelhantes não surgiriam no Brasil, e provavelmente em outras partes do mundo. Assim sendo, é possível afirmar que estes movimentos foram influenciados pelas ideias que circulavam numa Europa receosa em relação ao liberalismo, ao comunismo, às agitações sociais e à democracia, propensa a aderir a projetos e políticos nacionalistas extremistas, ao mesmo tempo em que viviam as transformações e os

---

<sup>126</sup> O fim da festa. *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 14 mar.1936.

<sup>127</sup> A bandeira não é Plínio Salgado: é Hitler. *Correio de São Paulo*, São Paulo, 19 mar. 1936.

<sup>128</sup> Cf. BERTONHA, 2014.

<sup>129</sup> Conforme Carla Brandalise (1992, p. 69), “nos anos de 1920 e 1930, o prestígio dos Estados fascistas era tal que estes se tornaram grandes modelos de referência a imitar e assimilar”.

problemas econômicos, políticos, sociais e culturais do Brasil no começo do século XX. Apesar da constante procura por soluções para os problemas brasileiros na realidade nacional, na nossa formação histórica e tradições, de uma maneira geral, os ideólogos tupiniquins estavam sempre com os olhos e ouvidos atentos ao velho mundo.<sup>130</sup>

Como um dos princípios básicos da maioria desses movimentos de inspirações fascistas surgidos após a Primeira Guerra Mundial pelo mundo era o nacionalismo, em oposição ao internacionalismo socialista, as referências às influências externas eram minimizadas em seus discursos. Enquanto movimentos nacionalistas destacavam categoricamente o papel das especificidades locais na sua formação, sua “originalidade” (GONÇALVES, 2012, p. 163), e que o discurso ideológico fascista internacional não era apropriado e reverberado como um todo, mas sim alguns pontos e temas, os quais poderiam ser adequados à realidade de cada país. Ou seja, o nacionalismo integral francês de Charles Maurras, o integralismo lusitano de Antonio Sardinha, a Itália fascista de Mussolini e a Alemanha nazista de Hitler, sempre foram modelos a seguir pelos Camisas-verdes. Todavia, segundo os ideólogos integralistas, o regime a ser instaurado no Brasil seria inspirado nas questões e especificidades de nosso território, de nossa sociedade e do nosso povo.

Dessa forma, não se pode entender o surgimento de movimentos nacionalistas pelo mundo nas primeiras décadas do século XX sem atentarmos para as ideias, conquistas e avanços desses grupos e regimes europeus. Contudo, era claro para todas as organizações daí inspiradas, que tais influências externas deveriam ser silenciadas, ocultadas, subtraídas de seus escritos e discursos em nome da valorização das características locais, sejam elas históricas, territoriais, populacionais, e, em alguns casos, étnicas. Por mais que o Sigma afirmasse ser essencialmente nacional, estar em

---

<sup>130</sup> Recentemente a chamada “hipótese fascista”, defendida por Hélió Trindade e outros autores mencionados anteriormente, fora alvo de críticas de Alexandre Pinheiro Ramos. Tanto em sua tese de doutorado defendida em 2013 (*Intelectuais e carisma: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930*) quanto em artigos posteriores publicados em 2014 e 2016 (*O Integralismo, de Hélió Trindade, quarenta anos depois: uma crítica à sua recepção; Comentários a partir da entrevista de Hélió Trindade*), Ramos buscou demonstrar que o fascismo não deveria ter um destaque central na explicação e caracterização da AIB, pois segundo ele, as influências católicas, o contexto nacional e a participação e ação política de determinados intelectuais seriam mais importantes na compreensão desse movimento. A resposta de Trindade às críticas de Ramos veio numa entrevista publicada no começo de 2016 (*Camisas Verdes, 45 anos depois – uma entrevista com Hélió Trindade*), e no seu mais recente livro (*A tentação fascista no Brasil*). Para Trindade, apesar da tese de Ramos estar apoiada numa sofisticada bibliografia, esta não conseguiu demonstrar com clareza a hipótese a que se propôs sobre a “natureza eminentemente intelectual da AIB”, tampouco, contradizer sua “hipótese fascista”. Assim sendo, “apesar de seu enfoque inovador”, a tese de Ramos “coexiste com a hipótese fascista, embora agregue uma instigante releitura do integralismo como movimento intelectual” (TRINDADE, 2016c, p. 19).

sintonia com nossa história, baseado em nossas necessidades, nas vontades e tradições do povo e do território brasileiros, é inegável sua inspiração ideológica e intelectual na Europa do início do século XX, sendo possível considerá-lo como parte de um movimento internacional de caráter fascista, o qual tinha como princípio básico o nacionalismo.<sup>131</sup>

Para Hélió Trindade (1979) a semelhança entre o integralismo e outros movimentos políticos de caráter fascista no começo do século XX pode ser encontrada principalmente na exaltação nacionalista. Da mesma forma que seriam inegáveis as influências dos fascismos europeus na concepção, organização, militância e elaboração ideológica do Sigma e de movimentos genéricos pelo mundo. A recusa ao socialismo, o antiliberalismo, o anticapitalismo internacional, o mito da transformação social, a defesa do espiritualismo,<sup>132</sup> a oposição ao materialismo, a transformação do Estado, a similaridade dos preconceitos (judeus/maçons/igualdade natural) e a visão pessimista da

---

<sup>131</sup> Cf. TRINDADE, 1979; SEITENFUS, 1985; GERTZ, 1987; BRANDALISE, 1992; CAVALARI, 1999; CALIL, 2001; BERTONHA, 2014.

<sup>132</sup> A defesa de um caráter espiritual, da preponderância da ideia sobre a matéria foi o ponto chave e a base de todo o pensamento integralista. Para eles empenhados numa revolução das ideias, na formação de uma nova consciência nacional, sob a dependência e de acordo com as leis divinas, não deveria interessar o poder, as disputas políticas. O conflito entre os valores espirituais e materiais seria uma questão central da ideologia do Sigma. A conquista do Estado, assim como a formação de uma nova consciência enquadram-se totalmente nessa dicotomia entre o material e o espiritual que marcou sua doutrina. Quando ficou evidente a partir de 1935 para a maioria dos brasileiros, ou ao menos para aqueles que acompanhavam a política nacional, que os Camisas-verdes desejavam controlar o executivo nacional, que tinham um propósito claro de ocupar cargos públicos, estes se viram obrigados a proclamar que só queriam alcançá-lo para que pudessem realizar o seu objetivo principal, ou seja, a revolução espiritual das consciências e das almas, a formação de uma nova mentalidade. Essa revolução espiritual defendida pelos Camisas-verdes fazia-se necessária devido ao fato de que após o século XV, e a circulação dos ideais iluministas, mas principalmente após a Revolução Francesa e o advento da civilização materialista do século XIX, teria acontecido uma desorganização do mundo, onde os valores espirituais cederam espaço aos valores materiais. Assim, no combate ao materialismo iluminista, e ao ateísmo dessa terceira humanidade, o integralismo defendia princípios doutrinários espiritualistas fundamentados na doutrina social católica do século XIX, e na ideia de uma harmonia social, onde uma hierarquização humana se justificaria devido a uma vontade divina, que colocaria ordem e fim aos conflitos sociais. Nessa sociedade espiritualizada, harmônica e hierarquizada, o homem deveria realizar suas aspirações materiais, intelectuais e morais, conforme sua posição social; a sociedade deveria funcionar harmoniosamente; e o Estado deveria manter o equilíbrio entre o homem e a sociedade, contendo os excessos de ambas as partes, para que a humanidade atingisse o seu superior destino de aperfeiçoamento, que levaria ao surgimento do homem integral: econômico, político e espiritual. Tudo isso de acordo e em fina sintonia com os desígnios divinos, pois segundo o *Manifesto de Outubro de 1932*, Deus deveria guiar os destinos dos povos, e o homem, através de seu trabalho, além de se dignificar, amparar a sua família e realizar a grandeza da sociedade e da pátria, caminharia na busca de sua sobrenatural finalidade. Dessa forma, toda a ideologia integralista girava em torno de uma oposição entre o espiritualismo, visto como a bondade, a solidariedade humana, o senso estético e religioso, que marcou um período de prosperidade e ordem para a humanidade durante a Idade Média; e o materialismo, representado como o orgulho, a vaidade, a rebelião e a indisciplina, sentimentos que estariam muito presentes no início do século XX, e que seriam os grandes responsáveis pelos problemas sociais mundiais daquele período (Cf. SALGADO, 1933; 1936).

história também eram ideias compartilhadas por muitos desses movimentos nacionalistas.

O integralismo se apresentava como um movimento genuinamente brasileiro, fruto das vontades nacionais, ao mesmo tempo em que se percebia como parte de algo universal, resultado de um movimento de reorganização estatal, política, econômica e social mundial de contenção do avanço do comunismo e dos conflitos sociais. Ao que tudo indica, esses movimentos de caráter fascista surgidos em vários países do mundo possuíam objetivos e características comuns que os “unia numa espécie de família fascista internacional”, sendo possível traçar um paralelo entre diversos movimentos surgidos após a Primeira Guerra Mundial, conferindo a eles uma identificação fascista (TRINDADE, 2016c).

Essa similaridade de características mostrada por Trindade entre a ideologia integralista e outros movimentos de caráter fascista, e a ideia de pertencimento a uma ‘família fascista internacional’ torna-se evidente nos escritos dos principais líderes do movimento, pois, como diria Gustavo Barroso (1936, p. 89-90), “somos simplesmente ramos da mesma árvore, filhos da mesma doutrina resultados da mesma concepção totalitária do universo”. Para Miguel Reale (1983, p. 163), tal fato não se negaria, como “seria tolice querer forjar para o Brasil um sistema político inteiramente original, isolando-o das correntes universais que se empenham na reconstrução integral da estrutura da sociedade”.

Portanto, para além das perceptíveis convergências ideológicas, existia uma identificação e um sentimento de proximidade entre os fascismos europeus e os principais líderes da AIB, mesmo com estes reforçando constantemente a originalidade do Sigma. Essa convergência ideológica, essa identificação de seus principais líderes e adeptos, e os constantes elogios apontam não só uma circulação de ideias fascistas, como também a consciência dos Camisas-verdes de que faziam parte de algo maior, de uma ‘nova política’, de um movimento mundial nacionalista (BERTONHA, 2014).

Os jornais integralistas da década de 1930 deixam evidente essa afinidade e admiração através dos constantes elogios e enaltecimentos a Alemanha, a Itália, a Portugal e a Espanha, como também aos regimes autoritários de direita e grupos fascistas presentes na América Latina, na França, na Áustria, nos Estados Unidos, na Inglaterra, no Canadá, na Holanda, na Polônia, na Bélgica, na Romênia, na Hungria, na Suíça, na África do Sul, na Austrália, na Turquia e no Japão.

O maior exemplo de tal simpatia aos movimentos fascistas nos jornais integralistas pode ser encontrado nas páginas do seu maior periódico, *A Offensiva*.<sup>133</sup> Neste, além da exaltação de ‘governos fortes’ e do surgimento de uma nova era, no caso o fascismo, eram corriqueiros os elogios a Alemanha nazista e as ações de Adolf Hitler, mesmo quando na noite de 30 de junho para 1 de julho de 1934, naquela que ficou conhecida como *A Noite dos Longos Punhais* ou *Noite das Facas Longas*, o *Führer* assassinou 85 adversários políticos, muitos de seu próprio partido, e prendeu milhares de outros (PASCHOALETO, 2013).

Tanto para Trindade (1981) quanto para Bertonha (2003), essas influências fascistas não só são evidentes, como são perceptíveis suas variações de intensidade e a maneira como estas atingiram os principais líderes do movimento. Plínio Salgado seria o menos fascista dos chefes integralistas, apesar de sua admiração pelo integralismo lusitano e pelo fascismo italiano, contudo, o mais conservador, místico e próximo do catolicismo. Miguel Reale fora aquele que mais se dedicou ao estudo e a sistematização do Estado Integral, e o que mais contribuiu para a divulgação do pensamento fascista do *Duce*. Várias de suas obras versavam sobre a organização corporativa do novo Estado que pretendia implantar e a questão social, visto que seu modelo estatal era fortemente influenciado pela ‘Nova Itália’. Por sua vez, Gustavo Barroso estaria vinculado a uma ala mais ‘romântica’, centrada no tradicionalismo católico. Era aquele que demonstrava mais simpatias pelo nacional-socialismo alemão, deixando evidente em suas obras não só uma grande admiração por Adolf Hitler e pela Alemanha nazista como um forte discurso antissemita.

Os escritos de Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso deixam evidentes as influências do fascismo italiano, do nazismo alemão e dos integralismos francês e lusitano na formação da AIB. Mas dentre essas inspirações destaca-se como a maior e mais importante o fascismo italiano. Sua doutrina corporativa, a descrença na democracia e a defesa da preponderância do Estado em relação ao indivíduo foram importantes apropriações desse regime pelos integralistas. Contudo, essa proximidade e identificação não aconteciam somente no campo das ideias. A embaixada da Itália e os demais órgãos de sua colônia no Brasil tornaram-se um local de contato e apoio, nos quais eram trocadas influências políticas, intelectuais e auxílios financeiros, pois entre

---

<sup>133</sup> Conforme Murilo Paschoaleto (2013), *A Offensiva* circulou entre os anos de 1934 e 1938, com um total de 748 edições diárias, e, apesar de editado e publicado no Rio de Janeiro, possuía uma circulação nacional.



os anos de 1936 e 1937 o fascismo italiano transferiu dinheiro regularmente para os Camisas-verdes (BERTONHA, 2001).

Para Carla Brandalise (2016), essa simpatia e identificação, não só dos adeptos do Sigma como de outros brasileiros com a Itália e o fascismo era facilitada devido às ações tomadas a partir da década de 1920 por Benito Mussolini. Estas ações visavam uma aproximação dos italianos com o continente latino-americano, quando foram enviados para o Brasil intelectuais e artistas para divulgar a latinidade e reforçar os laços de amizade com nosso país. O único ponto de atrito entre o *Fascio* e o Sigma estava relacionado à militância, mais precisamente a captação de novos membros. Ambos buscavam atrair para suas fileiras os brasileiros descendentes de italianos, gerando algumas vezes desentendimentos.

Até o momento não se tem conhecimento de nenhuma relação ou acordo oficial estabelecido entre a Alemanha nazista e os integralistas. A pesquisa de Ana Maria Dietrich (2007) demonstra que apesar dos vários pedidos de auxílio financeiro dos integralistas à Hitler, não houve colaboração em nenhum momento entre ambos, tampouco alguma política oficial de aproximação. Segundo ela, para o 3º Reich, a AIB representaria uma onda nativista de ameaça aos ideais da germanidade no Brasil, e qualquer tentativa de aproximação do governo alemão poderia desagradar o governo brasileiro. Era recomendado um distanciamento de autoridades alemãs no Brasil dos Camisas-verdes.

Mesmo com essa postura receosa e defensiva da Alemanha nazista em relação ao seu congênere brasileiro, os adeptos do Sigma buscavam uma aproximação. Estes tentavam constantemente demonstrar a semelhança de seu movimento com o regime hitlerista, visando assim atrair os filhos de alemães nascidos no Brasil. Nesse sentido, Dietrich nos sugere que apesar dos pronunciamentos partidários, das posturas oficiais desses dois movimentos, no cotidiano de alemães e teuto-brasileiros nas regiões coloniais do Sul do Brasil, os discursos se misturavam e a colaboração se dava em níveis diferentes, muitas vezes contrários as ordens e escritos oficiais, variando conforme os contextos e interesses locais.

O integralismo lusitano não teve a mesma projeção mundial que o fascismo italiano e o nazismo alemão, tampouco a mesma duração, contudo, suas ideias foram de extrema importância para a formação do pensamento integralista brasileiro. Conforme Leandro Pereira Gonçalves (2012, p. 261), nesse movimento conservador português

estariam as “matrizes originárias do pensamento pliniano”, pois as concepções e preceitos ideológicos desenvolvidos a partir de outubro de 1932 por Plínio Salgado e seus adeptos, como o nacionalismo autoritário, o anticomunismo, o antiliberalismo, o antioligarquismo, o espiritualismo e a prática cristã, estariam presentes entre os integralistas lusitanos desde o final da década de 1910.

Segundo Leandro Pereira Gonçalves (2012, p. 165), o “pensamento de Plínio Salgado nasceu da influência do Integralismo Lusitano, que é oriundo no maurrasianismo, da Doutrina Social da Igreja, bem como de alguns aspectos da doutrina e prática do Fascismo italiano”. Enquanto no movimento liderado por Benito Mussolini era encontrada uma experiência prática das ideias nacionalistas e fascistas surgidas na Europa no começo do século XX, no integralismo lusitano estariam as bases do pensamento integralista brasileiro e sua principal inspiração ideológica.

A influência do integralismo de Antônio Sardinha no seu congêneres brasileiro é inegável, visto que Portugal sempre fora uma referência fundamental para os pensadores e políticos brasileiros, os quais acompanhavam regularmente as notícias sobre movimentos conservadores e fascistas em terras lusitanas. Dessa forma, “através de leituras comuns, circulação de pessoas e ideias e de uma solidariedade ao menos difusa, o integralismo tinha contatos claros com a realidade portuguesa e um diálogo intenso com ela” (BERTONHA, 2011, p. 73).

Como os integralistas não podiam negar a influência dos fascismos europeus, estes passaram a enfatizar a questão do caráter nacional e original de seu movimento. Em alguns casos a diferenciação era buscada no alto grau de espiritualidade e na doutrina, ‘mais perfeita e elaborada’ que o Sigma possuía em relação aos seus congêneres pelo mundo. Em outros momentos esse distanciamento estaria no caráter ordeiro e pacífico do movimento, o qual não faria uso de métodos violentos. Assim, ao mesmo tempo em que afirmavam a originalidade do integralismo, e que este era uma criação a partir da realidade nacional e dos problemas que afetavam os brasileiros, viam-se enquanto parte de uma família fascista internacional, a qual tinha como base o nacionalismo.

Havia uma proximidade ideológica, sentimental e política entre os Camisas-pretas, os Camisas-pardas e os Camisas-verdes. Uma afinidade de interesses e propósitos os unia além do discurso nacionalista, fazendo-os desejar a formação de um ‘internacionalismo de pátrias’. Nesse sentido, podemos inferir que todos esses

movimentos nacionalistas surgidos no início do século XX pelo mundo partilhavam, “no seu âmago, de uma doutrina ou pontos doutrinários comuns” inspirados nos movimentos fascistas europeus (PASCHOALETO, 2013, p. 53).

Muitos brasileiros, e não só os que ingressaram nas fileiras do Sigma, viram nos regimes fascistas europeus um exemplo a se seguir, uma alternativa entre o liberalismo e o comunismo a partir da década de 1920. Como disse Hobsbawn (1995), o fascismo foi a ‘onda’ da década de 1930. No Brasil a expressão mais concreta dessa ‘nova política’, dessa ‘terceira alternativa’ que impactava o mundo no começo do século XX foi o integralismo. Contudo, visando à criação de um movimento que não perderia o contato com a realidade nacional e a sua originalidade, mas que possuiria um caráter fascista internacional era necessária uma apropriação dos fundamentos universais do fascismo e uma adaptação destes ao meio nacional, às particularidades do homem e do território brasileiro. Como diria Gustavo Barroso, isso não seria difícil, pois eles eram ramos da mesma árvore, membros da grande família fascista internacional, frutos das mesmas inquietações que assolavam à humanidade.

Mesmo sendo consenso que a AIB está totalmente ligada aos fascismos europeus, os quais foram sua inspiração e exemplos a seguir, afirmar nos jornais que os integralistas catarinenses eram ‘hitleristas’ é um grande exagero. Sabe-se que o nazismo e o fascismo eram admirados por uma grande parcela dos catarinenses das regiões coloniais que aderiram a AIB, sendo que muitos destes que adotaram o Sigma o fizeram por uma simpatia aos seus países de origem e aos fascismos europeus. Contudo, imigrantes e seus descendentes residentes nas regiões coloniais compreendiam que não seria nem Hitler nem Mussolini que iriam resolver seus problemas cotidianos.

A associação dos Camisas-verdes aos nazistas, da mesma forma que as insinuações de que estes não consideravam Plínio Salgado como seu líder, mas Adolf Hitler, estavam relacionadas principalmente ao projeto de poder dos liberais e de Nereu Ramos, visto que muitas vezes estes deturpavam a verdade. A formação de um pensamento não só em Santa Catarina como no Brasil, em relação ao perigo nazista sobre algumas regiões do estado favorecia seus planos, pois ações mais enérgicas poderiam ser tomadas. A partir de 1936 foi uma maneira encontrada pelo governo do estado legitimar suas ações contra adversários políticos que aumentavam continuamente seu eleitorado e prestígio.

## 1.5 – Combatendo o integralismo a ferro e fogo

O Rio Grande do Sul foi o primeiro estado a desenvolver uma campanha sistemática contra os integralistas. Nesse estado, a partir do ano de 1935 iniciou-se uma constante repressão estatal aos Camisas-verdes, na qual tornou-se regra a perseguição a estes (BRANDALISE, 1992, p. 188). Tais ações estavam relacionadas a animosidade gerada pelo desenvolvimento do integralismo no estado gaúcho, não só entre o interventor Flores da Cunha<sup>134</sup> e o Partido Republicano Liberal (PRL), como entre a oposição estadual, unida nesse momento sobre a legenda do Partido Libertador (PL). Estes últimos, desde o ano de 1934 acusavam nas páginas dos jornais gaúchos os integralistas de fascistas e antiliberais.

Em virtude dessas disputas políticas, principalmente entre o PRL e a AIB pela conquista dos eleitores das áreas de imigração, o governo do Rio Grande do Sul desencadeou uma série de repressões e ações policiais contra os adeptos do Sigma no início do ano de 1935, as quais prosseguiram no transcorrer de 1936. Durante esses dois anos, os núcleos de Taquara, Montenegro, Cruz Alta, Erechim, Canela e Gramado foram fechados, ao mesmo tempo em que adeptos do Sigma foram coagidos a abandonar o município de Palmeiras, e presos, como o chefe municipal de Estrela (BRANDALISE, 1992, p. 2014).

A partir dos meados de 1935, o governador paranaense Manoel Ribas<sup>135</sup> passou a promulgar uma série de restrições aos adeptos do Sigma em seu estado, proibindo-os de usar sua camisa, realizar propaganda política, organizar caravanas, reunir-se em locais públicos e exibir filmes (ATHAIDES, 2013). Após as eleições municipais de setembro de 1935, quando os integralistas paranaenses elegeram 2 prefeitos, 33

---

<sup>134</sup> José Antônio Flores da Cunha nasceu em Santana do Livramento, no ano de 1880. Em 1912 fora eleito deputado federal pelo estado do Ceará, vindo a exercer esse cargo pelo seu estado natal entre os anos de 1918 e 1928. Participou ativamente do movimento de 1930, sendo nomeado interventor do Rio Grande do Sul em 1930, e eleito governador no ano de 1935. Em 1937 fora exilado do país por seu antigo aliado político, Getúlio Vargas. No ano de 1946 compôs a Assembleia Constituinte e fora eleito deputado federal pelo Rio Grande do Sul, posto em que permaneceu até o ano de 1959. Cf. José Antônio Flores da Cunha. In: FGV/CPDOC - Dicionários: verbete biográfico, 2017. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/jose-antonio-flores-da-cunha>. Acesso em: 14 nov. 2017.

<sup>135</sup> Nascido em Ponta Grossa (PR) no ano de 1873 radicou-se em Santa Maria (RS) em 1902, onde iniciou sua carreira política tornando-se prefeito do município. Em 1931 foi lembrado por Getúlio Vargas para assumir a interventoria do Paraná, permanecendo neste até o final de 1945. Cf. Manuel Ribas. In: FGV/CPDOC - Dicionários: verbete biográfico, 2017. In: Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbeta-biografico/ribas-manuel-interv-pr>. Acesso em: 27 set. 2017.

vereadores e vários juizes de paz, os desentendimentos com as autoridades estatais tornaram-se constantes (ATHAIDES, 2015).

Em dezembro de 1935, o maior jornal integralista do estado do Paraná, *A Razão*, encerrou sua circulação devido à censura de Manoel Ribas e as humilhações que vinham sofrendo. Em 25 de abril de 1936, o governo paranaense decretou o fechamento de todos os núcleos da AIB no estado, e no mês seguinte, “abriu sindicância entre os auxiliares da polícia estadual, à caça de integralistas na corporação” (ATHAIDES, 2013, p. 135). Numa entrevista publicada no jornal *O Estado*,<sup>136</sup> ao explicar o fechamento dos núcleos da AIB em abril de 1936, Manuel Ribas teria dito que o desrespeito a Getúlio Vargas e os resultados alcançados pelos integralistas catarinenses nas eleições municipais o levaram a iniciar uma ação contra estes. Em seu estado não permitiria a “repetição dos fatos ocorridos em Santa Catarina”, onde os Camisas-verdes “chegaram ao auge, tendo se apossado de algumas municipalidades”.

Em Santa Catarina, no dia 05 de setembro de 1936, Nereu Ramos lançou a Portaria nº 117. Esta, em conformidade com o Estado de Guerra decretado por Getúlio Vargas em 21 de março de 1936,<sup>137</sup> proibia o uso de uniformes e quaisquer símbolos relacionados à AIB.<sup>138</sup> Alguns dias mais tarde, em 10 de setembro, um contingente policial fechou a sede integralista de Florianópolis,<sup>139</sup> na qual realizou-se uma varredura atrás de armas e documentos que comprovassem qualquer irregularidade do Sigma, porém, nada foi encontrado.<sup>140</sup>

O motivo alegado pelas autoridades catarinenses aos jornais para tal ação seria uma declaração de Othon Gama D’Eça, numa conversa informal com os deputados

---

<sup>136</sup> Porque mandou fechar as sedes integralistas – fala o governador paranaense Manoel Ribas. *O Estado*, Florianópolis, 09 jun. 1936.

<sup>137</sup> O Estado de Guerra, decretado por Getúlio Vargas em 21 de março de 1936, com vigência inicial de 90 dias, foi prorrogado até junho de 1937. Em 02 de outubro de 1937 foi novamente instituído em todo o território nacional, através do Decreto nº 2.005, vigorando até 10 de novembro de 1937. Decreto nº 702, de 21 de março de 1936. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-702-21-marco-1936-472177-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 09 out. 2017.

<sup>138</sup> Portaria visando a AIB. *O Estado*, Florianópolis, 05 set. 1936; Cuidado integralistas – uma proibição de acordo com o estado de guerra. *A Notícia*, Joinville, 06 set. 1936.

<sup>139</sup> Desde a sua fundação no começo de 1934 até março de 1935, a sede da AIB de Florianópolis localizou-se num prédio estatal, no Antigo Liceu de Artes e Ofício. Após o pedido do governo do estado para que os Camisas-verdes desocupassem esse prédio público, a sede destes foi transferida para a Rua João Pinto, nº 29, fundos do Clube de Regatas Aldo Luz. Em julho de 1937, nova transferência da sede integralista para a esquina das ruas Visconde de Ouro Preto e Padre Miguelino, em frente à Praça XV de Novembro, na região central de Florianópolis. Cf. PONTES, 2016, p. 51.

<sup>140</sup> O fechamento da sede integralista. *O Estado*, Florianópolis, 10 set. 1936; Combate ao Sigma. *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 12 set. 1936.

estaduais Cid Campos e Trindade Cruz, na qual o chefe provincial afirmou que caso seu partido sofresse alguma ação estatal, determinaria a seus adeptos o não pagamento dos impostos, visto que tal fato causaria dificuldades administrativas para Santa Catarina.<sup>141</sup>

Numa entrevista concedida a jornais cariocas, Nereu Ramos informou que o núcleo de Florianópolis foi fechado devido às ameaças realizadas pelos integralistas contra a sua administração. Estes estariam desenvolvendo, há algum tempo, “uma propaganda tendente ao não pagamento de impostos”.<sup>142</sup> Plínio Salgado condenou a atitude de Nereu Ramos, dizendo que ele deveria estar preso, pois seu partido havia conseguido 46 habeas corpus e mandados de segurança contra irregularidades praticadas pela administração estadual de Santa Catarina. Segundo o chefe do Sigma, a maior prova de lealdade de seu movimento aos poderes constituídos estaria no fato de que caso desejasse tomar a Capital catarinense “isso seria fácilimo”, contudo, pregava à “massa a doutrina da ordem”.<sup>143</sup>

A Portaria nº 117 e o fechamento da sede integralista de Florianópolis em setembro de 1936 marcaram uma nova etapa nas relações entre o governo do estado e os Camisas-verdes. Os ataques nos jornais, presentes desde 1934, continuaram acontecendo, tanto de republicanos quanto de liberais, da mesma forma que a associação dos integralistas aos fascismos europeus e a uma suposta infiltração nazista em Santa Catarina. Contudo, a partir desse momento passam a ser registradas ações mais truculentas e violentas de autoridades públicas contra adeptos do Sigma, as quais resultaram em mortes e indignação por parte de muitos catarinenses.

No estado da Bahia, governado por Juraci Magalhães,<sup>144</sup> a grande investida contra os integralistas também aconteceu no ano de 1936. Entretanto, os adeptos do

---

<sup>141</sup> O governo de Santa Catarina toma também medidas contra o integralismo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 11 set. 1936; Sensacionais declarações do governador Nereu Ramos. *A Gazeta*, Florianópolis, 11 set. 1936.

<sup>142</sup> Ainda os acontecimentos de Florianópolis. *A Notícia*, Joinville, 11 set. 1936.

<sup>143</sup> Brincando de revolução com soldados de chumbo. *A Gazeta*, Florianópolis, 15 set. 1936.

<sup>144</sup> Juraci Montenegro Magalhães nasceu em Fortaleza no ano de 1905. Em 1922 entrou para o Exército, vindo a participar do movimento tenentista e da ‘revolução’ de 1930. Em 1931 assumiu a interventoria da Bahia, permanecendo nesse cargo até 1937. Foi deputado federal pela Bahia de 1946 a 1951, presidente da Petrobrás em 1954, senador pela Bahia de 1955 a 1959, governador também da Bahia entre 1959 e 1963, embaixador brasileiro nos EUA entre 1964 e 1965, ministro da Justiça de 1965 a 1966 e ministro das Relações Exteriores entre 1966 e 1967. Cf. Juraci Montenegro Magalhães. In: FGV/CPDOC - Dicionários: verbete biográfico, 2017. In: Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetebiografico/juraci-montenegro-magalhaes>. Acesso em: 27 set. 2017.

Sigma começaram a sofrer as primeiras sanções estatais nesse estado em novembro de 1935, quando foram proibidos de usar tambores, cornetas e realizar “marchas em ordem de formatura”.<sup>145</sup> Logo em seguida, em meados de dezembro de 1935, foram proibidos de vestir sua camisa e ostentar publicamente seus símbolos e emblemas (PRIMO, 2013, p. 17). Contudo, a maior ação do governo baiano contra a AIB aconteceu em setembro de 1936, mais precisamente no dia 02, quando foram fechados todos os seus núcleos no estado.<sup>146</sup>

Para Jacira Primo (2013, p. 10), “o fechamento dos núcleos foi consequência de uma disputa política entre o governador e os integralistas”, visto que o início das perseguições, novembro de 1935, coincide com o momento em que os partidos se preparavam para as eleições municipais de 1936. A necessidade de proteger seu capital político eleitoral teria levado Juraci Magalhães a manter os núcleos da AIB fechados na Bahia até junho de 1937, quando foi suspenso o Estado de Guerra.<sup>147</sup> Porém, mesmo com o fim do Estado de Guerra que limitava suas ações contra a AIB, e com a inevitável reabertura das sedes integralistas em agosto de 1937, o líder do executivo baiano apressou-se em aprovar uma portaria na qual mantinha proibido o uso da camisa-verde e dos distintivos pelos adeptos do Sigma nas vias públicas do estado da Bahia (PRIMO, 2013, p. 116).

Os principais responsáveis pelas ações contra os integralistas em Santa Catarina, provavelmente a mando de Nereu Ramos, eram os delegados municipais e regionais. Tal fato era de conhecimento da maioria dos catarinenses, visto que em 07 de março de 1936, *A Notícia* deixava claro que uma das principais maneiras do governador causar incômodos às administrações municipais que não estavam sob seu controle acontecia através dos delegados de polícia por ele nomeados.<sup>148</sup> E foi exatamente um delegado de polícia, caso não sob ordens do governador estadual, no mínimo com o seu consentimento, o causador de sérios conflitos em 07 de outubro de 1936 em Jaraguá do Sul. Nesta data seria comemorada pelos integralistas deste município a ‘Noite dos

---

<sup>145</sup> Sobre as campanhas integralistas. *A Gazeta*, Florianópolis, 06 nov. 1935.

<sup>146</sup> O integralismo queria revolucionar a Baía. *A Gazeta*, Florianópolis, 04 set. 1936.

<sup>147</sup> Suspenso o estado-de-guerra, os núcleos do Sigma podem reabrir-se. *O Estado*, Florianópolis, 20 jul. 1937.

<sup>148</sup> Idealismo da ambição. *A Notícia*, Joinville, 07 mar. 1936. Segundo o Artigo nº 46 da Constituição Estadual de 25 de agosto de 1935, “compete ao governador... nomear e demitir, livremente, os secretários de Estado, os chefes de polícia, o prefeito da capital”, assim como o Artigo nº 154, que determina que a Força Pública é uma “corporação militar essencialmente obediente ao governo do Estado”. Constituição Estadual de Santa Catarina de 1935. Disponível em: [http://www.alesc.sc.gov.br/sites/default/files/Const\\_Est\\_1935.pdf](http://www.alesc.sc.gov.br/sites/default/files/Const_Est_1935.pdf). Acesso em: 10 fev. 2019.

Tambores Silenciosos’, uma festividade referente à fundação do movimento, quatro anos antes.

Apesar das proibições decorrentes da Portaria nº 117, tal encontro integralista foi amplamente divulgado em Jaraguá do Sul e região, motivando o Secretário de Segurança Pública a mandar para o município, com o propósito de evitar tais reuniões, um destacamento policial sob o comando de Trogilio Mello, delegado especial da região de Blumenau. No salão Koch, na estrada Nova de Retorcida, apesar das reclamações de alguns, a reunião foi encerrada sem maiores incidentes. Já no salão João Pessoa, na estrada de Itapocuzinho, onde estavam reunidas mais de duzentas pessoas, os policiais foram recebidos a tiros, garrafadas e pedradas. Tal recepção resultou num tiroteio, onde um policial, Alvaro Costa, e três lavradores integralistas, Fernando Sacht, Luís Ulmann e Theodoro Jung Hermann saíram feridos. Fernando Sacht veio a falecer posteriormente.<sup>149</sup>

Após essas incursões, quando regressavam pela estrada que liga Jaraguá do Sul a Blumenau, em Rio do Serro, o destacamento policial deparou-se com um salão com mais de duzentas pessoas reunidas, no qual estariam presentes adeptos do integralismo. Quando os policiais tentaram dissolver essa reunião iniciou-se outro conflito, o qual resultou novamente em tiroteio. Deste segundo tiroteio saiu ferido mortalmente o lavrador Camisa-verde Ricardo Strelow. Além das mortes, segundo o *Correio do Povo* de 10 de outubro de 1936, a ação da polícia catarinense resultou na prisão de quatro pessoas que usavam a Camisa-verde, e na apreensão de armas, tambores e bandeiras. Para este periódico, a culpa de todos os acontecimentos cabia aos integralistas, pois era do “domínio público” que estavam proibidas quaisquer reuniões de “doutrinação política” em Santa Catarina. Quem também endossa essa explicação é *A Gazeta* de Florianópolis. Para este periódico, quando os policiais apenas inspecionavam os locais onde aconteciam as reuniões, foram recebidos a tiros, pedradas e pauladas, restando a eles apenas reagir em defesa de suas vidas.<sup>150</sup>

Apesar das acusações aos integralistas realizadas pelo *Correio do Povo* e *A Gazeta*, outros periódicos explicavam os acontecimentos de 07 de outubro de uma maneira diferente, na qual os principais responsáveis pelos feridos e pelas mortes seriam Nereu Ramos e Trogilio Mello. O *Anauê* falava sobre o clima de revolta

---

<sup>149</sup> Semana trágica. *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 10 out. 1936.

<sup>150</sup> Os integralistas de Jaraguá atacam a tiros policiais catarinenses. *A Gazeta*, Florianópolis, 08 out. 1936; Gravíssimos os conflitos entre integralistas e policiais catarinenses. *A Gazeta*, Florianópolis, 09 out. 1936.



instaurado na cidade após as cenas verificadas contra os Camisas-verdes, pois estes se encontravam reunidos pacificamente quando foram atacados por 40 policiais. A ação policial teria resultado num pânico geral, principalmente entre senhoras e crianças, agravando-se com os tiros disparados pelos policiais sob o comando de Trogílio Mello. Aqueles que tentavam fugir da confusão eram agarrados e espancados, ao mesmo tempo em que crianças eram atiradas ao chão e senhoras tinham seus cabelos arrancados. As paredes e o chão “ficaram tintos de sangue, enquanto que mesas e cadeiras quebradas eram atiradas a rua, desordenadamente, sob algazarra”. Ao final da investida policial, duas pessoas encontravam-se mortas e 82 feridas.<sup>151</sup>

Para o *Correio do Sul* de Laguna, a comemoração dos Tambores Silenciosos em Jaraguá do Sul foi uma “chacina”, uma “intensa fuzilaria entre policiais e integralistas” com “vários mortos e dezenas de feridos”,<sup>152</sup> um “massacre de integralistas”, um verdadeiro “gesto comunista praticado pelo governo de Santa Catarina”.<sup>153</sup> Este jornal não só condenou veementemente a ação ordenada por Nereu Ramos e executada por seus subordinados, como publicou em sua edição de 25 de outubro de 1936, na primeira página, uma carta de Othon Gama D’Eça relatando os “horrores” verificados ao visitar Jaraguá do Sul.

Na correspondência enviada ao periódico lagunense, o chefe provincial não só questionava a idoneidade moral das testemunhas arroladas no processo, como levantava suspeitas sobre a lisura do inquérito aberto e das autoridades envolvidas na apuração dos acontecimentos. Segundo ele, escoltado por treze policiais, o capitão da Força Pública Estadual invadiu locais públicos, onde se encontravam mais de 200 pessoas reunidas, nem todas integralistas, e fez uso “de seus revólveres, dos seus fuzis, das suas baionetas, ferindo à bala, a pontões e a coices de armas, homens, mulheres e crianças”.

Além dos 49 feridos e das duas mortes causadas por esses ataques<sup>154</sup> foram levados presos para Blumenau quatro colonos, contudo nenhum deles portava qualquer arma. As autoridades policiais apreenderam apenas dois revólveres nessa incursão, sendo estes procedentes “da gaveta do botequim de um desses salões e outro de um

---

<sup>151</sup> Integralistas espancados e feridos. *Anauê*, Joinville, 10 out. 1936.

<sup>152</sup> Jaraguá em fogo e sangue. *Correio do Sul*, Laguna, 18 out. 1936.

<sup>153</sup> Massacre de integralistas. *Correio do Sul*, Laguna, 25 out. 1936.

<sup>154</sup> Lista dos mortos e feridos na noite de 07 para 08 de outubro de 1936, no Salão Milchet, Rio do Serro, e em outros lugares do município de Jaraguá. *Correio do Sul*, Laguna, 25 out. 1936.

carroceiro da firma Paupitz e que a escolta sinistra encontrou na estrada, viajando”.<sup>155</sup> Para o deputado catarinense na Câmara Federal Henrique Rupp Jr., a apuração dos fatos culparia os integralistas e todos aqueles que estavam nos salões. Entretanto, ainda conforme Rupp Jr., o principal responsável pelas barbáries, o capitão Trogilio Mello não sofreria nenhuma sanção, visto que, ao invés ser destituído e afastado do cargo, acabou escolhido por Nereu Ramos para conduzir o inquérito.<sup>156</sup>

O ‘órgão do Partido Liberal Catarinense’, *República*, publicou sua versão sobre os acontecimentos de 07 de outubro de 1936 sem fornecer maiores detalhes dos fatos, relatando brevemente o ocorrido, considerando os integralistas culpados pelas cenas lastimáveis.<sup>157</sup> Curiosamente, ao invés de esclarecer a população, o periódico florianopolitano estava mais interessado com a opinião formada fora do estado sobre os conflitos de Jaraguá do Sul e o desempenho na Câmara Federal dos deputados catarinenses liberais ao prestarem esclarecimentos sobre a situação. Por esse motivo transcreveu em suas páginas, integralmente, o pronunciamento do deputado federal Diniz Junior, no qual o parlamentar endossava a versão oficial sobre os fatos para todo o país, onde os únicos culpados por todas as cenas de violência seriam os Camisas-verdes.<sup>158</sup>

Com o transcorrer dos conflitos entre integralistas e autoridades estatais, principalmente após as mortes de outubro de 1936, percebe-se que a importância atribuída por Nereu Ramos e seus partidários para a percepção desses fatos pelos catarinenses vai diminuindo, visto que começa a ficar claro que as ações estatais estavam relacionadas aos interesses pessoais do governador. Entretanto, ao mesmo tempo, o governador catarinense concentra suas atenções para os esclarecimentos da situação em seu estado para o restante do país. Ao que parece, a partir do ano de 1936, uma opinião pública nacional com consciência ‘da ameaça extremista’ em Santa Catarina, apoiadora da luta dos governos federal e estadual contra o ‘perigo nazista’, era mais importante para seus projetos políticos do que a opinião dos catarinenses.

Dessa forma, com a disseminação de uma ideia entre os brasileiros de que o perigo nazista rondava Santa Catarina, o governador e seus aliados não só justificariam

---

<sup>155</sup> Covardia e impunidade – a matança de Jaraguá narrada ao governador do estado pelo Sr. Gama d’Eça. *Correio do Sul*, Laguna, 25 out. 1936.

<sup>156</sup> Morticínio de Jaraguá. *Correio do Sul*, Laguna, 25 out. 1936.

<sup>157</sup> Os acontecimentos em Jaraguá. *República*, Florianópolis, 09 out. 1936.

<sup>158</sup> As ocorrências de Jaraguá e sua repercussão na Câmara. *República*, Florianópolis, 20 out. 1936.

suas investidas contra alguns municípios do Vale do Itajaí e Nordeste catarinenses, mas, principalmente, legitimariam tais ações, pois estariam defendendo os valores nacionais, a soberania do Brasil. Assim sendo, perante tais ameaças e perigos, possíveis excessos cometidos, no ‘calor da hora’, na defesa da pátria, seriam facilmente minimizados, perdoados e compreendidos pelos brasileiros, visto que, frente a tão ardiloso inimigo como o ‘hitlerismo’, eram necessárias medidas drásticas e enérgicas das autoridades públicas.

O telegrama enviado a Corte de Apelação por Machado Rios, juiz de direito da comarca de Jaraguá do Sul, logo após os acontecimentos de 07 de outubro de 1936, exigindo providências enérgicas e imediatas para a contenção dos ânimos foi explorado de maneiras diferentes pelos periódicos catarinenses. Para *A Gazeta*, o pedido de Machado Rios era decorrente das agitações e ações violentas realizadas pelos Camisas-verdes. Caso estas continuassem, o levariam a abandonar a comarca, pois ele estaria se sentindo sem garantias para impor a ordem e a legalidade no município. Para o *Correio do Sul*, Machado Rios havia manifestado a Corte de Apelação o desejo de abandonar seu posto e pedir auxílio ao poder federal devido aos atos das autoridades estaduais, as quais além de “não o prestigiarem”, restabelecendo “a ordem profundamente alterada”, eram os principais responsáveis pelas agitações.<sup>159</sup> Assim, para os adversários do Sigma, o pedido estaria relacionado aos excessos cometidos por estes, enquanto para os simpatizantes do movimento, a ação do juiz de direito era o maior exemplo de que funcionários do governo catarinense estavam agindo acima da lei, respaldados por Nereu Ramos, deixando o representante da justiça sem poder de ação.

Apesar das inevitáveis divergências sobre o desenrolar dos fatos e suas repercussões, é inegável que em 07 de outubro de 1936 foram registradas, além de cenas de violência e brutalidade, as primeiras mortes decorrentes de conflitos entre autoridades estaduais e integralistas catarinenses. Determinar exatamente o culpado é algo praticamente impossível, visto que os jornais não auxiliam muito nessa empreitada, e ambos os grupos envolvidos nos acontecimentos se apressaram para afirmar sua inocência. O que se pode inferir é que ao mesmo tempo em que continuavam os ataques nos jornais e a associação do integralismo aos extremismos internacionais, o governo do estado fez uso da Força Pública, amparado no Estado de

---

<sup>159</sup> O Dr. juiz de direito sente-se sem garantias. *Correio do Sul*, Laguna, 18 out. 1936.

Guerra decretado por Getúlio Vargas em 21 de março de 1936, para atacar os Camisas-verdes em Santa Catarina. Ou segundo Nereu Ramos, combater o ‘hitlerismo’ no estado.

Entretanto, as relações dos integralistas com os interventores e governadores estaduais nem sempre foram conflituosas. Em alguns estados, como no caso do Maranhão e de Alagoas, os Camisas-verdes entraram em conflito com autoridades públicas somente com a instauração do Estado Novo em 1937. No Maranhão, João Caldeira (1999, p. 90) destaca que a AIB esteve aliada ao poder até quando foi decretado seu fechamento, em dezembro de 1937, sendo que nesse ano viveu o seu “apogeu” no estado. Em grande medida o sucesso dos integralistas em terras maranhenses estaria relacionado ao combate realizado por estes aos comunistas, que atraía simpatias da Igreja Católica.

Em Alagoas, segundo Gustavo Neri (2014, p. 111), 1935 e 1936 foram “os anos dourados do integralismo”, pois devido ao seu combate ao comunismo – no estado alagoano os integralistas vigiavam e denunciavam pessoas suspeitas de serem comunistas aos chefes de polícia – eram prestigiados tanto pela população quanto pelas autoridades estaduais. O primeiro atrito registrado, e único antes da instauração do Estado Novo, entre as autoridades públicas de Alagoas e os integralistas aconteceu em 27 de março de 1937, quando foram realizadas algumas prisões no município de Capela (NERI, 2014, p. 114). Todavia, este conflito fora um fato isolado, o qual não prejudicou as relações entre as lideranças integralistas do estado e o governador Osman Loureiro.<sup>160</sup>

No estado de Mato Grosso, a única menção na imprensa sobre atritos entre integralistas e autoridades governamentais aconteceu em setembro de 1937, já no processo de campanha para as eleições presidenciais de 1938, quando um comício em apoio à candidatura de Plínio Salgado em Cuiabá esteve ameaçado de não acontecer devido a “resistência das autoridades locais” (ATHAIDES; PEREIRA, 2013, p. 35).

Em Pernambuco o integralismo viveu entre os anos de 1932 e 1937 um período de vigilância e controle das autoridades públicas, visto que estes “foram objeto de

---

<sup>160</sup> Osman Loureiro de Farias nasceu em Maceió no ano de 1895. Formado pela Faculdade de Direito de Recife em 1915 foi interventor alagoano em dois momentos: entre os anos de 1934 e 1935 e de 1937 a 1940. No ano de 1935 foi eleito governador. Cf. Osman Loureiro de Farias. In: FGV/CPDOC – Dicionário: verbete biográfico, 2015. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbetebiografico/osman-loureiro-de-farias>. Acesso em: 27 set. 2017.

vigilância e controle da polícia desde o primeiro momento em que chegaram à cena política” (SILVA, 2010, p. 236). Apesar da proibição de um congresso em 1935<sup>161</sup> e de algumas prisões em Recife em 13 de agosto de 1936,<sup>162</sup> não registraram-se ações violentas e repressivas das autoridades policiais pernambucanas contra os Camisas-verdes antes da instauração do regime estadonovista.<sup>163</sup>

Segundo Giselda Silva (2007, p. 96), essa relativa liberdade vigiada de manifestação dos integralistas pernambucanos estaria relacionada ao fato de que a proposta destes se mostrou atraente para as classes conservadoras desse estado não só por que “defendeu soluções políticas e sociais para o contexto conturbado do pós-30, mas também porque apresentou um projeto que defendeu – além dos valores morais, espirituais e nacionalistas – a estrutura familiar e proprietária, base da sociedade pernambucana”. Por sua vez, no estado vizinho do Ceará não aconteceram grandes conflitos entre autoridades estatais e adeptos do Sigma. Registraram-se alguns incidentes nos anos de 1935<sup>164</sup> e 1936,<sup>165</sup> porém as relações dos órgãos estatais cearenses com os integralistas foram de uma maneira geral tranquilas (PARENTE, 1986).

No final do ano de 1936, em decorrência das mortes de outubro, os ânimos dos integralistas e governistas em Santa Catarina se acalmaram. Porém, no começo de 1937, às vésperas do carnaval, ficou claro que essa trégua logo teria fim. Em 12 de fevereiro, Othon Gama d’Eça, dizendo falar pelos Camisas-verdes de Florianópolis, enviou a Nereu Ramos um telegrama no qual comunicava que caso um cordão carnavalesco pretendendo ridicularizá-los saísse às ruas, não se responsabilizaria por eventuais incidentes. O Secretário de Segurança Pública, ao saber da intimação feita ao governador pelo chefe provincial, chamou-o até o seu gabinete e o informou pessoalmente da sua resposta. Segundo Claribalte Galvão, ele ainda não havia recebido nenhuma solicitação para o desfile de carnaval, mas caso essa viesse a acontecer, não só concederia tal permissão, como todos aqueles que tentassem perturbar a ordem

---

<sup>161</sup> SILVA, 2002, p. 136.

<sup>162</sup> Prisão de integralistas. *A Gazeta*, Florianópolis, 13 ago. 1937.

<sup>163</sup> O integralismo em Pernambuco – Declarações do secretário da Segurança daquele estado. *A Gazeta*, Florianópolis, 17 out. 1936.

<sup>164</sup> Proibida uma manifestação integralista. *O Estado*, Florianópolis, 13 mar. 1935; Conflito entre integralistas e a polícia cearense. *O Estado*, Florianópolis, 23 nov. 1935.

<sup>165</sup> Os integralistas não puderam realizar um comício. *O Estado*, Florianópolis, 24 mar. 1936.

pública e impedir a sua circulação seriam combatidos com rigor e mandados para o Rio de Janeiro ao abrigo da Lei de Segurança Nacional.<sup>166</sup>

Um dia após os entendimentos, ou desentendimentos, verbais entre Othon Gama D'Eça e Claribalte Galvão, em 13 de fevereiro de 1937, núcleos integralistas de Blumenau foram atacados por autoridades policiais. Segundo *A Gazeta*, o delegado de polícia dessa comarca pedia há tempos para o prefeito Alberto Stein chamar a atenção de seus partidários, pois estes realizavam suas sessões nos núcleos com portas e janelas abertas, contrariando a Portaria nº 117 de setembro de 1936. Durante uma dessas reuniões, o sargento Francisco Mauristano determinou aos presentes para realizarem seu encontro com as portas e janelas do recinto fechadas. Tal solicitação levou a discussão generalizada, seguida de um conflito, no qual saíram feridos soldados da Força Pública Estadual e vários integralistas. No local onde tudo aconteceu apenas as paredes estavam intactas, ficando o mobiliário e o arquivo totalmente destruídos.<sup>167</sup> Para o *Correio do Povo*, tal fato sucedeu-se devido aos adeptos do Sigma em Blumenau agirem em desacordo com as ordens do governo estadual.<sup>168</sup> Já para o periódico *Anauê* de Joinville, os núcleos das ruas São Paulo e Itoupava Seca foram invadidos “por um grupo armado de revólveres e sabres” que praticou toda a sorte de selvagerias. Estranhamente, o jornal integralista não fez referências ao fato de os invasores serem policiais, apenas que eles “quebraram móveis, relógios, destruíram livros, os títulos eleitorais e o fichário integralista, levando a fúria ao ponto de retirar da parede um retrato do chefe nacional”.<sup>169</sup>

Esses acontecimentos de fevereiro de 1937 em Blumenau não foram devidamente esclarecidos pelas autoridades competentes, assim como aqueles sucedidos em outubro de 1936 em Jaraguá do Sul. As razões das intervenções, os possíveis excessos cometidos pelos policiais e os crimes praticados pelos adeptos do Sigma que justificavam suas prisões, e em alguns casos até suas mortes, tampouco foram revelados. Há razões para se crer que não era do interesse do governo estadual investigar tais fatos e apurar os possíveis culpados por ilegalidades. Nesse momento, ao que tudo indica, era mais importante para Nereu Ramos criar a impressão perante aos brasileiros de que a ‘ameaça nazista’ em Santa Catarina se tornava real.

---

<sup>166</sup> Cordão carnavalesco de crítica ao integralismo. *A Gazeta*, Florianópolis, 12 fev. 1937.

<sup>167</sup> Conflito em Blumenau entre integralistas e policiais. *A Gazeta*, Florianópolis, 13 fev. 1937.

<sup>168</sup> Conflito integralista. *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 20 fev. 1937.

<sup>169</sup> Violências em Blumenau. *Anauê*, Joinville, 13 fev. 1937.

Os juízes do Tribunal Superior da Justiça Eleitoral perceberam ao julgar um recurso interposto pelos Camisas-verdes catarinenses contra a Portaria nº 117, em 21 de abril de 1937, que Nereu Ramos estava agindo de uma maneira ‘estranha’. Nesse julgamento, realizado pelos magistrados federais, foi considerado ilegal o fechamento dos núcleos integralistas e a proibição de suas reuniões e encontros em Santa Catarina em setembro de 1936. Segundo eles, como a AIB estava registrada enquanto um partido político possuía o “direito de reunião, propaganda eleitoral, enfim todas as atividades preparatórias das futuras eleições”. O Tribunal Superior não só autorizou toda e qualquer manifestação destes, como “estranhou oficialmente”, criticou, e exigiu explicações do Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina e do governo estadual referentes à demora do envio dos autos do processo e das respostas solicitadas por eles para o julgamento do caso.<sup>170</sup>

No entanto, mortes de integralistas não aconteceram somente em Santa Catarina. Também foram registradas nos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Sul e São Paulo antes de novembro de 1937, e em Minas Gerais após a instauração do Estado Novo. No estado do Rio Grande do Sul, fora morto em São Sebastião do Caí, no dia 02 de fevereiro de 1935, um integralista num conflito com autoridades estaduais a mando de Flores da Cunha (Cf. GERTZ, 1987, p. 112; BRANDALISE, 1992, p. 190). No Rio de Janeiro, estado no qual os integralistas tiveram um excepcional crescimento logo após o seu surgimento, o primeiro conflito de grandes proporções com autoridades públicas aconteceu em agosto de 1937,<sup>171</sup> no município de Campos dos Goytacazes, quando 10 pessoas perderam suas vidas e dezenas ficaram feridas (FAGUNDES, 2009).

Conforme Silvia Ackermann (2009, p. 50), no Espírito Santo, as perseguições aos integralistas iniciaram-se somente em setembro de 1936, quando tivemos um integralista morto, vários presos, e o fechamento do núcleo da AIB no município de Pau-Gigante. Para Diego Stanger (2014, p. 68), o grande número de conflitos em Pau-Gigante, neste município concentraram-se praticamente todos os embates entre autoridades policiais e os Camisas-verdes do estado capixaba, poderia ser entendido

---

<sup>170</sup> O fechamento dos núcleos integralistas em Santa Catarina. *O Estado*, Florianópolis, 21 abr. 1937.

<sup>171</sup> Gravíssimo conflito entre integralistas e policiais. *A Gazeta*, Florianópolis, 17 ago. 1937; Sangue e luto – As brutais consequências de um comício contra a liberal-democracia. *O Estado*, Florianópolis, 17 ago. 1937.

através da “forte tensão entre os políticos membros do Partido Social Democrático e os integralistas”.

No estado de São Paulo, onde o integralismo foi fundado em 07 de outubro de 1932, os conflitos mais violentos envolvendo Camisas-verdes aconteceram com os seus antagonistas de esquerda, principalmente no ano de 1934. Em 03 de outubro deste ano, um integralista, Nicola Rosica, foi morto em Bauru num conflito com os membros do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil, e quatro dias depois, 6 pessoas foram mortas<sup>172</sup> no Largo da Sé em São Paulo. Este conflito na Capital Paulista envolveu Camisas-verdes e “grupos de militantes de um amplo leque de denominações políticas – comunistas, stalinistas, trotskistas, anarquistas, socialistas, além de independentes – que tinham em comum o sentimento de aversão à variedade brasileira do fascismo” (DOTTA, 2010, p. 350).

Os únicos conflitos com autoridades policiais paulistas aconteceram nos municípios de Presidente Prudente e Pedreira, onde a AIB venceu o Partido Constitucionalista de Armando de Salles Oliveira nas eleições municipais de 1936. Nestes municípios foram registradas transferências de funcionários estaduais pertencentes à AIB eleitos em 1936, como no caso do prefeito de Presidente Prudente, o ferroviário Bento Fontão Lippel, e agressões físicas e verbais a vereadores do Sigma de Pedreira, como nos casos de Lázaro Leite da Silva que “teria sido agredido em sua casa, de madrugada” e Maria Bernardette Romeiro, a qual “teria sido ameaçada, fugindo para a vizinha cidade de Amparo” (DOTTA, 2010, p. 356).

Em Minas Gerais<sup>173</sup> registraram-se conflitos entre os integralistas e a polícia desde o ano de 1935.<sup>174</sup> Em fevereiro de 1936 fora proibida a realização de um congresso universitário dos Camisas-verdes em São João del-Rei.<sup>175</sup> Neste mesmo mês foram fechados os núcleos da AIB nos municípios de Areado, Pedra Branca e Maria da Fé.<sup>176</sup> Apesar desses conflitos, segundo depoimento de um dirigente provincial da AIB

---

<sup>172</sup> Dois operários Camisas-verdes, Jayme Guimarães e Caetano Spinelli, dois inspetores de polícia, um guarda civil e um estudante de direito de 22 anos, o anti-integralista Décio Pinto de Oliveira. Cf. DOTTA, 2010, p. 350.

<sup>173</sup> Após a fundação do primeiro núcleo da AIB em São Paulo, quando da criação do movimento em 07 de outubro de 1932, o segundo núcleo foi fundado no município mineiro de Teófilo Otoni no dia 09 de outubro de 1932. Cf. FAGUNDES, 2011, p. 05.

<sup>174</sup> Conflitos entre os integralistas e a polícia. *A Gazeta*, Florianópolis, 30 out. 1935.

<sup>175</sup> Um incidente no congresso integralista de S. João del-Rei. *O Estado*, Florianópolis, 11 fev. 1936.

<sup>176</sup> Mandado de segurança. *O Estado*, Florianópolis, 17 de fev. 1936.



em Minas Gerais, presente no livro de Héglio Trindade (2016, p. 402), a repressão aos Camisas-verdes neste estado teria sido branda, pois...

...enquanto o movimento estava correndo normalmente em Minas, não houve nada. Havia aquelas lutas no interior, regionais, de partidos políticos, lutas normais, apesar de independentes do integralismo, qualquer outro movimento que fosse. Eram comuns aqui em Minas essas lutas, como realmente em vários municípios do Brasil. (...) Mas, depois do fechamento, a perseguição foi realmente séria em todo o Brasil, e Minas também não escapou disso: prisões, espancamentos, borrachas, o caso do fuzilamento do Altinho.

Em 13 de agosto de 1937 mais um integralista catarinense morreu em conflitos com autoridades públicas. O chefe municipal do integralismo e presidente da Câmara dos Vereadores de Jaraguá do Sul, Ricardo Gruenwaldt, fora alvejado com quatro tiros pelo delegado de polícia Eucário de Almeida. Gruenwaldt, figura de destaque da AIB no Vale do Itajaí, encontrava-se envolvido em atritos desde junho de 1935, quando publicou uma nota no jornal *Jaraguá* alegando ter sido ameaçado publicamente de morte pelo delegado de polícia João Batista Rudolf.<sup>177</sup> Logo em seguida, em 29 de julho acabou detido por supostamente incentivar um boicote ao comércio de Waldemar Grubba, prefeito municipal.<sup>178</sup> Em 12 de outubro de 1935 envolveu-se numa polêmica com o *Correio do Povo*, em decorrência de uma notícia veiculada sobre a prisão de Luiz Emerich,<sup>179</sup> enquanto em setembro de 1936 era processado por calúnia e injúria por José Pasqualini.<sup>180</sup> Provavelmente, tais desentendimentos foram motivados pelo sucesso que o integralismo atingiu nesse município, e o posto ocupado por Gruenwaldt. Enquanto líder municipal dos Camisas-verdes, a maioria das críticas ao movimento dirigia-se a ele, fato que aumentava suas chances de envolvimento em conflitos e discussões políticas.

No começo de março de 1937, Ricardo Gruenwaldt e Eucário de Almeida tiveram sua primeira desavença quando foram detidos alguns integralistas, e ameaçados de prisão vereadores de Jaraguá do Sul. A suposta truculência do delegado de polícia durante esses acontecimentos motivou o chefe do Sigma a enviar um telegrama ao Secretário de Segurança Pública reclamando das perseguições e violências que seus partidários estavam sofrendo:

---

<sup>177</sup> Carta aberta ao delegado de polícia João Batista Rudolf. *Jaraguá*, Jaraguá do Sul, 29 jun. 1935.

<sup>178</sup> A nossa polícia contra o integralismo. *O Estado*, Florianópolis, 29 jul. 1935.

<sup>179</sup> Anauê. *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 12 out. 1935.

<sup>180</sup> O chefe integralista as voltas com a justiça. *A Notícia*, Joinville, 12 set. 1936.

Comunico respeitosamente a V. Excia., delegado Eucário de Almeida redobrou violência perseguição integralistas. Presos Gustavo e Eugênio Welk. Homens respeitáveis e morigerados sob pretexto usarem camisa-verde ameaçando-os espancamento. Ameaçados de prisão presidente da Câmara e vereador Carlos Guenther. Delegado ameaça e insulta quem respeitosamente solicita motivos prisões.<sup>181</sup>

A veracidade das acusações de Gruenwaldt enviadas ao Secretário de Segurança Pública fora rapidamente questionada pelos adversários do integralismo no Vale do Itajaí. O *Correio do Povo*, assim que teve conhecimento do comunicado às autoridades estaduais trouxe na sua edição de 13 de março uma entrevista com o vereador integralista Carlos Guenther, onde este não só desmentia seu chefe, como declarava que “o sargento Eucário de Almeida, Delegado Especial de Polícia, nunca ameaçou de prender-me ou espancar-me, e que tudo o que há é meios de intriga entre a polícia e o partido que pertença”.<sup>182</sup>

A situação conflituosa em Jaraguá do Sul desde a sua criação em 1934<sup>183</sup> motivou uma visita de Nereu Ramos no começo de agosto de 1937. Dependendo dos interesses dos jornais, e das ligações partidárias, a visita do governador neste município fora vista como um sucesso ou uma catástrofe. Para o *Anauê* e o *Flamma Verde*, obviamente, a visita foi um ‘fracasso’. De acordo com o primeiro, “a verdade dos fatos fala por si”, pois apenas 80 pessoas recepcionaram o governador, sendo a maioria delas simpatizante do Sigma, as quais atenderam a um chamado do núcleo local.<sup>184</sup>

De acordo com o *Flamma Verde*, as críticas feitas por Nereu Ramos durante sua visita a Jaraguá do Sul em relação às administrações integralistas não faziam sentido e causavam espanto, visto que era de seu conhecimento que as prefeituras estavam passando por uma situação calamitosa devido à atuação dos antigos prefeitos liberais.<sup>185</sup> Porém, *A Gazeta*, além do ‘sucesso’ da caravana governamental, destacava que o mandatário catarinense não tinha medo do governo do estado ser “entregue a um

---

<sup>181</sup> Os antecedentes. *Flamma Verde*, Florianópolis, 14 ago. 1937.

<sup>182</sup> Como se mente. *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 13 mar. 1937.

<sup>183</sup> Desde o seu desmembramento de Joinville, em 26 de março de 1934 pelo Decreto-lei nº 565 (Criando o município de Jaraguá. *O Estado*, Florianópolis, 27 mar. 1934), Jaraguá do Sul sofreu constantes intervenções estatais. Sua própria emancipação política tinha como principal objetivo diminuir o controle e a influência política que os republicanos exerciam nessa região. Contudo, no começo de 1934, Aristiliano Ramos, Nereu Ramos e os liberais, ainda não viam nos Camisas-verdes grandes adversários. A partir da fundação do primeiro núcleo (Núcleo de Jaraguá. *A Gazeta*, Florianópolis, 11 set. 1934), o Sigma não parou de crescer ali, a ponto de desbancar republicanos e liberais, e assumir o controle do município nas eleições de março de 1936.

<sup>184</sup> De Jaraguá. *Anauê*, Joinville, 14 ago. 1937.

<sup>185</sup> O Sr. Governador está enganado. *Flamma Verde*, Florianópolis, 14 ago. 1937.

Camisa-verde”, pois, segundo suas palavras num banquete, “temos energias bastantes para não deixar que o mapa do Brasil se apresente com uma mancha verde”.<sup>186</sup>

Logo após a estadia de Nereu Ramos em Jaraguá do Sul sucedeu-se o assassinato de Ricardo Gruenwaldt. A suposta motivação do crime foi associada a uma reportagem publicada em 13 de agosto de 1937 no *Jaraguá*, na qual o chefe integralista, diretor do periódico, acusava Eucário de Almeida de invadir residências familiares para satisfazer seus desejos:

Fomos procurados em nossa redação por várias pessoas que nos apresentaram queixa contra a pessoa do Delegado de Polícia Sargento Eucário de Almeida, o qual segundo essas informações, por várias vezes, altas horas da noite, tentou violentar casas familiares, com o fito de satisfazer desejos inconfessáveis.<sup>187</sup>

No começo da manhã, provavelmente após ler o periódico, o delegado de polícia dirigiu-se à residência do presidente da Câmara de Vereadores a fim de solicitar esclarecimentos sobre a notícia publicada. Ao se encontrarem, após uma rápida discussão, Ricardo Gruenwaldt veio a ser morto com quatro tiros.

O assassinato de Ricardo Gruenwaldt motivou prefeitos do Vale do Itajaí e do Nordeste do estado a enviarem uma carta a Getúlio Vargas em 14 de agosto de 1937. Comunicavam não só o crime praticado por Eucário de Almeida, como denunciavam as ações de autoridades estaduais contra eles e outros adversários políticos de Nereu Ramos e dos liberais:

Como consequência da impunidade dos crimes anteriores, estamos atravessando neste estado um ambiente de apreensões e insegurança, que culminou hoje no bárbaro assassinato do presidente da câmara municipal de Jaraguá do Sul, praticado pelo delegado de polícia, na própria residência da vítima. Diante da consumação de mais esse atentado que esboça a situação que atravessaremos em dias futuros, e com o devido respeito exprimimos a vossência nosso mais veemente protesto.<sup>188</sup>

A missiva encaminhada ao presidente da república foi assinada por oito administradores municipais: Leopoldo Gerente, prefeito de Jaraguá do Sul; Aristides

---

<sup>186</sup> Na defesa da democracia. *A Gazeta*, Florianópolis, 05 ago. 1937.

<sup>187</sup> Com o delegado de polícia Eucário de Almeida. *Jaraguá*, Jaraguá do Sul, 13 ago. 1937. **Anexo I:** p. 252.

<sup>188</sup> Gabinete Civil da Presidência da República - Lata 26, Processo 9.965 de 14 de agosto de 1937. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro. **Anexo II:** p. 253.

Largura, prefeito de Joinville; Alberto Stein, prefeito de Blumenau; Carlos Brandes, prefeito de Timbó; Antonio Venera dos Santos, prefeito de São Bento do Sul; Frederico Schmidt, prefeito de Hamônia; Matheus Conceição, prefeito de Rio do Sul; e Adolfo Walendosck, prefeito de Brusque.

Em 14 de agosto de 1937 as páginas dos jornais da Capital e do interior do estado foram tomadas por notícias do assassinato de Ricardo Gruenwaldt, o qual despertou a curiosidade dos catarinenses, atentos às ações de Nereu Ramos e seu governo contra os Camisas-verdes e o ‘movimento hitlerista’ em Santa Catarina. É claro que a maneira como esse crime foi noticiado variou de acordo com os interesses políticos e econômicos dos proprietários desses meios de comunicação. Segundo *O Estado*, a morte de Gruenwaldt era consequência do ataque por ele praticado contra o delegado de polícia, que ao encontrá-lo pelas ruas da cidade, após uma discussão alvejou-o com quatro tiros.<sup>189</sup> Outros apenas relataram brevemente os fatos, como *A Cidade de Blumenau*,<sup>190</sup> *A Gazeta*<sup>191</sup> e o *República*,<sup>192</sup> não mencionando mais nada sobre o crime nos dias posteriores. O *Correio do Povo* de Jaraguá do Sul desejou “sinceros pêsames” aos familiares da vítima, contudo, fez questão de destacar que Eucário de Almeida não empreendeu fuga após o delito, pois buscou o juiz de direito da comarca local para se entregar, mas como este não se encontrava, rumou para Blumenau com “medo de ser linchado”.<sup>193</sup>

Essa abordagem superficial do assassinato pelos jornais oposicionistas do Sigma, na qual se buscava relacionar o crime a uma questão pessoal, apartada das disputas políticas, levou o *Flamma Verde* a criticar veementemente a “solidariedade com restrições”. Segundo o periódico integralista da Capital, estes jornais “ou deram ao fato uma versão que equivalia a uma afronta a memória do grande sacrificado, ou comentam o assassínio deixando entre linhas o ressaibo da paixão política, ou silenciaram dolorosamente!”<sup>194</sup>

Em certos casos, o tratamento dado a esse assassinato por alguns jornais, considerado parcial por muitos Camisas-verdes, gerou ameaças de fechamento e

---

<sup>189</sup> Conflito em Jaraguá. *O Estado*, Florianópolis, 13 ago. 1937.

<sup>190</sup> Desfechados 4 tiros no chefe integralista de Jaraguá. *A Cidade de Blumenau*, Blumenau, 14 ago. 1937.

<sup>191</sup> Apresentou-se a prisão o autor da morte de Ricardo Gruenwaldt. *A Gazeta*, Florianópolis, 14 ago. 1937.

<sup>192</sup> Boletim policial – Assassinato. *República*, Florianópolis, 15 ago. 1937.

<sup>193</sup> Lamentável conflito. *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 14 ago. 1937.

<sup>194</sup> Solidariedade... com restrições. *Flamma Verde*, Florianópolis, 21 ago. 1937.

violências físicas, como no caso do *A Notícia* de Joinville. Segundo telegrama enviado à interventoria catarinense por Aurino Soares, diretor desse periódico, após publicar uma notícia proveniente de um jornal paulista, “combatendo o integralismo, o capitão Carlos Tamoyo, do 13º B. C., acompanhado de outro oficial, compareceu a nossa redação, armado de revólver intimando não prosseguirmos mais campanha sob ameaça de empastelamento e reação física.”<sup>195</sup>

A ‘solidariedade com restrições’ de alguns jornais contrastava com a adotada pelos periódicos ligados a AIB. Estes noticiaram com detalhes os acontecimentos de 13 de agosto, considerando o governo do estado culpado pela morte do presidente da Câmara dos Vereadores de Jaraguá do Sul. O *Anauê* descrevia o fato como um “brutal atentado” premeditado, pois estava à espera do assassino um carro para sua fuga.<sup>196</sup> Para este periódico joinvillense, “o delegado agiu por certeza da impunidade e do indiferentismo de Nereu Ramos”.<sup>197</sup>

O *Flamma Verde* enfatizava que sua morte “estava planejada, há muito, porque Gruenwaldt representava um obstáculo aos que haviam perdido suas posições na política de Jaraguá”.<sup>198</sup> Esta seria “consequência de um ambiente criado e alimentado pelos políticos situacionistas nos seus discursos e nos seus jornais, nos seus atos de perseguição ao integralismo e nas suas atitudes em face das violências praticadas pelos delegados de polícia contra os integralistas”.<sup>199</sup> Eucário de Almeida servia exclusivamente aos interesses políticos de Nereu Ramos, uma “caricatura hedionda da mentira e da traição”.<sup>200</sup>

O *Jaraguá*, após relatar os fatos em detalhes, escrevia em suas páginas que as últimas palavras de Ricardo Gruenwaldt teriam sido de perdão ao seu assassino, pois “o considerava instrumento de terceiros, que todos os jaraguaenses honestos sabem quem são”. Dessa forma, seria de conhecimento público que a culpa de todos esses acontecimentos seria do governador do estado, visto que este “fica de braços cruzados,

---

<sup>195</sup> O integralismo em Santa Catarina. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 14 ago. 1937.

<sup>196</sup> Brutal atentado. *Anauê*, Florianópolis, 14 ago. 1937.

<sup>197</sup> O revoltante crime de Jaraguá. *Anauê*, Florianópolis, 14 ago. 1937.

<sup>198</sup> Ricardo Gruenwaldt, valoroso integralista é assassinado em Jaraguá. *Flamma Verde*, Florianópolis, 21 ago. 1937.

<sup>199</sup> Criminosos e mandatários. *Flamma Verde*, Florianópolis, 21 ago. 1937.

<sup>200</sup> Mais um crime em Jaraguá. *Flamma Verde*, Florianópolis, 21 ago. 1937.

quando não ataca, acusa pelos jornais oficiais, o integralismo e seus adeptos como desordeiros”.<sup>201</sup>

No final de agosto de 1937 a prisão preventiva de Eucário de Almeida fora revogada. Para o juiz de direito da comarca de Jaraguá do Sul, o acusado não representava ameaça para a apuração do assassinato, tampouco fugiria, pois caso realizasse tal ato seria exonerado da Força Pública Estadual.<sup>202</sup> O *Anauê* emitiu uma pequena e breve nota informando sobre a soltura do assassino de Ricardo Gruenwaldt, seguida da frase “não é preciso comentar...”.<sup>203</sup> Depois de outubro de 1936 e fevereiro de 1937 é provável que os Camisas-verdes não acreditassem mais na imparcialidade das autoridades estaduais, e começassem a prever que, assim como antes, a morte do chefe integralista ficaria impune. Acredito que essa impressão de impunidade e o sentimento de injustiça estavam presentes em vários níveis sociais pelo estado e principalmente nas regiões do Vale do Itajaí e Nordeste nos meados de 1937. A carta enviada ao presidente da república por prefeitos catarinenses reclamando de Nereu Ramos e de seus subordinados, e o depoimento de Carlos Guenther publicado no *Correio do Povo*, no qual este declarou nunca ter sofrido nenhuma violência e perseguição de Eucário de Almeida, podem ser considerados indícios dessa sensação de impotência e injustiça que perpassava os integralistas catarinenses.

Em 10 de setembro de 1937 foi aberto um inquérito para apurar as responsabilidades pelo assassinato.<sup>204</sup> O processo no qual fora denunciado ao juiz de direito da Comarca de Jaraguá do Sul, Arno Pedro Hoeschl, o 3º Sargento da Força Pública, Eucário de Almeida, como responsável pela morte de Ricardo Gruenwaldt teve como testemunhas Affonso Mey, Oscar Carlos Otto Nagel, Emílio Piazero, Álvaro Tancredo Dippold, Bruno Besecke, Mario Tavares da Cunha Mello, Nestor Dutra, Ney Franco Abel de Souza, Juracy Müller Piazero, Ignez Gruenwaldt e Marta Uber. Segundo depoimento de Juracy Müller Piazero, ela havia se queixado ao seu tio Artur Müller e ao seu cunhado Emilio Piazero em relação às atitudes do delegado de polícia Eucário de Almeida, que costumava visitá-la algumas noites. Seguindo conselho de seu marido dirigiu-se ao chefe municipal da AIB, para o qual relatou os fatos e solicitou que estes fossem publicados no *Jaraguá* para conhecimento público.

---

<sup>201</sup> Ricardo Gruenwaldt – chefe municipal de Jaraguá foi assassinado. *Jaraguá*, Jaraguá do Sul, 20 ago. 1937.

<sup>202</sup> O caso de Jaraguá. *A Gazeta*, Florianópolis, 26 ago.1937.

<sup>203</sup> Em liberdade o matador de Ricardo Grünwald. *Anauê*, Joinville, 28 ago. 1937.

<sup>204</sup> O processo está disponível em SCHMÖCKEL, 1997, p. 73-85.

Julgavam eles que assim tais atos poderiam ter um fim, entretanto, não imaginavam que Gruenwaldt seria assassinado pelo delegado de polícia.

Em 25 de agosto de 1938, Eucário de Almeida foi condenado a 21 anos de prisão na Penitenciária da Pedra Grande, em Florianópolis, sendo negado um pedido de apelação da sentença em 10 de fevereiro de 1939. Diferentemente das mortes de Ricardo Strelow e Fernando Schats em outubro de 1936, e da invasão aos núcleos da AIB em Blumenau em fevereiro de 1937, onde não foram apontados os culpados por tais crimes, o assassinato de Ricardo Gruenwaldt resultou na condenação do acusado.

Nos depoimentos das testemunhas do assassinato são constantes as referências a uma relação não muito amistosa entre Ricardo Gruenwaldt e Eucário de Almeida, a qual provavelmente era afetada pelas disputas entre liberais e integralistas. Tal fato foi relatado pelo tipógrafo Alvaro Dippold e pelo funcionário público federal Nestor Dutra. Para o primeiro, o convívio entre o delegado de polícia e o chefe integralista não era nada pacífico, enquanto para o segundo, as motivações dessas desavenças eram de caráter partidário.

Entretanto, o testemunho que deixou mais evidentes os possíveis vínculos do assassinato com as disputas políticas no município fora o do tabelião Mario Tavares da Cunha Melo. Este relatou que na manhã de 13 de agosto de 1937 estava na estação de trem de Jaraguá do Sul para comprar um jornal, quando encontrou Plácido Olympio Nóbrega de Oliveira. Enquanto conversavam foram interrompidos pelo delegado Eucário de Almeida, o qual falou sobre o assassinato de Ricardo Gruenwaldt pedindo proteção para se entregar ao juiz de direito. Segundo o tabelião, Plácido Olympio de Oliveira orientou o delegado a se apresentar em Blumenau, pois em Jaraguá do Sul correria o risco de ser linchado; também o auxiliou em sua fuga fornecendo um carro para que se entregasse em outro local.

Plácido Olympio Nóbrega de Oliveira era um tradicional político de Joinville. Em 1921 formou o grupo Regenerador, oposição ao Partido Republicano Catarinense (COSTA, 2000, p. 143). Nas eleições de 1930 apoiou os Ramos e a Aliança Liberal, sendo indicado prefeito de Joinville após o movimento de outubro. Em 1933 abandonou a prefeitura para assumir o cargo de Secretário de Interior e Justiça, durante o governo de Aristiliano Ramos. Na cisão entre Aristiliano Ramos e Nereu Ramos em 1934 ficou do lado de Aristiliano Ramos; após a vitória de Nereu Ramos nas eleições para o governo estadual em maio de 1935 passou a apoiar o novo governador,

assumindo o cargo de deputado estadual em 1935. Seu nome figura em listas dos fundadores do Partido Liberal Catarinense e do Partido Liberal Republicano (CORRÊA, 1984). Coincidência ou não, Eucário de Almeida encontrou na estação ferroviária, e pediu auxílio, após assassinar o chefe municipal integralista Ricardo Gruenwaldt, a um influente líder liberal da região Nordeste de Santa Catarina.

Esses depoimentos, juntamente com todos os conflitos em que Ricardo Gruenwaldt havia se envolvido desde meados de 1935 nos permitem inferir que seu assassinato tem relação direta com as disputas políticas entre liberais e integralistas. A reportagem publicada no jornal provavelmente fora o estopim para a ação de Eucário de Almeida, mas não a principal motivação. Com relação aos supostos atos praticados pelo delegado de polícia não há indicação exata de quais seriam, mas levam a crer que se referiam a violências sexuais.

Numa conversa com o *Jaraguá* após o assassinato, Juracy Piazero disse ter sido “ludibriada” pelo delegado de polícia e que esse “costumava altas horas da noite, bater à porta de sua residência, para fins inconfessáveis”.<sup>205</sup> Partindo dessa fala, podemos inferir que ao invés de atos violentos, uma relação extraconjugal poderia estar acontecendo entre ela e Eucário de Almeida, pois as visitas, ao que parece, aconteciam com frequência. A hipótese de que o chefe integralista descobriu uma relação de adultério do delegado de polícia, aproveitando-se deste fato para atacar publicamente uma autoridade ligada ao governo estadual e aos liberais catarinenses me parece plausível. Caso ele realmente estivesse batendo altas horas da noite na porta de residências familiares, procurando algum tipo de satisfação pessoal, provavelmente outras vítimas dessas visitas iriam se manifestar após o assassinato do chefe municipal da AIB. Contudo, seja pela inexistência de mais vítimas, ou pelo medo de represálias das autoridades policiais, nenhuma outra mulher se pronunciou contra o delegado de polícia.

No contexto de atritos entre integralistas e liberais, uma possível relação de adultério envolvendo o delegado de polícia de Jaraguá do Sul pode ter sido utilizada por Ricardo Gruenwaldt para atacar os liberais. Da mesma forma, o pedido de ajuda do delegado de polícia a um líder liberal de Joinville também leva a pensar que estes estavam cientes das ações policiais contra a AIB – ou que, no mínimo, sabiam das

---

<sup>205</sup> Ricardo Gruenwaldt – chefe municipal de Jaraguá foi assassinado. *Jaraguá*, Jaraguá do Sul, 20 ago. 1937.



ações truculentas e nada faziam para contê-las, pois era do seu interesse a destruição e neutralização dos Camisas-verdes. São constantes nas entrelinhas dos acontecimentos mais diversos as motivações políticas dos atores sociais envolvidos.

A homenagem póstuma a Ricardo Gruenwaldt, proposta pelo prefeito Leopoldo Gerente é mais um exemplo das dimensões e espaços que tais lutas políticas poderiam atingir. Este decidiu nomear uma nova rua que estava sendo construída em Jaraguá do Sul com o nome do falecido chefe do Sigma. A lei, como era de se esperar numa cidade com um elevado contingente de integralistas, foi aprovada com regozijo.<sup>206</sup> Contudo, em 10 de novembro de 1937, com a instauração do Estado Novo, o prefeito integralista Leopoldo Gerente foi afastado do cargo, substituído pelo tenente Leônidas Cabral Herbster, indicado diretamente por Nereu Ramos. Em 20 de maio de 1938, o novo prefeito liberal revogou a homenagem a Gruenwaldt, retirando o seu nome da rua e substituindo-o por Domingos da Nova. Além de combater e eliminar o movimento, era preciso excluí-lo da memória da população do Vale do Itajaí. Esta foi mais uma estratégia adotada por Nereu Ramos e pelos liberais a partir de novembro de 1937.

---

<sup>206</sup> Lei Municipal de Jaraguá do Sul nº 56, aprovada em 06 de setembro de 1937 *apud* SCHMÖCKEL, 1997, p. 88.

## **CAPÍTULO 2 – ENTRE O APOIO E A DESILUSÃO: O ESTADO NOVO**

A instauração do Estado Novo representou mudanças significativas para os integralistas. Não necessariamente aquelas que seu líder e alguns membros da cúpula nacional da Ação Integralista Brasileira imaginaram em setembro de 1937 quando após alguns encontros de Plínio Salgado com membros do governo de Getúlio Vargas, e com o próprio presidente, apoiaram a ação golpista de novembro de 1937. Com a instalação do Estado Novo os principais dirigentes do integralismo sentiram-se enganados por Getúlio Vargas e seu regime logo após o discurso radiofônico pronunciado pelo ditador na noite do golpe de Estado. Com a dissolução dos partidos políticos em 02 de dezembro de 1937 e o conseqüente encerramento da AIB, alguns decidiram se vingar do ditador através de ações subversivas, do uso de métodos inconstitucionais, antidemocráticos e violentos.

Este capítulo busca analisar como os Camisas-verdes, tanto os dirigentes nacionais como aqueles militantes localizados em pequenas cidades brasileiras, receberam o Estado Novo, como reagiram ao fechamento de seu partido, e como muitos passaram do apoio ao conflito. Em Santa Catarina, ao que tudo indica, as reações dos integralistas foram variadas, mas de certa maneira pacíficas. Todavia, existiam aqueles que desejavam tomar o poder a força não só em terras catarinenses como em outros estados brasileiros. Os motivos que levaram os adeptos do Sigma a adotarem posicionamentos contraditórios em Santa Catarina com relação ao Estado Novo, Getúlio Vargas, e principalmente Nereu Ramos, serão analisados neste capítulo, ou seja, como receberam a notícia da instauração do Estado Novo e se articularam a partir do contexto local. Da mesma forma serão analisados outros estados, tornando possível não só uma compreensão geral da reação dos integralistas espalhados pelo país como também comparações com Santa Catarina, levando-se em consideração as particularidades e especificidades do integralismo catarinense.

## 2.1- A aproximação entre Getúlio Vargas e Plínio Salgado no ano de 1937

A postura de Getúlio Vargas, seus ministros e secretários em relação ao Sigma, desde sua fundação no ano de 1932 até o seu fechamento em 1937, sempre foi dúbia. Publicamente apoiavam o movimento, enalteciam seu papel no combate ao comunismo e aos inimigos da pátria. Reservadamente demonstravam cautela em relação ao seu sucesso e desenvolvimento, auxiliavam governadores estaduais em suas campanhas contra os Camisas-verdes pelo país. O chefe do executivo nacional parecia possuir ressalvas de ser apenas uma peça no caminho dos integralistas em busca do poder. Segundo o general Góes Monteiro,<sup>207</sup> Vargas teria dito a ele mais de uma vez que “o que queriam [os integralistas] era ‘hindenburguezá-lo’, a exemplo do que fez Hitler, com o velho Marechal Hindenburg”.<sup>208</sup> No entanto, apesar das ressalvas e da cautela, Vargas e seus assessores souberam utilizar em seu benefício o êxito e a projeção nacional dos adeptos de Plínio Salgado. Estes, de certa maneira, contribuíram para a instauração do Estado Novo ao propagarem “a falência dos regimes liberais, no contexto entre guerras”, e ao propiciarem “as condições de possibilidades dos discursos de Getúlio” (SILVA, 2002, p. 151).

Nos meses que antecederam o golpe de novembro de 1937, a relação política “entre o Catete e a AIB tornara-se extraordinariamente íntima” (HILTON, 1975, p. 48). Diferentemente dos anos de 1934 a 1936, nos quais a AIB se envolveu em inúmeros conflitos públicos com agentes policiais, tornando-se alvo de pedidos de fechamento e cassação do seu registro eleitoral pela Câmara Federal, o ano de 1937 é marcado por uma política estatal interna bem definida e favorável a estes com a “eliminação de toda a oposição de esquerda”, ao mesmo tempo em que “as forças de direita que não participam do poder beneficiam-se de uma liberdade bastante ampla de manifestação e de organização” (SEITENFUS, 1985, p. 59).

---

<sup>207</sup> Cf. HILTON, 1975, p. 54; BERTONHA, 2014, p. 136.

<sup>208</sup> Paul von Hindenburg foi um graduado militar alemão que comandou o Exército Imperial Alemão durante a Primeira Guerra Mundial. Em 1925 tornou-se presidente da Alemanha, permanecendo neste cargo até sua morte em agosto de 1934. No ano de 1933, após sucessivas crises econômicas e políticas, viu-se ‘obrigado’ a nomear Adolf Hitler chanceler alemão. Com a morte de Hindenburg em 1934, Hitler unificou através de um decreto os cargos de chanceler e presidente, nomeando-se chefe de estado e comandante supremo das forças armadas alemãs. Apesar da tomada efetiva do poder na Alemanha pelos nazistas ter acontecido em 1934, após a morte de Hindenburg, a nomeação de Hitler para primeiro-ministro em 1933 foi fundamental para essa ascensão (Cf. ALMEIDA, Ângela Mendes de. *A República de Weimar e a Ascensão do Nazismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999).

Num claro sinal dessa aproximação, Getúlio Vargas, “acompanhado de todos os membros dos seus gabinetes militar e civil”, recebeu em 14 de junho de 1937 “os representantes do integralismo no Salão de Despachos” do Palácio do Catete, os quais foram “levar ao conhecimento de S. Ex. a escolha feita pelos seus partidários do nome do Sr. Plínio Salgado para candidato a presidente da república na próxima eleição”.<sup>209</sup> No discurso que dirigiu a estes Camisas-verdes, Getúlio Vargas declarou que via “com agradável surpresa [...] homens eminentes de meu país filiados a esse movimento que eu devo declarar que me impressiona satisfatoriamente”, assim como que nunca havia encontrado “da parte dos integralistas nenhuma dificuldade para o meu governo. Jamais os apanhei em conspiração alguma, em movimento algum de subversão de ordem ou das instituições vigentes do país”. Vargas e o ministro da Justiça garantiram nesse encontro aos adeptos do Sigma que o governo da república manteria “rigorosamente a imparcialidade e, seguramente, os direitos de todos os partidos registrados, em toda a campanha eleitoral” (SALGADO, 1950, p. 49).

Quando os integralistas baianos entraram com um mandado de segurança no Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, ainda em junho de 1937, exigindo a reabertura dos núcleos do Sigma em todo o estado, pois estes continuavam fechados por ordens do governador Juracy Magalhães, mesmo com o fim do Estado de Guerra, o Ministro da Justiça José Carlos de Macedo Soares fez questão de declarar que tampouco ele quanto Vargas haviam aprovado tal ação. Segundo o ministro, “não foram, por este Ministério, expedidas nem aprovadas quaisquer instruções ao governador do estado da Bahia para o fechamento da Ação Integralista Brasileira naquela região, competindo, na forma da lei, ao referido governador, como executor do ‘estado de guerra’ julgar ou não necessária a segurança nacional a medida tomada a respeito”.<sup>210</sup>

Os Camisas-verdes por sua vez passaram “a apoiar ativamente o governo Vargas e seu projeto de centralização” a partir de 1937 (CALIL, 2010, p. 66). Em agosto desse ano Plínio Salgado colocou seus partidários a disposição do governo como prova de gratidão pela suspensão do Estado de Guerra em junho findo, o qual permitiu “aos Camisas-verdes maior liberdade na campanha eleitoral” (HILTON, 1975, p. 46). Logo

---

<sup>209</sup> Os integralistas no Catete e no Ministério da Justiça. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 14/15 jun. 1937.

<sup>210</sup> O mandado de segurança contra os integralistas na Bahia. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 10 jun. 1937; O fechamento dos núcleos integralistas na Bahia. *O Estado*, Florianópolis, 11 jun. 1937; Suspensão o estado de guerra, os núcleos do Sigma podem reabrir-se. *O Estado*, Florianópolis, 20 jul. 1937.

após a ‘descoberta’ do Plano Cohen,<sup>211</sup> em 30 de setembro de 1937, o chefe do Sigma pôs-se ao lado de Getúlio Vargas e apoiou publicamente o aumento da repressão policial e a necessidade de um Estado forte que atuasse contra os inimigos da pátria (MIRANDA, 2009, p. 43).

No dia 1º de novembro de 1937 levou milhares de integralistas a marcharem pelas ruas do Rio de Janeiro e saudarem o presidente Getúlio Vargas na sacada do Palácio do Catete como sinal de seu apoio aos planos ditatoriais deste.<sup>212</sup> Da mesma forma que no seu pronunciamento radiofônico nesse mesmo dia “reafirmou as diretrizes do partido que chefia, dizendo que nesta hora incerta da nacionalidade, os partidários do Sigma trazem o seu decidido apoio ao presidente da república e as classes armadas”, visto que “nunca alimentou o desejo de ser presidente da república, mas o de ser o ‘Condestável’<sup>213</sup> da Nação”.<sup>214</sup>

No entanto, apesar dos afagos de ambos os lados, a relação política amistosa desenvolvida no ano de 1937 entre as forças governistas e a AIB era motivada por interesses estratégicos. Para Ricardo Seitenfus (1985, p. 59), autoridades governamentais, tanto federais quanto estaduais, foram “bastante tentados a utilizar e a manipular o movimento integralista”. Getúlio Vargas estaria impressionado “com a utilidade potencial dos integralistas como aliados na conspiração”, encorajando sua ação propagandística ao mesmo tempo em que a utilizava como justificativa “para a criação de um clima político propício ao projetado golpe de estado” (HILTON, 1975, p. 46-47). Nessa perspectiva, podemos inferir que “o integralismo favoreceu uma publicidade ruidosa contra os comunistas, bem como o clima de desordem”, facilitando e auxiliando na aceitação social dos “discursos getulistas acerca da necessidade de intervenção policial no corpo social” (SILVA, 2002, p. 139). Da mesma maneira que as duas

---

<sup>211</sup> O chamado Plano Cohen era constituído de um documento com um suposto plano subversivo para a tomada do poder pelos comunistas no Brasil, o qual foi apreendido e distribuído pelo governo brasileiro em setembro de 1937 para justificar a instauração da ditadura do Estado Novo. Após o fim do Estado Novo descobriu-se que tal documento foi forjado para beneficiar Getúlio Vargas e seus planos ditatoriais, segundo o general Góes Monteiro, provavelmente pelo capitão do Exército Olímpio Mourão Filho, então chefe do serviço secreto da AIB. Cf. Plano Cohen. In: FGV/CPDOC – Produção – Dossiês: A Era Vargas. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas1/anos30-37/GolpeEstadoNovo/PlanoCohen>. Acesso em: 14 jan. 2019.

<sup>212</sup> A Situação – Desfile Integralista. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 01/02 nov. 1937; Os integralistas saúdam ao presidente liberal-democrata. *O Estado*, Florianópolis, 03 nov. 1937.

<sup>213</sup> O termo ‘condestável’ faz referências a São Nuno de Santa Maria, um santo português canonizado pela Igreja Católica em 2009, que também era conhecido como o Santo Condestável, o qual foi um nobre guerreiro que desempenhou um papel fundamental no processo de independência de Portugal no século XIV contra Castela. Cf. GONÇALVES, 2012, p. 285.

<sup>214</sup> O Sr. Plínio salgado, “Contestável da Nação”. *A Gazeta*, Florianópolis, 03 nov. 1937.

tentativas de golpe de Estado desenvolvidas por estes em março e maio de 1938 foram habilmente utilizadas por Getúlio Vargas para justificar ainda mais a instauração e a necessidade da existência do Estado Novo. Conforme Hélio Silva (1971, p. 67), “todas as rebeliões dominadas fornecem os meios de que necessitam as ditaduras para se consolidarem”.

Para os líderes integralistas, a aproximação com as autoridades governistas no ano de 1937 seria a melhor maneira de garantir sua permanência nos bastidores do poder nacional, de “participarem de um bloco de poder do qual iriam, aos poucos, assumir o comando” (BERTONHA, 2014, p. 136). Apesar dos 500 mil eleitores presentes em suas fileiras, de um total de 3 milhões de votantes em todo o país, era praticamente impossível que os Camisas-verdes chegassem ao controle do executivo nacional através das urnas (HILTON, 1975, p. 45). Tal dificuldade de chegar ao controle do Executivo era do conhecimento dos dirigentes e adeptos do Sigma como também dos membros do governo brasileiro.

Getúlio Vargas ao ser indagado pelo presidente estadunidense Franklin Roosevelt, no ano de 1936, sobre as possibilidades de os integralistas alcançarem a presidência do Brasil, respondeu que isto não o preocupava, pois estes ainda não possuiriam “força eleitoral para tanto”, da mesma forma que não teriam apoio militar para uma tomada do poder, visto que as Forças Armadas seriam contrárias “em maioria esmagadora, aos extremismos de esquerda e direita” (MELO, 1957, p. 134).

Antes da instauração do Estado Novo, a maioria dos Camisas-verdes, militares ou civis, não cogitava qualquer movimento subversivo ou ação armada contra os poderes constituídos. De certa maneira, apesar dos descontentamentos e do sentimento geral de traição entre os integralistas, tal situação manteve-se inalterada logo após novembro de 1937, pois Plínio Salgado e seus correligionários sabiam das dificuldades de uma ação política radical, o que os levou a evitar investidas violentas contra o novo regime. Aliar-se aos líderes do executivo nacional, nos projetos políticos ou nos planos golpistas, parecia ser a melhor, e mais sensata, opção no final do ano de 1937 para os integralistas, seja por questões políticas, doutrinárias, incapacidade militar, ou por uma comunidade ideológica que diziam possuir com “os propósitos do Estado Novo” (CHASIN, 1978, p. 161). Ao invés de ataques a nova ordem política estabelecida, os integralistas adotaram a estratégia de mostrar a Getúlio Vargas e seu governo, através de manifestações, comícios, pronunciamentos, desfiles e aparições em eventos públicos

nacionais, que a AIB era uma força com a qual o novo poder poderia contar e que não deveria abandonar (SEITENFUS, 1985, p. 157).

Conforme carta enviada por Plínio Salgado a Getúlio Vargas em 28 de janeiro de 1938, desde meados de 1937 o líder integralista possuía conhecimento sobre os planos em curso referentes a um golpe de Estado. Francisco Campos lhe entregou ainda em setembro de 1937 uma cópia do que seria a nova constituição do Brasil, solicitando sua opinião, sugestões e possíveis críticas. Antes da instauração do Estado Novo Salgado se encontrou com o presidente Getúlio Vargas, com o então Ministro da Guerra, General Eurico Gaspar Dutra, e com Filinto Müller, chefe de polícia do Distrito Federal. Em todas essas ocasiões foram discutidas questões referentes ao novo regime que seria instaurado e um possível auxílio dos Camisas-verdes às ações golpistas. Em troca de seu apoio<sup>215</sup> ao golpe de Estado de 10 de novembro de 1937, aos integralistas foram oferecido o Ministério da Educação e a garantia que não seriam molestados pelo novo regime.<sup>216</sup>

No entanto, apesar dos encontros e acertos de Plínio Salgado com altos membros do executivo nacional, não se pode afirmar que os integralistas, de uma maneira geral, apoiaram o golpe de Estado que levou ao regime estadonovista, tampouco que todos os membros da Câmara dos Quarenta apoiaram ou ficaram sabendo das negociações de seu chefe. Apenas um reduzido número destes teve conhecimento dessas negociações. Segundo Edgar Carone (1977, p. 194), a maior parte dos Camisas-verdes desconhecia as barganhas de seu líder com Getúlio Vargas, visto que Salgado agiu “muitas vezes, secretamente e sem dar conhecimento de seus atos aos companheiros”. Em entrevistas anteriores a outubro de 1937 com membros da AIB provenientes de São Paulo, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que negociava seu apoio a ação golpista de Vargas e seus aliados, afirmava para seus adeptos que “de modo algum pelas suas mãos, podiam todos estar certos, atrelaria o movimento ao carro do Catete” (MELO, 1957, p. 109).

Ao ser interpelado pelo escritor Custódio Viveiros, membro da Câmara dos Quarenta e destacado líder carioca do movimento em outubro de 1937 sobre seu apoio

---

<sup>215</sup> Segundo Gustavo Felipe Miranda (2009, p. 44), “no que concerne a narrativa dos fatos a versão de Edgar Carone e de outros estudiosos de que Plínio Salgado teria ‘trabalhado’ para a instauração da ditadura sem o consentimento de alguns de seus companheiros mais próximos e de toda a base social integralista continua prevalecendo”.

<sup>216</sup> Carta de Plínio Salgado a Getúlio Vargas, enviada em 28 de janeiro de 1938 *apud* SILVA, 1971, p. 361-381.

aos planos ditatoriais de Vargas, Salgado respondeu que não colaborava com nenhum golpe de Estado orquestrado pelo Catete. Entretanto, discordava da proposição de Viveiros, o qual desejava uma revelação aos brasileiros sobre “a verdadeira história do Plano Cohen, pois talvez que uma ação nossa, em conjunto com a bancada paulista de Armando Sales de Oliveira e a gaúcha de Flores da Cunha, pusesse termo às intenções golpistas já claramente manifestadas pelo Catete” (MELO, 1957, p. 109).

Ao mesmo tempo em que realizava tais declarações negando qualquer colaboração com o Catete, sabe-se que Salgado conferenciou com alguns importantes membros do integralismo, dentre eles Olbiano de Melo e Miguel Reale, sobre suas conversações com Getúlio Vargas e qual a posição a ser adotada em relação ao novo regime que seria instaurado. Provavelmente os milhares de adeptos do Sigma, e muitas das lideranças nacionais, como o escritor Custódio Viveiros, não foram consultados sobre a postura do movimento em relação ao Estado Novo, tampouco souberam dos encontros entre seu chefe supremo e Getúlio Vargas anteriores a 10 de novembro de 1937.

A instauração do Estado Novo em 10 de novembro de 1937 foi a concretização de um projeto de Estado Nacional iniciado com o golpe civil-militar de 1930, mas que sofrera alguns reveses com a instalação da Assembleia Constituinte em 1934. Seu fim aconteceu com a deposição do presidente Getúlio Vargas (e, conseqüentemente, de seus interventores federais) em 29 de outubro de 1945. O regime estadonovista caracterizou-se como um governo centralizado, autoritário, corporativista, intervencionista, antiliberal, anticomunista, elitista, tecnocrático, voluntarista e nacionalista. Como justificativa para o golpe de Estado, Getúlio Vargas discorreu em seu pronunciamento radiofônico no dia 10 de novembro de 1937 sobre o caudilhismo regional que afetava a integridade nacional, a situação política do país, a grande pobreza e a desorganização nacional, mas também sobre “as novas formações partidárias surgidas em todo o mundo”, que “por sua própria natureza refratárias aos processos democráticos, oferecem perigo imediato para as instituições, exigindo, de maneira urgente e proporcional à virulência dos antagonismos, o reforço do poder central.”<sup>217</sup>

---

<sup>217</sup> Proclamação ao povo brasileiro - 10 nov. 1937. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil* – vol. V. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, s/d. P. 23.



De acordo com o ditador, a inadequação da Constituição de 1934 perante o novo contexto nacional e internacional e a falta de mecanismos adequados para a defesa do Brasil contra teorias extremistas e agitações políticas subversivas representavam sérios perigos ao Estado nacional, visto que “para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país e garantir as medidas apontadas, não se oferecia outra alternativa além da que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de trabalho”. Nesse sentido, “quando os meios de governo não correspondem mais às condições de existência de um povo, não há outra solução senão mudá-los, estabelecendo outros moldes de ação”. Assim, “circunstâncias de diversas naturezas apressaram o desfecho deste movimento, que constitui manifestação de vitalidade das energias nacionais extrapartidárias. O povo o estimulou e acolheu com inequívocas demonstrações de regozijo, impacientado e saturado pelos lances entristecedores da política profissional; o Exército e a Marinha o reclamaram como imperativo da ordem e da segurança nacional”.<sup>218</sup> Ao que parece, a valorização da ordem, dum “Estado-Ordem” era, em certo aspecto, princípio, meio e fim da ideologia estadonovista (PARANHOS, 1999).

Com a instauração do Estado Novo, a postura ‘amigável’ desenvolvida desde o início do ano de 1937 por Getúlio Vargas e seus representantes governamentais com os Camisas-verdes começou a ceder espaço para perseguições, acusações e conflitos. Logo após 10 de novembro os jornais foram tomados por críticas e acusações contra o integralismo. Segundo Salgado, alguns diretores de periódicos o avisaram que começaram a receber ordens diretas de autoridades estatais para atacarem seus partidários. Conforme Giselda Brito Silva (2002, p. 193), “termos como ‘ilustres cidadãos’, antes de 1937 usados para se referir aos integralistas, passam a dar lugar a ‘elementos’, ‘suspeitos’, ‘conspiradores’, ‘agitador’, etc.”.

Tal mudança de atitude de Getúlio Vargas em relação ao Sigma estaria influenciada, conforme Stanley Hilton (1975, p. 53-55), pela combinação de três fatores. O primeiro destes estaria relacionado à política externa brasileira. O principal aliado político e econômico de nosso país, os Estados Unidos da América,<sup>219</sup> preocupado com

---

<sup>218</sup> Cf. VARGAS, s/d., p. 19-32.

<sup>219</sup> Para os estrategistas nacionais da década de 1930, a projeção política internacional do Brasil só seria possível com a manutenção de ‘laços fortes’ com os Estados Unidos da América. Para o governo brasileiro, além de projeção política, a aproximação com o Tio Sam significava, principalmente, vantagens econômicas. Já para os EUA, além das questões econômicas, eram dos portos brasileiros que saíam as principais matérias-primas utilizadas na indústria estadunidense na década de 1930 (borracha,

o aumento das relações comerciais entre Brasil e Alemanha a partir de 1935, recebeu com consternação a notícia sobre a implantação de uma ditadura de ‘caráter fascista’, auxiliada por um partido inspirado nos regimes nazifascistas europeus. Segundo Hélio Silva (1971, p. 103), “os acontecimentos de 10 de novembro e a possibilidade de um governo sob influência integralista haviam alarmado os Estados Unidos”.

A suspensão do pagamento da dívida externa brasileira em 10 de novembro de 1937, da qual os EUA e a Grã-Bretanha eram os grandes credores, também deixou o governo estadunidense apreensivo, pois poderia ser interpretada como uma aproximação da Alemanha e da Itália (SEITENFUS, 1985, p. 165). Segundo o ditador-presidente, em seu pronunciamento radiofônico que instituiu o Estado Novo, “a situação impõe, no momento, a suspensão do pagamento de juros e amortizações, até que seja possível reajustar os compromissos sem dessangrar e empobrecer o nosso organismo econômico”.<sup>220</sup> Para alguns jornais estadunidenses,<sup>221</sup> tais fatos marcariam não só a chegada do nazi-fascismo ao continente americano, como poderiam levar a uma disseminação de estados fascistas pelas Américas.

Para acalmar os ânimos estadunidenses, o governo brasileiro se viu obrigado a agir. Era preciso mostrar a políticos, diplomatas e à imprensa da América do Norte que o Estado Novo não era fascista, nem nazista, tampouco integralista. Nesse contexto de apreensões e dúvidas, Getúlio Vargas decidiu conceder uma entrevista a jornalistas internacionais, na qual buscava esclarecer a estes as suas posições ideológicas e de seu novo governo. Em 14 de novembro de 1937, rodeado por representantes da imprensa internacional, reafirmou seus claros propósitos de cooperação com os Estados Unidos da América dando ênfase aos laços de amizade que ligavam os dois países, demonstrando seu desejo duma aproximação ainda maior com Tio Sam. O líder do regime estadonovista fez questão de destacar que os brasileiros e seu governo continuavam cada vez mais “empenhados em assegurar e desenvolver as tradicionais

---

manganês, minério de ferro, cristais de quartzo, areias monazíticas, óleos vegetais, plantas medicinais), o Brasil possuía uma posição política estratégica, visto que segundo Washington, suas ações afetavam vários outros países da América do Sul. Dessa forma, uma aproximação com o Brasil, um alinhamento ideológico, não só garantiria aos EUA o controle político e econômico da América do Sul, como conteria a presença alemã na região. Cf. MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural Americana*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

<sup>220</sup> Proclamação ao povo brasileiro - 10 nov. 1937. In: VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil* – vol. V. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, s/d.

<sup>221</sup> *The Washington Post*, *The New York Herald Tribune* e *The New York Times*. Cf. SEITENFUS, 1985, p. 162-163.

relações de amizade que nos ligam aos Estados Unidos, reforçadas pela política de boa vizinhança, preconizada pelo presidente Roosevelt”.<sup>222</sup>

No entanto, os ânimos de políticos, diplomatas e da população estadunidenses não foram acalmados simplesmente com declarações em jornais. A desconfiança em relação a Getúlio Vargas só começou a diminuir quando este proibiu em 02 de dezembro de 1937 a existência de todos os partidos políticos, pois esta iniciativa foi vista por muitos estadunidenses como o início duma campanha anti-integralista do governo brasileiro. Conforme a embaixada dos EUA no Brasil, tais ações deveriam ser percebidas como um sinal de que Vargas estaria disposto a “corrigir a impressão no estrangeiro de que o Brasil estava ‘se inclinando para o eixo Roma-Berlim’” (HILTON, 1975, p. 54). De certa maneira, a eliminação dos Camisas-verdes serviu para “ressaltar o caráter ‘democrático’ e não fascista de seu governo frente aos Estados Unidos” (BERTONHA, 2014, p. 137), como também para breçar o avanço de um possível empecilho aos seus planos políticos.

Em 04 de dezembro de 1937, dois dias após o fechamento de todos os partidos políticos, Francisco Campos concedeu uma entrevista ao correspondente do *New York Times* no Brasil. O Ministro da Justiça empossado em 10 de novembro de 1937 buscou reforçar os laços de amizade entre as duas nações e afastar de vez as desconfianças em relação a uma aproximação do governo brasileiro com o integralismo ou qualquer regime nazifascista. Conforme Campos, a dissolução de todos os partidos políticos no começo de dezembro de 1937 poderia ser interpretada não só como uma declaração do governo brasileiro de solidariedade aos EUA como também um ato em defesa da democracia em nosso continente, uma ação de “fortalecimento da política pan-americanista”. Finalizando sua conversa com o correspondente do *New York Times*, o Ministro da Justiça declarou que para além de relações políticas e econômicas, o Brasil estaria intimamente ligado aos EUA por “razões de ordem cultural e sentimental”.<sup>223</sup>

Quando de passagem por Porto Alegre, no começo do ano de 1938, na viagem que o levou do Rio de Janeiro a Uruguaiana para o lançamento da pedra fundamental da construção de uma ponte sobre o Rio Uruguai, a qual ligaria o Brasil à Argentina,

---

<sup>222</sup> Definido o novo regime aos representantes da imprensa estrangeira. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 16 nov. 1937.

<sup>223</sup> O novo estado brasileiro é uma democracia autoritária. *Correio Paulistano*, São Paulo, 05 dez. 1937; Sob o novo regime a política do Brasil será sempre pan-americana. *Folha da Manhã*, São Paulo, 05 dez. 1937.

Getúlio Vargas concedeu sua primeira entrevista aos jornalistas brasileiros após a instauração do Estado Novo. Nesta, fez questão de declarar que lutava, assim como o presidente estadunidense, pela defesa da democracia no continente, e pelo fortalecimento dos laços de solidariedade entre os países americanos (SILVA, 1971, p. 75-76). Ao que parece, frente à desconfiança estadunidense das reais intenções de Vargas, este e seus apoiadores se viram obrigados a destacar a partir de novembro de 1937, sempre que possível, a fidelidade da política brasileira à política pan-americanista defendida pelos EUA, e que o Estado Novo não possuía ligações com nenhum governo ou movimento nazifascista, ou seja, não seria fascista nem integralista, mas sim brasileiro, nacionalista.

As suspeitas estadunidenses sobre o novo regime instaurado por Vargas serenaram somente após a nomeação de Oswaldo Aranha como ministro das Relações Exteriores em março de 1938. Além de embaixador nos EUA antes do Estado Novo, e um grande opositor das influências alemãs e italianas no governo brasileiro, Aranha gozava de grande prestígio entre os estadunidenses. Num concurso respeitado nos EUA para determinar quem seriam as personalidades de maior destaque no ano de 1937, constavam 6 estadunidenses e o embaixador Aranha, ficando este em segundo lugar na escolha, a frente do prefeito de Nova Iorque.<sup>224</sup> De certa maneira, a posse de Oswaldo Aranha no Ministério das Relações Internacionais marcou uma mudança da política externa brasileira, que a partir daquele momento se caracterizou pelo início duma “aversão” em relação à Itália e à Alemanha, e pelo reforço dos vínculos com os EUA (SEITENFUS, 1985, p. 161).

O segundo fator deste afastamento estaria relacionado ao medo que Vargas e membros de seu governo conservavam pelos Camisas-verdes e uma possível sublevação destes. Os desfiles integralistas, sempre contando com bom número de participantes, deixavam dúvidas por todo o país se a organização demonstrada nesses eventos, e a capacidade de mobilizar seus partidários para participarem de tais atos, poderiam ser utilizadas para a realização de um movimento subversivo. Porém, não somente o contingente, a organização, a capacidade de mobilização, o regulamento e as normas desse movimento levavam preocupação aos membros do governo federal como também

---

<sup>224</sup> Correio do Povo, Porto Alegre, 18 jan. 1938 *apud* SEITENFUS, 1985, p. 159.

a ideia de que o chefe nacional dos integralistas seria Plínio Salgado.<sup>225</sup> Para Getúlio Vargas e seus aliados, tal fato representava um desafio potencial à autoridade do regime estadonovista, visto que o chefe nacional de todos os brasileiros deveria ser o líder do Estado Novo, sem nenhuma exceção (HILTON, 1975, p. 54).

Mas não eram somente os membros do governo federal que estavam receosos com os Camisas-verdes. A maioria dos políticos brasileiros encontrava-se apreensiva em relação ao integralismo, pois “alarmava-os a expansão rápida do movimento cobrindo todo o território nacional” e a sua “forte penetração no seio da Marinha de Guerra e parte do Exército” (MELO, 1957, p. 99). O fechamento da AIB era tema de debates entre os políticos brasileiros desde o ano de 1935, quando os integralistas começaram a ser comparados aos comunistas, ao mesmo tempo em que passaram a ser atacados por estes como “representantes das ideologias fascistas no Brasil” (SILVA, 2002, p. 154). Em 21 de novembro de 1935, logo após as ações dos comunistas, os deputados da Câmara Federal aprovaram um requerimento solicitando a Getúlio Vargas o fechamento da AIB em todo o território nacional e a cassação do seu registro eleitoral, o qual não foi atendido pelo presidente.<sup>226</sup>

Por fim, o terceiro fator que levou Getúlio Vargas e o Estado Novo a romperem com os integralistas diz respeito ao receio que os militares, principal base de sustentação do novo regime, tinham da presença destes nos quartéis. Segundo Hélio Silva (1971, p. 130), “dois mil oficiais do Exército e setenta por cento da Marinha de Guerra” estariam inscritos nas fileiras do Sigma, ao mesmo tempo em que para a embaixada dos EUA no Brasil, 50% dos oficiais da Marinha e 30% dos do Exército eram membros ou simpatizantes da AIB (HILTON, 1975, p. 38; BERTONHA, 2014, p. 125). Ainda de acordo com Hilton, destacadas figuras militares da década de 1930, como o major Juarez Távora e os generais Newton Cavalcante, José Meira de Vasconcelos, Góes Monteiro, Eurico Gaspar Dutra e Pantaleão da Silva Pessôa demonstravam abertamente simpatias pelo integralismo.

Apesar da maioria desses militares presentes no integralismo pertencerem à baixa oficialidade, essa forte adesão motivou ações das altas patentes militares. Em

---

<sup>225</sup> Cortemos o mal pela raiz – Só um chefe nacional o Brasil tem e só um ele quer: Getúlio Vargas. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 25 jan. 1938.

<sup>226</sup> O pedido de fechamento da Acção Integralista Brasileira. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 21 nov. 1935; A Câmara aconselha o governo federal a fechar as sedes integralistas. *A Gazeta*, Florianópolis, 21 nov. 1935; Está em foco o integralismo. *O Estado*, Florianópolis, 25 nov. 1937

junho de 1935, o Conselho do Almirantado da Marinha baixou ordens que determinavam que o “militar da ativa ou da reserva de 1ª Classe, não pode prestar juramento que implique em fidelidade e obediência a qualquer doutrina política, nem tão pouco fazer parte de corporações ou partidos políticos que visem implantar no país um novo regime ou instituições diferentes das que consagra a Constituição de 16 de julho”.<sup>227</sup> Percebendo uma possível evasão de militares do integralismo, Plínio Salgado facilitou ao máximo para que estes permanecessem no seu movimento. Aos militares deixou de ser obrigatório qualquer tipo de juramento, seja ao chefe nacional, ao Sigma ou a qualquer símbolo do movimento, e o uso da camisa verde e símbolos em desfiles, comícios e eventos públicos.<sup>228</sup>

No ano de 1937 destacadas autoridades militares nacionais estariam apreensivas, temerosas de que os Camisas-verdes os iriam substituir ou lhes “fazerem sombra, se vitoriosos, como vinha acontecendo na Alemanha e na Itália” (MELO, 1957, p. 99). De acordo com o general Góes Monteiro, que para Olbiano Melo seria um adversário e não um simpatizante do movimento, não só a forte presença e as ideias dos Camisas-verdes entre os militares deveriam ser combatidas como seria necessária uma efetiva extinção das milícias integralistas, pois estas representariam uma grave ameaça às instituições militares. Segundo o comandante da 2ª Região Militar, a participação de alguns militares em reuniões, comícios e desfiles integralistas teria “as piores consequências para a disciplina do Exército, além de ser um atestado de incompreensão com seus deveres para com a pátria” (HILTON, 1975, p. 55). Conforme Olbiano de Melo (1957, p. 133), o general Góes Monteiro nunca havia visto com bons olhos Plínio Salgado e seu movimento, sendo seu plano desde 1936, quando se iniciaram as conversações sobre um possível golpe de estado entre militares e membros do governo, atrair os Camisas-verdes “para a cilada de 10 de novembro de 1937, para depois esmagá-los”.

Para João Fábio Bertonha (2014, p. 126), os “altos comandos do Exército e da Marinha, por mais que fossem simpáticos a alguns dos ideais integralistas e colaborassem com eles em algumas atividades, acreditavam que era necessário sufocar os partidarismos internos dentro das corporações militares”. A maior parte da cúpula militar, por mais que simpática ao integralismo, “colocava a unidade das forças armadas acima da sobrevivência do partido” (HILTON, 1975, p. 56). Quando da instauração do

---

<sup>227</sup> O Almirantado veda aos officiaes da Armada o juramento integralista! *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, 26 jun. 1935; Os militares e a política partidária. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 28 jun. 1935.

<sup>228</sup> Cf. HILTON, 1975, p. 37 e segs.

Estado Novo, o único oficial graduado dentre os considerados ‘simpatizantes’ por Hilton a permanecer na defesa da AIB fora o general Newton Cavalcanti, comandante da 5ª Região Militar de Curitiba, o qual se exonerou “do alto cargo de confiança” que exercia devido ao que considerou um desrespeito de Getúlio Vargas com os integralistas. Ao que tudo indica, segundo o pensamento das altas patentes militares da década de 1930, após a eliminação da ameaça comunista seria necessário suprimir o integralismo e suas milícias.

Entretanto, apesar de não destacado por Stanley Hilton, a capacidade de mobilização dos integralistas era vista com suspeição pelas autoridades governamentais desde o ano de 1934, quando aconteceram os primeiros embates destes com os comunistas. Getúlio Vargas e os membros de seu governo sempre se mostraram receosos em relação a mobilizações populares, pois não podiam controlar, nem prever, como estas terminariam. Contudo, de acordo com Olbiano de Melo (1957) e Hélio Silva (1971), apesar das ressalvas presentes entre membros do governo varguista em relação a AIB presentes desde o ano de 1934, a decisão sobre o fechamento desta organização foi tomada somente em 1º de novembro de 1937. Segundo estes autores, os milhares<sup>229</sup> de Camisas-verdes marchando pelas ruas do Rio de Janeiro levaram o então presidente a ter certeza sobre a necessidade de agir e conter aquela provável ameaça ao seu projeto de poder. Nunca foi do interesse daqueles que assumiram o executivo nacional em 1930 a existência de uma agremiação política de amplitude nacional organizada, mobilizada e pronta a atender ao chamado de seu líder.

---

<sup>229</sup>Existem grandes divergências em relação ao número de Camisas-verdes que participaram do desfile integralista de 1º de novembro de 1937 na cidade do Rio de Janeiro. De acordo com Olbiano de Melo (1957, p. 114), 50 mil integralistas teriam marchado nesse dia pelas ruas da Capital Federal. Hélio Silva (1971, p. 131) também afirma que o número de participantes chegou perto dos 50 mil. Já para Stanley Hilton (1975, p. 55), os números variaram conforme o grupo que realizou a contagem. Segundo os integralistas responsáveis pela organização e presentes no desfile, 50 mil pessoas marcharam pelo Rio de Janeiro, enquanto para agentes estatais a serviço de Getúlio Vargas, o número não teria passado de 17 mil Camisas-verdes, dentre eles mulheres e crianças.

## 2.2 – O Estado Novo visto pelos integralistas

Segundo Plínio Salgado, sua maior surpresa em 10 de novembro de 1937 não foi o golpe de Estado, mas sim o discurso de Getúlio Vargas proclamado naquela noite.<sup>230</sup> O pronunciamento do ditador deixou claro naquele momento para Salgado que os integralistas estavam alijados do novo governo, e que em algum momento sofreriam represálias. Todavia, entre a instauração do Estado Novo e o fechamento de todos os partidos políticos em 02 de dezembro de 1937, não foram registrados conflitos relevantes entre Camisas-verdes e agentes públicos, mesmo com as ordens emanadas diretamente por Vargas aos interventores estaduais em 16 de novembro de 1937 de que agissem com “toda energia” no combate aos adeptos do Sigma em seus estados (HILTON, 1975, p. 51). Apesar da postura não muito amigável do chefe do Estado Novo, o que se viu nesse período por parte dos integralistas e seu líder foi o reforço no intuito de colaboração com nova ordem estabelecida.

O momento do rompimento entre a AIB e o Estado Novo gera controvérsias entre seus pesquisadores. De acordo com Stanley Hilton (1975), tal afastamento aconteceu em 02 de dezembro de 1937, quando todos os partidos políticos foram fechados a partir do Decreto-Lei nº 37.<sup>231</sup> Ricardo Seitenfus (1985, p. 176) endossa essa hipótese ao afirmar “que a ruptura entre Vargas e a AIB é consumada com a interdição de todos os partidos políticos, decretada em novembro (sic) de 1937”. Contudo, para Edgar Carone (1977, p. 197) tal rompimento com Getúlio Vargas e o Estado Novo aconteceu somente no final de janeiro de 1938, quando Plínio Salgado enviou uma carta ao ditador explicando os motivos de sua recusa ao cargo de Ministro da Educação.

Para o ex-secretário geral da Câmara dos Quarenta Olbiano de Melo (1957, p. 124), o rompimento dos Camisas-verdes com o governo federal não aconteceu após o fechamento de todos os partidos políticos em 02 de dezembro de 1937. Nos meados de dezembro de 1937, Salgado teria reunido um “pequeno e heterogêneo grupo de líderes” para que fosse decidida qual a postura da AIB em relação ao novo governo. Neste encontro, apesar de não haver o comparecimento de um número suficiente de membros da Câmara dos Quarenta, optou-se pelo prosseguimento da colaboração com Vargas e seu novo governo.

---

<sup>230</sup> Cf. NASSER, 1947; SILVA, 1971.

<sup>231</sup> Decreto-Lei nº 37, de 02 de dezembro de 1937. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-37-2-dezembro-1937-354175-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 03 dez. 2017.



José Chasin (1978, p. 160) afirma que não houve um rompimento político efetivo entre estes, pois Salgado nunca encerrou definitivamente seu “longo e malogrado namoro com Vargas”. O chefe dos Camisas-verdes buscou manter, principalmente após novembro de 1937, “tanto quanto possível, relações pelo menos amigáveis com o novo poder da República”, sinalizando sempre como um possível aliado. Apesar de ‘ludibriado’ em novembro de 1937, ‘traído’ em 02 de dezembro de 1937, nunca descartou eventuais entendimentos com o chefe do executivo nacional, como evidenciado na carta que enviou em janeiro de 1938 recusando o cargo de Ministro da Educação.

Mesmo após sua prisão pela polícia estadonovista em 1939, e em reuniões, tanto anteriores quanto posteriores a tal fato, com importantes lideranças nacionais e estaduais do integralismo, Plínio Salgado nunca tomou uma posição de “franca hostilidade ao novo regime” (MELO, 1957, p. 135). Quando exilado em junho de 1939 ainda manteve boas relações com o governo brasileiro, visto que, apesar de afirmar constantemente que sobreviveu no exílio graças a “doações dos militantes”, documentos revelam que “durante todo o tempo em que esteve em Portugal, recebeu do governo brasileiro uma ‘mesada’” (GONÇALVES, 2012, P. 336). Ao que tudo indica, o rompimento político definitivo entre Vargas e Salgado aconteceu somente com o fim do regime estadonovista em outubro de 1945.

Para além das lideranças nacionais, podemos dizer que a maioria dos Camisas-verdes tomou um posicionamento de acatamento à nova ordem instituída em novembro de 1937. Tal opção ficou ainda mais evidente após a promulgação do Decreto-Lei nº 37 em 02 de dezembro de 1937, quando todas as atenções e olhares se voltaram para os ex-adeptos do Sigma, pois muitos consideravam que estes reagiriam a essa suposta traição do novo governo. Todavia, como muitos integralistas “pressupunham que ainda havia espaço para o integralismo na política nacional”, adotaram a tática do não enfrentamento, pois “era preciso trilhar caminhos que os mantivessem atuando e reorganizando a doutrina” (MIRANDA, 2009, p. 155).

Segundo os periódicos que acompanhavam o fechamento dos núcleos da AIB pelo país, tudo transcorreu dentro da ordem e da normalidade. Na Paraíba, o interventor federal Argemiro de Figueiredo “cumprindo o decreto governamental que dispõe sobre o fechamento dos partidos políticos, ordenou que fossem interditadas as sedes do Partido Progressista, chefiado pelo seu irmão, Sr. Acácio Figueiredo, bem como a Ação

Integralista”, sendo que todas “as medidas governamentais foram recebidas com ordem e disciplina”.<sup>232</sup> Na Bahia “o chefe de polícia reuniu em seu gabinete os representantes da imprensa para tratar do decreto-lei que dissolveu os partidos políticos”, afirmando que “o governo do estado executará a medida com energia e serenidade, não descendo, porém à violência”, visto que neste estado o integralismo “desapareceu” e todos “os seus núcleos já foram fechados, sendo as suas placas e arquivos entregues aos interessados”.<sup>233</sup>

Em Pernambuco, “a Secretaria de Segurança Pública, em face do telegrama recebido do Ministro da Justiça pelo interventor federal, determinou o fechamento de todos os partidos políticos existentes no estado, inclusive do integralismo”. Após um encontro entre o chefe provincial da AIB em Pernambuco o secretário de Segurança Pública foi “assentado definitivamente a cessação das atividades políticas, extinção das bandeiras, emblemas, milícias e também o fechamento de todos os núcleos existentes no estado”.<sup>234</sup>

No Ceará, após as autoridades públicas tomarem conhecimento do decreto que dissolveu todos os partidos políticos, deu-se “imediato cumprimento ao decreto em apreço, tendo tudo ocorrido dentro da maior ordem”. Assim sendo, o “Delegado de Ordem Política e Social, acompanhado do escrivão desse departamento policial e de alguns investigadores” dirigiu-se “a sede integralista, determinando a retirada das placas afixadas no prédio onde funciona a AIB, dos dísticos e bandeiras do Sigma.”<sup>235</sup> No Rio Grande do Norte “foram fechadas [...] as sedes de todos os partidos políticos, inclusive da Ação Integralista Brasileira, correndo tudo em absoluta ordem”<sup>236</sup>, enquanto no Paraná, “cumprindo determinações do chefe de polícia, as autoridades fecharam as sedes de todas as organizações políticas, inclusive da Ação Integralista Brasileira, não só nesta capital como em Paranaguá, Ponta Grossa e outras cidades”.<sup>237</sup>

No estado do Rio de Janeiro, após receber uma notificação sobre a dissolução de todos os partidos políticos, o chefe provincial da AIB comunicou imediatamente as autoridades policiais que todos os núcleos no estado seriam fechados, e que não haveria

---

<sup>232</sup> O decreto-lei de dissolução dos partidos nos estados. *Correio Paulistano*, São Paulo, 07 dez. 1937.

<sup>233</sup> O fechamento dos partidos na Bahia. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 08 dez. 1937.

<sup>234</sup> O fechamento dos partidos políticos. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 07 dez. 1937.

<sup>235</sup> Dissolvidos todos os partidos políticos da república. *A Razão*, Ceará, 04 dez. 1937.

<sup>236</sup> O fechamento dos partidos políticos. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 08 dez. 1937.

<sup>237</sup> A dissolução dos partidos políticos. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 09 dez. 1937.

a necessidade de intervenção policial.<sup>238</sup> No estado de São Paulo situação semelhante, pois o chefe do Sigma local, Machado Florence, visitou o Secretário da Segurança Pública, Dulcídio do Espírito Santo Cardoso, comunicando-lhe pessoalmente que todos os núcleos estavam sendo fechados “dentro da mais absoluta ordem, não se verificando qualquer perturbação”.<sup>239</sup>

Segundo o periódico cearense *A Razão*, apoiador dos integralistas, o fechamento dos partidos não motivaria nenhuma reação violenta destes, tampouco a retirada do apoio dado ao novo regime, pois a “Ação Integralista Brasileira, cuja seção política já havia sido dissolvida pelo próprio Chefe Nacional, permanecia com a sua estrutura anterior ao Estado Novo, aguardando justamente a regularização definitiva de seu novo estado...”. Conforme o periódico cearense, o fechamento dos partidos e a extinção da democracia liberal não causariam nenhuma revolta entre os Camisas-verdes, pois estas ações seriam uma das reivindicações do movimento desde sua fundação em 1932, “uma imperiosa necessidade, decorrente das novas circunstâncias sociais e econômicas dos tempos modernos”.<sup>240</sup> Conforme as declarações públicas de Plínio Salgado e a maioria dos meios de comunicação ligados aos Camisas-verdes, a atitude destes em relação ao fechamento dos partidos seria a “de sempre, isto é, de acatamento a lei”,<sup>241</sup> visto que não existiria justificativa, e motivos, para uma revolta dos integralistas.<sup>242</sup>

As atividades políticas da AIB foram oficialmente suspensas no dia 11 de dezembro, após uma reunião dos maiores do Sigma na residência de Plínio Salgado no Rio de Janeiro. Além de uma mudança na estrutura e nos objetivos da organização, os quais seriam culturais e não mais políticos, esta passou a chamar-se Associação Brasileira de Cultura (ABC),<sup>243</sup> registrada como sociedade civil no Ministério da Justiça em 19 de dezembro.<sup>244</sup> Longe de um afastamento de Getúlio Vargas ou de uma suspensão das relações políticas com este, podemos dizer que os Camisas-verdes não só

---

<sup>238</sup> Recebidos pelo Presidente da República o Interventor e o Secretariado fluminense. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 04 dez. 1937; O integralismo em face do decreto-lei de dissolução dos partidos. *Correio Paulistano*, São Paulo, 05 dez. 1937.

<sup>239</sup> Fechamento das sedes integralistas no interior e na Capital. *Folha da Manhã*, São Paulo, 08 dez. 1937; O fechamento do integralismo em São Paulo. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 09 dez. 1937.

<sup>240</sup> Os nossos destinos. *A Razão*, Fortaleza, 04 dez. 1937.

<sup>241</sup> A Ação Integralista mostra-se conformada com a dissolução dos partidos. *Diário de Pernambuco*, Recife, 05 dez. 1937.

<sup>242</sup> Dissolvidos todos os partidos políticos. *A Razão*, Fortaleza, 04 dez. 1937.

<sup>243</sup> A ex-Ação Integralista Brasileira passou a chamar-se Associação Brasileira de Cultura. *Correio Paulistano*, São Paulo, 11 dez. 1937.

<sup>244</sup> A extinta Ação Integralista registrou-se como sociedade civil. *Folha da Manhã*, São Paulo, 19 dez. 1937.

mudaram o nome, como toda a estrutura organizacional do Sigma para se adaptar ao Estado Novo nos meados de dezembro de 1937. Após o fechamento dos partidos políticos, ao que tudo indica, não aconteceu nenhum rompimento da AIB com Getúlio Vargas e seu governo, mas sim uma adequação do Sigma ao Decreto-lei nº 37.

Segundo Rogério Lustosa Victor (2005, p. 19), Plínio Salgado soube antecipadamente sobre a proibição da existência dos partidos políticos, quando lhe foi feita “a promessa de que a AIB poderia sobreviver enquanto sociedade civil”. Nesse sentido, Salgado extinguiu “a feição política da AIB, transformando-a em ‘sociedade cultural e educacional, esportiva e beneficente’”. Em seu diário, Getúlio Vargas corrobora com essa hipótese de que Plínio Vargas foi avisado antecipadamente sobre o fechamento dos partidos políticos. Segundo o ditador, em 28 de novembro de 1937 ele encontrou-se com Plínio Salgado na casa de Rocha Miranda, onde os dois conversaram “sobre a dissolução do integralismo e dos partidos políticos, e sua entrada para o Ministério”. Conforme Vargas, Salgado “ficou de acordo, ponderando, porém, as dificuldades que encontraria, precisando consultar sua gente e depois responder-me” (VARGAS, 1995, p. 88).

Em nenhum momento entre 10 de novembro de 1937 e 10 de março de 1938 houve um pronunciamento oficial da AIB comunicando a retirada de seu apoio ao novo regime. Após o Estado Novo, mesmo sentindo-se enganado, Salgado determinou aos Camisas-verdes cautela, e acatamento ao novo poder instituído. No começo de dezembro, com a dissolução dos partidos políticos, e a consequente impossibilidade da existência do Sigma, o movimento buscou se enquadrar dentro das novas exigências legais, dizendo estar apto e de acordo com tais transformações.

Na carta enviada a Getúlio Vargas no final de janeiro de 1938, apesar de sua negativa ao convite para assumir o Ministério da Educação, Plínio Salgado deixou claro que estaria à disposição do novo regime para auxiliá-lo da melhor maneira possível. Mesmo com a polícia fluminense invadindo sua casa em 24 de fevereiro de 1938, após apreensões de armas e duma Lista Negra do Sigma em Petrópolis com o nome de autoridades públicas que deveriam ser eliminadas, continuou firme no seu apoio ao ditador.<sup>245</sup> Quando das ações armadas realizadas por integralistas em 10 de março e 10

---

<sup>245</sup> A polícia carioca dá uma busca na residência do Sr. Plínio Salgado. *Correio Paulistano*, São Paulo, 25 fev. 1938.

de maio de 1938,<sup>246</sup> negou qualquer participação e manifestou novamente sua solidariedade e lealdade a nova ordem estabelecida.

Antes de ser exilado para Portugal nos meados de 1939, depois de um ano longe dos holofotes, recluso devido aos levantes de março e maio de 1938, Salgado publicou o *Manifesto de Maio de 1939*.<sup>247</sup> Não só neste manifesto de 1939 como em todas as declarações públicas, manifestos e entrevistas até 1945, período em que permaneceu exilado no país lusitano, Salgado sempre trouxe elogios a Getúlio Vargas, conclamando os antigos adeptos do Sigma a uma pacificação e união na defesa do regime estadonovista, pois ali estariam consubstanciados os verdadeiros ideais dos Camisas-verdes. No *Manifesto de Setembro de 1941*, no *Manifesto de Novembro de 1943* e no *Manifesto-Diretiva de Julho de 1945* são constantes não só as tentativas de aproximação entre as ações realizadas pelo Estado Novo e as ideias defendidas pelo extinto integralismo, como a defesa dum regime forte e a necessidade de congregação de todos os integralistas em torno do ditador (Cf. SALGADO, 1950).

A partir do final de 1937, quem buscou se desvincular da AIB e de seus partidários foi o chefe do Estado Novo. Conforme Stanley Hilton (1975, p. 52), “as ideias fundamentais do integralismo” eram bem recebidas por Getúlio Vargas e pelos líderes do novo regime, contudo, “um partido integralista organizado não convinha ao novo governo”. Interessava aos detentores do poder a partir de novembro de 1937 a apropriação “de alguns aspectos do integralismo que serviam para a implantação do Estado Novo” (SILVA, 2002, p. 139), mas, ao mesmo tempo, limitar totalmente a sua colaboração no novo regime enquanto um partido político organizado. Para Olbiano de Melo (1957, p. 134), esse afastamento por parte do executivo nacional não seria nenhuma surpresa, pois a aproximação do Catete com a AIB no transcorrer do ano de 1937 seria estratégica, pois conforme havia concluído Vargas “garantiria sua posição frente ao eixo Roma-Berlim-Tóquio e, com isso poderia pressionar o presidente Roosevelt no sentido de uma melhor política de auxílio norte-americano”.

Desde o início do Estado Novo, Getúlio Vargas buscou deixar claro que o novo regime não era um governo dos integralistas. No entanto, nunca negou que muitas das

---

<sup>246</sup> Após a tentativa frustrada de subverter a ordem instituída em 10 de março de 1938, os integralistas, aliados a inúmeros opositores de Getúlio Vargas, tentaram novamente tomar o controle nacional em 10 de maio de 1938. Tal ação ficou conhecida como o *putsch* integralista. Cf. NASSER, 1947; MELO, 1957; SILVA, 1971 e SILVA, 2002.

<sup>247</sup> Cf. SALGADO, 1950, p. 73-75.

ideias defendidas pelos membros do novo governo seriam semelhantes às propagadas pelos adeptos do Sigma. Assim, ao mesmo tempo em que se utilizou da ideologia integralista após a instauração do Estado Novo (VICTOR, 2004), iniciou uma campanha velada contra os Camisas-verdes e seu partido. Contudo, em nenhum momento declarou publicamente seu rompimento com a AIB, tampouco das ideias defendidas por eles. Em alguns momentos durante o início do Estado Novo chegou inclusive a negar publicamente qualquer perseguição contra os integralistas. Segundo o ditador, as autoridades policiais estavam investigando e prendendo todos aqueles suspeitos de participação em possíveis conspirações subversivas, independente de ideologia política, partido ou vínculo institucional.

### **2.3 – Entre a repressão, a aceitação e o conflito**

A postura da maioria dos líderes integralistas e dos jornais do Sigma pelo país em relação ao regime instituído em 10 de novembro de 1937 foi de aceitação. Com exceção de algumas poucas figuras de destaque do integralismo que comprovadamente estiveram envolvidas em conspirações subversivas no final do ano de 1937 e início de 1938, como Belmiro Valverde, Madeira de Freitas e Barbosa Lima, a maioria destes buscou se adaptar aos novos tempos.

De acordo com os pesquisadores que analisaram esse tema, os comportamentos dos Camisas-verdes em relação ao Estado Novo pelo Brasil não foram homogêneos, tomando variadas manifestações. Segundo Hélio Silva (1971, p. 144) constituíram-se duas correntes entre estes em relação ao regime instaurado em 10 de novembro de 1937. A grande parcela dos ex-integralistas, aqueles que não sabiam das negociações entre Getúlio Vargas e Plínio Salgado buscou uma acomodação com a situação estabelecida, nem que para isso necessitasse abdicar de sua vida política e declarar seu apoio ao novo regime. Outra parcela, aquela que havia ajudado na implantação do Estado Novo optou pela ação subversiva.

Conforme Gustavo Miranda (2009, p. 184), “pode parecer pura inocência, entretanto, o que a documentação nos faz acreditar é que a ala que no pós-golpe mais atuou na oposição ao governo, foi justamente aquela que meses antes cooperou decisivamente com o regime na luta contra o inimigo comunista”. Ou seja, de acordo com Silva e Miranda, a ala que mais se aproximou de Vargas anteriormente a instalação

do Estado Novo, e que participou dos preparativos para o golpe, foi aquela que mais incitou os Camisas-verdes para uma ação armada após 10 de novembro de 1937.

Para Edgar Carone (1977, p. 196), a reação dos adeptos do Sigma aconteceu ao contrário. Os poucos integralistas que sabiam das conversas entre seu líder e o presidente da república “vão se decepcionar logo, rompem com o governo e permanecem inertes politicamente durante a ditadura getulista”, enquanto parte daqueles que desconheciam as “barganhas” vai “conspirar contra o regime”, formará uma “ala golpista”. Segundo João Bertonha (2016, p. 122), “entre 1938 e 1946, os remanescentes do integralismo se dividiram na sua relação com o Estado Novo varguista. Alguns foram cooptados pelo regime e se tornaram fiéis funcionários do mesmo. Outros integralistas optaram pela neutralidade e silêncio, à espera de melhores dias, enquanto outros procuraram se reunir clandestinamente e manter vivos alguns dos ideais do movimento”.

Apesar da dificuldade de saber exatamente quais os Camisas-verdes que defendiam uma ação armada contra os novos poderes instituídos em novembro de 1937, para Gustavo Miranda (2009, p. 50) o que não se pode negar é que “havia uma expressiva parcela dos integralistas, reflexo de disputas anteriores, que viam o governo com desconfiança, e, portanto, muito provavelmente não se surpreenderam com a quebra do acordo, para eles secreto, de Plínio Salgado com Getúlio Vargas e as suas consequências posteriores”. Estes, conforme Miranda não eram apenas “uma pequena parcela de revoltos”, compostos basicamente por setores cariocas, comandados pelo médico Belmiro Valverde (CHASIN, 1978, p. 166), mas sim um número considerável de integralistas espalhados por todos os estados brasileiros descontentes e desconfiados com o novo regime político, e, muitas vezes, insatisfeitos com os interventores que haviam assumido o poder a partir de novembro de 1937.

Todavia, apesar dessa parcela considerável de descontentes espalhados por todos os estados brasileiros, seja por concordância com os princípios ideológicos do novo regime, por medo das ações repressivas, por possíveis conflitos que o engajamento político poderia originar, ou por conhecer, ou mesmo desconhecer, as conversas entre Plínio Salgado e Getúlio Vargas, não se sabe ao certo, a grande maioria dos integralistas colocou-se longe da política durante o Estado Novo.

Conforme Stanley Hilton (1975, p. 52), a extinção de todos os partidos políticos em 02 de dezembro de 1937 marcou o começo duma campanha sistemática não só dos

governos estaduais como do governo federal contra a AIB, a qual teve suas sedes fechadas, “reuniões impedidas e, em vários casos, membros do partido encarcerados”. De acordo com Melo (1957, p. 118), diferentemente do que foi narrado nos jornais pelo país com relação ao fechamento dos partidos políticos, a “polícia política” agiu “violentamente” no fechamento dos “núcleos integralistas do Rio, o mesmo sucedendo nos estados”.

Segundo o tenente da Marinha Jatir de Carvalho Serejo,<sup>248</sup> ao mesmo tempo em que algumas sedes integralistas eram fechadas de uma maneira pacífica após 02 de dezembro de 1937, outras tinham suas atividades encerradas “violentamente, pela polícia, quebrando, dilapidando muito material custoso dos nossos gabinetes, ambulatórios, creches, lactários...”. Provavelmente foram estas ‘ações violentas’ que levaram o advogado carioca Alcibíades Delamare a escrever a Getúlio Vargas e ao ministro de Justiça, Francisco Campos, em 08 de dezembro de 1937, solicitando proteção e apoio para os integralistas que vinham sofrendo perseguições da polícia, as quais não teriam nenhum motivo aparente.<sup>249</sup>

Para Giselda Brito Silva (2002, p. 188), as autoridades policiais iniciaram a partir da instauração do Estado Novo, mas principalmente com o fechamento dos partidos, o que ela chamou de “repressão preventiva” contra o integralismo. Tal repressão baseava-se numa constante vigilância estatal sobre determinados integralistas ‘suspeitos’, na qual as autoridades policiais buscavam encontrar documentos ‘comprometedores’, armas e munições que pudessem demonstrar o perigo que o movimento do Sigma representava para o desenvolvimento e a segurança de nosso país. Todas essas investigações e apreensões policiais faziam parte dum projeto de Getúlio Vargas e seus aliados, no qual estes buscavam encontrar ‘provas’, armas e ‘documentos’ que os auxiliassem na construção duma imagem subversiva dos integralistas, a qual justificaria perante a opinião pública a extinção do movimento e a própria existência do novo regime, pois os líderes do Estado Novo não poderiam simplesmente descartar seus apoiadores de meses atrás.

No entanto, a exclusão dos integralistas do cenário político nacional não aconteceu somente através da ação policial. Toda uma ação discursiva foi construída para que os integralistas passassem a ser identificados com os extremismos

---

<sup>248</sup>Jatir de Carvalho Serejo. *Meu depoimento*. Rio de Janeiro, 1959, p. 7 *apud* SILVA, 1971, p. 136.

<sup>249</sup>SILVA, 2002, p. 169.



internacionais, e, conseqüentemente, considerados perigosos aos interesses nacionais e a população brasileira. Conforme Giselda Silva (2002, p. 193) “termos como ‘ilustres cidadãos’, antes de 1937 usados para se referir aos integralistas, passam a dar lugar a ‘elementos’, ‘suspeitos’, ‘conspiradores’, ‘agitador’, etc.”. Nesse sentido, “a partir do Estado Novo e do putsch integralista, os agentes do poder vão definindo as representações – que serão dominantes – acerca do integralismo, representações que caricaturizarão o movimento dos Camisas-verdes e que não serão condizentes com a percepção da época” (VICTOR, 2004, p. 11).

No estado de Alagoas, em 30 de dezembro de 1937 mais de 40 integralistas foram presos suspeitos de planejarem um movimento subversivo contra os poderes instituídos. Segundo as investigações da polícia alagoana, tal movimento deveria rebentar no dia 05 de janeiro de 1938. Juntamente com as prisões e diligências, além de grande quantidade de armas e munições, apreendeu-se um canhão de 15 centímetros de diâmetro, possivelmente construído nas oficinas metalúrgicas da região do município de Rio Largo.<sup>250</sup>

Em Minas Gerais, em 10 de janeiro de 1938 foram apreendidas em Juiz de Fora armas e munições em poder dos Camisas-verdes, além de documentos referentes à organização do Sigma pelo estado. Segundo o delegado responsável pelas apreensões seria deste município que partiam os armamentos para todo o estado.<sup>251</sup> Noutro município do interior mineiro, Soledade, em 20 de fevereiro de 1938 foram apreendidas armas e munições na sede do núcleo integralista local. No município gaúcho de Erechim, em 23 de janeiro de 1938 foi descoberta uma conspiração de membros da extinta AIB, a qual levou a prisão de vários civis e de 20 praças da Companhia Motorizada do Exército acusados de participação em atividades subversiva.<sup>252</sup> Na Paraíba, casas de importantes figuras do integralismo foram invadidas a procura de armamentos e documentos, como a do ex-chefe provincial Agostinho Serrano.<sup>253</sup>

---

<sup>250</sup> Preparava-se um movimento integralista revolucionário em Alagoas. *Folha da Manhã*, São Paulo, 31 dez. 1937; Quarenta extremistas verdes presos em Alagoas. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1937; Integralistas presos em Alagoas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 31 dez. 1937; Deveria explodir no dia 05, um movimento integralista em Maceió. *Diário Pernambucano*, Recife, 01 jan. 1938

<sup>251</sup> Armas apreendidas pela polícia mineira. *Correio Paulistano*, São Paulo, 11 jan. 1938; Estavam armados os integralistas de Juiz de Fora. *Diário de Pernambuco*, Recife, 11 jan. 1938.

<sup>252</sup> Descoberta uma conspiração de membros da extinta AIB no Rio Grande do Sul. *Folha da Manhã*, São Paulo, 23 jan. 1938; Prisão de integralistas no Rio Grande do Sul. *A Gazeta*, Florianópolis, 25 jan. 1938.

<sup>253</sup> Notícias dos estados. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 fev. 1938.

No estado do Paraná, segundo Luciana Athaides (2015, p. 79), após 10 de novembro de 1937 tornaram-se constantes as exonerações de ex-adeptos da AIB de cargos públicos estaduais. Em 29 de janeiro de 1938, o interventor federal paranaense, Manuel Ribas, lançou um decreto onde proibia a circulação de qualquer obra integralista pelo estado, o qual levou a invasão de residências e livrarias por autoridades policiais à procura de livros, escritos, ou de documentos ‘comprometedores’ de Plínio Salgado, Miguel Reale e Gustavo Barroso.<sup>254</sup> Descobriu-se nesse estado, nos meados de fevereiro de 1938, um projeto de levante armado, o qual levou a instalação de alguns serviços de observação “em torno de indivíduos entendidos como articuladores do movimento” (ATHAIDES, 2015, p. 96). Um dos principais articuladores desse movimento no estado do Paraná seria o futuro governador de Santa Catarina, Jorge Lacerda.

No estado da Bahia, de acordo com Jacira Primo (2013, p. 128), desde a instauração do Estado Novo os integralistas reuniam-se às escondidas com o objetivo de articularem sua participação nos movimentos subversivos que existiam pelo país. As autoridades policiais, sabedoras dessas movimentações desde o final de 1937, atuaram efetivamente somente no começo de março de 1938, quando prenderam aproximadamente vinte pessoas por suposta participação em reuniões clandestinas, organizadas pelos Camisas-verdes baianos com a finalidade de subverter a ordem instituída.<sup>255</sup>

No estado do Rio de Janeiro registrou-se o maior número de ocorrências e conflitos envolvendo ex-adeptos do Sigma e autoridades policiais no período compreendido entre 10 de novembro de 1937 e 10 de março de 1938. O primeiro incidente no estado fluminense aconteceu em 24 de dezembro de 1937, quando um ex-integralista chamado Tito Guedes Martins da Costa distribuiu boletins que atentavam contra a ordem nacional e incitavam a população civil contra as autoridades constituídas no centro da Capital Federal.<sup>256</sup> Após a prisão de Tito Guedes e seus comparsas, um suposto plano subversivo veio à tona.

---

<sup>254</sup> Proibida literatura integralista no Paraná. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1938; A situação política. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 29 jan. 1938.

<sup>255</sup> Os integralistas baianos reuniam-se clandestinamente. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1938.

<sup>256</sup> Distribuíam boletins subversivos. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 24 dez. 1937

Conforme um dos “autores intelectuais da propaganda extremista”, os boletins foram produzidos com o intuito “de promover a exaltação do ânimo popular, num trabalho de preparação psicológica da massa”, e eram distribuídos a população em alguns bairros e do alto dos prédios da área central do Rio de Janeiro,<sup>257</sup> sendo alguns destes lançados do escritório do ex-chefe provincial da AIB, Barbosa Lima.<sup>258</sup> Ao ser indagado pelos jornais sobre sua relação com tais acontecimentos, Plínio Salgado disse que desde o dia 03 de dezembro não havia mais se comunicado com a grande maioria do integralistas, e por esse motivo não responderia por atos isolados cometidos por alguns, insatisfeitos com os rumos que o país tomava. Segundo ele, sua orientação a todos os antigos pertencentes da Ação Integralista Brasileira, agora Associação Brasileira de Cultura, era de acatamento e obediência as leis e ao novo governo constituído.<sup>259</sup>

Em 19 de janeiro de 1938, na localidade de Campos, zona rural do município do Rio de Janeiro, registrou-se um violento conflito envolvendo integralistas e autoridades policiais. Conforme os noticiários da época,<sup>260</sup> o delegado e seus ajudantes do 28º distrito policial do município do Rio de Janeiro estariam acompanhando alguns repórteres de um periódico local que investigavam um suposto caso de Febre Tifoide no bairro de Campo Grande. Numa dessas conversas com moradores locais sobre a existência de focos da doença, o delegado teria repentinamente mudado de assunto e inquirido uma senhora sobre a existência de núcleos integralistas na região, a qual disse não ter conhecimento de tal fato.<sup>261</sup> Após a resposta negativa da moradora, quando se dirigiam para outra residência, repórteres e autoridades policiais teriam sido atacados

---

<sup>257</sup> Tentavam a deflagração de uma revolução integralista. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 29 dez. 1937.

<sup>258</sup> Os extremistas verdes perturbam a ordem pública. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 28 dez. 1937.

<sup>259</sup> A distribuição dos boletins subversivos pelos integralistas. *Diário de Pernambuco*, Recife, 25 dez. 1937.

<sup>260</sup> A polícia prossegue em diligências contra os extremistas verdes. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1938; Novas diligências policiais em Campo Grande. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1938; Dispararam numerosos tiros contra a polícia. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 jan. 1938; Os integralistas atacaram pelas costas uma caravana policial. *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 jan. 1938;

<sup>261</sup> Os periódicos catarinenses trazem uma versão um pouco diferente dos fatos. Segundo os jornais *Cidade de Blumenau* e *A Notícia*, o delegado do 28º distrito policial teria se dirigido ao bairro de Campo Grande sabendo da existência de uma grande quantidade de material bélico escondido possivelmente na sede do núcleo integralista local. Ainda conforme os meios de comunicação catarinenses, a moradora indagada sobre a existência de tais núcleos na região seria Helita Maia, esposa de Ozéas Maia, tendo os policiais adentrado a residência da mesma e encontrado uma arma em seu poder. Curiosamente, os jornalistas catarinenses relataram os acontecimentos com uma descrição mais detalhada do que seus congêneres cariocas. Não se sabe ao certo se por liberdade poética e literária dos jornalistas catarinenses, ou pelo fato do regime estadonovista conseguir censurar com mais ênfase somente os periódicos da Capital Federal. Cf. Grave conflito no Rio de Janeiro. *Cidade de Blumenau*, Blumenau, 19 jan. 1938; Fuzilaria em Campo Grande. *A Notícia*, Joinville, 23 jan. 1938.

por integralistas armados. A resposta dos policiais deu início a um violento tiroteio, o qual durou cerca de 1 hora, encerrando-se com a chegada do pelotão de choque da Polícia Especial.

Logo em seguida ao tiroteio iniciaram-se as diligências por toda a região do bairro de Campo Grande e adjacências, a procura dos possíveis envolvidos nos conflitos, armas e munições. Mais de 30 pessoas foram presas suspeitas de envolvimento no conflito, como Helita Cavalcanti Maia, Celina Cavalcanti Maia e Esther Cavalcanti, respectivamente mulher, filha e cunhada do suposto líder do movimento, o foragido Ozéas Ribeiro Maia.<sup>262</sup> Também foram encontrados fuzis, metralhadoras, espingardas, pistolas, revólveres, bombas, punhais e centenas de munições,<sup>263</sup> além de documentos e do arquivo do núcleo integralista de Campo Grande.<sup>264</sup>

As investigações policiais não ficaram restritas a área rural da cidade do Rio de Janeiro, Capital Federal, estendendo-se para a vizinha Niterói, Capital do estado do Rio de Janeiro. Após inúmeras denúncias anônimas foram encontrados em Niterói aproximadamente, apesar das variações de números presentes nos jornais da época, 8 fuzis, 12 rifles, 1 pistola, 1 revólver e uma grande quantidade de munições em poder de um major e um tenente reformados da Força Pública Estadual, respectivamente Pedro Octaviano de Oliveira e Santiago Moreira.<sup>265</sup> Segundo os policiais responsáveis pela apreensão, tais armas seriam procedentes de roubos e desvios de quartéis militares, e estariam a disposição dos adeptos do Sigma para qualquer ação subversiva que pudesse ser realizada não só no estado do Rio de Janeiro, como em qualquer parte do país.

Em 15 de fevereiro de 1938, no município fluminense de Petrópolis, um funcionário público federal do Departamento Nacional do Café, Osvaldo Fajardo da Silveira, foi preso por estocar armas e munições no posto fiscal onde trabalhava.<sup>266</sup>

---

<sup>262</sup> Mais armas e munições apreendidas pela polícia. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 21 jan. 1938.

<sup>263</sup> Novas apreensões de armas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1938; Abundante material de propaganda integralista apreendido nos subúrbios. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 20 jan. 1938.

<sup>264</sup> Apreendido pela polícia carioca, o arquivo do núcleo da antiga Ação Integralista, em Campo Grande. *Correio Paulistano*, São Paulo, 23 jan. 1938.

<sup>265</sup> Copioso material de guerra. *O Estado*, Florianópolis, 31 jan. 1938; Combatendo os inimigos do regime. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 01 fev. 1938; Verdadeiros arsenais os redutos dos camisas verdes. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 01 fev. 1938; Armamento e munição de guerra apreendidos em Niterói. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 01 fev. 1938; Grande cópia de armamentos e munições apreendida pela polícia do estado do Rio. *Correio Paulistano*, São Paulo, 01 fev. 1938.

<sup>266</sup> Localizadas novas células integralistas pela polícia fluminense. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1938; A atividade dos integralistas em Petrópolis. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1938; A polícia serrana desarticulou um movimento verde. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1938.

Junto ao armamento estavam documentos, arquivos de núcleos integralistas fluminenses e um fichário de supostos inimigos do Sigma, os quais faziam parte duma ‘Lista Negra’. Esta lista era composta por políticos, militares, policiais, advogados, industriais, comerciantes, repórteres e operários do estado do Rio de Janeiro e de outras partes do Brasil, tendo como destaque o líder do regime estadonovista, Getúlio Vargas.<sup>267</sup>

Para o delegado responsável pela investigação na região serrana do estado do Rio de Janeiro, Anuar Farah, era desse posto fiscal do Departamento Nacional do Café em Petrópolis que “partiam todas as armas e munições contrabandeadas como cereais, café e outros gêneros para diversos municípios fluminenses”.<sup>268</sup> Conforme as declarações do delegado, a prisão de Osvaldo Fajardo e a desarticulação de uma possível rota de contrabando utilizada pelos Camisas-verdes seria um ato importante não só para o combate ao integralismo como também para a contenção de um possível movimento subversivo que poderia acontecer no estado do Rio de Janeiro e alastrar-se para o restante do país.<sup>269</sup>

No entanto, apesar dos registros de prisões e apreensões de materiais integralistas acontecerem por todo o país após 10 de novembro de 1937, conflitos abertos destes com autoridades policiais foram raros. De certa maneira, podemos dizer que apenas no estado do Rio de Janeiro fora registrado um tiroteio, contudo, sem nenhuma morte. Esse pequeno número de conflitos antes de 10 de março de 1938 pode estar relacionado à postura adotada pela maioria dos Camisas-verdes de aceitação e acatamento frente ao novo regime, influenciada de certa maneira pela ‘repressão preventiva’ efetuada pelo Estado Novo, na qual as autoridades policiais realizavam investigações de possíveis envolvidos em conspirações subversivas, seguidas muitas vezes de diligências policiais em casas e antigos núcleos da AIB. Num momento de aumento da repressão estatal e ação policial, no qual se configura um Estado ditatorial, torna-se compreensível não só a diminuição das ações políticas de antigos integralistas, de seus encontros, como também o reduzido número de conflitos em que eles se envolveram.

---

<sup>267</sup> Outros esclarecimentos sobre a apreensão do arquivo dos integralistas em Petrópolis. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1938; Movimentadas diligências em Petrópolis. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 16 fev. 1938;

<sup>268</sup> A atividade dos integralistas em Petrópolis. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1938.

<sup>269</sup> A polícia serrana desarticulou um movimento verde. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 15 fev. 1938.

No jogo de xadrez da política brasileira do final da década de 1930, a maioria dos integralistas percebeu que qualquer ação subversiva, qualquer pronunciamento público crítico a nova ordem estabelecida, qualquer ato passível de ser compreendido como uma afronta aos valores estadonovistas era tudo o que Getúlio Vargas e seus aliados desejavam para colocar todo o aparato repressivo estatal contra seus apoiadores de poucos dias. Mesmo cientes das consequências que tais ações poderiam desencadear, no tabuleiro da política nacional dos anos 1930, enquanto a grande maioria optou pela acomodação e aceitação, alguns Camisas-verdes decidiram correr os riscos, e se colocaram contra o novo regime e articularam uma ação subversiva que visava tomar de assalto o executivo nacional.

## 2.4 – O Estado Novo e os Camisas-verdes catarinenses

Em Santa Catarina, muitos integralistas uniformizados participaram dos desfiles e comemorações relativos ao dia da bandeira em 19 de novembro de 1937. Segundo o jornal *Anauê*, em Joinville desfilaram nesse dia 4.200 Camisas-verdes, 320 Blusas-verdes<sup>270</sup> e 230 Plinianos<sup>271</sup> em homenagem à bandeira nacional”,<sup>272</sup> enquanto pelas ruas de Florianópolis, conforme o jornal *Jaraguá*, marcharam “perto de 5.000 integralistas”.<sup>273</sup> Um dia após esses desfiles, em 20 de novembro de 1937, o chefe provincial da AIB, Othon Gama D’Eça, fora chamada pelo Secretário de Segurança Pública, Claribalte Galvão, para ser informado sobre a proibição de comícios e desfiles públicos.

De acordo com Galvão, tais participações dos integralistas nos desfiles do dia anterior não deveriam ter acontecido, pois Filinto Müller, chefe de polícia do Distrito Federal, os havia proibido antecipadamente. Entretanto, tais ordens do Rio de Janeiro chegaram a Santa Catarina somente na noite de 19 de novembro. Junto à comunicação de que estavam terminantemente proibidas quaisquer manifestações públicas dos Camisas-verdes, o secretário de Segurança Pública ordenou a Gama D’Eça a retirada de

---

<sup>270</sup> Enquanto os homens eram chamados de Camisas-verdes, as mulheres que entrassem para as fileiras do integralismo eram chamadas de Blusas-verdes.

<sup>271</sup> Os jovens integralistas, tanto meninos como meninas, de 8 a 18 anos, eram chamados de Plinianos.

<sup>272</sup> A grande parada integralista em Joinville. *Anauê*, Joinville, 27 nov. 1937.

<sup>273</sup> 5.000 Camisas-verdes marcharam pelas ruas da Capital da Província. *Jaraguá*, Jaraguá do Sul, 26 nov. 1937.

todos os cartazes e placas afixados na sede do *Flamma Verde* e no núcleo da AIB<sup>274</sup> de Florianópolis.<sup>275</sup>

De certa maneira, podemos dizer que as reações ao Estado Novo por parte dos Camisas-verdes catarinenses foram tranquilas, não ocorrendo nenhum conflito considerável. Conforme o jornal *A Notícia*, a única mudança na sede integralista da AIB em Joinville foi a retirada dos cartazes que indicavam a candidatura de Plínio Salgado a presidência nacional.<sup>276</sup> Na realidade, ao invés de mudanças, o que continuou acontecendo no interior de Santa Catarina, mesmo com as proibições das autoridades policiais, foram reuniões e encontros públicos que segundo um periódico joinvillense “feriam a constituição”, como o comício do Sigma realizado em 06 de dezembro de 1937 na comunidade de Corredeiras, município de Rio Negrinho,<sup>277</sup> ou o desfile de integralistas portando bandeiras e emblemas registrado em 28 de dezembro de 1937 no município de Caçador.<sup>278</sup>

Todavia, apesar das recepções pacíficas dos Camisas-verdes catarinenses ao novo regime, o que passou a chamar a atenção das autoridades policiais após a instauração do Estado Novo foi a chegada de importantes membros e lideranças nacionais do Sigma ao estado. A presença em Santa Catarina destes começou a levantar suspeitas em Nereu Ramos e seus secretários sobre a organização de um possível movimento subversivo. Ao vir a Santa Catarina em 26 de dezembro de 1937, Everaldo Leite<sup>279</sup> fora vigiado pela polícia durante toda a sua estadia no estado. Em 03 de janeiro de 1938, o delegado especial de Jaraguá do Sul, tenente Leônidas Cabral Herbster, enviou um telegrama ao secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, Ivens

---

<sup>274</sup> Desde a sua fundação no começo de 1934 até março de 1935, a sede da AIB de Florianópolis localizou-se num prédio estatal, no Antigo Liceu de Artes e Ofício. Após o pedido do governo do estado para que os Camisas-verdes desocupassem esse prédio público, a sede destes foi transferida para a Rua João Pinto, nº 29, fundos do Clube de Regatas Aldo Luz. Em julho de 1937, nova transferência da sede integralista para a esquina das ruas Visconde de Ouro Preto e Padre Miguelino, em frente à Praça XV de Novembro, na região central de Florianópolis. Cf. PONTES, 2016, p. 51.

<sup>275</sup> O chefe provincial dos Camisas-verdes chamado a polícia. *A Gazeta*, Florianópolis, 20 nov. 1937.

<sup>276</sup> Em torno da extinção dos partidos políticos. *A Notícia*, Joinville, 05 dez. 1937.

<sup>277</sup> Rio Negrinho – os integralistas desrespeitando a constituição. *A Notícia*, Joinville, 07 dez. 1937.

<sup>278</sup> Para reprimir a ação dos integralistas no interior. *A Notícia*, Joinville, 28 dez. 1937.

<sup>279</sup> Everaldo Leite era chefe da Secretaria Nacional de Organização Política, membro do Conselho Supremo da AIB, nomeado por Plínio Salgado, em janeiro de 1937, chefe provincial do estado de Mato Grosso. Foi um dos mais importantes Camisas-verdes no plano nacional (Cf. PEREIRA; ATHAIDES, 2013, p. 33). Segundo Olbiano de Melo (1957, p.74), “Everaldo apresentou-se aos meus olhos, como o mágico de toda a estruturação do grande Movimento. Inteligência viva, pronta no perceber meus pensamentos, ele os realizava com uma precisão extraordinária e com uma rapidez notável. Elucidava-me a respeito de pormenores, explicava-me com clareza certos aspectos da organização. Foi ele quem esquematizou todos os departamentos mais tarde transformados em secretarias”.

D'Araújo, notificando que Everaldo Leite contatou todos os antigos chefes integralistas da região do Vale do Itajaí. Segundo o tenente da Força Pública Estadual, disfarçado de vendedor de produtos farmacêuticos, o Secretário Nacional de Organização Política da AIB estaria viajando pelo estado orquestrando um movimento subversivo contra as autoridades constituídas.<sup>280</sup>

No mesmo dia em que recebeu as informações do delegado especial de Jaraguá do Sul, o secretário de Segurança Pública enviou telegramas para todos os delegados municipais do estado recomendando atenção redobrada não só em Everaldo Leite como em qualquer movimentação suspeita dos Camisas-verdes.<sup>281</sup> Um delegado da Serra catarinense, Honório Isphair, manifestou sua preocupação a Ivens D'Araújo e o alertou sobre a possibilidade de uma ação armada dos integralistas no começo de janeiro de 1938 liderada por Everaldo Leite. Conforme Isphair, segundo suas investigações, a chegada do secretário geral de Plínio Salgado a Serra catarinense em 10 de janeiro de 1938 marcaria o início de um movimento subversivo em todo o estado.<sup>282</sup>

No entanto, ao mesmo tempo em que atuava através de ações policiais repressivas, Nereu Ramos agiu legalmente contra os Camisas-verdes, destituindo-os de todos os cargos públicos para os quais haviam sido eleitos nos pleitos municipais de 1936. Em 04 de janeiro de 1938, o integralista Aristides Largura foi exonerado do cargo de prefeito municipal de Joinville, assumindo em seu lugar Joaquim Wolff, um “eminente membro do antigo Partido Liberal”,<sup>283</sup> enquanto o prefeito de Hamônia, Fritz Schmidt, cedeu seu cargo a Rodolfo Koffke.<sup>284</sup>

Dando continuidade à destituição de todos os prefeitos integralistas do Vale do Itajaí eleitos em 1936, em 07 de janeiro de 1938 foram exonerados por Nereu Ramos Leopoldo Gerente em Jaraguá do Sul,<sup>285</sup> Alberto Stein em Blumenau,<sup>286</sup> e Adolfo Walendowski em Brusque.<sup>287</sup> No município de Jaraguá assumiu a prefeitura municipal

---

<sup>280</sup> Arquivo Nacional/RJ, Fundo Tribunal de Segurança Nacional, Série Apelação, Caixa 08, Processo nº 175/526. BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 208-2012.

<sup>281</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 211-212.

<sup>282</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 210.

<sup>283</sup> Prefeitura de Joinville. *A Notícia*, Joinville, 04 jan. 1938; O sr. Joaquim Wolff nomeado prefeito de Joinville. *A Gazeta*, Florianópolis, 04 jan. 1938

<sup>284</sup> Prefeitura de Hamônia. *A Gazeta*, Florianópolis, 04 jan. 1938.

<sup>285</sup> Prefeito de Jaraguá. *A Gazeta*, Florianópolis, 07 jan. 1938; Novo prefeito em Jaraguá. *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 15 jan. 1938.

<sup>286</sup> Nomeado o prefeito de Blumenau. *A Gazeta*, Florianópolis, 08 jan. 1938;

<sup>287</sup> Exonerado o prefeito de Brusque. *A Gazeta*, Florianópolis, 08 jan. 1938.



o tenente da Força Pública Estadual, Ruy Stocklet de Souza, enquanto em Blumenau o comando do executivo ficou a cargo de José Ferreira da Silva, e em Brusque tomou posse Arthur Germano Risch. Todos os novos prefeitos estavam estrategicamente alinhados com o interventor Nereu Ramos e os liberais.

Em 12 de janeiro de 1938, Luiz Nogueira da Gama, Inspetor Nacional da Taxa do Sigma, chegou a Santa Catarina. Logo após o seu desembarque, todas as suas malas e pertences foram revistados pelas autoridades policiais, pois supunham estes que em seu poder estariam papéis que revelariam um plano subversivo dos Camisas-verdes para todo o país. Segundo informações prestadas ao secretário de Segurança Pública de Santa Catarina por Luiz Nogueira da Gama, a viagem pelo estado faria parte de seus trabalhos relacionados a cobrança dos devedores da extinta AIB. Ao ser inquirido sobre sua relação com o envio de 25 cassetetes de borracha do Rio de Janeiro para Florianópolis no começo de dezembro de 1937, atendendo a um pedido feito pelo secretário provincial de finanças da AIB de Santa Catarina, Celso Mafra Caldeira de Andrada, disse estar ciente da encomenda.<sup>288</sup>

Conforme o Inspetor Nacional da Taxa do Sigma, tal pedido havia sido feito no começo de novembro de 1937, e acompanhava bandeiras, camisas, fotos, pôsteres, roupas e outros itens que seriam utilizados nas comemorações do dia da bandeira pelos integralistas de Santa Catarina. Segundo Gama, os cassetetes teriam sido incluídos no pedido por insistência sua, já que o secretário provincial de finanças não estaria interessado em tal aquisição, e serviriam como instrumentos de defesa dos integralistas frente a possíveis ataques de seus adversários. Mesmo assumindo a responsabilidade pela transação comercial que resultou no envio de 25 cassetetes para os integralistas catarinenses, a qual consideraria legal, pois a encomenda aconteceu antes da instauração do Estado Novo, Luiz Nogueira da Gama contrariou as declarações prestadas anteriormente por Celso Mafra Caldeira de Andrada.<sup>289</sup>

Em seu depoimento de 22 de dezembro de 1937 quando foram apreendidos os “cassetetes de borracha” que o tinham como destinatário, Celso Mafra Caldeira de Andrada disse não ter feito nenhum pedido com tais itens, tampouco saber de alguém que os tenha acrescentado ao seu “pedido original”, o qual fora realizado no final de

---

<sup>288</sup>. BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 494.

<sup>289</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 481-482.

outubro ou início de novembro, data que ele não recordava ao certo, mas garantia ser antes da instauração do Estado Novo. Seu ‘pedido original’, feito a um “representante comercial da firma Moraes, Alves & Cia”, o qual não recordava o nome, compunha-se de bandeiras, camisas, gravatas, gorros, distintivos, pôsteres, gravuras, enfeites, e outros pequenos materiais que seriam utilizados nas comemorações do dia da bandeira.

Assim sendo, Celso Mafra Caldeira de Andrada finalizou seu depoimento declarando não saber as razões pelas quais sua encomenda fora enviada somente no dia 30 de novembro de 1937, tampouco conhecer, Hélio Mafra de Oliveira, funcionário da Intendência Nacional da AIB encarregado do envio de suas mercadorias.<sup>290</sup> No dia seguinte ao seu primeiro depoimento, em 23 de dezembro de 1937, o secretário provincial de finanças da AIB voltou a falar com as autoridades policiais catarinenses. Havia se lembrado que o representante comercial a quem realizou seu pedido seria Luiz Nogueira da Gama, que naquele momento se encontrava no Rio de Janeiro.<sup>291</sup>

Com a chegada de Luiz Nogueira da Gama a Santa Catarina em 12 de janeiro de 1938, e o seu posterior depoimento, ficou nítido um descompasso entre suas declarações e as de Celso Mafra Caldeira de Andrada. Enquanto o primeiro dizia ter convencido o segundo a realizar o pedido dos 25 cassetetes, este negava veementemente qualquer encomenda de tais objetos, tampouco ter visto ou ouvido alguém falar em cassetetes enquanto realizava seu pedido.

No entanto, ao prestar seu terceiro depoimento às autoridades policiais em 20 de janeiro de 1938, o secretário provincial de finanças mudou seu relato de 22 de dezembro de 1937. Segundo Celso Mafra Caldeira de Andrada, após conversas com Luiz Nogueira da Gama lembrou-se da inclusão dos cassetetes no pedido por insistência do mesmo, sendo seu esquecimento motivado por não ter ficado com nenhuma cópia do pedido e pelos grandes afazeres que lhe impõe a secretaria provincial de finanças da AIB e a gerência do jornal *Flama Verde*. Finalizando seu terceiro depoimento, argumentou que não suspendeu o pedido em nome da AIB após 10 de novembro de 1937 por que os partidos políticos só foram colocados na ilegalidade no dia 05 de

---

<sup>290</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 472.

<sup>291</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 473.

dezembro de 1937, ou seja, um dia após a chegada da encomenda a Florianópolis, além do que, não se lembrava da encomenda dos 25 cassetetes.<sup>292</sup>

Após prestar seus depoimentos às autoridades policiais de Santa Catarina, Luiz Nogueira da Gama pediu permissão para viajar até Blumenau, via Brusque, no que foi atendido pela Secretaria de Segurança Pública. Contudo, apesar da permissão, toda a sua viagem pelo Vale do Itajaí fora vigiada pelas autoridades policiais. Em 1º de fevereiro de 1938, o delegado especial de Brusque, Waldemar Silveira, comunicou a Ivens D’Araújo a partida de Luiz Nogueira da Gama para Blumenau, informando até mesmo o quarto em que este havia se hospedado durante sua permanência em Brusque.<sup>293</sup>

Logo após receber a notificação de Waldemar Silveira, Ivens D’Araújo enviou telegrama ao delegado de polícia de Blumenau informando a chegada do Inspetor Nacional da Taxa do Sigma àquele município. Além de indicar o local em que este ficaria hospedado, o secretário de Segurança Pública solicitou ao delegado de Blumenau uma constante vigilância sobre qualquer atividade integralista na cidade e informações sobre as movimentações do “antigo maioral do Sigma”.<sup>294</sup> As conclusões das autoridades policiais após a passagem de Luiz Nogueira da Gama por Santa Catarina não conseguiram apontar nenhuma ação subversiva, tampouco que este estaria organizando pelo estado um movimento contra as autoridades constituídas.

Por mais que as investigações policiais apontassem que durante sua estadia em Florianópolis Luiz Nogueira da Gama fora visto sempre “em companhia dos integralistas mais em evidência”, da mesma maneira em Blumenau e em Brusque onde esteve com importantes figuras do integralismo da região do Vale do Itajaí, os lamentos dos policiais que acompanharam as movimentações do ‘antigo maioral do Sigma’ pelo estado estavam relacionados ao fato de que nenhum deles havia conseguido escutar nenhuma de suas conversas com seus companheiros que comprovassem as acusações. Segundo as autoridades públicas, tais reuniões eram extremamente sigilosas, visto que algumas delas se realizavam em “lugares ocultos”.<sup>295</sup>

---

<sup>292</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 485.

<sup>293</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 215.

<sup>294</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 220.

<sup>295</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 555.

No entanto, apesar da falta de provas concretas que confirmem as acusações das autoridades policiais catarinenses, as suspeitas sobre um golpe de estado liderado pelos Camisas-verdes estavam presentes não só em Santa Catarina como no restante do país no começo de 1938. O clima de desconfiança e suspeição se desenvolvia devido às ações dos líderes integralistas nacionais e do regime estadonovista, mas também em virtude das conversas e boatos disseminados pelos militantes comuns do Sigma espalhados por todo o país. Por suas afirmações públicas muitos destes foram presos, alguns acusados de atentarem contra as autoridades e o regime instituídos e outros por reuniões que tinham como objetivo conspirar contra a segurança nacional.

O alemão Henrique Fries foi alvo de um inquérito instaurado em 13 de janeiro de 1938 por Luiz Santos Sché, delegado de polícia na comarca de Rio do Sul. Neste inquérito, Henrique Fries era acusado de atentar contra a segurança nacional e realizar declarações públicas contra as autoridades governamentais e o regime instituído. Conforme as testemunhas arroladas no processo criminal,<sup>296</sup> no dia 02 de janeiro de 1938 Henrique Fries chegou ao bar de Artur Hosann por volta das 20 horas, visivelmente embriagado, pondo-se a entoar hinos integralistas e saudar a todos que adentravam o recinto com ‘Anauês’. Durante sua estadia no bar disse em alto e bom tom que Getúlio Vargas seria brevemente removido da presidência do país, dando lugar a Plínio Salgado. Quando esse dia chegasse, segundo ele 15 de janeiro de 1938, todos os inimigos do Sigma espalhados pelo Brasil seriam eliminados, existindo uns 7 ou 8 em Rio do Sul que seriam castigados apanhando “de borracha até morrer, fosse da forma que fosse, ou a tiro, a borracha, ou a cacete”.<sup>297</sup>

Logo em seguida ao deixar o bar de Artur Hosann, Henrique Fries rumou para o Clube de Atiradores, onde, segundo os depoentes, aconteciam algumas competições esportivas. Francisco Tomazoni Junior ofereceu-lhe uma carona para o Clube de Atiradores, e segundo seu relato, Fries entou durante todo o trajeto hinos integralistas, afirmado novamente em determinado momento que um movimento subversivo rebentaria em breve no Brasil, e que todos os adversários dos Camisas-verdes, inclusive uns 7 ou 8 do distrito de Taió seriam castigados. Ao finalizar seu depoimento, Francisco Tomazoni Junior declarou que antes de chegarem ao Clube de Atiradores, Fries

---

<sup>296</sup> Roberto Brandes, Francisco Tomazoni Junior, Henrique Wichmann, Victor Butzke, Artur Scoz, Arnaldo Weber e Leopoldo Fischer. Cf. BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 528-538.

<sup>297</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 526.

solicitou a ele que parasse em frente a sua residência, pois iria pegar seu revólver e a ‘borracha’ para “liquidar alguns inimigos do Sigma”.<sup>298</sup>

Após ter conhecimento das declarações de Henrique Fries, e que, segundo as testemunhas, ainda aconteciam reuniões no antigo núcleo integralista do distrito de Taió, as autoridades policiais de Rio do Sul realizaram uma diligência até o prédio em questão. No local foram encontradas bandeiras, fotografias, símbolos, cartazes, livros, panfletos, capacetes e uma série de materiais com símbolos do Sigma, os quais deixaram a impressão nas autoridades policiais de que no começo de janeiro de 1938 aconteciam encontros de adeptos do Sigma ali. Realizada a inspeção e busca, na presença do proprietário do imóvel e do antigo chefe distrital da AIB, o delegado de polícia lacrou todas as portas e janelas, ficando em seu poder a chave do referido imóvel.

Em seu depoimento às autoridades policiais, o qual aconteceu em 15 de janeiro de 1938, Henrique Fries confirmou que esteve no bar de Artur Hosann no dia 02 de janeiro de 1938. Segundo suas palavras, como passou o dia todo ingerindo bebidas alcoólicas, não tinha certeza do que havia conversado no bar, tampouco durante a carona no carro de Francisco Tomazoni Junior. No entanto, tinha total convicção de que em nenhum momento ofendeu o novo regime, Getúlio Vargas ou qualquer outra autoridade federal, estadual ou municipal, da mesma maneira que afirmava não ter conhecimento sobre nenhum movimento subversivo em andamento organizado pelos Camisas-verdes em Santa Catarina ou no restante do país. Ao ser inquirido sobre sua participação em reuniões e encontros no antigo núcleo da AIB no distrito de Taió, Henrique Fries declarou que desde o dia 05 de dezembro não havia mais ido ao local. Porém, apesar da ausência, disse ainda possuir uma cópia da chave do antigo núcleo da AIB.<sup>299</sup>

Ao que parece, num segundo depoimento as autoridades policiais, Henrique Fries buscou novamente justificar, ou negar, seu comportamento devido à grande ingestão de bebidas alcoólicas que fizera naquele dia, afirmando estar embriagado durante todo o tempo. Porém, segundo o depoimento de Artur Scoz, um comerciante do distrito de Taió, ao conversar com Henrique Fries no final de dezembro de 1938, este já

---

<sup>298</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 529.

<sup>299</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 543-544.

saberia detalhes sobre uma possível ação subversiva dos Camisas-verdes, não só em Santa Catarina, como em todo o país. Segundo Scoz, nesta visita a sua casa comercial no final de 1937, Henrique Fries lhe disse que ficasse tranquilo, pois “no máximo até 20 de janeiro Vargas seria deposto”.<sup>300</sup>

A conclusão do inquérito policial indicou Henrique Fries como culpado de ter infringido o artigo nº 23 da Lei de Segurança Nacional,<sup>301</sup> ao proferir improperios contra o novo regime e as autoridades constituídas, visando incitar a população civil contra o governo. Contudo, devido a sua situação de estrangeiro, ao invés da pena de prisão de um a três anos, os juízes recomendaram sua expulsão do território nacional, pois “contra um estrangeiro desse jaez (sic), que não sabe retribuir a hospitalidade que lhe é dispensada em Nossa Pátria, se impõe a medida estatuída no art. 21 da lei 136 de 14 de dezembro de 1935: a expulsão”.<sup>302</sup>

Em Joinville as autoridades policiais também perceberam algumas ações suspeitas de integralistas após novembro de 1937. Segundo reportagem do jornal *A Notícia*, a grande movimentação registrada no prédio que abrigava o antigo núcleo da AIB neste município vinha chamando a atenção do delegado de polícia Cruz Lima desde o final do ano de 1937. Numa de suas excursões noturnas acompanhado de seus auxiliares, mais precisamente no dia 16 de janeiro de 1938, escutou “um coro meloso e plangente” que vinha deste local. Ao adentrar o prédio para verificar o que estava acontecendo, encontrou os presentes “com os olhos vidrados para além”, entoando o hino do Sigma. Estes por sua vez, ao perceberem a presença das autoridades policiais, colocaram-se em fuga, permanecendo no recinto apenas os organizadores do movimento. Ao serem inquiridos os supostos dirigentes da reunião, Annibal Silva e Augusto Proedehl, sobre o que acontecia no antigo prédio da AIB desde o final de dezembro de 1937, estes falaram que estavam se reunindo para a realização da leitura “das folhas que já foram lidas”. Não só Annibal Silva e Augusto Proedehl como todos

---

<sup>300</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 531.

<sup>301</sup> Conforme o Art. 23 da Lei nº 38 de 04 de abril de 1935, “a propaganda de processos violentos para subverter a ordem política é punida com a pena de um a três anos de reclusão. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem social é punida com a pena de um a três anos de prisão celular”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em: 31 jan. 2019.

<sup>302</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 551.

os presentes na celebração integralista foram presos e mantidos a disposição do secretário de Segurança Pública.<sup>303</sup>

Em 25 de janeiro de 1938, Filinto Müller, chefe de polícia do Distrito Federal, que já havia proibido comícios e desfiles integralistas nos meados de novembro de 1937, enviou um telegrama “confidencial” ao secretário de Segurança Pública de Santa Catarina informando sobre as “atividades subversivas desenvolvidas por elementos exaltados pertencentes a antiga Ação Integralista Brasileira”. Neste telegrama, Filinto Müller informou a Ivens D’Araújo que os integralistas estavam sendo constantemente vigiados pelo Brasil, e que as autoridades policiais da Capital federal e do estado do Rio de Janeiro realizavam constantemente diligências nas casas de suspeitos de conspiração contra o novo regime, as quais resultaram na apreensão de armas, munições e bombas. Desse modo, estariam acontecendo ações preventivas na cidade do Rio de Janeiro com o intuito de impedir a eclosão de um movimento subversivo, sendo recomendado ao secretário de Segurança Pública de Santa Catarina ações semelhantes no combate a qualquer ação suspeita dos antigos Camisas-verdes. Finalizando, Filinto Müller dizia que o governo federal e suas ações contra os elementos subversivos continuavam “plenamente prestigiados pela opinião pública e pelas forças de terra e mar”.<sup>304</sup>

No final de janeiro de 1938 foram registrados novamente incidentes em Rio do Sul envolvendo Camisas-verdes. Conforme o depoimento de Silvio Pellizzetti, no dia 29 de janeiro de 1938 Alberto Stein, Ubaldo Sada e Osllyn Souza proferiram xingamentos contra as autoridades constituídas e falaram abertamente sobre a proximidade de um movimento subversivo dos Camisas-verdes em todo o país durante uma viagem de trem entre Blumenau e Rio do Sul. De acordo com Pellizzetti, tripulante do mesmo trem, os três conversaram durante toda a viagem sobre uma ação armada dos integralistas, a qual marcaria o início duma série de vinganças pelo estado.

Ao chegarem na estação ferroviária de Rio do Sul na noite de sábado, ainda segundo Pellizzetti, Alberto Stein fora recepcionado por Matheus Conceição, Francisco Dorigatti, Walter von Gilza e outros integralistas locais que não recorda, enquanto Ubaldo Sada e Osllyn Souza embarcaram num trem com destino a Hamônia. No domingo ficou sabendo que se registrou em Rio do Sul um “grande movimento de

---

<sup>303</sup> Com a boca na botija... *A Notícia*, Joinville, 16 jan. 1938.

<sup>304</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 214.

chefes, subchefes e integralistas dos núcleos e subnúcleos deste município”. Finalizando, Pellizzetti fez questão de declarar as autoridades policiais que José Dorigatti lhe disse em dezembro de 1938 que Walter von Gilza, destacado integralista local, recebeu um volume anormal de caixas em sua casa comercial. De acordo com Dorigatti, 20 caixotes chegaram a relojoaria e ourivesaria de von Gilza num curto espaço de tempo, despertando o interesse em muitos cidadãos rio-sulenses sobre o conteúdo das mesmas. Não só o grande número, como as visitas frequentes de integralistas a loja de von Gilza depois da chegada das ‘encomendas’, a “qualquer hora do dia e da noite”, aumentavam as suspeitas de todos sobre as caixas.<sup>305</sup>

Segundo as declarações prestadas por Ivo Ribas Reis, outra testemunha de acusação, aconteceram duas reuniões de integralistas no domingo, 30 de janeiro de 1938, em Rio do Sul. A primeira às 9 horas da manhã, na casa do ex-chefe local, Matheus Conceição, na qual estiveram presentes Alberto Stein, Oslin Costa, Mario Mafra, Francisco Dorigatti, Walter von Gilza, Carlos Reuter, José Satadnick, Frederico Linder, Joaquim Savagliani, dentre outros. A segunda aconteceu à tarde, no hotel Prating, onde Alberto Stein hospedou-se. Ivo Ribas Reis ainda destacou que na segunda-feira, 31 de janeiro, ficou nítido em Rio do Sul um movimento fora do comum de chefes de subnúcleos da AIB do interior do município que se dirigiam a casa comercial de Walter von Gilza. Para o depoente, estes se dirigiam àquele local “como se ali fossem receber instruções” depois das reuniões de domingo, pois desde o fechamento da AIB em dezembro de 1937, os integralistas locais continuavam a se encontrar sorrateiramente, sendo Walter von Gilza e sua motocicleta o “elemento de ligação entre os diversos núcleos e subnúcleos deste município”.<sup>306</sup>

Os depoimentos das outras três testemunhas da acusação contra Alberto Stein, Ubaldo Sada e Oslin Souza não diferem muito na narração dos fatos presenciados nos dias 29, 30 e 31 de janeiro de 1938 no município de Rio do Sul e adjacências. Os únicos que merecem menções são os de Osvaldo Santos e Apheu Pamplona. Conforme Osvaldo Santos, em depoimento prestado em 03 de fevereiro de 1938, um conhecido seu, Domingos Laux, ao viajar em companhia de Matheus Conceição a Blumenau ouviu do ex-prefeito de Rio do Sul que logo rebentaria um movimento revolucionário em todo

---

<sup>305</sup>BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 508-509.

<sup>306</sup>BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 511-512.



o país liderado pelos integralistas.<sup>307</sup> Já Apheu Pamplona declarou às autoridades policiais que escutou uma conversa entre Alberto Stein e o chefe integralista de Lontras no sábado, dia 29 de janeiro, na qual Stein afirmou que em breve os Camisas-verdes tomariam o poder no país, e que este deveria encontrá-lo domingo de manhã em Rio do Sul, onde aconteceria uma conferência dos adeptos do Sigma.<sup>308</sup>

No dia 1º de fevereiro de 1938, o Secretário de Segurança Pública determinou a prisão de Oslin de Souza Costa, advogado, Alberto Stein, ex-prefeito municipal de Blumenau, Ubaldo Sada, funcionário da Estrada de Ferro Santa Catarina, e Matheus Conceição, ex-prefeito de Rio do Sul. Conforme as justificativas de Ivens D’Araújo a Filinto Müller, tais prisões se faziam necessárias não só para o recolhimento das devidas informações sobre os fatos narrados pelas testemunhas, mas também para evitar a eclosão de um movimento subversivo no estado. Segundo Luiz Santos Sché, não bastassem as injúrias proferidas no trem contra as autoridades constituídas, ao chegarem a Rio do Sul os acusados reuniram-se com todos os chefes integralistas locais, tendo o delegado de polícia certeza absoluta de que nessas reuniões foram discutidas as estratégias para uma ação armada naquele município.<sup>309</sup>

No dia 08 de fevereiro foram ouvidos os réus dos supostos delitos apontados pelo delegado de polícia de Rio do Sul e suas testemunhas. Conforme João Ubaldo Sada, quando viajava de Blumenau a Hamônia num trem da Estrada de Ferro Santa Catarina encontrou Alberto Stein, com o qual conversou durante todo o percurso. Uma dessas conversas referiu-se ao que consideravam uma traição do atual prefeito de Blumenau, José Ferreira da Silva, ao ex-prefeito Alberto Stein. Segundo Sada, em alguns momentos ele e seu interlocutor exageraram um pouco na maneira de se referir ao atual prefeito de Blumenau, chamando-o de “traidor” e “desleal”, contudo, em nenhum momento falaram qualquer coisa em relação a Humberto Pederneiras, diretor da Estrada de Ferro Santa Catarina, Nereu Ramos, Getúlio Vargas ou um suposto movimento revolucionário que aconteceria no país. Ao ser questionado se conhecia os motivos da viagem de Alberto Stein a Rio do Sul finalizou seu depoimento dizendo nada saber.<sup>310</sup>

---

<sup>307</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 509.

<sup>308</sup>BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 512-513.

<sup>309</sup>BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 219.

<sup>310</sup>BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 515.

Em seu depoimento de 08 de fevereiro de 1938, Alberto Stein disse as autoridades policiais que viajou de Blumenau a Rio do Sul por motivos profissionais, ou seja, nomear Matheus Conceição como subagente da Companhia Ítalo Brasileira de Seguros Gerais, da qual ele era representante em Blumenau. Durante a viagem encontrou um conhecido seu, Ubaldo Sada, com quem conversou até Blumenau. Segundo o depoente, em determinado momento da conversa referiu-se ao atual prefeito de Blumenau, José Ferreira da Silva, como “desleal” e “traidor”, pois este ao viajar para Florianópolis no final de dezembro de 1937 para tratar da permanência de Alberto Stein à frente da prefeitura de Blumenau, trabalhou a favor de seu nome para assumir o executivo municipal. No entanto, afirmou que não falou absolutamente nada sobre qualquer revolução integralista que deporia o presidente brasileiro, tampouco se referiu de maneira pejorativa às autoridades constituídas.<sup>311</sup>

Ao ser inquirido sobre o seu retorno para Blumenau ter acontecido somente no domingo à tarde, Alberto Stein disse que pretendia nomear Matheus Conceição ainda na noite de sábado e retornar a Blumenau no primeiro trem do domingo. Contudo, devido à insistência de Matheus Conceição para que lhe ajudasse a fechar um importante contrato de seguros da relojoaria e ourivesaria de Walter von Gilza no domingo de manhã, decidiu regressar a Blumenau somente na tarde de domingo. Finalizando seu depoimento, Stein disse que não se encontrou com nenhum integralista do interior de Rio do Sul, e até onde tinha conhecimento, Osllyn de Souza Costa havia viajado a este município para visitar seu amigo e colega Mario Mafra, enquanto Ubaldo Sada estaria indo ao encontro de sua noiva que residia em Hamônia.

O ex-prefeito de Rio do Sul, Matheus Conceição, prestou seu depoimento no dia 08 de fevereiro de 1938. Segundo suas palavras, na noite de sábado, 29 de janeiro de 1938, Alberto Stein, Osllyn de Souza Costa e Mario Mafra teriam ido a sua casa e lhe convidado para um encontro no Hotel Bratting. Lá seria entregue a ele todo o material necessário para a abertura de uma agência da Companhia Ítalo Brasileira de Seguros Gerais em Rio do Sul. Ainda conforme Matheus Conceição, a seu pedido Alberto Stein retornou para Blumenau somente na tarde de domingo, pois ele estaria receoso e apreensivo com o fechamento de um importante contrato de seguros com Walter von Gilza, solicitando assim a sua permanência por mais um tempo no município. Por fim, ao ser perguntado se presenciou ou soube de qualquer encontro de chefes integralistas

---

<sup>311</sup>BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 516.

naquele final de semana em Rio do Sul disse nada saber, e que não passavam de boatos as informações de que aconteciam reuniões de Camisas-verdes no antigo núcleo local.<sup>312</sup>

Por fim, Osllyn de Souza Costa, ao prestar esclarecimentos às autoridades policiais em 08 de fevereiro de 1938 disse que viajou de Indaial naquela tarde de 29 de janeiro de 1938 com destino a Rio do Sul para visitar seu amigo Mario Mafra e conhecer o município. Segundo ele, como advogado pretendia expandir seus serviços àquela comarca, e nada mais sensato do que conhecer o município e sua gente. Ao chegar a Rio do Sul debaixo de uma chuva torrencial, devido à escassez de carros de aluguel e o mesmo destino, rumou para o hotel em que ficaria hospedado em companhia de Alberto Stein, com quem já havia se encontrado no trem que o trouxe a este município. Ao ser questionado sobre as declarações do ex-prefeito de Blumenau ofensivas as autoridades constituídas, e com relação a um movimento subversivo que rebentaria em breve no estado, disse não ter escutado nada, tampouco fazer parte de qualquer partido político ou realizar atividades políticas pelo interior do estado.<sup>313</sup>

No dia 16 de abril de 1938 foi concluído o relatório sobre os fatos ocorridos no final de janeiro de 1938 no município de Rio do Sul. Tanto Alberto Stein quanto Ubaldo Sada foram considerados culpados por atentarem contra o Estado Nacional e proferirem xingamentos públicos contra as autoridades constituídas, sendo enquadrados nos artigos 23 da Lei nº 38 de 04 de abril de 1935<sup>314</sup> e 07 da Lei nº 136 de 14 de dezembro de 1935.<sup>315</sup> Todos os outros investigados foram liberados por falta de provas sobre o que havia sido conversado nas reuniões que se realizaram na casa de Matheus Conceição e no Hotel Prating no dia 30 de janeiro de 1938. De certa maneira, podemos dizer que não foram provados efetivamente pelo inquérito policial nem os supostos impropérios proferidos por Alberto Stein e Ubaldo Sada, visto que a principal prova dos delitos

---

<sup>312</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 518.

<sup>313</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 518.

<sup>314</sup> Segundo o Artigo 23, da Lei nº 38, de 04 de abril de 1935 “a propaganda de processos violentos para subverter a ordem política é punida com a pena de um a três anos de reclusão. A propaganda de processos violentos para subverter a ordem social é punida com a pena de um a três anos de prisão celular”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em: 31 jan. 2019.

<sup>315</sup> Segundo o Artigo 07, da Lei nº 136, de 14 de dezembro de 1935, “abusar, por meio de palavras, inscrições, gravuras na imprensa, da liberdade crítica, para, manifestamente injuriar os poderes públicos ou os agentes que o exercem: pena de seis meses a dois anos de prisão.”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-136-14-dezembro-1935-398009-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 30 jan. 2019.

destes foi o depoimento de Silvio Pellizzeti, o único a realmente afirmar ter ouvido as frases proferidas pelos réus. Todas as outras testemunhas disseram não ter escutado as declarações de Alberto Stein e Ubaldo Sada, mas sim que outros haviam lhes falado sobre tais acontecimentos.

O engenheiro Álvaro Luz, natural do Rio de Janeiro, contratante das obras das estradas de rodagem em que trabalhavam o 2º e 3º Batalhões de Sapadores, sediados respectivamente em Lages, estado de Santa Catarina, e Vacaria, estado do Rio Grande do Sul, foi alvo de investigações das autoridades policiais catarinenses. Ao regressar a Florianópolis no dia 31 de janeiro de 1938, proveniente do Rio de Janeiro, Álvaro Luz permaneceu um tempo “mais do que necessário na capital”, onde segundo autoridades policiais entrou em “confabulações” com elementos integralistas e “próceres da antiga oposição democrática”. Ainda conforme as investigações policiais, Álvaro Luz trouxe do Rio de Janeiro no final de janeiro de 1938 informações e orientações referentes à eclosão de um movimento subversivo liderado pelos Camisas-verdes.<sup>316</sup> Apesar das suspeitas, a falta de provas não os permitiu agir contra o engenheiro de estradas de rodagem, que após sua estadia ‘desnecessária’ na Capital, segundo as autoridades policiais, dirigiu-se para Vacaria.

Quando foi preso em março de 1938, ao ser interrogado pelas autoridades policiais, Álvaro Luz disse que o motivo de sua demora em Florianópolis no final de janeiro daquele ano teria sido o transporte. Segundo Luz, sua estadia de 8 dias na Capital motivou-se pela espera de uma condução que o levasse até seu destino em Vacaria, Rio Grande do Sul. Durante essa ‘estadia forçada’ em Florianópolis, visitou alguns amigos seus como Othon Gama D’Eça, conversou com Henrique Rupp Jr e foi apresentado a Danilo Carneiro Ribeiro, porém, em nenhum momento conversou com qualquer um deles ou ouviu falar sobre qualquer movimento subversivo liderado pelos integralistas. Perguntado se era filiado a AIB, e qual sua participação no movimento, disse que nunca ocupou cargo de relevância no partido, que não conhecia pessoalmente e nunca havia conversado com Plínio Salgado, e que o único Camisa-verde importante com o qual possuía uma intimidade e proximidade seria Belmiro Valverde, sogro de um dos seus irmãos.<sup>317</sup> É sempre bom lembrar que conforme José Chasin (1978, p. 166), a “ala mais agressiva da AIB” era liderada por Belmiro Valverde, coincidentemente, o

---

<sup>316</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 554.

<sup>317</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 142-144.

chefe integralista com quem o engenheiro de estradas de rodagem possuía ‘relações familiares’.

Em 05 de fevereiro de 1938, Ivens D’Araújo mandou um telegrama a Filinto Müller informando-o sobre as prisões de dois moradores de Jaraguá do Sul, Emanuel Ehlers e Luiz de Souza, os quais, segundo o secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, realizavam atividades suspeitas contra o regime instituído.<sup>318</sup> No entanto, a prisão destes foi rápida, pois no dia 10 de fevereiro de 1938 foram colocados em liberdade, com a promessa de que não realizariam nenhuma reunião de antigos Camisas-verdes, e que tampouco deixariam Jaraguá do Sul sem avisar ao delegado de polícia local.<sup>319</sup>

Em 15 de fevereiro de 1938 Emanuel Ehlers e Luiz de Souza voltaram a frente das autoridades policiais para prestarem esclarecimentos. Conforme Luiz de Souza, no último dia 03 de fevereiro ele havia sido preso pelo tenente Ruy Stockler de Souza e enviado para Florianópolis, não sabendo até o momento os motivos de sua detenção. Ao ser inquirido sobre as movimentações integralistas naquele município e no estado, disse não saber se aconteciam reuniões dos Camisas-verdes, e que no mês de janeiro de 1938 Alberto Stein passou pelo município a caminho de Joinville, o qual viajava a serviço de uma agência de seguros. Por fim, disse ao delegado Emilio Piazero que não tinha conhecimento dos acontecimentos registrados no final de janeiro de 1938 em Rio do Sul e que sua estadia em Jaraguá do Sul, já que não era natural daquele município, estaria relacionada a interesses profissionais, pois iria “instalar ali o seu escritório de advocacia”.<sup>320</sup>

Já Emanuel Ehlers, em seu depoimento de 15 de fevereiro de 1938, disse que no começo de dezembro de 1937 abandonou as atividades partidárias, pois estas passaram a ser consideradas ilegais. Afirmou ter ficado sabendo da passagem de Alberto Stein por Jaraguá do Sul em janeiro, porém, não falou com ele e desconhecia os motivos de sua viagem. Ao ser questionado por sua presença frequente no escritório de Luiz de Souza, respondeu que o mesmo era seu advogado no processo movido contra ele pela justiça

---

<sup>318</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 221.

<sup>319</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 222.

<sup>320</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 521.

pública, e que havia ficado sabendo dos acontecimentos em Rio do Sul no final de janeiro de 1938.<sup>321</sup>

Apesar de não existirem conflitos consideráveis entre autoridades policiais catarinenses e Camisas-verdes entre novembro de 1937 e março de 1938, os exemplos acima deixam claro que não só aconteceram movimentações e encontros destes, como destacados membros nacionais do movimento passaram pelo estado em contato com lideranças locais. A passagem de Everaldo Leite pelo estado no final de dezembro de 1937, a vinda de Luiz Nogueira da Gama a Florianópolis, assim como a estadia de Álvaro Luz na Capital, ambas em janeiro de 1938, deixam a impressão de que vários integralistas destacados nacionalmente estavam viajando por Santa Catarina, e por outros estados brasileiros, sondando as possibilidades, o contingente disponível dos Camisas-verdes para uma ação armada destes, auxiliando-os na organização de um possível movimento subversivo.

De certa maneira, não só a passagem destes destacados integralistas pelo estado, mas os constantes boatos difundidos por antigos militantes do Sigma, como Henrique Fries, Alberto Stein e Ubaldo Sada, indicam que uma ação armada, a ideia de um movimento subversivo para retirar Getúlio Vargas e seus interventores do poder, vingar a traição do líder do Estado Novo, era algo presente no imaginário de muitos integralistas. Ao que parece, as suspeitas de que um movimento com o intuito de reverter a nova ordem estabelecida estava sendo organizado em Santa Catarina e no restante do país não eram exclusividade das autoridades locais, pois Filinto Müller alertou Claribalte Galvão no final de janeiro de 1938 a ficar atento as movimentações dos antigos membros da AIB.

---

<sup>321</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 522.

## **CAPÍTULO 3 – O GOLPE INTEGRALISTA DE MARÇO DE 1938**

Na noite de 10 de março de 1938, segundo informações de jornais e relatos de autoridades policiais, centenas de integralistas encontravam-se de prontidão em algumas cidades catarinenses aguardando o início dum movimento subversivo. Por mais que essa ação possa ter sido superestimada pelas autoridades policiais e pelos órgãos estatais, nessa noite não só em Santa Catarina como em praticamente todas as regiões do país, integralistas estavam à espera de novidades do Rio de Janeiro, visto que desde o começo do ano de 1938 circulavam boatos por todo o território nacional em relação a um inevitável golpe de Estado liderado pelos Camisas-verdes.

Neste terceiro capítulo buscaremos elucidar como a ação integralista de 10 de março de 1938 se desenvolveu pelo país, mas principalmente em terras catarinenses. Nossa análise desse movimento em Santa Catarina terá como base o inquérito policial instaurado pela Força Pública desse estado em 12 de março de 1938 para averiguar as movimentações subversivas dos Camisas-verdes catarinenses. Dessa maneira, é nossa intenção perceber os acontecimentos de 10 de março de 1938 pelo Brasil, mas principalmente compreender detalhes das movimentações em Santa Catarina, sua organização, as adesões, os preparativos, as conspirações, em quais cidades elas aconteceram, e quais as motivações e os interesses dos subversivos.

### **3.1 – As movimentações subversivas no Distrito Federal e em São Paulo**

Conforme *O Jornal* de 06 de março de 1938, a constante chegada a Capital Federal de notícias sobre prisões de antigos membros da AIB por todo o país, descontentes com a nova ordem política, e os constantes boatos sobre uma ação armada dos Camisas-verdes indicavam que estes, contrariamente à sua ideologia e “às ordens de Plínio Salgado” estavam adotando os “métodos extremistas dos comunistas”.<sup>322</sup> Ainda segundo esse periódico carioca, não só as prisões como “a fermentação de ódios promovida nos estados por pequenos grupos de ex-integralistas”, as apreensões de armas e a distribuição e propagação de boletins e boatos subversivos deveriam ser acompanhadas pelas autoridades policiais com atenção, pois seriam “um atentado aos

---

<sup>322</sup> Falta de ambiente. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 06 mar. 1938.

interesses vitais da nacionalidade, que necessita de paz e ordem, a fim de trabalhar e restaurar a sua economia e as suas finanças, perturbadas pelos fatores conhecidos”.<sup>323</sup> Cada vez mais ficava claro que um movimento armado liderado pelos Camisas-verdes poderia arrebentar a qualquer momento no país.

Segundo Olbiano de Melo, vice-presidente da Câmara dos Quarenta, em janeiro de 1938 decidiu-se sobre um levante armado, fato que marcaria a passagem da ação doutrinária para a ação revolucionária dos Camisas-verdes. Melo foi procurado na redação do *A Offensiva* pelo comandante Vitor Pujol e um oficial da Marinha de Guerra no começo de 1938, os quais lhe disseram que seus camaradas do Exército e da Marinha estariam de acordo com um levante armado. O comandante e o oficial desejavam entrar em contato com Gustavo Barroso, Belmiro Valverde e Plínio Salgado para indagá-los sobre sua postura frente a tal decisão de seus camaradas, e no caso de afirmativa a resposta, iniciar a organização dessa ação revolucionária. Após algumas conversas e com todos de acordo “iniciou-se a conspiração. Formou-se o ‘comitê’ da Marinha e do Exército; Belmiro chefiava os Camisas-verdes da Guanabara e Plínio Salgado coordenaria diretamente, por emissários, os Estados e articulava outras forças políticas não integralistas contrárias à ditadura”. A data para esse levante seria determinada pelo ex-chefe da AIB.<sup>324</sup>

A implantação do Estado Novo aprofundou a oposição a Vargas, estabelecendo uma divisão entre os adeptos do ditador e seus adversários. Aos integralistas nas conspirações contra Vargas a partir de 1938 somaram-se Otávio Mangabeira, José Américo de Almeida, Armando Sales de Oliveira, e os vencidos de 1935 e 1937, muitos exilados no Uruguai e na Argentina. Ao que tudo indica, aliados aos desafetos do ditador, os Camisas-verdes elaboraram “um plano de treinamento, chegando a instalar, em uma vivenda, plantada nas encostas da Av. Niemeyer, um quartel-general guarnecido de sentinelas fardadas, lembrando o ‘ninho da águia’, que o nazismo criara nos montes bávaros. Aí realizavam-se exercícios, traçavam-se planos e foi recebido, com honras de chefe, aquele que comandaria o movimento – o Gen. Castro Júnior” (SILVA, 1971, p. 79)

Em 10 de março de 1938, todas essas suspeitas, e todo esse ‘planejamento’ dos Camisas-verdes, concretizaram-se com as movimentações e ações armadas de

---

<sup>323</sup> Falta de ambiente. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 06 mar. 1938.

<sup>324</sup> MELO, 1957, p. 125 e segs.



integralistas na maior parte do Brasil. Curiosamente, muito pouco se falou do assunto nos dias que o sucederam. O que recebia destaque nos jornais de todo o país era a conturbada situação europeia com a eminente anexação da Áustria pela Alemanha nazista.<sup>325</sup> Alguns periódicos cariocas<sup>326</sup> publicaram uma declaração, não muito esclarecedora, do Secretário de Segurança Pública de São Paulo, Dulcídio Cardoso, sobre as últimas medidas policiais “tomadas diante de indícios de uma agitação integralista com ramificações políticas”.<sup>327</sup> Porém, mesmo sem confirmar ou negar tal ‘agitação integralista’, segundo Dulcídio Cardoso, tanto “em São Paulo, como no Rio e no resto do país a situação é de ordem perfeita e em plena e costumada eficiência se encontram os aparelhos garantidores de tal situação”.<sup>328</sup>

O *Correio Paulistano* de 11 de março divulgou uma reportagem com Dulcídio Cardoso afirmando o clima de calma e tranquilidade reinante em São Paulo e no país, e o Ministro da Justiça, Francisco Campos, negando qualquer conflito. O titular da pasta da Justiça declarou que caso algumas prisões tenham acontecido, estas “naturalmente foram executadas contra os propagadores de boatos”.<sup>329</sup> Outros jornais paulistas, como *A Folha da Manhã* e a *Folha da Noite*, destacavam as considerações de Francisco Campos referentes às prisões de “propagadores de notícias tendenciosas”,<sup>330</sup> e a negativa deste sobre a “prisão de 300 revolucionários”.<sup>331</sup> Quer dizer, segundo o Ministro da Justiça, algumas prisões realmente haviam sido registradas, entretanto, seriam de “propagadores de boatos”, e não de “revolucionários”, pois no Brasil tudo estava em ordem, reinando a calma e a tranquilidade.

Por mais que as autoridades públicas não confirmassem qualquer ação armada em 10 de março de 1938, alguns jornais do Rio de Janeiro<sup>332</sup> publicaram em suas edições de 11 e 13 de março de 1938 notícias com breves menções a possíveis conflitos na Bahia, sem mencionar qualquer ação armada de grandes proporções. Conforme o *Jornal do Commercio* e o *Diário Carioca*, o secretário de polícia baiano enviou aos jornais locais uma nota, na qual afirmava que apesar de suas “reiteradas recomendações [...] aos responsáveis pela extinta Ação Integralista Brasileira para que se mantivessem

---

<sup>325</sup> A Áustria na eminência de graves acontecimentos. *Folha da Manhã*, São Paulo, 11 mar. 1938.

<sup>326</sup> *O Imparcial e O Radical*.

<sup>327</sup> Precauções tomadas pelas autoridades paulistas. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 12 mar. 1938.

<sup>328</sup> Reína ordem em São Paulo. *O Radical*, Rio de Janeiro, 13 mar. 1938.

<sup>329</sup> Reína absoluta paz em todo o território nacional. *Correio Paulistano*, São Paulo, 11 mar. 1938.

<sup>330</sup> Não há motivo para qualquer intranquilidade. *Folha da Manhã*, São Paulo, 11 mar. 1938.

<sup>331</sup> Absoluta calma em todo o território nacional. *Folha da Noite*, São Paulo, 11 mar. 1938.

<sup>332</sup> *Diário Carioca*, *Diário de Notícias*, *Jornal do Commercio* e *O Jornal*.

alheios a atos contrários a ordem e segurança pública”, estes continuavam se reunindo às escondidas, fato que motivou a ação das autoridades públicas daquele estado.<sup>333</sup>

No dia 13 de março de 1938, o *Jornal do Commercio* divulgou mais notícias sobre a situação na Bahia, através de uma declaração do interventor Antônio Fernandes Dantas. Procurado pelos repórteres locais, este disse que as prisões de “18 chefes integralistas” relacionavam-se ao fato de que eles “estavam burlando a lei que extingue os partidos políticos”, pois já chegavam há tempos às autoridades policiais “comunicações verbais e escritas de que alguns elementos se encontravam em confabulações, tanto na Capital como no interior”.<sup>334</sup> Dias depois, em 16 de março, nova ação do interventor baiano contra os Camisas-verdes, o qual exonerou uma série de prefeitos pelo estado considerados aliados e apoiadores da AIB.<sup>335</sup>

No entanto, apesar das confirmações sobre as prisões de elementos que infringiam a lei nº 37 de 02 de dezembro de 1937 e as exonerações de prefeitos supostamente aliados do Sigma, tampouco o secretário de polícia ou o interventor baiano em suas declarações aos periódicos mencionaram qualquer palavra sobre um movimento subversivo dos Camisas-verdes baianos que visava modificar a ordem instituída. Ou seja, apesar desses incidentes na Bahia e das prisões de integralistas, estes estariam apenas infringindo a ‘lei que extinguiu os partidos políticos’, e não articulando uma conspiração subversiva.

Em 17 de março de 1938, Francisco Campos, o mesmo que havia negado os ‘boatos’ anteriormente, emitiu uma nota à imprensa: “O governo vinha acompanhando, de algum tempo a esta parte, a atuação de elementos que, interessados em perturbar o ritmo das atividades no país tentavam uma conspiração com o intuito de alterar a ordem pública”, sendo realizadas “as diligências necessárias, com a prisão dos elementos responsáveis”.<sup>336</sup> Logo em seguida a nota do Ministro da Justiça, o delegado especial de Ordem Política e Social, Israel Souto, reuniu em seu gabinete todos os representantes dos jornais do Rio de Janeiro e concedeu uma longa entrevista sobre o movimento integralista, na qual detalhou os “planos extremistas que visavam uma mudança radical

---

<sup>333</sup> A polícia baiana e as atividades contrárias a segurança pública. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1938; O coronel Dantas, interventor da Bahia, toma enérgicas providências contra o recrudescimento das atividades integralistas. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1938; Os integralistas baianos reuniam-se clandestinamente. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 11 mar. 1938.

<sup>334</sup> Integralistas em atividades subversivas. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 13 mar. 1938.

<sup>335</sup> Prefeitos integralistas exonerados. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 16 mar. 1938.

<sup>336</sup> A ordem é completa em todo o Brasil. *Correio Paulistano*, São Paulo, 18 mar. 1938.

do regime vigente”.<sup>337</sup> No dia seguinte, 18 de março, as capas dos principais jornais do país estavam repletas de notícias sobre “a frustrada tentativa de subversão da ordem”, e de como foi “sufocada em tempo a conspiração integralista”, a qual pretendia “ensanguentar o Brasil”.<sup>338</sup> Foram publicados relatos pormenorizados das prisões e dos planos subversivos dos Camisas-verdes para a tomada do governo nacional.<sup>339</sup>

Conforme *O Radical*, esse movimento subversivo estava previsto para acontecer durante os festejos do carnaval, todavia, acabou adiado em virtude da ação das forças armadas, as quais estavam de rigorosa prontidão devido aos constantes boatos sobre uma ação armada dos ex-adeptos do Sigma apoiados por “políticos descontentes e entrosada com elementos militares, mormente da Polícia Militar”.<sup>340</sup> Segundo *O Jornal*, desde a instauração do Estado Novo os boatos sobre um movimento subversivo dos Camisas-verdes eram recorrentes, no entanto, na terça-feira de carnaval, “quando mais intensos iam os festejos na cidade, a polícia teve ciência de que na madrugada da quarta-feira de Cinzas, aproveitando o cansaço da população, os elementos da AIB pretendiam provocar, por meios subversivos, a agitação nas forças armadas”.<sup>341</sup>

Apesar das suspeitas e boatos, o único conflito envolvendo integralistas em 02 de março de 1938, quarta-feira de Cinzas, registrou-se no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente no distrito de Glycério, município de Macaé. Neste, integralistas locais foram presos ao tentarem tomar a usina geradora de energia elétrica da região, e assim, com a cidade às escuras, assaltar o forte Marechal Hermes.<sup>342</sup> Entretanto, mesmo com o adiamento do levante, realizaram-se diligências policiais posteriores ao carnaval, as quais resultaram em prisões e na apreensão na casa de Belmiro Valverde de fuzis, metralhadoras, munições, “planos completos” e uma Lista Negra, a qual traria o nome de pessoas que seriam executadas com a chegada dos Camisas-verdes ao poder, dentre

---

<sup>337</sup> Fala o senhor Israel Souto. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>338</sup> Notícias sobre o golpe integralista publicadas em alguns jornais no dia 18 e 19 de março de 1938: A rebelião dos integralistas seria um verdadeiro massacre. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro; Frustrada uma tentativa de subversão da ordem. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro; Sufocada em tempo a conspiração. *O Radical*, Rio de Janeiro; Movimentadas diligências em torno da AIB. *O Jornal*, Rio de Janeiro; Momentos antes de explodir foi desarticulada a revolução integralista. *Folha da Noite*, São Paulo; Os integralistas tramavam um movimento de grandes proporções afim de assumir o poder. *Folha da Manhã*, São Paulo.

<sup>339</sup> Prontidão rigorosa. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>340</sup> Ação das autoridades. *O Radical*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>341</sup> Movimentadas diligências policiais em torno da antiga Ação Integralista Brasileira. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>342</sup> Em Macahé. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

elas jornalistas, figuras públicas, industriais, ministros de Estado e o presidente da república.<sup>343</sup>

Na noite de 10 de março e no início da madrugada de 11 de março de 1938, agitações e aglomerações em alguns pontos do Rio de Janeiro chamaram a atenção das autoridades policiais e militares.<sup>344</sup> Uma dessas reuniões de elementos suspeitos aconteceu na Praça da Harmonia, no bairro da Gamboa, próxima ao 5º Batalhão da Polícia Militar, onde por volta da 1 hora do dia 11, 16 indivíduos acabaram detidos para averiguações.<sup>345</sup> Com estes, segundo informações dos periódicos, os policiais encontraram revólveres, farta munição e armas brancas, estando todos eles vestidos, sob a camisa usual, com a “camisa verde das milícias integralistas”.<sup>346</sup>

De acordo com os depoimentos prestados na Central de Polícia, presentes nos jornais da época, o grupo preso na Praça da Harmonia aguardava “os sinais convencionados para o ataque de surpresa, juntamente com os militares já instruídos no interior do quartel”,<sup>347</sup> seguindo ordens de Gilberto Dias Werneck, chefe do núcleo da AIB do bairro de Catumbý. Este por sua vez, preso logo em seguida, destacou caso vitorioso o movimento para assumir o comando do 5º Batalhão da Polícia Militar,<sup>348</sup> ao ser interrogado disse estar sob ordens do ‘bandeirante’ Manoel Cerqueira. Este ‘bandeirante’ indicou como seu superior o ‘legionário’ Carlos Henrique Robertson Liberalli, químico industrial, médico e funcionário da Saúde Pública do município do Rio de Janeiro. O ‘legionário’ ao ser inquirido pelas autoridades policiais falou que estava em contato direto com Plínio Salgado e outros importantes chefes integralistas, apontando como seus colaboradores próximos Moacyr Rodrigues Monteiro da Fonseca, instrutor regional da AIB, e o tenente da reserva Francisco de Assis Hollanda Loyola.<sup>349</sup>

---

<sup>343</sup> Lista Negra. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938; Varejada a residência do Sr. Belmiro Valverde. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>344</sup> Assalto aos quartéis. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938; Movimentadas diligências policiais em torno da antiga Ação Integralista Brasileira. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>345</sup> O grupo era composto por Ernesto Mariano da Silva Jota, estudante; Sebastião Nonato Anora, eletricitista; Julio Escopani, comerciário; Silvério de Medeiros, pintor; Jacomo Escopani, comerciário; Italo Brasileiro Muratori, bancário; Flávio Faustino de Souza, copeiro; Francisco Lopes Gestal, cartógrafo; José Felipe Marconick, comerciário; Ascendino Feital, corretor de navios; José Vieira de Mattos, comerciário; Paulo Mariano da Silva, engenheiro; Nicolas Jorge Carneiro, médico; Luiz Antonio dos Santos, veterinário e João dos Santos, bancário. Cf. A situação – Descoberta uma conspiração integralista. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

<sup>346</sup> Fugiram todos os chefes. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>347</sup> Como seria o levante integralista. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>348</sup> Comandante de um batalhão. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>349</sup> Movimentadas diligências policiais em torno da antiga Ação Integralista Brasileira. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

Preso o tenente da reserva Hollanda Loyola, este confessou que recebera ordens de elementos graduados do integralismo para chefiar o movimento articulado em todo o país, dentre eles o capitão de artilharia Carlos Faria de Albuquerque. Ao ter notícia do envolvimento deste capitão, Eurico Gaspar Dutra, então Ministro da Guerra, ordenou sua prisão imediata. Em seu depoimento, Carlos Faria de Albuquerque confirmou a existência de uma vasta trama em todo o território nacional visando à deposição de Getúlio Vargas e a tomada do executivo nacional,<sup>350</sup> e que os integralistas revoltosos contavam com o apoio de elementos do Exército, da Marinha e da polícia militar.<sup>351</sup>

Para *O Jornal*, a Marinha nacional não só era solidária aos planos dos integralistas como em 10 de março “desferiria o golpe, simultaneamente com os movimentos de quartéis e ruas”, e no dia seguinte, durante um banquete na Escola Naval, “o presidente da república seria feito prisioneiro juntamente com todo o ministério.”<sup>352</sup> Assim, de acordo com o depoimento de Carlos Faria de Albuquerque e as declarações policiais presentes nos jornais, a tática dos integralistas consistia em assumir o controle dos quartéis, usinas de energia elétrica, companhias de correios e telégrafos, bancos, repartições públicas e todos os serviços vitais a população. Uma tática, como noticiava *O Globo*, semelhante à adotada pelos comunistas em novembro de 1935.<sup>353</sup>

De acordo com o *Jornal do Commercio*, no Rio de Janeiro “os elementos dos núcleos integralistas de cada bairro da cidade atacariam os quartéis mais próximos”, juntamente com as tropas de choque do Sigma, enquanto “outras fileiras fariam atentados de rua, utilizando bombas”.<sup>354</sup> Esses assaltos aconteceriam com o auxílio de elementos que “embora mínimos, do interior da unidade visada provocariam, então, uma luta interna ou confusão bastante para que os conspiradores pudessem assenhorear-se dos armamentos”.<sup>355</sup> Existiam planos concretos de invasão ao 3º e o 5º Batalhões da

---

<sup>350</sup> Confissões completas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>351</sup> Como seria o levante integralista. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>352</sup> O fracassado levante integralista através das declarações dos próprios conspiradores. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

<sup>353</sup> Assalto aos quartéis. *O Globo*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>354</sup> A situação – Descoberta uma conspiração integralista. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

<sup>355</sup> Comandante do 3º Batalhão. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

Polícia Militar, o primeiro localizado no bairro de Botafogo e o segundo no bairro da Gamboa, e à usina de energia elétrica da Light, sediada em Botafogo.<sup>356</sup>

A tomada do 3º Batalhão foi incumbida a um grupo de partidários do Sigma liderados por Roberto Cortinez, chefe do núcleo de Botafogo, o qual seria nomeado comandante deste destacamento policial. Já a invasão do 5º Batalhão teria o auxílio do interior da unidade do capitão José Nunes da Silva Sobrinho, visto que este buscava causar uma confusão no quartel, permitindo assim a entrada dos Camisas-verdes que se localizavam na Praça da Harmonia.<sup>357</sup> Segundo *O Radical*, “as ordens eram para apunhalar as sentinelas e, em seguida, com o apoio dos aliados, que se encontravam dentro do quartel, assassinar os que reagissem e, aí, incorporados aos soldados integralistas, sairiam para as ruas a fim de engrossados com outras tropas assaltar os bancos, os correios e telégrafos, ministérios, edifício da polícia e jornais.”<sup>358</sup> A senha para o início do movimento, a qual “não foi usada, nem uma vez sequer”, seria o número três: “três dedos estendidos para cima, três sinais luminosos num quartel, três apitos, três sinos, etc.”<sup>359</sup>

Aos acontecimentos de 10 de março se seguiram um grande número de prisões, apreensões de armas, munições e materiais de propaganda na Capital Federal. Na praia do Russel, próxima a Praça Paris, foram apreendidas 85 balas de metralhadoras jogadas pelos revoltosos em fuga, os quais “queriam se desfazer dos indícios que os ligavam ao fracassado massacre verde”.<sup>360</sup> No núcleo integralista da Ilha do Governador os policiais encontraram 23 fuzis-metralhadora e outras armas de menor calibre, enquanto no núcleo da Gamboa foi localizado um “compartimento secreto construído ao fundo de uma sala”, cheio de bombas de dinamite, rifles, revólveres, granadas de mão e ar, com uma “estação emissora de rádio, completa, inclusive o respectivo microfone”.<sup>361</sup>

---

<sup>356</sup> O assalto da usina da Light ficou a cargo do industrial Luciano Mariano Crespi, preso em Botafogo, o qual juntamente com antigos adeptos da AIB estava encarregado “de provocar explosões, interrupção da corrente de iluminação, para causar pânico na população e dar a impressão duma verdadeira calamidade”. Cf. Comandante do 3º Batalhão. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938

<sup>357</sup> Vários quartéis visados. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938; Cidade em trevas. *O Jornal*, 18 mar. 1938.

<sup>358</sup> As prisões. *O Radical*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>359</sup> O fracassado levante integralista através das declarações dos próprios conspiradores. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

<sup>360</sup> Pentes de metralhadora na praia do Russel. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1938; Novas diligências – mais apreensões. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1938.

<sup>361</sup> A conspiração integralista pretendia modificar o regime. *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 mar. 1938; Os integralistas tramavam um movimento de grandes proporções a fim de tomar o poder. *Folha da Manhã*, São Paulo, 19 mar. 1938; Material bélico enterrado. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1938.

O *Diário de Notícias* fala em 500 prisões,<sup>362</sup> *O Jornal* cita 1000 prisões,<sup>363</sup> o *Diário Carioca* contabiliza 600 prisões na cidade do Rio de Janeiro após 10 de março de 1938.<sup>364</sup> As apreensões de armas são noticiadas efusivamente, relatando a descoberta de metralhadoras, fuzis, mosquetões, pistolas, revólveres, facas, bombas de dinamite, granadas, munições, balas explosivas e três mil punhais.<sup>365</sup> A descoberta desses punhais na residência de um integralista carioca, associada ao sensacionalismo dos jornais na narrativa dos fatos, trouxe contornos sinistros à ação dos Camisas-verdes. Segundo o *Jornal do Commercio*, “em vários desses punhais, estão amarrados, na altura do cabo, cartões, escritos a tinta com os nomes de pessoas a serem assassinadas”.<sup>366</sup>

Logo após a divulgação nos jornais dos planos e ações subversivas dos Camisas-verdes, Plínio Salgado apressou-se em afirmar o seu não envolvimento em tais acontecimentos. Em 19 de março foi noticiado nos jornais que o chefe supremo da AIB enviou uma carta ao Presidente da República, ministros e importantes autoridades do Estado Novo declarando que “os elementos que estavam envolvidos na revolução fracassada não faziam parte da Associação Brasileira de Cultura”, sendo estes pertencentes a “ala dissidente da extinta Ação Integralista Brasileira”.<sup>367</sup> Foragido e com paradeiro incerto, juntamente com Barbosa Lima, Gustavo Barroso, Madeira de Freitas, Belmiro Valverde e Raimundo Padilha, Plínio Salgado estaria, segundo depoimentos de integralistas presos, receoso de vinganças de seus próprios adeptos, pois nessa carta enviada a Vargas, além de negar qualquer envolvimento com os acontecimentos de 10 e 11 de março, teceu comentários e denúncias sobre a falta de controle sobre seu movimento e “as imposições de sua gente.”<sup>368</sup>

Mesmo com Olbiano de Melo afirmando que Plínio Salgado participou ativamente das conspirações golpistas desde janeiro de 1938, e um dos presos na noite de 10 de março de 1938 no Rio de Janeiro declarando às autoridades policiais que havia recebido ordens diretas do chefe supremo da AIB, as investigações policiais não

---

<sup>362</sup> Frustrada uma tentativa de subversão da ordem. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 de mar. 1938.

<sup>363</sup> Movimentadas diligências policiais em torno da AIB. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>364</sup> Seria uma reprise da Noite de São Bartolomeu. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1938.

<sup>365</sup> Balas “Dum-Dum” e 3.000 punhais solingen! *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>366</sup> A situação – Descoberta uma conspiração integralista. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

<sup>367</sup> Longa carta do chefe do movimento ao presidente da república. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938; Uma carta do Sr. Plínio Salgado. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938; O Sr. Plínio Salgado exime-se da responsabilidade do movimento. *Folha da Manhã*, São Paulo, 19 mar. 1938.

<sup>368</sup> O Sr. Plínio Salgado estaria sendo perseguido pelos seus adeptos? *Correio Paulistano*, São Paulo, 20 mar. 1938.

indicaram a participação deste nas ações subversivas de março de 1938. Em 03 de maio de 1938, Filinto Müller disse aos jornalistas que até aquele momento não existiam indícios que Salgado havia participado das atividades subversivas de seus antigos partidários em março de 1938. Dessa maneira, não se justificaria a “adoção de qualquer medida das autoridades contra o chefe da extinta Ação Integralista”, tampouco a sua “ausência”.<sup>369</sup>

### 3.2 – As movimentações subversivas pelos estados brasileiros

No estado do Rio de Janeiro, segundo declarações do delegado auxiliar José Picorelli, desde a instauração do Estado Novo o integralismo e seus elementos de destaque violavam a lei, aliciando elementos para uma conspiração, fazendo propaganda subversiva e ocultando armamento.<sup>370</sup> Como resultado das diligências iniciadas após o carnaval de 1938, e intensificadas a partir de 10 de março, confiscaram-se nos núcleos do Sigma espalhados pelo estado do Rio de Janeiro “metralhadoras, fuzis, mosquetões, facas, grande quantidade de bombas de dinamite e granadas de mão, cerca de 15.000 balas, inclusive as do tipo Dum-Dum”.<sup>371</sup> No interior do estado, os maiores focos de irradiação do movimento partiam dos municípios de Paraíba do Sul, Campos e Petrópolis, estando todos os Camisas-verdes fluminenses em 10 de março de 1938 de “sobrevivo, à espera do momento oportuno”.<sup>372</sup>

No município de Paraíba do Sul foi “descoberto o reduto secreto dos conspiradores”, o que resultou na prisão destes e na apreensão de armas, munições e farto material de propaganda doutrinária.<sup>373</sup> Ainda nesse município, na localidade de Bemposta, as autoridades policiais encontraram um depósito subterrâneo cheio de dinamites, espoletas, detonadores, balas chanfradas, cartuchos para rifles e várias armas de diferentes calibres.<sup>374</sup> Em Campos, “um ponto de concentração de adeptos do Sigma”, registraram-se várias prisões e apreensões de armas e munições, estando os

---

<sup>369</sup> As autoridades nada apuram contra o Sr. Plínio Salgado. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 03 maio 1938; Atividades subversivas do integralismo. *Correio Paulistano*, São Paulo, 04 maio 1938.

<sup>370</sup> As diligências da polícia do estado do Rio. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1938.

<sup>371</sup> Frustrada uma tentativa de subversão da ordem. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938; Vai ser apreendido todo o arsenal dos conspiradores. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>372</sup> A articulação do movimento nos estados. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

<sup>373</sup> Diligências e prisões em Paraíba do Sul. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

<sup>374</sup> A situação – descoberta uma conspiração integralista. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.



integralistas locais “a pique de entrar em ação”, ocupando “as posições que lhes haviam sido designadas” com um grupo próximo a uma ponte de comunicação, armados até os dentes, “à espera de novas ordens”.<sup>375</sup>

Em Petrópolis, as investidas policiais também tiveram como consequência a apreensão de um grande número de armas, munições e prisões.<sup>376</sup> No assalto da casa de um importante integralista local foram encontradas 40 bombas de dinamite, 3 mil espoletas, 38 detonadores, 15 metros de estopim, sete caixas de balas para revólver, 85 balas de pistola automática, 65 cartuchos de espingarda, 4 morteiros e 1 espingarda de dois canos.<sup>377</sup> No entanto, a descoberta policial que recebeu maior destaque foi o plano de assalto ao Palácio Rio Negro, residência de verão do Presidente da República.<sup>378</sup> Para tal intento, os Camisas-verdes de Petrópolis dispunham duma planta estrutural do prédio do palácio, a qual indicava detalhadamente os portões de entrada que poderiam ser utilizados num ataque, assim como rotas de fuga no caso de um fracasso.<sup>379</sup>

Também foram apreendidas pela polícia no estado fluminense 60 mil fichas de adeptos do Sigma, uma grande quantidade de documentos e 18 caixotes contendo material de propaganda. Dentre todo esse material apreendido, além dos “planos sinistros” dos integralistas, recebeu destaque um questionário enviado aos chefes de todos os núcleos do país sobre o número de automóveis, postos de gasolina, casas de armas, agências de correios e telégrafos, postos telefônicos, estações de rádio, represas hidráulicas, usinas de energia elétrica, estabelecimentos fabris, a capacidade de armamentos dos Camisas-verdes, assim como o número de “células comunistas identificadas no município”.<sup>380</sup> Segundo o *Diário de Notícias*, este questionário marcaria a preparação do “campo para o êxito da fracassada revolução”.<sup>381</sup>

Durante o transcorrer das investigações policiais, um fato chamou a atenção de todos aqueles envolvidos na apuração dessas movimentações subversivas: o grande número de integralistas ‘infiltrados’ nos quartéis policiais e militares, nos bancos, em órgãos públicos e jornais da Capital Federal e do estado do Rio de Janeiro. Segundo o

---

<sup>375</sup> Prontos para o golpe. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

<sup>376</sup> O ‘complot’ integralista em Petrópolis. *O Radical*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

<sup>377</sup> Material de guerra. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

<sup>378</sup> No estado do Rio. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

<sup>379</sup> Apreensão do plano de assalto ao Palácio Rio Negro. *Correio Paulistano*, São Paulo, 20 mar. 1938.

<sup>380</sup> Resultado das diligências efetuadas pela polícia no estado do Rio. *Correio Paulistano*, São Paulo, 20 mar. 1938; Instruções para o movimento. *Correio do Paraná*, Curitiba, 21 mar. 1938.

<sup>381</sup> Como foi preparado o movimento. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 20 mar. 1938.

general Pinto Guedes, comandante da polícia militar, várias providências foram tomadas a fim de investigar os boatos sobre essa infiltração de Camisas-verdes na força policial fluminense, ficando claro para ele que “as classes armadas estavam minadas de elementos verdes capazes de trair o juramento feito perante a bandeira”.<sup>382</sup> Cada ‘agente infiltrado’ do ‘serviço secreto’ da AIB possuía uma ficha especial, sendo encarregado de executar as ordens recebidas numa cidade, num bairro, num quartel, delegacia, repartição, quarteirão ou rua, de acordo com o seu posto no movimento e a sua colocação profissional. Assim, o integralismo conseguiria ter milhares de ‘espiões’ pelo país que “penetravam em todas as partes e exerciam vigilância a tudo”.<sup>383</sup>

Dessa forma, para as autoridades policiais, os integralistas organizaram uma vasta rede de propaganda e espionagem, conhecida como “DOPS- Departamento de Organização Política do Sigma”, a qual, através de seus ‘agentes secretos’, não só vigiava os atos desenvolvidos pelas autoridades estatais como também “distribuía boletins secretos com instruções para a ação política eleitoral e de espionagem em todo o país”.<sup>384</sup> Ao que tudo indica, sem desconsiderar a presença de integralistas em muitas áreas da administração pública na década de 1930, seja municipal, estadual ou federal, para além da ‘existência de espiões verdes’ infiltrados na maioria das instituições públicas, e por que não privadas, e da ação dum serviço secreto de espionagem da AIB, buscava-se atribuir aos integralistas o rótulo de inimigos nacionais, demonstrando o nível da capilaridade de sua existência, presença e influência, e o perigo que tal situação representava.

Para a eficiência de tal serviço de espionagem, os integralistas faziam uso de empresas de transporte particulares. A distribuição de materiais de propaganda e a circulação das instruções do Sigma aconteciam via companhias de transporte particulares de São Paulo e do Rio de Janeiro, que através de “atividades clandestinas” realizavam um “vultoso contrabando de correspondências” para todo o país.<sup>385</sup> Nos depósitos destas empresas foram encontrados um grande número de objetos da AIB, os quais “dava para encher vários caminhões”, desde “cartas até pacotes de café, máquinas

---

<sup>382</sup> Minados todos os quartéis. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938; Militares implicados. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

<sup>383</sup> A organização do sistema de espionagem dos integralistas. *Folha da Manhã*, São Paulo, 19 mar. 1938.

<sup>384</sup> DOPS – Organização de espionagem do Sigma. *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 mar. 1938.

<sup>385</sup> Apreensão de correspondência clandestina. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 21-22 mar. 1938.

de escrever, espadas, livros, prospectos de propaganda do Sigma e mais uma quantidade enorme de pacotes de conteúdo ainda não identificado...”.<sup>386</sup>

Em São Paulo, apesar de todas as negativas do seu secretário de Segurança Pública publicadas nos periódicos paulistas e cariocas após 10 de março, registraram-se algumas movimentações e prisões de integralistas. Conforme o *Correio Paulistano*, reuniões ilegais dos Camisas-verdes paulistas continuaram acontecendo a partir da instauração do Estado Novo, sendo verificado no começo de março de 1938 um aumento considerável nos boatos referentes a eclosão de um movimento armado no estado. Esse aumento de boatos deixou as autoridades policiais atentas, e no dia 11 de março, por volta das 3 horas da madrugada, próximo à Estação Sorocabana, vários integralistas “armados e municiados” acabaram presos, os quais estariam aguardando “a senha do Rio, para iniciar o movimento”.<sup>387</sup>

Na tarde do dia 19 de março, Dulcídio Cardoso, secretário de Segurança Pública de São Paulo, conferenciou com Getúlio Vargas no Palácio do Catete, e, ao sair desse encontro, disse aos jornalistas que a notícia sobre uma tentativa de sublevação da polícia militar paulista “não tinha fundamento”.<sup>388</sup> Segundo ele, o que as ações da polícia paulista teriam revelado era a existência de “emissários do credo verde procedentes do Rio entre as praças do 4º Esquadrão de Cavalaria”, os quais, identificados, foram rapidamente presos pelo comandante Theophilo Ferraz na madrugada do dia 11 de março.<sup>389</sup> Após essas prisões, a força policial de São Paulo iniciou buscas e diligências em vários locais suspeitos e antigos núcleos da AIB, exercendo severa vigilância na capital e no interior do estado.<sup>390</sup>

Em Pernambuco, as autoridades policiais apreenderam todos os fichários e documentos da AIB, os quais revelaram que a “polícia secreta do Sigma” possuía uma “vasta rede de espionagem que se estendia por todo o país”.<sup>391</sup> Apesar das declarações do secretário de Segurança Pública desse estado que “desde fins de fevereiro que a Delegacia da Ordem Política e Social, através de seu serviço secreto, vinha colhendo informações acerca do movimento subversivo de caráter integralista que deveria

---

<sup>386</sup> Serviam para as ligações e a propaganda dos integralistas. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1938.

<sup>387</sup> Conspiração integralista pretendia modificar o regime. *Correio Paulistano*, São Paulo, 19 mar. 1938.

<sup>388</sup> São Paulo repele o integralismo. *O Radical*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

<sup>389</sup> Em São Paulo, a polícia acompanhava ativamente os passos dos insurrectos. *Folha da Manhã*, São Paulo, 19 mar. 1938.

<sup>390</sup> Como a ordem está assegurada em São Paulo. *Correio Paulistano*, São Paulo, 30 mar.

<sup>391</sup> Movimento integralista fracassado. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 21/22 mar. 1938.

irromper na Capital Federal e em alguns pontos do território nacional”, não se registraram conflitos ou prisões em 10 de março de 1938 no estado pernambucano.<sup>392</sup> O único fato envolvendo integralistas nesse estado depois de 10 de março de 1938 aconteceu em 20 de março, quando “em vista dos acontecimentos verificados no país”, a sede do jornal *Diário do Nordeste*, supostamente um apoiador da AIB, foi fechada.<sup>393</sup>

Apesar das prisões de Camisas-verdes acontecerem em grande número na Bahia desde o começo do ano de 1938, na madrugada de 11 de março de 1938 foi registrado apenas um incidente, quando as autoridades policiais prenderam 30 indivíduos que estavam reunidos junto ao cemitério do município de Cruz das Almas aguardando a chegada do chefe de Muritiba para dar início ao levante integralista.<sup>394</sup> No Pará, a polícia apreendeu uma grande quantidade de documentos do Sigma, dentre eles um registro de apresentação dos Camisas-verdes, propaganda da AIB, uma lista de pessoas consideradas anti-integralistas e uma planta da cidade de Belém “com assinalações em caso de revolta”. Nesse estado se verificou a presença da “espionagem verde dentro da própria repartição de polícia”, chefiada por um investigador de nome Waldoliro Pimentel, o qual era auxiliado por outros agentes de polícia.<sup>395</sup> O antigo chefe provincial, Orlando de Almeida Correa, também foi preso juntamente com outros importantes membros do integralismo implicados na fracassada intentona.<sup>396</sup> Conforme as previsões das autoridades policiais, as apreensões de documentos e armas, e as prisões continuariam acontecendo no Pará, pois os núcleos do interior do estado, e alguns da Capital, ainda não haviam sido vistoriados.<sup>397</sup>

Em Minas Gerais, desde o começo de fevereiro de 1938 os Camisas-verdes tinham conhecimento de que um movimento revolucionário integralista aconteceria em breve no país, apesar de não saberem precisamente a data, e que uma “pessoa de confiança” deveria sempre “ouvir a rádio na onda da Mayrink Veiga”.<sup>398</sup> Nos dias que antecederam 10 de março, no distrito de São José da Lagoa, município de Montes Claros, houve uma tentativa fracassada de arregimentação de alguns integralistas para

---

<sup>392</sup> Declarações do secretário de Segurança de Pernambuco. *Jornal do Commercio*, 21/22 mar. 1938.

<sup>393</sup> Fechado o ‘Diário do Nordeste’. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 21/22 mar. 1938.

<sup>394</sup> Preparavam a revolução integralista na Bahia e em Santa Catarina. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1938.

<sup>395</sup> Apreensão de documentos integralistas no Pará. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 28/29 mar. 1938; Reprimindo as atividades integralistas no Pará. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 5 abr. 1938.

<sup>396</sup> O que era o integralismo no Pará. *O Radical*, Rio de Janeiro, 6 abr. 1938.

<sup>397</sup> Desvendando a trama integralista. *O Radical*, Rio de Janeiro, 29 mar. 1938.

<sup>398</sup> Fala um dos cabeças do fracassado movimento integralista em Minas. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1938.

dinamitar uma ponte e as linhas telegráficas, o que retardaria a chegada de tropas policiais de Belo Horizonte. Em Juiz de Fora as autoridades policiais varejaram casas e prenderam “perigosos extremistas verdes” por conspiração, os quais se encontravam com “copioso material bélico e apetrechos integralistas como revólveres, fuzis, cunhetes de munições, garruchas, espingardas”.<sup>399</sup> Até um aparelho de tortura, supostamente utilizado pelos Camisas-verdes dessa cidade, e um ferro para marcar gado com o símbolo do Sigma, empregado para “ferretear os seus inimigos” foram encontrados.<sup>400</sup>

Em Belo Horizonte inúmeras diligências policiais ocorreram após 10 de março nas sedes da AIB, as quais resultaram na apreensão de material bélico, munições, material de propaganda e “literatura de caráter subversivo”, além de prisões de elementos que estariam envolvidos nos planos de ataque aos quartéis e estabelecimentos públicos.<sup>401</sup> Nessas buscas pela Capital mineira foram encontradas ‘Listas Negras’ de inimigos do Sigma, compostas por delegados, investigadores, deputados, comerciantes, industriais, oficiais do Exército e da Marinha, sendo que as figuras de maior destaque seriam fuziladas logo após o sucesso do levante verde.<sup>402</sup> Entre os chefes da conspiração estavam um capitão do 10º R. I., Theodomiro Gaspar de Almeida, e um tenente da Força Pública, Erico de Oliveira Barbosa.<sup>403</sup> Também descobriu-se a violação de correspondências nas agências dos Correios de Belo Horizonte, sendo tal ato vinculado a “uma verdadeira quadrilha de violadores, com fins políticos, servindo a interesses integralistas”.<sup>404</sup>

Na Paraíba, após 10 de março registraram-se diversas prisões de integralistas, tanto na capital João Pessoa como no restante do estado,<sup>405</sup> principalmente dos chefes do “malogrado movimento”.<sup>406</sup> As reuniões de elementos “graduados do Sigma” aconteciam normalmente nesse estado em janeiro de 1938, em residências e casas comerciais de seus adeptos na Capital. A identificação dos participantes de tais encontros seria, quando homens, uma gravata preta, e quando mulheres, um laço da

---

<sup>399</sup> A polícia de Juiz de Fora prendeu vários elementos integralistas, copioso material bélico e documentos comprometedores. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1938.

<sup>400</sup> Incrível. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 10 abr. 1938.

<sup>401</sup> O plano sinistro dos integralistas. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 05 abr. 1938.

<sup>402</sup> As atividades integralistas em Minas. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1938; Lista Negra. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 05 abr. 1938.

<sup>403</sup> Os chefes da intentona. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 05 abr. 1938.

<sup>404</sup> Estariam a serviço do ‘complot’ integralista. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1938.

<sup>405</sup> Presos diversos integralistas. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 22 mar. 1938.

<sup>406</sup> Ramificações na Paraíba. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1938.

mesma cor.<sup>407</sup> No Ceará não registraram-se incidentes nos dias 10 e 11 de março, contudo, a Delegacia de Ordem Política e Social, depois de demoradas investigações, “iniciou a prisão de elementos suspeitos de participação na fracassada intentona integralista”.<sup>408</sup> Em busca efetuada numa loja de Fortaleza foi apreendido farto material de propaganda, livros doutrinários, armamentos e “milhares de cassetetes de borracha, completamente novos e de fabricação estrangeira”. A tipografia onde, segundo as autoridades policiais, eram confeccionados os materiais de propaganda do Sigma em Fortaleza foi fechada.<sup>409</sup>

Do mesmo modo, no Rio Grande do Sul registraram-se inúmeras prisões de elementos conspiradores, dentre eles os antigos chefes provinciais, Dario Bittencourt e Nestor Contreiras Rodrigues, e um diretor da Rádio Farroupilha, Arnaldo Balvê, os quais “planejavam um assalto ao governo do estado”.<sup>410</sup> As investigações policiais apuraram que a chefia da conspiração nesse estado estaria a cargo de Manoel Hasslocher, futuro governador gaúcho caso vitorioso o movimento de 10 de março.<sup>411</sup> Na casa de Hugo Berta, um dos “chefes do Sigma”, foi apreendido o arquivo integralista com importantes documentos, os quais traziam detalhes dos planos para a tomada de vários departamentos do Estado e bancos em Porto Alegre.<sup>412</sup>

No estado do Paraná vários militares do Exército foram presos nos dias posteriores a 10 de março de 1938, os quais juntamente com “os integralistas haviam se distribuído nas posições determinadas pelos seus chefes”, seja na capital Curitiba assim como em Ponta Grossa, Rio Negro e Paranaguá, à espera do início do movimento subversivo no Rio de Janeiro. As primeiras diligências policiais para investigar tais fatos aconteceram na Capital, ainda nessa noite, espalhando-se conseqüentemente pelo restante do estado. Em Curitiba, o zelador do clube de futebol Britannia percebeu uma movimentação anormal em suas dependências, vindo a avisar o delegado de polícia Iracy Queiroz. Este, juntamente com os coronéis Dagoberto Pereira e Jayme de Almeida, chefe do Estado Maior da 5ª Região Militar, e o delegado de Ordem Pública, Mario Queiroz, após notificados pelo zelador do clube Britannia sobre as

---

<sup>407</sup> Os integralistas da Paraíba contavam com o fracasso da intentona. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1938; A conspiração integralista nos estados. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1938.

<sup>408</sup> Vários integralistas presos em Fortaleza. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1938.

<sup>409</sup> As atividades dos integralistas no Ceará. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 02 abr. 1938.

<sup>410</sup> No Rio Grande do Sul, os integralistas já teriam organizado o governo. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>411</sup> A mashorca em Porto Alegre. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 19 mar. 1938.

<sup>412</sup> Apreensão do arquivo com importantes documentos. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

movimentações suspeitas, organizaram “uma ação de metralhadoras”, tendo os integralistas fugido antes da chegada das autoridades policiais ao local. Apesar de não os ter encontrado na noite de 10 de março de 1938, nos dias seguintes “foram feitas numerosas prisões, entre as quais a do dentista Guilherme de Souza Paula, Erotildes Prates, tenente comissionado, expulso do Exército, e que é apontado como principal chefe”.<sup>413</sup>

Em muitos estados não acorreram movimentações de integralistas em 10 de março de 1938, porém, visando o “bom andamento do processo”, muitos destes foram presos pelo país, como no caso do Amazonas, Sergipe e Rio Grande do Norte. No Amazonas, “a polícia que seguia os passos dos que pretendiam subverter a ordem pública, realizou várias prisões”,<sup>414</sup> e todos aqueles que exerceram “função de destaque nas fileiras do integralismo” seriam chamados a depor, mesmo sem nenhum registro de movimentação dos ex-adeptos do Sigma.<sup>415</sup> Em Sergipe, após uma espera pela ação dos revoltosos sergipanos, a qual não aconteceu, a polícia decidiu “recolher presos os integralistas mais em evidência e alguns outros julgados necessários ao bom andamento do inquérito que mandara instaurar para apuração dos culpados ou comprometidos na tentativa de levante”.<sup>416</sup> Em Natal, capital do estado do Rio Grande do Norte, todos os chefes da extinta AIB foram chamados e “demoradamente ouvidos pelas autoridades locais”, sendo que “alguns deles foram detidos para averiguações”.<sup>417</sup>

### **3.3 – As movimentações subversivas em Santa Catarina: as primeiras informações e as investigações pelo estado**

As primeiras informações que os catarinenses receberam sobre as movimentações de Camisas-verdes em seu estado e pelo país em 10 de março de 1938 chegaram até eles através dos jornais. Em 14 de março, cientes de que algo anormal havia acontecido, visto a descoberta de “um vasto plano subversivo, de fundo

---

<sup>413</sup> A articulação verde no Paraná foi destruída pelo Exército. *Diário da Tarde*, Florianópolis, 21 mar. 1938.

<sup>414</sup> Na hora “H”. *O Radical*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1938.

<sup>415</sup> As diligências no Amazonas. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1938.

<sup>416</sup> Nota da polícia de Sergipe. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 28/29 mar. 1938; Em Sergipe, também os integralistas, tentaram uma insurreição. *O Imparcial*, Rio de Janeiro, 31 mar. 1938.

<sup>417</sup> A prisão de integralistas em Natal. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 07 abr. 1938; Desarticulando o integralismo – prisões no Rio Grande do Norte e apreensões de armas em Santa Catarina. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 07 abr. 1938.

integralista, abrangendo os estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina”, e das “prisões de vários implicados no movimento”, os periódicos catarinenses não possuíam “informações oficialmente exatas” que lhes permitissem narrar os fatos de 10 de março de 1938.<sup>418</sup> Apenas o que os principais periódicos locais sabiam, ou publicaram, em 14 de março, era que “em nosso estado a Segurança Pública fez, por sua vez, várias prisões, prosseguindo nas suas ativas diligências, a fim de apurar as responsabilidades dos implicados na trama do fracassado movimento”.<sup>419</sup>

Quando as capas dos principais jornais do país amanheceram tomadas pelas notícias da ação subversiva dos Camisas-verdes em 18 de março de 1938, os periódicos catarinenses, principalmente os da Capital, ainda aguardavam “o comunicado que certamente será distribuído pela Secretária de Segurança Pública [...] com referência ao que se passa no estado”.<sup>420</sup> Ao que tudo indica, os primeiros jornais catarinenses a fornecerem notícias sobre a situação no estado foram aqueles localizados em pequenas cidades do interior, naquelas em que aconteceram movimentações de Camisas-verdes, afastadas da vigilância e da repressão dos principais órgãos e autoridades estaduais. Em 19 de março de 1938, o *Correio do Povo* de Jaraguá do Sul informava que nessa cidade, no dia 10 de março, “os elementos da extinta Ação Integralista mobilizaram, às duas horas da tarde, em oito diferentes pontos do município, esperando a ordem de marcha sobre a vila”. Esta marcha não aconteceu devido a ação do delegado Oswaldo Buch e do prefeito municipal, o tenente Leonidas Herbster, os quais se dirigiram para o local de encontro dos integralistas com praças da polícia, provocando uma debandada dos revoltosos para os matos próximos.<sup>421</sup>

Todavia, levando-se em consideração a baixa tiragem e a circulação restrita desses jornais de pequenas cidades do interior, podemos inferir que as primeiras notícias com informações sobre os acontecimentos de 10 de março de 1938 em Santa Catarina chegaram até a grande maioria dos catarinenses através de periódicos de fora do estado. Estas apareceram no periódico carioca *O Jornal* ainda em 18 de março, e informavam que a polícia catarinense estaria “desenvolvendo grande atividade” pelo estado, procurando pontos de reunião dos integralistas revoltosos e realizando prisões, e que dentre os inúmeros detidos nas diligências policiais em Florianópolis e no interior do

---

<sup>418</sup> A atividade policial. *O Estado*, Florianópolis, 14 mar. 1938.

<sup>419</sup> O fracassado movimento integralista. *Diário da Tarde*, Florianópolis, 14 mar. 1938.

<sup>420</sup> A ordem não será perturbada – N. da R.. *A Notícia*, Joinville, 18 mar. 1938.

<sup>421</sup> Queriam fazer mais uma... *Correio do Povo*, Jaraguá do Sul, 19 mar. 1938.



estado encontrava-se um “emissário especial do Sr. Plínio Salgado”, o qual foi localizado num balneário da Capital.<sup>422</sup>

Após alguns dias sem novidades nos jornais de São Paulo e do Rio de Janeiro sobre as movimentações em Santa Catarina, em 22 de março *O Estado*, maior jornal desse estado na década de 1930, trouxe suas primeiras notícias sobre o que estava acontecendo no estado, mais precisamente no município de Brusque. A partir de informações coletadas o periódico brusquense *O Rebate*, *O Estado* afirmava que no dia 11 de março a intentona preparada pelos integralistas era de conhecimento de todos naquela cidade, o que levou o delegado especial Waldemar Manoel Silveira a agir. Tal ação das autoridades policiais resultou na suspensão do levante subversivo em Brusque, e na conseqüente prisão e envio para a Capital dos principais líderes do movimento, com a abertura de um inquérito.<sup>423</sup>

Em 23 de março, frente à escassez de notícias oficiais sobre a situação em Santa Catarina, o periódico *O Jornal* do Rio de Janeiro destacava que diferentemente de outros estados, nos quais as autoridades viam nos jornais “um elemento valioso de cooperação”, no estado catarinense, seguindo “determinação da Ordem Política e Social”, a “polícia se mostrava reservadíssima em torno das diligências levadas a efeito nos últimos dias”. Todavia, como considerava que o “estado é pequeno demais para que tudo quanto nele se passa deixe de ser imediatamente conhecido, nas suas minúcias”, noticiava que em Jaraguá do Sul, no distrito de Garibaldi, na noite de 10 de março de 1938 aproximadamente “200 integralistas ali se encontravam preparados para marchar sobre a sede do município, dispostos a tomar conta das repartições públicas”.<sup>424</sup>

No dia seguinte, 24 de março de 1938, outro periódico carioca trouxe mais informações sobre a situação em Santa Catarina, principalmente na cidade de Jaraguá do Sul. Conforme o *Diário de Notícias*, essa ação subversiva no distrito de Garibaldi, não alcançou seu objetivo graças à ação do prefeito municipal, tenente Leonidas Herberster, que ao se dirigir com dois praças da Força Pública para o local de encontro dos Camisas-verdes gerou uma debandada dos mesmos. Estes, ao avistarem o prefeito municipal e os policiais buscaram esconderijo nos matagais próximos, liderados pelo “comandante da chamada ‘polícia de choque’ do Sigma”, sendo possível a prisão de

---

<sup>422</sup> Vários integralistas presos em Santa Catarina. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 18 mar. 1938.

<sup>423</sup> A conspiração integralista. *O Estado*, Florianópolis, 22 mar. 1938.

<sup>424</sup> Cinquenta prisões em um município do interior catarinense. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 23 mar. 1938.

apenas 50 integralistas que não conseguiram fugir.<sup>425</sup> De acordo com a edição de 24 de março do *Diário Carioca*, 200 integralistas estiveram preparados no distrito de Garibaldi para marchar sobre Jaraguá do Sul e tomar as repartições públicas.<sup>426</sup>

Em sua edição de 25 de março de 1938, *O Jornal* publicou uma reportagem exclusiva da situação no estado, visto que até esse momento, as notícias sobre Santa Catarina nos jornais do Rio de Janeiro e de São Paulo resumiam-se a pequenas notas. Nesta, o periódico carioca informava que chegavam diariamente a Florianópolis “procedentes do interior grandes levadas de presos que após curta passagem pela polícia central, em cujos pátios são alojados longe das vistas da reportagem, seguem em carros fortes para a Penitenciária da Pedra Branca, onde ficam sob a mais rigorosa incomunicabilidade nos modernos cubículos ali construídos”. Além das prisões, da apreensão de armas, material de propaganda e do arquivo estadual da AIB, *O Jornal* destacava que a polícia em Santa Catarina vinha “mantendo o mais rigoroso sigilo em torno das atividades integralistas neste estado em face dos últimos acontecimentos”.<sup>427</sup>

Em 26 de março de 1938 os periódicos cariocas *Jornal do Commercio*, *Diário de Notícias* e *Diário Carioca* divulgaram as primeiras informações sobre a situação em Porto União. Nesta cidade haviam se reunido dois grupos de integralistas em 10 de março de 1938, um no distrito de Maratá e outro no distrito de Santa Cruz, o primeiro composto de 40 e o segundo de 50 indivíduos, os quais se encontravam prontos para rumarem para a sede do município e atacar as repartições públicas, dentre elas a prefeitura. Tal avanço não aconteceu devido a um suposto aviso do promotor público da comarca de Porto União, João Cleto Correa Mourão, referente ao fracasso do movimento no Rio de Janeiro.<sup>428</sup>

Em 29 de março de 1938, *O Estado* fez questão de declarar que “sobre o plano de sublevação integralista em nosso estado as notícias de fonte oficial são guardadas em segredo”, sendo os correspondentes de outros periódicos do país mais “felizes do que nós”, pois “não sabemos por que canais conseguem eles detalhes como os que seguem,

---

<sup>425</sup> Em Santa Catarina. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1938.

<sup>426</sup> Preparavam a revolução integralista na Bahia e em Santa Catarina. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 24 mar. 1938.

<sup>427</sup> A intentona integralista em Santa Catarina. *O Jornal*, Rio de Janeiro, 25 mar. 1938.

<sup>428</sup> Conspiração fracassada em Santa Catarina. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1938; As atividades integralistas nos estados – Santa Catarina. *Diário de Notícias*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1938; A conspiração integralista nos estados. *Diário Carioca*, Rio de Janeiro, 26 mar. 1938.

e que encontramos em jornais cariocas”.<sup>429</sup> A partir de informações colhidas nos jornais do Rio de Janeiro e São Paulo sobre a situação em Santa Catarina, informava ao seu público que aconteceram prisões em Florianópolis, Joinville, Jaraguá e Porto União, sendo registradas nestes dois últimos municípios concentrações que pretendiam marchar e tomar o controle de todos os órgãos públicos e administrativos.

Nesse mesmo dia, o periódico fluminense *Jornal do Commercio* noticiou a chegada a Florianópolis de 21 presos provenientes de Porto União, “todos pertencentes aos grupos integralistas de Santa Cruz”, e de mais 6 de Joinville, dentre eles o tesoureiro do núcleo integralista daquela cidade. Todos estes foram recolhidos a Penitenciária da Pedra Branca e interrogados pelo secretário de Segurança Pública, Ivens D’Araújo, e o Major Trogilio Mello.<sup>430</sup> Em 03 de abril de 1938, *O Radical* informava que no estado catarinense “os integralistas haviam conseguido se infiltrar mais do que em qualquer estado brasileiro, tendo mesmo feito os prefeitos dos principais municípios”, sendo justamente nesses lugares “que as autoridades policiais empreenderam mais demoradas diligências, tendo conseguido efetuar prisões de numerosos Camisas-verdes, além de copiosa documentação e material de guerra”.<sup>431</sup>

Ao que tudo indica, começou a ficar claro com o transcorrer das investigações em Santa Catarina, seja para os periódicos locais ou de outros estados, que as ações policiais, além de sigilosas, foram mais demoradas em algumas regiões, como no Nordeste e no Vale do Itajaí,<sup>432</sup> supostamente nas cidades que anteriormente ao golpe do Estado Novo eram governadas por prefeitos integralistas:

Em Florianópolis, como nos demais pontos do estado de Santa Catarina, como é sabido, os integralistas haviam conseguido se infiltrar mais do que em qualquer estado brasileiro, tendo feito os prefeitos dos principais municípios, como, por exemplo, Blumenau, Joinville, Harmonia (sic), Timbó, Rio do Sul, Brusque, Jaraguá, São Bento, etc. Assim sendo, foram justamente nestes municípios em que as autoridades policiais empreenderam suas mais demoradas

---

<sup>429</sup> O caso integralista. *O Estado*, Florianópolis. 29 mar. 1938.

<sup>430</sup> Integralistas presos em Santa Catarina. *Jornal do Commercio*, Rio de Janeiro, 30 mar. 1938.

<sup>431</sup> A fracassada intentona integralista alastrava-se por vários estados. *O Radical*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1938.

<sup>432</sup> Segundo o recenseamento nacional realizado em 1940, estas regiões de Santa Catarina eram compostas pelos municípios de Blumenau, Joinville, Itajaí, Jaraguá do Sul, São Francisco do Sul, Rio do Sul, São Bento do Sul, Brusque, Gaspar, Hamônia, Rodeio, Indaial e Timbó. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil – Série Regional – Parte XIX – Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

diligências, tendo conseguido efetuar prisões de numerosos Camisas-verdes, além de copiosa documentação e material de guerra.<sup>433</sup>

Tanto o silêncio das autoridades públicas que não divulgavam notícias ‘oficiais’, como os locais onde essas diligências policiais foram mais demoradas, destacados acima, nos levam a pensar não somente sobre a repressão às ações subversivas integralistas, mas também como esta aconteceu nas diferentes regiões do estado. Por que foi mais demorada e sigilosa em algumas cidades de Santa Catarina do que na maior parte do país? O que existia nessas cidades que levava a necessidade de investigações mais rigorosas? Quais os possíveis interesses das pessoas envolvidas na apuração desses fatos? Como foram conduzidas essas ações policiais? Por quais motivos, diferentemente de outros estados, o governo catarinense não via nos órgãos de imprensa aliados na apuração dos fatos? É claro que a demora das diligências nas cidades que possuíam prefeitos integralistas antes da instauração do Estado Novo pode ser compreendida devido ao elevado número de adeptos do Sigma nesses locais. Igualmente deixa a impressão de que tal repressão poderia trazer outros motivos, pois estes haviam sido depostos de seus cargos em novembro de 1937, estando essas cidades sob o controle de políticos liberais indicados por Nereu Ramos há algum tempo.

Dessa forma, além de um questionamento se essas notícias e apreensões em Santa Catarina não foram superestimadas para legitimar determinadas ações estatais, é necessário compreender as movimentações que levaram ao de 10 de março de 1938 pelo país e os seus desdobramentos em Santa Catarina a partir do contexto local. Ou seja, como disputas e especificidades políticas, étnicas, econômicas, sociais e culturais catarinenses davam novos tons aos acontecimentos nacionais e velhas cores aos fatos locais.

O procedimento das autoridades policiais em algumas cidades não era apenas uma reação aos acontecimentos de março de 1938, uma apuração de tais fatos, mas sim uma ação que para além de combater elementos subversivos possuía nítidos interesses políticos do interventor catarinense e de seus aliados. Era a oportunidade esperada por Nereu Ramos para dismantelar de vez a AIB em terras catarinenses. Segundo Silvia Regina Ackermann (2010, p.403), após o Estado Novo, “ter pertencido ou não à AIB influenciava o modo pelo qual o acusado era ‘visto’, não só pela própria comunidade,

---

<sup>433</sup> A fracassada intentona integralista alastrava-se por vários estados. *O Radical*, Rio de Janeiro, 03 abr. 1938.

como também pela justiça. Isso significa que a recepção das palavras, comportamentos e omissões partiam de diferentes quadros interpretativos”.

Além de reduzidas, as informações disponibilizadas nos jornais não esclarecem muito sobre as movimentações dos Camisas-verdes em março de 1938 em Santa Catarina. São muitas vezes desconstruídas, fornecendo apenas breves relatos que não auxiliam na elucidação e na compreensão dos fatos, como demonstrado nos periódicos pesquisados neste trabalho. Todavia, com relação às movimentações de integralistas em Santa Catarina, o inquérito policial enviado para o Tribunal de Segurança Nacional pelas autoridades catarinenses que investigaram tais atos pode fornecer valiosas informações. Este traz os depoimentos dos acusados de participação nos acontecimentos de 10 de março, das testemunhas de acusação e defesa, mas também as conclusões dos delegados municipais encarregados de realizarem as primeiras investigações, do secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, Ivens D’Araújo, assim como os despachos, sentenças e vistos imputados pelos juízes do Tribunal de Segurança Nacional no julgamento desse processo.<sup>434</sup>

O inquérito policial instaurado pelo governo de Santa Catarina em 12 de março de 1938 para apurar as movimentações subversivas dos Camisas-verdes foi conduzido por Ivens D’Araújo, secretário de Segurança Pública do estado. Este, através de portaria instaurada nesse mesmo dia, e sendo do conhecimento de todos “que, há tempos, se vem tramando no país a articulação de um movimento subversivo para a mudança, por meios violentos, da Constituição da República, e com ramificação neste estado” determinou “ao senhor escrivão intime os acusados ou pessoas que conheçam o fato criminoso, a fim de prestarem declarações, no presente inquérito, tudo sob as penas da lei.”<sup>435</sup>

O primeiro a prestar seu depoimento neste inquérito policial aberto por Ivens D’Araújo foi José Mayrink de Souza Motta, detido ainda em 12 de março de 1938 no Balneário da Ponta do Leal, logo após chegar a Florianópolis. Conforme suas declarações, deixou o Rio de Janeiro no dia 08 de março, numa viagem comercial a serviço da Companhia Abade Mosse, da qual seria inspetor viajante, passando pelo estado do Paraná no dia 09 de março de 1938. Nesta mesma noite, “por volta das 22 horas [...] abandonou a Capital do Paraná, passando as 4 e pouco da manhã por

---

<sup>434</sup> Arquivo Nacional/RJ, Fundo Tribunal de Segurança Nacional, Série Apelação, Caixa 08, Processo nº 175/526. BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175.

<sup>435</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 10.

Joinville, em um de cujos hotéis fez ligeiro repouso, saindo para Blumenau, onde chegou, mais ou menos, às 9 horas da manhã, tendo em Jaraguá tomado café no respectivo hotel onde palestrou com pessoas estranhas, entre os quais um integralista de quem não se lembra o nome”. Em Blumenau permaneceu até a manhã do dia 12 de março, quando se dirigiu a Florianópolis.<sup>436</sup>

Depois de percorrer o Vale do Itajaí e Nordeste de Santa Catarina, José Mayrink de Souza Motta chegou a Florianópolis na manhã do dia 12 de março de 1938. Em seu primeiro depoimento às autoridades policiais, o ‘emissário carioca’ do integralismo disse que veio a Capital em decorrência do seu trabalho como representante comercial, porém, como possuía antigos conhecidos de seus tempos de integralismo decidiu procurá-los. Logo em seguida a sua chegada a Florianópolis “foi a casa onde morava há tempos o doutor Othon Gama D’Eça, numa esquina da mesma praça, mas vendo na referida casa uma tabuleta com nome diferente, seguiu caminho em demanda da casa do senhor Arnaldo Cuneo”. Em contato com João Arnaldo Juarez Cuneo, ex-secretário de Finanças e de Corporações da AIB em Santa Catarina, Mayrink solicitou o endereço do capitão do Exército Gentil Barbato. Alegando não querer se envolver mais com o integralismo, Juarez Cuneo colocou Mayrink em contato com Danilo Carneiro Ribeiro, ex-chefe integralista dos núcleos de São José e Mafra, ex-secretário provincial e ex-chefe do gabinete provincial, o qual poderia auxiliá-lo.<sup>437</sup>

Atendendo seu pedido, Juarez Cuneo marcou um encontro entre José Mayrink de Souza Motta com Danilo Carneiro Ribeiro no Balneário da Ponta do Leal. Após se encontrarem e conversarem brevemente, e Mayrink ser informado por Danilo que Gentil Barbato encontrava-se em Blumenau “numa festa para que fora convidado, festa oficial”, rumaram ambos para o centro da Capital, ficando o emissário carioca “numa das ruas transversais da rua Felipe Schmidt, de onde se dirigiu a Praça XV de Novembro, e que depois de dar umas voltas na cidade [...] foi num automóvel de praça ao encontro de seu automóvel no Balneário, no qual pretendia regressar a Blumenau via Brusque”.<sup>438</sup>

Em nenhum momento de seus dois primeiros depoimentos, apesar de questionado pelas autoridades policiais, José Mayrink de Souza Motta falou sobre a

---

<sup>436</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 12.

<sup>437</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 16.

<sup>438</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 17.

articulação de um movimento subversivo em Santa Catarina, ou que estaria arregimentando ou articulando antigos Camisas-verdes para uma possível mudança de governo, seja nacional, estadual ou municipal. Tampouco que sua viagem a Florianópolis, ou seu encontro com importantes figuras do integralismo catarinense na manhã de 12 de março de 1938 tivesse relação com um movimento do Sigma. Segundo Mayrink, sua viagem estava exclusivamente relacionada ao seu trabalho enquanto representante comercial. Como conhecia antigos integralistas, desde quando veio a Santa Catarina no Congresso Integralista das Províncias do Sul, realizado em Blumenau no ano de 1935, decidiu procurá-los para uma conversa.

No decorrer das investigações, vários depoimentos contradisseram as declarações de José Mayrink, como o do ferroviário Emilio Alexandre Sada, ex-secretário de propaganda da AIB de Blumenau e primo do capitão do Exército Gentil Barbato, que relatou que a viagem do emissário carioca a Florianópolis teria outras motivações, visto que este havia lhe dito no dia 11 de março, ainda não compreender os motivos do fracasso do movimento subversivo programado para 10 de março de 1938, e que por essa razão “viajaria a Florianópolis para sondar sobre o assunto”.<sup>439</sup>

Segundo João Arnaldo Juarez Cuneo, no dia 12 de março de 1938 ele “recebeu em seu consultório, cerca de nove e um quarto da manhã, uma pessoa, um homem vindo de fora”, o qual “declarou chamar-se José Mayrink e perguntou-lhe se conhecia o endereço do capitão do Exército Gentil Barbato”. Já conhecendo José Mayrink de Souza Motta do Congresso Integralista das Províncias do Sul de 1935, realizado em Blumenau, Juarez Cuneo disse que não estava mais em atividade, indicando-lhe para auxiliar em sua procura Danilo Carneiro Ribeiro, “por ser a pessoa mais ligada ao antigo integralismo”. Logo após esse encontro, Juarez Cuneo entrou em contato com Danilo Carneiro Ribeiro e marcou um encontro deste com José Mayrink de Souza Motta no Balneário da Ponta do Leal, nas proximidades da casa de Gentil Barbato. Ao ser indagado sobre o porquê de José Mayrink procurá-lo, disse que tal fato acontecia devido “ao tempo em que existia a Ação Integralista Brasileira, a correspondência remetida do Rio de Janeiro era endereçada ao declarante e ao doutor Othon Gama D’Eça”, e,

---

<sup>439</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 202.

portanto, vários integralistas que chegavam de São Paulo e do Rio de Janeiro iam à sua residência ou a do antigo chefe provincial.<sup>440</sup>

Nesse encontro com Danilo Carneiro Ribeiro no Balneário da Ponta do Leal, José Mayrink de Souza Motta, segundo suas declarações, ficou sabendo que Gentil Barbato não estava em Florianópolis, mas sim em Blumenau. Dessa maneira, frente à ausência do capitão do Exército, o ex-chefe municipal de São José decidiu colocar o emissário carioca em contato com Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa, também capitão do Exército. Ainda de acordo com José Mayrink, o encontro entre ambos foi rápido e na residência do militar, e quando indagado sobre seu posicionamento em relação ao possível levante armado envolvendo o Exército, a Marinha e os integralistas, “delicadamente Vieira da Rosa fugiu ao assunto encerrando a entrevista com a declaração de que era militar e agiria sempre de acordo com as autoridades e regulamentos militares”. Após esse encontro, ao retornar ao Balneário da Ponta do Leal por volta das 12 horas de 12 de março, onde um carro de aluguel o aguardava para o regresso a Blumenau, José Mayrink de Souza Motta foi preso pelas autoridades policiais.<sup>441</sup>

O capitão do Exército Paulo Gonçalves Weber Vieira da Rosa ao ser interrogado pelas autoridades policiais disse que “a respeito do movimento subversivo integralista sabe apenas porque noticiaram nos jornais”, e que “não é verdade ter estado em sua residência nesta Capital ou em Ponta do Leal ninguém de nome Antonio Reinert na quinta feira, dez do corrente, e que não esteve em sua residência na Ponta do Leal em dia nenhum José Mayrink de Souza Motta”, da mesma maneira que “não recebeu nenhum telefonema de Antonio Fleuri Barbosa, avisando-lhe de que Danilo Carneiro Ribeiro lhe queria falar no sábado, 12 do corrente”. Após ser inquirido sobre a constante presença de seu nome nas falas e depoimentos de conspiradores integralistas, o capitão Vieira da Rosa disse que tal fato estaria relacionado a ser ele “o único oficial que fora integralista, membro da Câmara dos Quatrocentos, e candidato a deputado federal, o que talvez tenha servido apenas para os possíveis preparadores de um movimento mostrar que elementos do Exército nacional tomariam parte no citado movimento”.<sup>442</sup>

---

<sup>440</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 21.

<sup>441</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 86.

<sup>442</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 111-114.



Apesar das negativas do capitão do Exército, dois depoimentos contradisseram as palavras de Paulo Vieira da Rosa. O primeiro foi o depoimento do ex-chefe municipal da AIB em Palhoça, Evaldo Carlos Baasch, que disse que o capitão do Exército não só sabia do movimento em Santa Catarina como seria um dos principais organizadores deste, cotado inclusive para assumir o controle no estado em caso de vitória do levante subversivo. Ainda de acordo com Baasch, Danilo Carneiro Ribeiro havia lhe procurado na sexta-feira antes do Carnaval, e lhe dito que “iria irromper por aqueles três dias de carnaval um movimento revolucionário que, uma vez triunfante esse movimento, seria implantada uma ditadura militar presidida por uma junta governativa, composta de dois generais e um almirante integralista” e que “seria bem possível que fosse interventor em Santa Catarina o senhor Paulo Vieira da Rosa, capitão do Exército”, o qual se encontrava “de acordo com esse movimento”.<sup>443</sup>

O segundo depoente a contrariar as palavras de Paulo Vieira da Rosa foi o agrimensor Antônio Fleury Barbosa, o qual afirmou que o encontro entre o capitão do Exército e José Mayrink de Souza Motta aconteceu. Conforme as declarações de Barbosa, na manhã do dia 12 de março de 1938, “Danilo Carneiro Ribeiro pediu ao depoente para telefonar para o capitão Paulo Vieira da Rosa, que estava no 14º B.C., avisando que ele Danilo lhe queria falar”. Feito isso, um tempo depois de entregar o recado ao capitão Vieira da Rosa, Antônio Fleury Barbosa dirigiu-se a casa deste, “de quem é amicíssimo”, e lá chegando “encontrou José Mayrink conversando na referida residência que é na Ponta do Leal, com o aludido capitão Paulo Vieira da Rosa”.<sup>444</sup>

Em seu primeiro depoimento às autoridades policiais, no dia 12 de março de 1938, Danilo Carneiro Ribeiro disse “que não conhece o senhor José Mayrink de Souza Motta se não de vista, de Curitiba, e de produções literárias”, encontrando-o “de manhã por acaso, no Balneário da Ponta do Leal”. Nesse encontro casual, ao ficar sabendo que José Mayrink estaria à procura de casas de hospedagem, indicou ao viajante carioca locais para se hospedar na região central de Florianópolis, conduzindo-o em seu carro a alguns destes. Apesar de confirmar a carona e o auxílio na procura de um hotel, alegou não ter conversado “coisa alguma sobre integralismo com o referido senhor, porque não

---

<sup>443</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 133.

<sup>444</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 135.

lhe interessa esse extinto partido” e “não foi encontrar-se com o aludido senhor no balneário a chamado deste ou de quem quer que seja”.<sup>445</sup>

No seu segundo depoimento, em 13 de março, Danilo Carneiro Ribeiro mudou totalmente suas declarações. Neste, afirmou que “pelas nove e meia da manhã de ontem (12) recebeu em sua residência um telefonema do senhor Arnaldo Juarez Cuneo, dentista nesta Capital e seu antigo companheiro de doutrina, em que o referido senhor lhe pedia para que fosse incontinenti a sua casa”. Ao chegar à casa de Juarez Cuneo, foi informado por este que “estava no Balneário da Ponta do Leal um emissário ex-integralista, de nome José Mayrink, com quem havia conversado rapidamente, mas com quem devia o declarante palestrar com urgência”.

No Balneário da Ponta do Leal, Danilo Carneiro Ribeiro “avistou imediatamente um estranho que lhe pareceu ser José Mayrink e de quem logo se aproximou”, o qual lhe informou que vinha “em missão especial para falar principalmente com o capitão do Exército Gentil Barbato, deixando-lhe perceber que se verificava uma mudança de governo”. Após o pedido de Mayrink, Ribeiro o conduziu até as proximidades da casa de Gentil Barbato, “deixando-o numa esquina antes da rua em que residia o referido capitão, isso porque o declarante percebeu que se tratava de coisa suspeita e não quis comprometer-se no caso”.<sup>446</sup>

Em seu terceiro depoimento, em 18 de março, Danilo Carneiro Ribeiro forneceu novas informações, não mencionadas em nenhuma das declarações anteriores. Segundo ele, “de longo tempo, desde dezembro, já em Curitiba, o declarante soube que se articulava um movimento revolucionário contra o regime vigente, o que soube pelo doutor Jorge Lacerda”. Após seu regresso a Florianópolis desta viagem a Curitiba, ainda em dezembro de 1937, “comunicou aqui a vários companheiros que se conspirava contra as instituições”. Em janeiro de 1938, numa “festa de barraquinha” conheceu através de Othon Gama D’Eça o engenheiro Álvaro Luz, que lhe disse que sua motivação para se fixar em Santa Catarina para além de motivos profissionais era “tratar da aludida conspiração, por ordem do senhor Plínio Salgado”.

Nessa conversa, Álvaro Luz lhe confidenciou que “como o general Newton Cavalcanti falhara a sua promessa de no dia 10 de dezembro descer com a tropa da Vila

---

<sup>445</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 22-24.

<sup>446</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 30-33.

Militar, o movimento subversivo se dismantelará e necessário se tornara nova articulação, no Rio e em alguns estados, onde houvesse possibilidade”. Por fim, declarou que desde os festejos de carnaval os integralistas da Capital estavam de prontidão, aguardando novas instruções do Rio de Janeiro, e que como Gentil Barbatto não se encontrava em sua residência no dia 12 de março de 1938, levou José Mayrink a residência de Paulo Vieira da Rosa, fato ainda não mencionado em seus depoimentos anteriores.<sup>447</sup>

O chefe provincial da AIB em Santa Catarina, até a sua extinção em dezembro de 1937, Othon Gama D’Eça prestou esclarecimentos as autoridades policiais, apesar de nenhum depoente acusá-lo de participação nas movimentações subversivas. Segundo suas palavras ao secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, desde “a dissolução das agremiações partidárias, aguardou o funcionamento regular da Associação em que se transformou o integralismo, para entrar em ação no campo cultural”, pois havia lido “na ‘Ofensiva’ a designação dele para diretor da sucursal da associação em que se transformara o integralismo”. Enquanto aguardava a legalização da Associação Brasileira de Cultura, Gama D’Eça “continuou alheio a todas e quaisquer atividades políticas que tivessem relação com o antigo movimento integralista”, visto que era do conhecimento de todos “seu ponto de vista em relação ao momento nacional sendo um dos que eram de opinião que o senhor Plínio Salgado, ex-chefe nacional do integralismo, deveria aceitar a pasta de Ministro da Educação que foi oferecida pelo presidente da república”.<sup>448</sup>

Mesmo contrário a um levante dos Camisas-verdes, Othon Gama D’Eça afirmou saber desde a instauração do Estado Novo sobre as conspirações que aconteciam não só em Santa Catarina como no Brasil. Em 24 de dezembro de 1937 foi visitado por Everaldo Leite, que “de permeio, falou sobre a possibilidade de uma ação mais violenta, a que poderiam ser levados os integralistas, dizendo-lhe das dificuldades, inclusive de ordem ideológica, que o depoente via para essa ação”. Nos dias próximos ao Carnaval teve conhecimento de que alguns integralistas estavam anunciando um movimento subversivo, “que ia haver um barulho em que estavam envolvidos alguns integralistas

---

<sup>447</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 57-62.

<sup>448</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 100-106.

de Florianópolis”, ficando sabendo com maiores detalhes dos planos subversivos de seus antigos partidários no domingo de carnaval, dia 07 de março de 1938.<sup>449</sup>

### **3.4 – As investigações no Vale do Itajaí**

Simultaneamente às prisões, diligências, apreensões e coletas de depoimentos realizados em Florianópolis pelas autoridades policiais e pela Secretária de Segurança Pública iniciaram-se as investigações pelos delegados municipais em Joinville, Jaraguá do Sul, Blumenau, Brusque, Rio do Sul, Timbó e Porto União. Nesses municípios, principalmente em Jaraguá do Sul, Porto União e Blumenau, apesar da prisão do principal suspeito de articular o movimento em Santa Catarina acontecer na Capital, concentraram-se o maior número de prisões de Camisas-verdes, visto que na maioria dessas cidades estes possuíam um grande prestígio político e penetração social desde antes da instauração do Estado Novo. Além de sigilosas em todo o estado, nas chamadas ‘regiões coloniais’ de Santa Catarina, as investigações seguiram os rastros da passagem de José Mayrink, sendo iniciadas em Joinville, onde o emissário carioca parou primeiramente após deixar o estado de Paraná.

Em Joinville, José Mayrink de Souza Motta conversou com algumas pessoas e repousou na madrugada do dia 10 de março de 1938, entretanto, as investigações policiais não apuraram nenhuma movimentação integralista neste município por esses dias. Todavia, era do conhecimento de ex-adeptos do Sigma neste município que um levante subversivo poderia acontecer a qualquer momento. Segundo o comerciante Francisco Schumacher, ex-secretário das Corporações da AIB em Joinville, tal expectativa surgiu após a passagem de Everaldo Leite por este município, “há mais ou menos dois para três meses”, o qual conversou com o ex-prefeito Aristides Largura sobre a “preparação de um movimento subversivo no estado”. Finalizando seu depoimento declarou que não soube da passagem de José Mayrink por Joinville na madrugada do dia 10 de março, porém, às vésperas do carnaval, teve conhecimento de que uma ação dos Camisas-verdes aconteceria a qualquer momento não só em Santa Catarina como em todo o país.<sup>450</sup>

---

<sup>449</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 103.

<sup>450</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 129.

O ex-chefe municipal da AIB em Joinville, José Maria de Carvalho Ramos, declarou em seu depoimento que ficou sabendo no final de novembro de 1937 sobre um possível movimento armado. Segundo ele, quando esteve em Florianópolis conversando com alguns integralistas, dentre eles Mario Mafra e Celso Mafra Caldeira de Andrade, foi informado sobre os planos dos Camisas-verdes não só para Santa Catarina como para todo o país. Nessas conversas durante sua estadia na Capital, o ex-chefe integralista de Joinville foi consultado por seus pares florianopolitanos “sobre a possibilidade de fazer passar a teoria integralista à prática revolucionária”, ao que respondeu “que não via possibilidade para um empreendimento dessa ordem, muito embora houvesse militares integralistas, posto que a população integralista de Joinville era uma população pacata e desarmada”.<sup>451</sup>

Por fim, José Maria de Carvalho Ramos declarou saber que durante sua estadia em Joinville em dezembro de 1937, Everaldo Leite entregou a Aristides Largura uma cópia da carta enviada pelo general Newton de Cavalcanti ao líder do Estado Novo, na qual o militar “protestava perante o presidente da República contra o golpe de 10 de novembro, porque havia sido o intermediário do entendimento entre o integralismo e o doutor Getúlio Vargas”. Apesar de ciente da passagem de José Mayrink de Souza Motta por Blumenau e região entre os dias 9 e 11 de março de 1938, não escutou nenhuma conversa ou quaisquer instruções deste referentes a um movimento subversivo, porém, teve conhecimento que “nas vésperas do Carnaval corriam rumores de que haveria um movimento revolucionário de caráter militar integralista durante as festas carnavalescas”.<sup>452</sup>

No município de Jaraguá do Sul, onde segundo seu depoimento José Mayrink de Souza Motta parou apenas para tomar um café na manhã do dia 10 de março de 1938, foram registradas movimentações de Camisas-verdes em vários locais. Conforme informações colhidas pelos investigadores policiais aconteceram reuniões de integralistas em Jaraguá do Sul tanto no distrito sede como nos distritos de Garibaldi, Rio da Luz, Ilha Figueira, Estrada Jaraguá e Barra do Rio do Serro I e II, as quais estariam relacionadas a um possível movimento armado.

---

<sup>451</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 131.

<sup>452</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 132.

Segundo o relatório do delegado de polícia de Jaraguá do Sul, Oswaldo Buch, enviado ao secretário de Segurança Pública de Santa Catarina em 18 de março de 1938, após “ouvidas 23 testemunhas e tomados mais 6 depoimentos avulsos” apurou-se que todas estas reuniões estariam relacionadas a um possível movimento armado, pois na manhã de 10 de março, logo em seguida a...

“chegada do trem expresso, Emanuel Ehlers, chefe municipal da extinta Ação Integralista, depois de conversar com um homem estranho de cor branca, baixo, que no momento vestia terno claro e usava chapéu cinza, se dirigiu a Oscar Otto Carlos Nagel, subchefe de um núcleo integralista e atual tesoureiro da União Municipal dos Consórcios Agrários, e lhe deu instruções para que fosse convocar os subchefes integralistas, para que estes mobilizassem os companheiros, a fim de que estivessem de prontidão, pois iria rebentar a revolução integralista às 14 horas”.<sup>453</sup>

Nos inquéritos policiais, seja no parcial conduzido pelo delegado de polícia de Jaraguá do Sul ou no final pelo secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, não existem depoimentos de Emanuel Ehlers. Apesar de não possuímos as declarações daquele que seria o principal articulador do movimento subversivo em Jaraguá do Sul, Oscar Otto Carlos Nagel, subchefe de um subnúcleo integralista, morador da Estrada Francisco de Paula, disse que na manhã do dia 10 de março de 1938, “quando estava pronto para sair com sua moto realizar as cobranças do jornal *Jaraguá*”, foi encarregado por Ehlers de avisar os chefes integralistas Ignacio Steinmacher Jr., Germano Ninow e Artur Eugenio Carlos Wenserski, respectivamente dos subnúcleos de Estrada Jaraguá, Garibaldi e Barra do Rio do Serro. Estes deveriam ser informados de que iria “estourar naquele dia uma revolução comunista”, fato que tornava necessário reunir “homens de confiança”, “integralistas destemidos”, os quais ficariam “de prontidão para ajudar o governo e os militares”.<sup>454</sup>

A concentração dos integralistas do distrito sede do município de Jaraguá de acordo com as declarações de Otto Nagel aconteceria na casa de seu pai Henrique Nagel, a qual se localizava na estrada Francisco de Paula, tendo ficado incumbido de reuni-los e avisá-los o alemão Carlos Frörichs. Este por sua vez, disse em depoimento que por volta das 10 horas e 30 minutos do dia 10 de março de 1938, Oscar Otto Carlos Nagel chegou a seu local de trabalho e lhe encarregou de avisar os integralistas do

---

<sup>453</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 373.

<sup>454</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 360.

distrito sede de Jaraguá para se dirigirem a casa de seu pai Henrique Nagel, na estrada Francisco de Paula. Neste local, os Camisas-verdes ficariam de prontidão, aguardando novas ordens e notícias sobre um movimento armado que aconteceria a qualquer momento no Rio de Janeiro.<sup>455</sup>

Conforme relatou às autoridades policiais o lavrador Helmut Wagenknecht, na manhã de 10 de março de 1938 “chegou em sua casa o senhor Carlos Frorichs, convidando-o, de ordem de Oscar Otto Carlos Nagel, para comparecer na residência de Henrique Nagel”. Lá, ele e outros homens de confiança “deveriam ficar de prontidão”, visto que um levante revolucionário aconteceria no Rio de Janeiro na tarde daquele dia, e os Camisas-verdes auxiliariam os revoltosos. Helmut Wagenknecht disse que permaneceu na casa de Henrique Nagel até as 23 horas do dia 10 de março de 1938 junto com vários outros homens “debaixo de um cafezal”.<sup>456</sup>

Segundo o lavrador Ervino Gruetzmacher, por volta das 13 horas do dia 10 de março, quando estava em sua casa, foi “chamado por Carlos Frörichs, que o avisou, na qualidade de integralista, para que comparecesse às 2 horas da tarde na casa de Henrique Nagel”. Chegando lá, Ervino Gruetzmacher “encontrou ainda outros companheiros”, os quais foram avisados por Oscar Otto Carlos Nagel que deveriam ficar de prontidão, sendo estes orientados a “aguardar ordens num morro ali existente”, onde “estiveram até meia noite”.<sup>457</sup>

Segundo o depoimento do chefe do subnúcleo de Estrada Jaraguá, Ignacio Steinmacher Jr., por volta das 11 horas da manhã do dia 10 de março Oscar Otto Carlos Nagel lhe disse “que estava para explodir uma revolução, tornando-se assim necessário que o depoente reunisse alguns de seus antigos companheiros a fim de estarem de prontidão”. Dessa forma, atendendo pedido de Nagel, Steinmacher Jr. convidou vários Camisas-verdes para uma concentração às 14 horas do dia 10 de março de 1938 na casa comercial de Alvin Mayer, onde “ficaram até cerca de meia noite quando cansados começaram a debandar, tendo outros, e entre esses o depoente, ficado até madrugada, quando cansados e aborrecidos se retiraram”. Conforme Ignacio Steinmacher, ele apenas tomou parte nesse movimento por que queria “defender o país do comunismo,

---

<sup>455</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 366.

<sup>456</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 367.

<sup>457</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 367.

ao lado do governo”, visto que “na guarda que fizeram não tinham armas, nem viu alguém armado”.<sup>458</sup>

Por sua vez, o comerciante Alvino Mayer disse “que no dia 10, pelas 14 horas, chegou a sua casa Ignacio Steinmacher Junior, que o avisou que tinha dado ordem a diversos integralistas para se reunirem na casa do depoente a fim de ficarem de prontidão, pois tinha sabido que estava para rebentar uma revolução comunista e provavelmente eles precisavam agir”. Na casa comercial de Alvino Mayer reuniram-se cerca de 20 integralistas, os quais esperaram até as 21 horas novas notícias. Nesse horário, com o fechamento da casa comercial, Alvino Mayer orientou todos os Camisas-verdes presentes a se dirigirem para um campo de futebol próximo, no qual permaneceram até a madrugada do dia 11 de março.<sup>459</sup>

Conforme o lavrador João Leskowicz, por volta das 15 horas do dia 10 de março ele “estava em sua casa preparando a carroça para levar a Jaraguá a motocicleta de Oscar Otto Carlos Nagel, que tinha quebrado naquela manhã, quando chegou José Wasch, o qual lhe contou que ali os Camisas-verdes iriam reunir-se, pois estava para rebentar uma revolução e eles provavelmente tinham que marchar para vila de Jaraguá”. Quando retornou do distrito sede de Jaraguá, após levar a motocicleta de Carlos Nagel, João Leskowicz “encontrou em sua casa diversas pessoas”, as quais mesmo após ele se recolher “ainda ficaram ali”. Indagado pelas autoridades policiais sobre o motivo que o levou a aceitar aquele encontro em sua residência, disse que como eram todos seus amigos não queria “desgostar os presentes e somente por esse fato concordou em ali ficarem”.<sup>460</sup>

No distrito de Garibaldi, a organização do movimento ficou sob a responsabilidade de Germano Ninow, antigo subchefe local, porém, como Otto Nagel não o encontrou para incumbi-lo de tal missão, avisou seu irmão Augusto Ninow. Dessa maneira, o encarregou de informar juntamente com sua cunhada Emilia Ninow e seu sobrinho Oswaldo Ninow, respectivamente esposa e filho de Germano Ninow, a todos os Camisas-verdes desse distrito para que ficassem de prontidão e se reunissem na tarde do dia 10 de março, pois um movimento revolucionário estava prestes a acontecer. Segundo as investigações policiais, Augusto Ninow avisou vários integralistas, dentre

---

<sup>458</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 361.

<sup>459</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 364,

<sup>460</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 364.



eles Germano Mathias, Otto Hansen, Alfredo Mathias e Eugenio Baher para que se dirigissem a casa de seu irmão, Germano Ninow, por volta das 14 horas do dia 10 de março. Estes deveriam levar consigo todas as armas disponíveis, visto que um levante integralista estouraria a qualquer momento.

Segundo o depoimento de Afonso Ninow, seu pai Germano Ninow encontrava-se ausente de Jaraguá do Sul desde o dia 06 de março de 1938, e por esse motivo “não sabe por que o ponto de concentração era na casa dos progenitores”, tampouco “quem convocou a reunião”. Segundo ele, no dia 10 de março, “quando voltava da roça onde trabalhava, à tardinha, verificou que no pátio de sua casa havia uma aglomeração de pessoas, e, inquirindo desse motivo, soube que eram antigos integralistas que haviam sido convocados para fazerem guarda ou estarem de prontidão, pois que constava que ia rebentar uma revolução”. Iniciada a ação no Rio de Janeiro, estes marchariam em direção à prefeitura municipal e outros órgãos públicos de Jaraguá, e assumiriam o controle da situação. Ainda de acordo com o filho de Germano Ninow, “a mobilização atingiu cerca de 100 pessoas”, os quais “foram distribuídos pela propriedade de seu pai em grupos”.<sup>461</sup>

Alguns desses 100 integralistas formaram vigília no alto do morro aos fundos da propriedade de Germano Ninow, e observaram a aproximação dum carro por volta das 23 horas do dia 10 de março, o qual trazia o prefeito municipal tenente Leônidas Herbster, o delegado Oswaldo Buch e dois soldados da Força Pública Estadual. Segundo um dos presentes, o lavrador Artur Kienen, “altas horas da noite apareceu um automóvel, tendo quase todos fugido para o mato, pois maliciavam um ataque e não queriam ser mortos; que esse automóvel ali parou, seguiu em frente, e voltou um pouco mais tarde em demanda a Jaraguá”. Ainda de acordo com Artur Kienen, “tempos depois um segundo automóvel chegou e o depoente soube que no mesmo veio o chefe municipal Emanuel Ehlers, que passou a conferenciar com Germano e Augusto Ninow, que ali também estavam”. Conforme Artur Kienen, nessa conversa com os irmãos Ninow, Emanuel Ehlers advertiu eles e todos os ali presentes “por falarem asneiras”, mandando-os regressar para suas casas.<sup>462</sup>

---

<sup>461</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 362.

<sup>462</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 364.

Apesar de alguns depoentes afirmarem que não observaram nenhuma arma com os presentes na casa de Germano Ninow, como Afonso Ninow, Francisco Schewinski e Henrique Becker, outros não só afirmaram que viram Camisas-verdes armados, como que levaram suas armas para essa concentração. O lavrador Artur Kienen afirmou em seu depoimento que na casa de Germano Ninow “diversos companheiros estavam armados de espingardas”, igualmente a Germano Mathias, que relatou ter visto “diversos grupos, entre eles alguns armados de espingardas”, os quais “estavam no alto do morro”.<sup>463</sup> Por sua vez, Emilio Baher disse que rumou à casa de Germano Mathias com sua “espingarda e cartuchame”,<sup>464</sup> da mesma forma que Jorge Baher relatou que levou sua espingarda,<sup>465</sup> Constantino Gscho sua ‘espingarda de chumbo’,<sup>466</sup> e Otto Hansen “as duas armas que possuía, ambas armas de repetição, sendo uma marca Remington e outra Mauser”, juntamente com “cerca de 25 balas que possuía”.<sup>467</sup>

Em seu depoimento as autoridades, Artur Eugenio Carlos Wenserski, morador do distrito de Barra do Rio do Serro I, disse que Oscar Otto Carlos Nagel realmente passou em sua casa comercial na manhã de 10 de março, contudo, não lhe falou sobre nenhum movimento integralista. Da mesma maneira, declarou que não avisou ou comunicou a nenhum Camisa-verde sobre qualquer reunião.<sup>468</sup> Todavia, de acordo com Rudi Fanke, “pelas 11 horas do dia 10 do corrente, estava o depoente trabalhando na oficina de alfaiataria de Carlos Günther, chefe da extinta Ação Integralista no distrito de Rio do Serro, quando ali apareceu em uma motocicleta o Sr. Artur Eugenio Carlos Wenserski, um maioral do Sigma no lugar Barra do Rio Serro; que Wensersky falou com seu patrão na rua e logo em seguida entrou para a oficina e deu ordens ao depoente para ir avisar a Ernesto Daniel Mathias e outros para se reunirem às 14 horas da tarde, na casa deste último”.<sup>469</sup>

Ernesto Daniel Mathias relatou às autoridades policiais que “pelas 2 horas da tarde de 10 do corrente o depoente voltava da roça nos fundos de seu terreno, quando viu em sua casa Julio Mathias Junior, Paulo Mathias, Guilherme Kuhene, Paulo Kuester e Alfonso Kuehn e outros”, os quais haviam sido “convocados por ordem de Carlos

---

<sup>463</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 364.

<sup>464</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 365.

<sup>465</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 365.

<sup>466</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 367.

<sup>467</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 368.

<sup>468</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 362.

<sup>469</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 368.

Gunther, chefe integralista daquela estrada, que por sua vez receberá instruções de Artur Eugenio Carlos Wenserski, chefe integralista em Barra do Rio do Serro”. Ainda segundo Ernesto Mathias, “pelos 15 horas chegou Carlos Gunther, o qual lhe comunicou que deveria rebentar um movimento subversivo do Sigma e que eles ficavam disso avisados, podendo ir para suas casas e devendo atender ao primeiro chamado”.<sup>470</sup> Já Carlos Gunther disse em seu depoimento que Artur Eugenio Carlos Wenserski realmente esteve em sua loja comercial, mas ele “não sabe nem ouviu falar de que houvesse naquele dia qualquer concentração ou mobilização integralista; que era chefe da extinta Ação Integralista em Rio do Serro, mas que depois do fechamento dos partidos políticos nada mais teve de atividade na referida ação; que não viu Wenserski voltar por aquela estrada, pois o mesmo na ida lhe informara apenas que iria até a casa de Hans Moeller”.<sup>471</sup>

No distrito de Ilha Figueira, Carlos Porto, “homem de confiança de Emanuel Ehlers”, e Emilio Silva, ex-chefe do subnúcleo local da AIB, foram acusados pelas autoridades policiais de aliciarem Camisas-verdes para um movimento subversivo na noite do dia 10 de março de 1938. Segundo Emilio Silva, ex-chefe do subnúcleo de Itapocuzinho, ao chegar a Jaraguá na manhã do dia 10 de março, Carlos Porto veio ao seu encontro e lhe “chamou a parte e após ter perguntado ao depoente para onde ia, insistiu com o depoente para que voltasse para Itapocuzinho e avisasse Carlos Oechsler, morador do distrito de Ilha da Figueira, de que de duas para três horas da tarde rebentaria um movimento armado no Rio de Janeiro patrocinado pela Marinha, Exército e integralistas e que estes deveriam estar de alerta para a ação, com as suas camisas verdes embrulhadas.” Ainda conforme Emilio Silva, devido ao estado de saúde de seu filho pediu a seu vizinho Emilio Eggert que entregasse uma carta escrita por ele a Carlos Oechsler, não saindo mais de sua casa. Por esse motivo, não participou de nenhuma reunião, tampouco ficou sabendo se as ordens de Carlos Porto foram cumpridas.<sup>472</sup>

Ao ser interrogado pelas autoridades policiais, Carlos Oechsler disse que “no dia 10 do corrente, pelas 2 horas da tarde, mais ou menos, o depoente estava em sua casa quando lá chegou Emilio Eggert, lavrador, residente em Itapocuzinho, o qual lhe

---

<sup>470</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 368-369.

<sup>471</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 372.

<sup>472</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 456.

entregou um bilhete, dizendo que cerca de 4 mil comunistas da América do Norte haviam invadido o Brasil e que naquele dia, às 2 horas da tarde, já estavam combatendo no Rio de Janeiro”. Como não “compreendia bem o português”, Carlos Oeschler pediu ao seu filho que levasse o bilhete para o seu vizinho João Sanson. Segundo relato de ambos, o bilhete trazia o seguinte recado: “Companheiro! Deveis reunir 10 homens de confiança para se reunirem aí na chefia, trazendo consigo embrulhada em papel a camisa verde. Depois de ler ponha a carta no fogo”.<sup>473</sup> No entanto, conforme João Sanson, apesar das instruções no bilhete, como “o mesmo não estava assinado [...] resolveram queimar o mesmo e não dar importância ao caso”,<sup>474</sup> Segundo Carlos Oeschler, “viram que era negócio de integralistas e como não mais se considerassem adeptos desse partido, queimaram a carta e não mais se incomodaram com o assunto”.<sup>475</sup>

Perante as autoridades policiais, apesar de confirmar o encontro com Emilio Silva na manhã do dia 10 de março em Jaraguá quando este levava seu filho para uma consulta médica em Blumenau, Carlos Porto disse que “não falou outra coisa com Emilio Silva no momento” e que não o convidou para nenhum movimento subversivo.<sup>476</sup> Chamado uma segunda vez para prestar esclarecimento, Carlos Porto manteve seu primeiro depoimento, e atribuiu “essas alegações do senhor Emilio Silva a divergências domésticas que com o mesmo teve na antiga Ação Integralista em Jaraguá e ao fato de ter sabido que em Bananal circulava notícia de que o depoente estava preso”.<sup>477</sup>

Mediante essas divergências nos depoimentos, em 28 de março de 1938, Emilio Silva e Carlos Porto foram chamados para uma acareação perante as autoridades policiais. Ao mesmo tempo em que Emilio Silva confirmou a sua versão anterior sobre os acontecimentos de 10 de março de 1938, de que foi avisado por Carlos Porto sobre a eclosão de um movimento armado no Rio de Janeiro, no qual os Camisas-verdes deveriam tomar parte apoiando o Exército e a Marinha, Carlos Porto reafirmou que as acusações recebidas por ele estavam relacionadas a antigas divergências entre ambos

---

<sup>473</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 459.

<sup>474</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 458.

<sup>475</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 459.

<sup>476</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 457.

<sup>477</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 464-465.

dos tempos da antiga Ação Integralista Brasileira, a discordâncias sobre as “técnicas dentro do integralismo”.<sup>478</sup>

No distrito de Rio da Luz, Artur Eugenio Carlos Wenserski encarregou Carlos Eichstaedt de chamar todos os Camisas-verdes locais para uma reunião no Consórcio Agrário, a qual durou entre as 16 e as 21 horas do dia 10 de março. Conforme o depoimento de Carlos Eichstaedt, “pelas 2 horas da tarde estive em sua casa de motocicleta Artur Eugenio Carlos Wenserski, o qual mandou que o depoente convocasse uma reunião do Consórcio Agrário, a fim de tratarem da fundação de uma cooperativa”. Nessa reunião, os integralistas de Rio da Luz permaneceram “mais ou menos até as 21 horas, quando ninguém mais ali estava”.<sup>479</sup> Em nenhum momento Carlos Eichstaedt mencionou em seu depoimento qualquer palavra relacionada a um movimento subversivo, afirmando que a reunião buscava discutir a fundação de uma cooperativa de agricultores.

Em Barra do Rio do Serro II, outro distrito de Jaraguá, Julio Behling disse que recebeu um “recado de Ricardo Roeder para ir à noite até a casa comercial de J. Moeller”. Nesse local, Julio Behling juntou-se a vários integralistas que estavam escutando as notícias do rádio quando foram informados por Ricardo Roeder que “devia ou estava para rebentar uma revolução, fato que levava ao conhecimento de seus companheiros, para que estivessem de sobreaviso”.<sup>480</sup> Inquirido pelas autoridades policiais, Ricardo Roeder, funcionário da casa comercial J. Moeller, negou ter avisado qualquer integralista sobre um movimento subversivo. Segundo seu depoimento, ele apenas estaria em seu local e horário de trabalho, e observou a chegada durante à tarde de 10 de março de 1938 de Carlos Günther e à noite de “diversos colonos [...] os quais estavam ouvindo o rádio”. Estes ficaram reunidos na casa comercial em que trabalhava até as 22 horas, quando foram embora e o depoente rumou para sua casa. Por fim, declarou que “somente no dia seguinte ao da noite em que estivera com as pessoas citadas na casa de Moeller é que soube que deveria rebentar uma revolução”, e que “não é verdade que tenha feito a comunicação sobre a revolução integralista a Julio Behling e outros companheiros”.<sup>481</sup>

---

<sup>478</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 465-466.

<sup>479</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 369.

<sup>480</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 369.

<sup>481</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 369.

Junto ao inquérito policial enviado a Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina sobre a situação em Jaraguá foi anexado um questionário apreendido num núcleo integralista. Este trazia uma série de perguntas relacionadas ao número de milicianos, reservistas, comunistas e militares da ativa membros das fileiras do Sigma no município, à existência de casas de armas ou tropas estaduais ou federais estacionadas no município, quais as ligações ferroviárias com as regiões adjacentes, à geografia do município, o número de automóveis privados e de aluguel, e se a milícia integralista teria capacidade, e apoio de algum outro grupo político, para tomar o controle do local. As perguntas desse questionário “deveriam ser respondidas em 2 vias, com clareza e precisão, apresentando dados exatos ou muitíssimo aproximados, para cuja obtenção devem ser empregados todos os esforços”.



# Ação Integralista Brasileira

Província de Santa Catharina  
Núcleo Jaraguá do Sul

110

Ação Integralista Brasileira  
Casa Militar do Chefe Nacional  
Seção de Estatística  
Questionário dt. 8-8-1.  
Núcleo de Jaraguá

- a) Quantos Melicenses tem o núcleo?
- b) Qual o numero de reservistas na Melicia?
- c) Existe tropa federal ou estadual no Municipio? Si existe, mencionar os efetivos e armas a que pertencem, e o nome dos comandantes.
- d) Quais as armas que fornece a Melicia ou os melicenses em particular? Si existem, mencionar o numero e classe?
- e) Na Melicia ha graduados militares da ativa, reformados ou de sa. linha? Si houver, mencionar os nomes e postos.
- f) Existem armas de armas no municipio? Si houver, dizer a quantidade e qualidade provenis de armas e municões.
- g) Qual o numero de automoveis de passageiros e de carga existentes no municipio?
- h) Com quais cidades está ligado o municipio? E. ligado diretamente, por estrada de rodagem ou de Ferro? Qual a distancia de cada uma?
- i) Quais os horarios de trens e jardineiras, e qual o preço das passagens para a Capital da Provincia?
- j) O municipio é montanhoso ou plano? Qual a especie do numero de seus habitantes?
- k) A Melicia local está em condições de tomar conta do municipio; tem capacidade para tal? Em que tempo?
- l) Qual o numero de homens de que necessita para isso, caso de não se bastar?
- m) Si houver excesso de força para tal caso, qual o numero de homens que poderá colocar a disposição do Comando Nacional?

Figura 3 - Questionário encontrado num núcleo integralista de Jaraguá. Fonte: BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 377.



Figura 4 – Questionário encontrado num núcleo integralista de Jaraguá. Fonte: BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 378.



526/380

23 *instituição effective etc hoje reg. no Livro d. n. 105*  
*casas de ensino de noite e* *escolas de casa*  
*escolas de casa*  
 100 *casas de ensino de noite com* *Município não indica*  
 200 *casas de ensino de noite*  
 400 - 265 %  
 500 - 380 *cas. p. dia*  
 600 - 380  
 700 - 38 % *V. d. N.*  
 800 - 38 % *V. d. N.*

6 *Antônio*  
 3 *Vanderlei* *1/2 com*  
 1

*Rua da Igreja de Florianópolis. 46, 500.*  
~~instituição de ensino~~ *casas de ensino*  
*Pedagogia. 1 hora de ensino de noite*  
*em noite*  
*tem na cidade 130 escolas com*  
*dependência do Estado*  
 4 *comerciantes juizes*  
 a *Milícia* *1000* *militares em 4*  
*na disciplina e*

Figura 5: Rascunho das possíveis respostas ao questionário presente nas figuras 3 e 4. Fonte: BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 380.

Em Blumenau, segundo o depoimento de Alberto Stein, ex-prefeito municipal, “no dia 10 de março último, entre nove e dez horas da manhã apareceu em sua residência [...] o integralista José Mayrink e declarou ao depoente que vinha do Rio de Janeiro em missão especial, porque estava prestes a rebentar um movimento revolucionário e que, ele Mayrink, precisava, nesta cidade, de alguns integralistas de

confiança”. Ao ter conhecimento dos objetivos da viagem do emissário carioca do Sigma, Alberto Stein lhe disse que “há sete dias tinha vindo da penitenciária do Estado e, por isso, não queria se envolver no movimento aludido por Mayrink, e também porque tinha assumido compromisso com o coronel Cantidio Regis, comandante da Força Pública do Estado, de não mais se envolver no movimento integralista, razão porque Mayrink pediu que fosse chamado o chefe municipal, Otto Laczynski.”<sup>482</sup>

O ex-chefe municipal do Sigma em Blumenau, Otto Laczynski, relatou em seu depoimento as autoridades policiais que “às 9hrs e 30min do dia 10 do corrente, o declarante foi chamado pelo telefone da casa particular do senhor Alberto Stein, dizendo este que havia uma pessoa que desejava falar com o declarante; que o declarante logo atendeu ao chamado; que chegando à residência de Stein, encontrou aí José Mayrink”. Nesse encontro, José Mayrink relatou a ele “que vinha em missão especial e que de um momento para outro poderia haver alguma novidade no Rio de Janeiro, dando a entender que se tratava de um movimento armado”. Ainda de acordo com as declarações de Laczynski, além de indagar sobre “quem tinha um bom aparelho receptor de rádio”, José Mayrink pediu a ele “que enviasse um emissário a Brusque, onde deveria avisar a qualquer dos antigos integralistas que escutasse rádio naquela tarde e naquela noite e de Brusque viesse a Florianópolis a fim de saber do capitão do Exército Paulo Vieira da Rosa sobre se estava a par da missão dele Mayrink”. Da mesma maneira, também lhe solicitou “que avisasse Pomerode e Timbó para que escutassem rádio à tarde e à noite”.<sup>483</sup>

O emissário encarregado de levar as orientações de Mayrink a Brusque e Florianópolis foi Antonio Reinert, ex-secretário de Assistência Social da AIB de Blumenau. Em seu primeiro depoimento as autoridades policiais este não negou que viajou a pedido de Laczynski na manhã de 11 de março para entregar uma carta “para Ivo Mosimann em Brusque e outra para o capitão Paulo Vieira da Rosa”, contudo, disse não saber o conteúdo das cartas, tampouco ter falado com alguém sobre qualquer movimento subversivo.<sup>484</sup>

O depoimento do chauffer de táxi de Blumenau que conduziu Antonio Reinert a Brusque e Florianópolis não confirmou suas palavras. Segundo este, o ex-secretário da

---

<sup>482</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 175.

<sup>483</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 39-41.

<sup>484</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 89-91.

AIB lhe disse logo no início da viagem “que precisava estar às 14 horas da tarde em Florianópolis, por que nessa mesma hora rebentaria em todo o país uma revolução integralista e ele precisava falar com o capitão do Exército Paulo Vieira da Rosa”. Na viagem de retorno a Blumenau, conforme o chauffer de táxi, “Reinert continuou a falar que a revolução integralista deveria rebentar naquele dia”.<sup>485</sup>

Em seu segundo depoimento à polícia catarinense, Antonio Reinert disse “que além das declarações já feitas anteriormente, desejava espontaneamente declarar outros fatos que, por esquecimento, omitiu em suas primeiras declarações”. Assim, falou que “em verdade sabia que no dia 10 do corrente iria deflagrar um movimento revolucionário integralista na Capital do país, segundo lhe contou Otto Laczynski”, e que este lhe incumbiu da missão “de em Brusque entregar uma carta a Ivo Mosimann e em Florianópolis outra carta ao capitão Paulo Vieira da Rosa”.<sup>486</sup> Ainda conforme Antonio Reinert, em Brusque a carta foi entregue a Ivo Mosimann sem nenhuma hesitação, no entanto, em Florianópolis, o capitão do Exército estranhou que o depoente não trazia nenhuma identificação, e, por esse motivo, negou-se a fornecer qualquer resposta ao comunicado, mantendo a carta em seu poder. Segundo os depoimentos de Laczynski, a correspondência levada ao capitão Paulo Vieira da Rosa o indagava se ele tinha conhecimento sobre a “missão de Mayrink” no estado.

Apesar de desconhecemos o conteúdo da carta enviada por José Mayrink para o capitão Paulo Vieira da Rosa, imagina-se que esta tinha informações sobre o procedimento a se adotar caso fosse deflagrado um movimento subversivo dos Camisas-verdes, mas principalmente se o militar estava sabendo que este levante poderia acontecer naqueles dias. Segundo Antonio Reinert, a senha determinada para a resposta a esta pergunta que deveria ser enviada para a casa de Emílio Sada, e que poderia iniciar o movimento subversivo em Santa Catarina, “no caso de afirmativo, deveria o referido capitão fonografar ou telegrafar nesses termos ‘teu cunhado passa bem’ e no caso negativo com estas palavras ‘teu cunhado não passa bem’.”<sup>487</sup>

Em um de seus depoimentos, o ferroviário Emílio Sada afirmou que durante a estadia de José Mayrink de Souza Motta em sua casa, mais precisamente na tarde do dia 10 de março de 1938, quando estava ausente, sua esposa disse ter visto o emissário

---

<sup>485</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 92-93.

<sup>486</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 106-108.

<sup>487</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 106-108.

carioca receber um telegrama. Segundo o relato de Emílio Sada, ele “soube por sua senhora, ao regressar de Itajaí, que naquela tarde havia chegado um telegrama endereçado ao declarante em que se lhe mandavam estas palavras: ‘Seu cunhado passando mal’, com assinatura José, o que lhe causou certa estranheza, por saber que seu cunhado José Carvalho já estava restabelecido”.<sup>488</sup>

Ao fotógrafo Alfredo Baumgarten, ex-integralista, Otto Laczinsky pediu que “fosse a Pomerode e Timbó e nessas localidades avisasse a Alwin Graupner e Carlos Brandes que prevenissem gente de confiança, a fim de ficarem de prontidão, porque esperava-se um movimento revolucionário por parte dos integralistas”, os quais responderam a Baumgarten dizendo que “estavam cientes e que iriam tomar as providências”. Todavia, apesar de ter repassado as ordens de Otto Laczinsky, Baumgarten disse as autoridades policiais que “não possuía armamentos e nem tomaria parte ativa na revolução”.<sup>489</sup>

Na sede do município de Blumenau, a organização do movimento esteve sobre a responsabilidade de Otto Laczinsky, o qual repassou a ‘missão’ a Ewald Mund, ex-integralista, chefe de uma seção da Casa Hoepcke. Este fora avisado em seu local de trabalho na tarde do dia 10 de março que José Mayrink desejava encontrá-lo na casa de Emílio Sada. Ao chegar ao local do encontro, o emissário carioca do Sigma lhe disse que “se esperava, a qualquer momento, um movimento revolucionário por parte dos integralistas e que o chefe nacional Plínio Salgado contava com o apoio do Exército e da Marinha para esse movimento, que rebentaria em todo o país”. Ewald Mund ficou responsável pela organização de “uma lista com 15 nomes de integralistas de confiança, para, no momento oportuno, receberem as armas existentes na Casa Hoepcke”.<sup>490</sup>

Apesar de afirmar ter aceitado essa missão de Laczinsky, e que “nesse mesmo dia, procurou os integralistas de confiança que iriam se apossar dos armamentos”, Ewald Mund declarou que ao chegar à noite em sua casa, “melhor pensando sobre as ordens dadas por Mayrink, achou que não deveria se envolver nessa revolução, porque, com ela, só poderia ter prejuízo, visto estar bem colocado na Casa Hoepcke S.A., resolvendo, por isso, não mais acatar as ordens de José Mayrink, abandonando, também, o serviço que já havia iniciado, isto é, a organização da lista das pessoas de confiança”.

---

<sup>488</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 192.

<sup>489</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 156.

<sup>490</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 167-168.

A partir daquele momento, pôs fim a qualquer participação e auxílio ao movimento subversivo dos Camisas-verdes, e, por esse motivo, apresentou-se espontaneamente às autoridades para prestar esclarecimentos e sofrer as penas cabíveis.<sup>491</sup>

Anteriormente a essa ‘crise moral’, ou dessa tática buscando diminuir sua punição, não sabemos ao certo, Ewald Mund avisou um bom número de integralistas. Um destes foi o bancário Arioswaldo Guimarães, o qual disse que na tarde do dia 10 de março de 1938, quando “deixava o Banco Nacional do Comércio, do qual é funcionário, em companhia de seu colega, Flavio Ferraz [...] encontrou nas imediações da prefeitura municipal o senhor Ewald Mund”. Este lhes relatou que “esperava-se um movimento integralista naquele mesmo dia em todo país”, e por esse motivo, “precisava de gente de confiança para ficar de prontidão e tomar parte ativa na revolução, no momento oportuno”.<sup>492</sup> Segundo Flávio Ferraz, colega de trabalho de Arioswaldo Guimarães, Mund lhe disse que “tinha em seu poder uma lista para nela serem incluídos trinta a quarenta integralistas de confiança, integralistas estes que, no momento oportuno, seriam divididos em várias turmas, a fim de tomarem a prefeitura municipal, a Rádio Clube de Blumenau, e a Casa Hoepcke S.A.”, sendo que nesta última “existia o armamento necessário para o fim que se projetava”.<sup>493</sup>

O tipógrafo Julio Baumgarten, convidado por Ewald Mund a tomar parte nas ações subversivas, declarou que na tarde do dia 10 de março de 1938 este “apareceu na tipografia do declarante [...] e disse que, nesse mesmo dia, deveria rebentar no Rio de Janeiro uma revolução integralista e que ele [...] precisava de alguns integralistas de confiança para ficarem de prontidão e tomarem parte ativa na revolução caso fosse preciso”.<sup>494</sup> Após essa conversa com Baumgarten, Mund se dirigiu ao seu funcionário, Erwino Possamai, o qual relatou às autoridades policiais ter sido convidado “para assinar uma lista em que eram incluídos os integralistas de confiança para um assalto a Casa Hoepcke, Victor Probst & Cia, e a Rádio Clube de Blumenau no momento em que estourasse a revolução integralista em todo o país”.<sup>495</sup>

Por sua vez, o comerciário Nicácio Schaeffer declarou que por volta das 14 horas do dia 10 de março de 1938 Ewald Mund chegou ao seu local de trabalho e o

---

<sup>491</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 168.

<sup>492</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 161.

<sup>493</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 168-169.

<sup>494</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 162.

<sup>495</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 169.

convidou “para assinar uma lista que o mesmo trazia”, a qual seria composta por “quinze integralistas de confiança, a fim de, na hora em que rebentasse a revolução integralista, se apossarem da Rádio Clube Blumenau e Casa Hoepcke”.<sup>496</sup> Curt Boehme, funcionário da firma Walter Schmidt S.A., foi outro que disse ter sido procurado por Mund em seu trabalho na tarde do dia 10 de março, e que este lhe convidou para “ajudá-lo a tomar conta do depósito de munições da firma Carlos Hoepcke S.A., caso fosse preciso no momento que rebentasse a revolução integralista”.<sup>497</sup> O funcionário da seção de expedição da firma Carlos Hoepcke S.A., Alberto Dietrichkeit declarou que na tarde do dia 10 de março estava trabalhando, quando “apareceu o integralista Ewald Mund, chefe da seção de ferragens da mesma firma, e disse ao depoente que o ‘negócio’ seria naquele dia e que o depoente ficaria a disposição dele Mund para tomar conta da munição existente na firma Hoepcke e que aguardasse segundas ordens”.<sup>498</sup>

Em alguns distritos de Blumenau, como Passo-Manso, Salto-Weissbach e Garcia, a maioria dos integralistas estava ciente na tarde do dia 10 de março de 1938 sobre o movimento subversivo. Segundo depoimento do professor João Dorval Mueller, morador da localidade de Velha, “na manhã do dia 10 do corrente, um pouco antes das 11 horas, parou em frente à escola do depoente um carro, e pouco depois um senhor batia na porta da escola”. Ao atender a porta, Dorval Mueller se “deparou com um senhor bem trajado, trazendo uma mala”, o qual “apresentou-se como sendo um enviado especial, que tinha vindo do Rio avisar os integralistas deste estado de que, nesse mesmo dia, rebentaria, em todo o país, uma revolução e que, ele Mayrink, precisava de um rádio para ouvir a estação Mayrink da Veiga”, o que levou o depoente a suspeitar que essa rádio carioca deveria transmitir “o sinal convencionado para que a revolução rebentasse”.<sup>499</sup>

O visitante carioca, José Mayrink de Souza Motta, ainda perguntou a João Dorval Mueller “se, nesta cidade, haveria probabilidades para ele angariar duzentos homens para manterem a ordem e tomarem parte ativa na revolução, caso rebentasse”, tendo o professor respondido “que não sabia se poderiam ser arranjados duzentos homens e que ele não contasse com o depoente, porque não se meteria em revolução por não ser homem para essas coisas e, também, porque entrou para o integralismo por

---

<sup>496</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 166.

<sup>497</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 171.

<sup>498</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 170.

<sup>499</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 172-173.

achar bonita a doutrina pregada e não para se envolver em movimentos revolucionários”.<sup>500</sup>

No entanto, apesar de se negar a fazer parte do movimento, o professor João Dorval Mueller indicou ao emissário carioca o ex-vereador municipal da AIB em Blumenau, Oswaldo Buerger, os quais conversaram em frente a sua escola. O ex-vereador municipal de Blumenau disse em seu depoimento às autoridades policiais que por volta das 13 horas do dia 10 de março recebeu um recado que um homem desejava falar com ele na escola de João Dorval Mueller. Ao chegar lá deparou-se com José Mayrink, o qual lhe disse “que ia rebentar uma revolução e que o depoente devia ir avisar a um tal de Hansen, residente no lugar Passo-Manso, deste município, e mais um homem que trabalha na casa de um tal Hinsch em Salto-Weissbach, nome este que o depoente esqueceu”.<sup>501</sup>

O “tal de Hansen” pronunciado no depoimento de Oswaldo Buerger era Rudolf Hansen, um açougueiro da localidade de Passo Manso. Este, ao ser inquirido pelas autoridades policiais declarou que na tarde do dia 10 de março de 1938 “apareceu na casa dele Oswaldo Buerger dizendo que, isto é, transmitindo um recado que consistia em que o depoente avisasse a todos os companheiros integralistas que na manhã seguinte receberia segunda ordem”. Todavia, Buerger não o havia avisado “que iria rebentar qualquer revolução, limitando-se a dizer ao depoente que viria segunda ordem”.<sup>502</sup> Ao falar com sua mulher sobre o teor da conversa com Oswaldo Buerger decidiu não repassar o recado a ninguém, pois não desejava complicações com as autoridades policiais.

Inquirido sobre a grande concentração de pessoas em sua residência na manhã do dia 11 de março, Rudolf Hansen respondeu que estas apareceram pois ele mandou “avisar para a manifestação que haviam combinado fazer ao pai”, entretanto, “como não tivesse vindo a música que haviam encomendado, resolveram não fazer a manifestação, dirigindo-se todos para suas casas”.<sup>503</sup> Curiosamente, a festa de aniversário do pai de Rudolf Hansen, a qual não foi realizada por falta da banda de música, aconteceria na

---

<sup>500</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 172-173.

<sup>501</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 76.

<sup>502</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 75.

<sup>503</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 75.

manhã do dia 11 de março, no mesmo momento em que este disse que deveria receber a ‘segunda ordem’ de Oswaldo Buerger.

Apesar da alegada festa de comemoração do natalício de seu pai, de acordo com o testemunho do operário Gustavo Buenger, a reunião na casa de Rudolf Hansen tinha relação com um movimento subversivo. Conforme Buenger, na “quinta-feira, dia 10 do corrente mês, encontrava-se na venda de Otto Passold, e de noite ouviu de Carlos Zila, Ewald Vogel e Ewald Alfarth [...] que na referida noite os integralistas se reuniram na casa do açougueiro Hansen, no lugar Passo-Manso”, pois “na madrugada do dia seguinte, dia 11 do corrente mês, iam tomar conta do governo”.<sup>504</sup> Ao que tudo indica, estes que se concentraram pela manhã na casa de Rudolf Hansen para ‘comemorar o aniversário de seu pai’ poderiam na realidade ter passado a noite nesse lugar esperando o início do movimento subversivo. Quem sabe, o que motivou a debandada desse grupo da casa de Rudolf Hansen na manhã do dia 11 de março não foi a falta de música, mas sim o cansaço de uma espera de mais de 12 horas.

A partir dos depoimentos arrolados no processo podemos inferir que logo que chegou a Blumenau, por volta das 10 horas da manhã do dia 10 de março de 1938, José Mayrink de Souza Motta percorreu todo o município, tanto no núcleo sede quanto nos distritos, procurando antigos integralistas dispostos a auxiliar e participar do movimento subversivo que estava prestes a rebentar em todo o país. Como estava à procura de um aparelho para escutar a Rádio Mayrink Veiga, Otto Laczinsky o colocou em contato com o ferroviário Emilio Alexandre Sada, ex-secretário de propaganda da AIB em Blumenau e primo do capitão do Exército Gentil Barbato, o qual possuía um moderno aparelho de rádio. Segundo o primeiro depoimento de Emilio Sada em 14 de março de 1938, José Mayrink era seu conhecido desde os tempos do congresso integralista realizado em Blumenau no ano de 1935, e, por esse motivo, aceitou o pedido de Otto Laczinsky para que hospedasse o emissário carioca que estava de passagem pelo município.<sup>505</sup> Todavia, apesar de Mayrink permanecer hospedado em sua casa nos dias 10 e 11 de março escutando o rádio, saindo apenas na madrugada do dia 11 para acertar o aluguel do carro que o levaria a Florianópolis, em nenhum momento ele mencionou qualquer palavra sobre um movimento subversivo.

---

<sup>504</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 35.

<sup>505</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 36-39.



No seu segundo depoimento, em 11 de abril de 1938, Emilio Sada disse saber há tempos que aconteceria um movimento subversivo, pois “em meados de fevereiro estive em Blumenau, Luiz Nogueira da Gama, que, ao se encontrar com o depoente e outras pessoas, afirmou que qualquer dia estouraria um movimento revolucionário, pois que havia grande descontentamento na Capital da república de onde viera”. No começo de março de 1938 “ouvei, não se lembra de quem, que nos dias de festas carnavalescas deflagraria um movimento subversivo”, porém, não observou nenhuma movimentação em Blumenau.<sup>506</sup> Em seu terceiro depoimento, realizado em 14 de abril de 1938, Emilio Sada acrescentou mais uma informação, ao dizer que durante a estadia de Mayrink em sua casa “este lhe confidenciou que necessitava de um bom rádio porque esperava por este meio ter notícias de um golpe revolucionário próximo a deflagrar-se no Rio de Janeiro pelas forças armadas”.<sup>507</sup> Por fim, em seu quarto e último depoimento, em 18 de abril de 1938, o ex-secretário de propaganda da AIB disse que Mayrink estava desolado no dia 11 de março, visto que “não podia compreender porque não deflagrara o movimento revolucionário que esperava, e tinha como certo à tarde do dia 10, e por isso vinha a Florianópolis para sondar o que se passara”.<sup>508</sup>

Em Brusque, segundo as declarações de Otto Laczinsky, o dentista Ivo Mosimann, ex-chefe local da AIB, foi encarregado a pedido de José Mayrink de organizar o movimento e avisar os antigos adeptos do Sigma que um levante armado poderia se iniciar a qualquer momento. Em seu primeiro depoimento em 14 de março de 1938, Ivo Mosimann negou qualquer participação nas movimentações subversivas, relatando somente às autoridades policiais “que não sabia do complot que trata deste processo”.<sup>509</sup> Entretanto, apesar das suas negativas, devido ao desenrolar das investigações e aos depoimentos coligidos com outros suspeitos e testemunhas do levante integralista, Ivo Mosimann precisou esclarecer dúvidas que surgiram após a sua primeira declaração, e se defender de algumas acusações.

Em seu segundo depoimento às autoridades policiais, em 23 de março de 1938, Ivo Mosimann disse que “na quinta-feira dia 10 do corrente, faltando alguns minutos para o meio-dia, estive em sua casa em Brusque, vindo de Blumenau, Antonio Reinert, que aliás o depoente não conhecia, e que este estava muito apressado”, pois “iria

---

<sup>506</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 185-187.

<sup>507</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 190-193.

<sup>508</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 201-202.

<sup>509</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 246.

rebentar um movimento subversivo e que ele Reinert não tinha um minuto a perder”. Apesar de confirmar o recebimento do recado vindo de Blumenau, Ivo Mosimann declarou que “não deu importância ao aviso, nem falou a pessoa alguma sobre a comunicação”.<sup>510</sup> Finalizando seu depoimento, e aparentemente buscando se livrar de qualquer suspeita de seu comprometimento ou participação nas movimentações subversivas dos Camisas-verdes catarinenses, o ex-chefe da AIB de Brusque disse que viu Antonio Reinert conversando com Ewald Schaeffer após deixar sua residência.

Ewald Schaeffer, ao ser interrogado em 13 de março negou qualquer participação no movimento subversivo, e que tampouco recebeu a visita de Antonio Reinert. Perguntado sobre o motivo de ter chamado José de Oliveira a sua casa no dia 10 de março respondeu que gostaria de saber “como ia e como se portavam os antigos companheiros de sua redondeza” e lhes recomendar “que deviam respeitar as autoridades constituídas, se assim fez porque é de seu costume sempre aconselhar aos seus antigos camaradas para que obedçam às leis do Estado Novo”. Entretanto, mesmo confirmando seu encontro com José de Oliveira, e que realmente perguntou “se o mesmo tinha revólver”, afirmou não ter dado ordens para que este “arranjasse alguns companheiros, e que apenas disse, se ele pudesse, para vir aqui à tarde, pois se tivesse algumas novidades o depoente contaria”.<sup>511</sup>

O ex-secretário do subnúcleo do distrito de Limeira, José de Oliveira, no seu primeiro depoimento em 12 de março de 1938 declarou que não falou para ninguém no dia 10 de março que “o governo da república, Dr. Getúlio Vargas, já tinha sido deposto pela Marinha de Guerra”, e tampouco aliciou “outros integralistas para vir depor o governador municipal”.<sup>512</sup> O depoimento de Christovão Géssele, ex-chefe do subnúcleo de Limeira, contrariou as declarações de seu antigo secretário. Conforme Géssele, na “quinta-feira dia 10 do corrente mês, às 12 horas, apareceu em sua casa José de Oliveira e perguntou a sua senhora de nome Maria se o depoente estava em casa, porém dona Maria respondeu que o depoente estava em Itajaí”. Ainda conforme Maria Géssele, “mais ou menos pelas 14 horas”, José Oliveira esteve novamente em sua casa, “dessa

---

<sup>510</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 291-292.

<sup>511</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 241.

<sup>512</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 233.

vez acompanhado de Paulo Zimmermann”, os quais a teriam indagado “se ali havia homens de coragem para vir tomar a prefeitura deste município”.<sup>513</sup>

Da mesma maneira que Christovão Géssele, os lavradores Paulo Hil, Marcelino Pereira e Aloisio Winter disseram em seus depoimentos que José Oliveira andou pelo município de Brusque a procura de armas e homens de ‘confiança’. Segundo Aloisio Winter, cunhado de José Oliveira, este chegou a sua casa por volta das 12 horas do dia 10 de março de 1938 e “lhe pediu seu revólver emprestado”, ao mesmo tempo em que relatava a ele “que os integralistas em todo o país já tinham vencido e que só faltava este município”.<sup>514</sup> Conforme Paulo Hil, no início da tarde de 10 de março “chegou em sua casa José de Oliveira e lhe pediu o seu revólver emprestado e lhe convidou para vir junto armado para esta cidade”.<sup>515</sup> De acordo com Marcelino Pereira, ainda nessa tarde de 10 de março, José Oliveira queria “adquirir um Schmitt a fim de tomar conta da prefeitura municipal, em virtude de Plínio Salgado ter tomado posse do governo no Rio”.<sup>516</sup>

De acordo com o negociante Paulo Zimmermann, por volta das 13 horas do dia 10 de março “compareceu em sua casa de negócio José Oliveira”, o qual lhe convidou “para vir a esta cidade de Brusque, que as duas e meia os integralistas iam tomar conta da prefeitura, e que em todo o país estava traçado o plano para os integralistas tomar conta do poder”. Surpreso com essas informações, Zimmermann perguntou a José Oliveira “se eram verdadeiros os seus dizeres”, o qual lhe respondeu que sim, visto que havia recebido em sua casa a visita de “Ewald Schaefer dizendo que tinha vindo um telegrama do chefe nacional Plínio Salgado”. Ainda conforme Paulo Zimmermann, para não chamar a atenção das autoridades policiais, os Camisas-verdes deveriam “ficar em pequenos bandos, alguns nos cafés e casas particulares”, e na hora determinada tomar “conta da prefeitura.”<sup>517</sup>

Como em seu primeiro depoimento José de Oliveira negou ter conhecimento sobre a organização de um movimento subversivo em Brusque, o que foi contrariado por várias das testemunhas mencionadas acima, principalmente Paulo Zimmermann, estes dois foram chamados para uma acareação perante as autoridades policiais no dia

---

<sup>513</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 234.

<sup>514</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 235-236.

<sup>515</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 234-235.

<sup>516</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 235.

<sup>517</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 237.

13 de março de 1938. Nessa acareação, José de Oliveira afirmou que “de fato andou na casa de alguns integralistas a fim de conseguir alguns revólveres para vir a esta cidade tomar conta da prefeitura, mas se assim fazia com ordens do senhor Ewald Schaeffer, que ia haver um assalto em todo o Brasil”.<sup>518</sup> Por sua vez, Paulo Zimmermann apenas confirmou seu depoimento anterior sem alterar ou incluir nada em seu relato.

Devido às novas declarações de José de Oliveira, nas quais ele acusava Ewald Schaeffer de organizar um movimento para a tomada da prefeitura de Brusque, este foi chamado novamente pelas autoridades policiais para depor. Em seu segundo depoimento, Ewald Schaeffer afirmou que no dia 10 de março de 1938 “encontrava-se no escritório comercial de seu pai Otto Schaeffer, onde o depoente trabalha, quando apareceu Antonio Reinert, integralista residente em Blumenau, declarando ao depoente que provavelmente rebentaria uma revolução naquele ou no dia seguinte”, e que ele “ficasse de sobreaviso e avisasse aos demais companheiros, para tomarem parte ativa, caso fosse preciso”. Ainda conforme o que lhe foi dito por Antonio Reinert, o sinal para o início do movimento seria dado pelo rádio, e por esse motivo alguém deveria escutar a “Rádio Mayrink Veiga, que seria a intermediária do aviso do momento da revolução”.

De posse dessas informações, Ewald Schaeffer entrou em contato com José Oliveira por volta das 13 horas do dia 10 de março e lhe indagou sobre as possibilidades de arranjar armas e avisar “aos demais companheiros o que havia ouvido de Reinert”. Nesse encontro, combinaram que José Oliveira avisaria os Camisas-verdes sobre as últimas notícias, e que ambos tentariam escutar a Rádio Mayrink Veiga durante aquele dia, e, mais tarde, se encontrariam novamente para conversar sobre as novidades, as quais, ao que se sabe, não chegaram.<sup>519</sup>

No município de Timbó, segundo os investigadores policiais locais, nos dias 8, 9 e 10 de março de 1938 foram registradas reuniões de ex-adeptos da AIB na casa do ex-prefeito Carlos Brandes, nas quais estavam sendo discutidos os planos para a realização de um movimento subversivo. Ao prestar seu depoimento em 17 de março, Carlos Brandes disse que na noite de 08 de março de 1938 um grande número de pessoas se dirigiram a sua casa, porém, não foram tramar planos para a conquista do governo municipal, mas sim, conversar sobre o pagamento dos honorários do advogado Oslyn de

---

<sup>518</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 240.

<sup>519</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 290-291.

Souza Costa, referentes ao processo em que estes impetraram um mandado de segurança contra a criação do município de Rodeio.<sup>520</sup>

Segundo o ex-prefeito municipal de Timbó, “depois de ter sido extinto o partido integralista, como ex-chefe não mais admitiu reuniões na sede do núcleo desta vila e nem em sua residência para tratar de assuntos, quer políticos ou particulares”, da mesma forma que “ignora completamente existir qualquer conspiração por parte dos ex-integralistas, contra o regime atual”. Por fim, indagado sobre a continuidade da cobrança da Taxa do Sigma após a extinção da AIB Carlos Brandes afirmou que “os ex-adeptos do Sigma, após ter sido extinto o partido, do qual ele era chefe municipal, não mais contribuíram com as mensalidades de que tinham anteriormente por dever”.<sup>521</sup>

O advogado Oslyn de Souza Costa foi intimado a depor perante as autoridades policiais em 19 de março. Inquirido, disse que se dirigiu a casa de Carlos Brandes na noite do dia 08 de março “a fim de tratar com constituintes seus meios de defesa, honorários e como deveriam passar a procuração, pois enquanto isso se dera quarta-feira, os mesmos réus deveriam ser sumariados na sexta-feira seguinte, ou seja, dia 11 do corrente mês”. Assim sendo, “não procurou reunir-se com os seus constituintes num hotel ou num lugar público, porque o assunto a tratar era exclusivamente particular”, tampouco “na casa dos réus porque a família da maioria deles ignora que os mesmos estejam sendo processados e que se assim procedesse haveria, por certo, o natural alarme”. Por esses motivos, decidiu organizar a reunião com seus clientes na casa do ex-prefeito municipal, sendo que todos os boatos sobre esses encontros e conspirações subversivos eram caluniosos e mentirosos, pois seria “irrisório pensar que alguém faça conspirações quase ao meio da rua e perfeitamente visível a todas as pessoas”.<sup>522</sup>

Mesmo negando em suas primeiras declarações qualquer participação num movimento subversivo, Carlos Brandes foi enviado preso para Florianópolis. Em 05 de abril, detido na Penitenciária Estadual, concedeu o seu segundo depoimento, no qual alterou sua primeira versão dos fatos que antecederam o dia 10 de março de 1938.

---

<sup>520</sup> Ao que tudo indica, a criação do município de Rodeio está relacionada às disputas políticas entre os integralistas e os liberais de Nereu Ramos. Antes de sua emancipação política, em março de 1937, Rodeio era um distrito do município de Timbó, no qual o candidato de Nereu Ramos nas eleições municipais de 1936, Silvio Scoz, foi derrotado pelo integralista Carlos Brandes. Após seu desmembramento de Timbó, foram realizadas eleições ainda em março de 1938 para eleger o primeiro prefeito de Rodeio. As urnas indicaram como vencedor o integralista Angelo Tomelin, todavia, devido à impugnação de uma urna eleitoral, foi declarado eleito o liberal Silvio Scoz. Cf. PIAZZA, 1985, p. 19.

<sup>521</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 331.

<sup>522</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 342-343.

Segundo o ex-prefeito de Timbó, “na quinta-feira, dez de março próximo findo, procurou o depoente em sua casa o fotografo Alfredo Baumgarten de Blumenau, que a mando de Otto Laczynski, chefe integralista de Blumenau, para dizer que naquele dia ou nos seguintes deveria deflagrar um movimento revolucionário integralista, e que, no final, deveria ser ouvida a Rádio Mayrink Veiga”. Ao ouvir tal relato, Carlos Brandes teria dito “que não entraria nisso porque não queria desgraçar-se”, o que, imagina, levou Alfredo Baumgarten a procurar Agostinho Baruffi. Assim sendo, Carlos Brandes declarou que não pediu para Baruffi “ou qualquer outra pessoa avisar aos companheiros que lhe havia contado o fotografo Alfredo Baumgarten”, da mesma forma que ignorava “se Baruffi ou alguém convocou os antigos integralistas para o movimento revolucionário projetado”.<sup>523</sup>

Em seu primeiro depoimento, no dia 17 de março de 1938, Agostinho Baruffi disse que esteve na casa de Carlos Brandes na noite de 10 de março “tratando de negócios particulares, pois ele [...] em virtude de achar-se desempregado, pretendia mudar-se para o lugar Santa Maria, município de Rodeio, a fim de dedicar-se a lavoura, pois que onde ele reside não há no momento possibilidades para colocar-se”. Ignorava por completo que o ex-prefeito de Timbó cobrava, “como então de costume, as mensalidades dos adeptos do Sigma”. Igualmente desconhecia “por completo existir qualquer conspiração por parte dos ex-integralistas, contra o regime atual”.<sup>524</sup> Entretanto, apesar de todas essas negativas, conforme o policial Teodoro de Paulo, “durante a tarde do mesmo dia, ele observou que Agostinho Baruffi e Paulo Penz andavam de bicicleta, entrando em diversas casas dos ex-integralistas, e que [...] julga estarem tratando de qualquer conspiração contra o regime”.<sup>525</sup>

Apesar da única testemunha de acusação contra Augusto Baruffi ser um policial, diretamente envolvido nas investigações sobre os acontecimentos de 10 de março de 1938, ele foi mandado preso para Florianópolis. Na Capital, em seu segundo depoimento relatou às autoridades policiais que no começo de janeiro de 1938 ele “e os seus amigos conversaram na intimidade sobre um possível movimento revolucionário integralista, em virtude de estarem os adeptos dessa doutrina em sua maioria descontentes com o golpe de 10 de novembro”, porém, logo em seguida, deixaram de

---

<sup>523</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 353-354.

<sup>524</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 332.

<sup>525</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 351.

“falar nesse assunto por não mais lhe interessar”. Também disse não se lembrar que “Carlos Brandes tenha contado a ele a missão de Alfredo Baumgarten, no dia 10 de março próximo findo, a mando de Otto Laczynski, a fim de que reunisse os integralistas mais dispostos para participarem de um movimento revolucionário prestes a se desencadear”, e que “não avisou ninguém da próxima eclosão de um movimento revolucionário, nem recebeu ordens a esse respeito”, pois não tinha “conhecimento nenhum do movimento subversivo integralista malogrado”.<sup>526</sup>

### **3.5 – Os diferentes caminhos da conspiração em Santa Catarina: os rádios-amadores do Paraná e a Marinha**

Apesar de José Mayrink de Souza Motta ser considerado o grande articulador do levante integralista em Santa Catarina, registraram-se movimentações que não estavam diretamente ligadas a este, como as registradas no município de Porto União e entre os marinheiros lotados na Capitânia dos Portos de Florianópolis. Em Porto União não se sabe ao certo se devido à proximidade dessa cidade com o estado vizinho do Paraná, ou por outro motivo desconhecido, as ordens para arregimentar os ex-adeptos do Sigma partiram de Curitiba, e não do emissário carioca. Neste município do Norte catarinense, limítrofe com a cidade paranaense de União da Vitória, em 12 de março de 1938, mais precisamente nos distritos de Maratá e Santa Cruz, reuniram-se, segundo jornais e o inquérito policial, cerca de 100 integralistas.

Segundo Ewencio Elias, ex-inspetor regional e provincial da AIB em Santa Catarina, ex-chefe municipal de Porto União, e de acordo com as autoridades policiais o articulador do movimento neste município, em meados de dezembro de 1937 ele “foi chamado a Curitiba pelo tenente Erotildes Potters”. Além deste, encontrou na Capital paranaense “vários oficiais do Exército, entre os quais um da Aviação Militar, este de estatura média, moreno claro, olhos castanhos, corpo regular”, com os quais conversou apenas uma vez num parque público. Devido a esse fato, e também por que os conspiradores não utilizavam nomes para se identificar, mas sim “um alfinete atravessado na lapela”, não conseguiu saber maiores informações dos militares com

---

<sup>526</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 355.

quem falou, tampouco o nome ou apelido de algum deles, “podendo apenas reconhecê-los se os encontrar”.<sup>527</sup>

Nessa visita a Capital paraense, Ewencio Elias<sup>528</sup> foi informado pelo tenente Erotildes Potters<sup>529</sup> que “não seria possível que o integralismo perdesse o seu trabalho de 5 anos de luta e que assim era de necessidade que se fizesse uma revolução, que já vinha sendo articulada desde os primeiros dias do Estado Novo”. Conforme o tenente do Exército, os integralistas civis de Porto União e do restante do país não precisariam pegar em armas, apenas dar auxílio e controlar a situação nos seus respectivos municípios, visto que o movimento revolucionário “seria feito pelo Exército, Marinha e Força Pública, nos quais contavam os integralistas respectivamente 68, 85 e 38% das tropas, e que o golpe no Rio de Janeiro seria tão fulminante que não daria tempo a uma reação.”<sup>530</sup>

Logo após seu retorno de Curitiba, ainda no final de dezembro de 1937, de acordo com o relato de Julio Radwansky, Ewencio Elias “começou a falar no movimento revolucionário, ou melhor, no golpe integralista articulado em todo o Brasil” com os integralistas de Porto União. Dias antes do carnaval, Radwansky ficou sabendo que iria “estourar um movimento armado” e que Ewencio Elias aguardava “ordens dos seus superiores de Curitiba”.<sup>531</sup> Tais ordens emanadas de Curitiba chegariam até os Camisas-verdes de Porto União através de dois rádios-amadores, um instalado na Capital paranaense e outro em Ponta Grossa, os quais atendiam pelos nomes de Hermano e Abílio.

Para dificultar ainda mais a apreensão dessas mensagens pelas autoridades policiais, elas eram codificadas segundo uma linguagem criada pelos próprios integralistas. Conforme Ewencio Elias, o principal destinatário dessas mensagens, uma frase recebida dizendo que a “*Bobina de vinte metros estava articulando bem*”, deveria

---

<sup>527</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 422.

<sup>528</sup> Segundo o delegado de polícia do município de Caçador, o qual disse conhecer Ewencio Elias, este seria “um célebre agitador político, conspirador contra a democracia liberal, tendo sido ele apontado como comunista por ocasião do levante de 1935, o qual estava sendo pela autoridade policial vigiado, como é de conhecimento da população desta cidade, torna-se por esses motivos um elemento perigoso”. Cf. BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 414.

<sup>529</sup> Segundo a edição de 21 de março de 1938, o tenente Erotildes Potter, apontado como principal chefe do movimento integralista no Paraná, foi preso logo após 10 de março de 1938 e expulso do Exército. Cf. A articulação verde no Paraná foi destruída pelo Exército. *Diário da Tarde*, Florianópolis, 21 mar. 1938.

<sup>530</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 422.

<sup>531</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 402.



ser interpretada como “*não estava completa articulação*”, enquanto “*Recebi hoje a bobina para canhão de ondas, para vinte e vinte e quatro metros*” poderia ser facilmente entendida como “*o movimento seria no dia vinte as vinte e quatro horas*”.<sup>532</sup>

Nos dias que antecederam os festejos de Carnaval de 1938, os quais aconteceram entre 26 de fevereiro e 1º de março, Ewencio Elias recebeu uma mensagem de Curitiba através de um rádio-amador que informava “o movimento revolucionário estouraria no último dia de carnaval, ou uma semana depois, podendo ser prorrogado ainda por 24 horas”.<sup>533</sup> Como nada foi registrado durante o Carnaval, o ex-chefe municipal da AIB de Porto União e seus partidários passaram a imaginar que algo poderia acontecer nos dias 12 ou 13 de março. Enquanto esperavam novidades de Curitiba, na primeira semana de março de 1938 realizaram reuniões na redação do jornal *Folha do Povo* e na casa de Julio Radwansky, nas quais eram esclarecidos os últimos detalhes sobre as movimentações subversivas, as prerrogativas de cada membro, os líderes, os lugares de encontro e como aconteceriam os deslocamentos. As únicas questões não esclarecidas nessas reuniões foram o dia e o horário para o início do levante.

Tal dúvida com relação ao dia e ao horário do levante subversivo foi esclarecida na manhã de 11 de março de 1938, quando Ewencio Elias recebeu uma mensagem via rádio-amador de Curitiba. Esta informava “que a revolução seria no dia seguinte às dezesseis horas”. Diferentemente do que anunciou José Mayrink de Souza Motta aos integralistas do Vale do Itajaí e de Florianópolis, que o movimento subversivo iniciaria às 14 horas do dia 10 de março de 1938, a informação que chegou aos Camisas-verdes de Porto União através de Curitiba era de que a ação revolucionária do Exército e da Marinha, apoiada pela AIB, aconteceria às 16 horas do dia 12 de março de 1938.

De posse dessa informação sobre o dia e o horário para o início do movimento, Ewencio Elias ordenou a Julio Radwansky “que fosse até Santa Cruz e avisasse os outros chefes integralistas daquele distrito, Carlos Paetzold e Arino Bianco, de que concentrassem todos os integralistas durante o dia 12 do corrente, a fim de aguardar a chegada dele, para caso preciso, depois de deflagrado o movimento revolucionário, o mesmo Ewencio ia buscá-los para a cidade”.<sup>534</sup> Todos deveriam estar de prontidão, aguardando o início das movimentações, pois os Camisas-verdes de todo o Brasil

---

<sup>532</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 422.

<sup>533</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 422.

<sup>534</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 402.

poderiam ser chamados a qualquer momento para manter a ordem e conter a ameaça comunista nos seus respectivos municípios e vilarejos.

O depoimento do alemão Carlos Paetzold confirmou as palavras de Julio Radwansky, ao afirmar que este compareceu à sua casa no distrito de Santa Cruz no dia 11 de março e lhe solicitou “que avisasse a todos os integralistas daquele núcleo que dentro de 24 horas iria ser mudado o regime político”, e que “ficassem alerta porque no dia seguinte iria também uma condução a fim de transportar todos os adeptos do Sigma integralista para esta cidade”. Dessa forma, atendendo ao pedido de Julio Radwansky, no dia 12 de março de 1938 Carlos Paetzold reuniu “na casa de Arino Bianco 32 integralistas, onde ali ficaram à espera do caminhão que os deveria conduzi-los a esta cidade, até as 23 horas, e como até essa hora não compareceu a condução prometida, trataram os que ali se achavam reunidos de dispersar, indo cada um para sua residência, onde ficaram na expectativa de uma nova ordem”.<sup>535</sup> Segundo o subdelegado de Santa Cruz, Frederico Galle, “muitos adeptos do Sigma integralista no dia seguinte [13 de março] ainda estavam naquela localidade esperando alguma notícia referente ao caso em apreço”.<sup>536</sup>

De acordo com as declarações do lavrador Arino Bianco, o proprietário do local de encontro dos Camisas-verdes do distrito de Santa Cruz, por volta das 15 horas do dia 11 de março de 1938 chegou a sua casa um automóvel do qual desembarcou Julio Radwansky. Este lhe informou que no dia seguinte, “às 16 horas, Plínio Salgado será empossado como presidente da república, e todos os integralistas desta zona terão que ir a Porto União aguardar ordens e que nesta cidade já se achava um capitão do Exército tomando conta da cidade”. Após ouvir o recado de Radwansky, alegando “que estava com idade já avançada”, Arino Bianco disse que não os acompanharia.<sup>537</sup>

Ainda conforme as declarações de Arino Bianco, “no dia seguinte, das 15 horas em diante começaram a chegar à sua casa os integralistas daquele núcleo, tendo o declarante consentido essa reunião em sua casa pelo motivo de serem os que ali se achavam seus amigos, mas que não foi seu convite para ali se reunirem”. Sem contestar a presença de vários integralistas em sua casa no dia 11 de março, fez questão de deixar bem claro que não os convidou e que nenhum deles portava armas, visto que Julio

---

<sup>535</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 392-393.

<sup>536</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 392.

<sup>537</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 399.

Radwansky havia lhe dito “que os integralistas não precisavam de virem armados, porque quando aqui chegassem o serviço já estava feito, e que ali chegaria dois caminhões para conduzi-los a esta cidade”.<sup>538</sup>

Segundo as declarações de Frederico Carlos Bunchen Jr., ex-secretário das corporações do núcleo de Porto União, na noite de 10 de março aconteceu uma reunião na tipografia do jornal *Folha do Povo*, que tinha Orestes Munhoz como proprietário. Desta participaram Julio Radwansky, Rodolfo Ottkar Grubba<sup>539</sup>, João Cleto Correa Mourão e Orestes Munhoz, tendo Ewencio Elias dito a eles que “era para haver um golpe militar no Rio de Janeiro, sendo nessa ocasião Plínio Salgado empossado presidente da república”. Nesta reunião, o depoente foi encarregado por Ewencio Elias de ir a “colônia Maratá avisar os companheiros integralistas que ficassem prontos a espera de segunda ordem”.<sup>540</sup>

O ex-secretário das corporações do núcleo de Porto União, Carlos Bunchen Jr. por sua vez ordenou ao lavrador João Neubauer que avisasse aos integralistas do distrito de Maratá sobre as novidades ditas a ele por Ewencio Elias. Às autoridades policiais, João Neubauer disse que quando chegou a Porto União na manhã do dia 11 de março foi intimado por Rodolfo Ottkar Grubba a se dirigir a casa de Carlos Bunchen, o qual queria lhe falar. Chegando lá, recebeu ordens de regressar a Maratá, reunir o núcleo integralista e aguardar novas ordens, pois por volta das “6 horas da tarde do dia seguinte, chegaria naquela localidade um caminhão a fim de conduzi-los a esta cidade, onde marchariam sobre Porto União”, visto que rebentaria “uma revolução patrocinada pelo Exército Nacional e que eles integralistas, nesse caso queriam manter a ordem, para que não fosse assaltada qualquer repartição”.<sup>541</sup>

Frente às ordens recebidas de seus superiores integralistas, João Neubauer disse que se recusou a “tomar parte em qualquer movimento que pudesse surgir, alegando estar sua mulher muito doente, e que nessa ocasião, o senhor Carlos Bunchen lhe dissera que ele declarante era obrigado a fazer parte, porque era um integralista juramentado, e estava na obrigação de acompanhá-los, e que se isso não fizesse o declarante que aguentasse com as consequências futuras”. Após as ameaças de Carlos

---

<sup>538</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 399.

<sup>539</sup> Este catarinense era um dos membros da Câmara dos Quatrocentos da Ação Integralista Brasileira. Cf. MELO, 1957.

<sup>540</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 431-433.

<sup>541</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 388.

Bunchen Jr., as quais lhe deixaram “amedrontado”, João Neubauer avisou “22 pessoas, inclusive 2 chefes, Francisco Wincler e João Albino Müller, que no dia 12 do corrente mês se reuniram na casa de Xavier Schnaider” onde “ficaram até as 11 da noite à espera de caminhão prometido, não tendo este lá chegado, estando todos com suas camisas verdes”.<sup>542</sup>

Um dos ex-chefes do subnúcleo de Marata, o lavrador Francisco José Wincler, declarou que no dia 12 de março João Neubauer foi a sua casa “convidando-o para se reunir juntamente com os demais adeptos ao Sigma integralista, porque naquela noite rebentaria uma revolução chefiada pelos militares, e eles como integralistas deviam estarem a postos a fim de auxiliarem no que fosse preciso”. Francisco José Wincler, atendendo ao pedido de João Neubauer dirigiu-se a casa de Xavier Schnaider, local da concentração dos Camisas-verdes do distrito de Maratá, onde permaneceu juntamente com os seus companheiros até as 23 horas. Na casa de Xavier Schnaider os integralistas esperavam um “caminhão que deveria chegar para conduzi-los a esta cidade”, visto que a missão destes era depor as autoridades municipais e tomar conta da situação em Porto União.<sup>543</sup>

O também ex-chefe do núcleo da AIB em Marata, Albino João Muller, relatou às autoridades municipais de Porto União que no dia 12 de março recebeu “um aviso de Arlindo Becher para reunir os integralistas pertencentes a zona onde o declarante é chefe, para uma reunião na residência de João Neubauer”. Neste local teriam se “reunido 12 pessoas”, os quais se dirigiram para a casa de Xavier Schnaider, “tendo ali esperado um caminhão prometido por pessoas desta cidade [...] caminhão esse que não chegou em Maratá, motivo este pelo qual às 23 horas os integralistas dispersaram, rumando cada um para sua residência”.<sup>544</sup>

Ao ser inquirido pelas autoridades policiais, Arlindo Becher disse que no dia 12 de março de 1938 encontrava-se “na residência de Arlindo Henrich quando ali chegou João Neubauer, convidando-o para comparecer numa reunião que deveria se realizar na casa de Xavier Schnaider, às 16 horas desse mesmo dia”. Chegando ao local determinado para o encontro estavam lá “15 pessoas mais ou menos, tendo nessa ocasião João Neubauer dito a todos que deveriam vir para esta cidade tomarem conta,

---

<sup>542</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 388.

<sup>543</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 390.

<sup>544</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 389.

depondo as autoridades locais, cuja condução seria um caminhão, tendo também o declarante comparecido com um revólver calibre 38”.<sup>545</sup> Segundo o polonês Ladislau Schimansky, na casa de Xavier Schnaider estariam “umas 30 pessoas mais ou menos, a espera de um caminhão que lá deveria chegar, para transportar as pessoas que lá se achavam para essa cidade, o que não foi feito em vista do referido caminhão não ter lá chegado”.<sup>546</sup>

Mesmo com inúmeros depoentes afirmando em suas declarações que foram convidados a participar dos encontros de Camisas-verdes no município de Porto União, seja no distrito de Maratá ou no de Santa Cruz, e que estas reuniões teriam a finalidade de concentrar um possível contingente de integralistas para auxiliar o Exército e a Marinha, no caso de uma tentativa de golpe de Estado, nenhuma movimentação ou deslocamento de ex-adeptos do Sigma visando tal objetivo foi registrado neste município. Os únicos deslocamentos de Camisas-verdes aconteceram para as casas de Arino Bianco e Xavier Schnaider na tarde de 12 de março de 1938, ou seja, para os locais indicados por Ewencio Elias para a concentração destes à espera do sinal para o início de sua ação.

Em Florianópolis, além das movimentações envolvendo José Mayrink de Souza Motta foram observadas agitações entre alguns oficiais da Marinha. Conforme as investigações, logo após tomar conhecimento das prisões de José Mayrink de Souza Motta, Danilo Carneiro Ribeiro e João Arnaldo Juarez Cuneo, na noite do dia 12 de março, um civil ex-integralista, o bancário Adail Gastão, acompanhado de duas senhoras, Agostinha Taborda da Silva e Clotilde Batista da Silva, percorreu Florianópolis a procura de Othon Gama D’Eça, mas principalmente, de alguns marinheiros filiados ao integralismo. Segundo a Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, Adail Gastão estaria contatando estes integralistas para avisá-los sobre as últimas prisões e reorganizar o movimento subversivo.

A principal testemunha de acusação, e que permitiu as autoridades policiais realizarem as investigações e chegarem a tais conclusões, foi o suboficial da Armada João Gomes da Cruz. Segundo este, na noite do dia 12 de março de 1938 “o suboficial João Ramos, em companhia de Adail Gastão e mais duas senhoras andaram num

---

<sup>545</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 406.

<sup>546</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 390.

automóvel de praça a procura dos marinheiros Helvécio Lopes, João José Ferreira, José Pedro da Silva e Sabino Soares, tendo entrado às nove e meia daquela noite na Capitânia dos Portos em companhia do referido Adail Gastão”. Também era de seu conhecimento que dias antes de 10 de março de 1938 “estiveram reunidos na Rua Trajano, esquina da Felipe Schmidt, os suboficiais João Ramos, Paulo Caires Pinto e o tenente reformado do Exército, Jeremias de Oliveira e José Müller, este último morador de Biguaçu, todos integralistas, e conversaram sobre a revolução integralista, dizendo que só esperavam ordens do chefe nacional, e que havia a chegar a hora que os atuais governantes seriam mortos no meio da rua como cachorros”. Finalizando seu depoimento, alegando ser partidário da AIB até 10 de novembro de 1937 e possuir amizade com alguns marinheiros integralistas, afirmou saber desde o começo do ano de 1938 que um movimento subversivo dos Camisas-verdes deveria acontecer a qualquer momento em todo o país.<sup>547</sup>

Conforme os depoimentos de Adail Gastão, ex-chefe do departamento provincial de contabilidade da AIB, “contraparente” do capitão Paulo Vieira da Rosa, na tarde de 12 de março de 1938, “quando veio fazer a barba na cidade, soube não se lembra por quem, que haviam sido presos José Mayrink, Danilo Carneiro Ribeiro, Arnaldo Juarez Cuneo e Antonio Fleury Barbosa, e que naquela noite deveria deflagrar um movimento revolucionário”. De posse dessas informações, na noite de 12 de março de 1938 percorreu Florianópolis a procura do suboficial da Armada João Ramos e dos marinheiros Helvécio Lopes e João José Ferreira. Como nenhum deles estava em casa se dirigiu a Capitânia dos Portos à procura dos mesmos, vindo a encontrar João Ramos caminhando próximo ao Mercado Público. Nessa sua corrida pela Capital, Adail Gastão procurou Othon Gama D’Eça, ao qual relatou “o que ouvira a respeito de prisões e movimentos revolucionários”, porém, não esclareceu o porquê do aviso aos marinheiros lotados na Capitânia dos Portos sobre as prisões de integralistas florianopolitanos e de José Mayrink, supostamente envolvidos com um movimento subversivo.<sup>548</sup>

De acordo com o depoimento do suboficial da Armada, João Ramos, “ao que lhe contou sua esposa”, na noite de 12 de março “estive em sua residência, a sua procura Adail Gastão”, entretanto, ele não se encontrava em casa. Ainda nesta noite, quando se dirigia a casa do marinheiro João José Ferreira, “próximo a fábrica de renda da firma

---

<sup>547</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 193-195.

<sup>548</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 77-80; 181-183.

Hoepcke, foi o depoente encontrado por um automóvel que conduzia Adail Gastão, dona Agostinha Tabora e dona Clotilde de tal”. Juntamente com estes, João Ramos foi a “procura do marinheiro Helvécio Lopes na rua Major Costa”, ao Açougue do Povo e depois a rua “Laura Caminha, onde o depoente e Adail Gastão desceram do automóvel”, vindo este último a subir a ladeira, “não sabendo o depoente a procura de quem”. Após esse trajeto, “foram a Capitânia dos Portos onde desceu o depoente, a fim de apanhar um embrulho que ali deixará, indo Adail Gastão atrás dele, mas não entrando na referida Capitânia”, sendo que enquanto dirigia-se para sua casa, encontrou próximo ao Mercado Público o marinheiro João José Ferreira. Ainda de acordo com João Ramos, durante todo o momento em que estiveram juntos “Adail Gastão não falou ao depoente sobre a prisão de companheiros integralistas nem sobre um possível movimento revolucionário a estourar naquele dia”.<sup>549</sup>

Helvécio Lopes, um dos marinheiros supostamente procurados por Adail Gastão, disse que além de conhecê-lo “muito bem”, havia conversado com este diversas vezes. Contudo, não ficou sabendo que Gastão havia lhe procurado em sua casa na noite do dia 12 de março, e que tampouco este lhe falou alguma vez sobre qualquer movimento subversivo. Além disso, segundo seu depoimento, estaria embarcado no rebocador da Capitânia dos Portos na noite de 12 de março, regressando para terra firme somente no dia 13 de março. Não sabia de nenhuma movimentação subversiva, da mesma maneira que não havia participado ou organizado qualquer ato semelhante.<sup>550</sup>

A declaração de Helvécio Lopes, a de que estaria embarcado num rebocador da Marinha na noite de 12 para 13 de março de 1938, não foi confirmada pela Capitânia dos Portos. Esta, ao ser questionada pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina sobre a escala de trabalho de um de seus marinheiros enviou um telegrama afirmando que apesar de não “poder afirmar-se o fato [...] pela acareação feita nesta Capitânia, tudo indica que o marinheiro nacional nº 4076 – 1ª classe-PE-CM Helvécio Lopes não dormiu a bordo”.<sup>551</sup>

Por sua vez, o marinheiro João José Ferreira,<sup>552</sup> em seu curto e breve depoimento às autoridades policiais disse não saber nada sobre nenhum movimento subversivo, ou

---

<sup>549</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 124-126.

<sup>550</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 116-118.

<sup>551</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 150.

<sup>552</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 127-128.

que João Ramos o havia procurado em sua casa na noite do dia 12 de março de 1938. Da mesma maneira, declarou que em momento algum encontrou nesta mesma noite nas proximidades do Mercado Público, “nem em lugar nenhum”, João Ramos ou Adail Gastão, quando por volta das 19 horas e 30 minutos se dirigiu até o Açougue do Povo.

Além destes marinheiros, devido às declarações do suboficial da Armada João Gomes da Cruz, foram chamados para prestarem esclarecimentos os militares Jeremias Paula de Oliveira, 2º tenente da reserva de 1ª Linha do Exército, Sabino Soares, marinheiro foguista da Armada, Paulo Caires Brito, suboficial da Armada e o ex-chefe municipal da AIB de Biguaçu, e o civil João José Müller, os quais haviam se encontrado em um café, dias antes do golpe de 10 de março de 1938. Jeremias Paula de Oliveira<sup>553</sup> e Sabino Soares,<sup>554</sup> apesar de afirmarem conhecer João Ramos, Paulo Caires Pinto, Paulo Vieira da Rosa e Gentil Barbato, disseram que não foram procurados por nenhum deles na noite de 12 de março de 1938 ou nos dias anteriores. Tampouco convidados ou questionados a respeito de um movimento subversivo dos Camisas-verdes, seja naquele encontro num café ou em qualquer outra situação, pois não tinham “se quer notícia de que era tramado um movimento revolucionário integralista”.

Em seu depoimento as autoridades policiais, João José Müller,<sup>555</sup> ex-chefe municipal da AIB em Biguaçu, afirmou que fora avisado por Danilo Carneiro Ribeiro, “ao que se recorda no começo de março”, sobre um golpe de Estado que estava sendo tramado pelos Camisas-verdes no Rio de Janeiro. Contudo, fez questão de destacar que não participou de nenhuma trama subversiva em Santa Catarina, e que apesar de se encontrar no dia 12 de março de 1938 “numa mesa do *Café Glória* com Danilo Carneiro Ribeiro, Gentil Barbato e outros”, não se recorda “de ter ouvido nessa roda qualquer alusão a movimento revolucionário e se houvesse conversas a esse respeito não participaria”, visto que todos conheciam “sua opinião contrária a qualquer movimento revolucionário”.

Por sua vez, o suboficial da Armada Paulo Caires Pinto, ex-encarregado da Seção de Cultura Física do núcleo florianopolitano da AIB, o qual João Gomes da Cruz disse ter declarado “ao Patrão Mor da Capitânia, tenente Epifânio de Castro, que se o chefe nacional desse ordem, ele, Caires Pinto, levantaria com à Aviação e bombardearia

---

<sup>553</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 203-204.

<sup>554</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 184.

<sup>555</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 176-177.



a cidade”,<sup>556</sup> relatou as autoridades policiais conhecer bem Danilo Carneiro Ribeiro, pois sua esposa era “afilhada de batismo da mãe do referido Danilo”. Porém, apesar de frequentar “a casas dos pais deste”, em nenhum dos encontros que tiveram qualquer conversa “sobre a possível articulação de um movimento subversivo”. Indagado sobre Adail Gastão e João Ramos, Caires Pinto disse sobre o primeiro “que de nome não conhece, sendo possível que o conheça de vista”, e com o segundo afirmou ter servido na Capitânia dos Portos. Com nenhum destes trocou quaisquer “palavras sobre um possível movimento subversivo integralista”, sendo ele “contrário a qualquer movimento subversivo, e só no caso de um levante comunista, poderia empunhar arma para combatê-lo.”<sup>557</sup>

Por fim, Caires Pinto declarou que ignorava a “existência duma lista intitulada ‘Rifa de máquina de escrever’, em que figuravam os nomes dos integralistas dispostos a uma ação violenta, um grupo de assalto”, e se tal lista encontrava-se “em poder de Danilo Carneiro Ribeiro”.<sup>558</sup> A existência dessa lista de Camisas-verdes de confiança, para os quais seriam entregues os postos de comando após o movimento revolucionário, foi mencionada em muitos depoimentos prestados as autoridades policiais, tanto daqueles que acusavam os integralistas quanto dos próprios acusados.

Apesar de Caires Pinto negar a existência dessa lista, provavelmente ela circulou pelos Camisas-verdes florianopolitanos nos dias anteriores a 10 de março de 1938. Conforme o depoimento de João Arnaldo Juarez Cuneo, na manhã do dia 11 de março de 1938 ele “remeteu uma carta ao senhor Danilo Carneiro Ribeiro, protestando contra a inclusão de seu nome em alguma lista que pudesse visar a reorganização ou qualquer atividade em relação a extinta Ação Integralista Brasileira”. Quem lhe avisou sobre a presença de seu nome nessa lista foi o comerciante Argemiro Cabral, ex-integralista, que ao pegar uma carona com Danilo Carneiro Ribeiro, na sexta-feira ou sábado de Carnaval, viu tal lista com o nome de vários integralistas.<sup>559</sup>

Após ser avisado por Argemiro Cabral no dia 10 de março de 1938 sobre a presença de seu nome nessa lista, Juarez Cuneo exigiu de Danilo Carneiro Ribeiro a retirada imediata de seu nome da mesma, pois caso contrário iria se dirigir a Secretaria

---

<sup>556</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 193-195.

<sup>557</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 152-153.

<sup>558</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 152-153.

<sup>559</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 42-48.

de Segurança Pública de Santa Catarina e relatar a existência desta. Apesar de ter dito a Juarez Cuneo que a lista estava relacionada ao sorteio duma máquina de escrever, num de seus depoimentos às autoridades policiais Danilo Carneiro Ribeiro afirmou que “fez uma lista dos companheiros com os quais poderia contar no caso de revolução”, com aqueles que “no momento preciso pudesse ir para o continente aguardar a solução do movimento”.<sup>560</sup>

No depoimento de Paulo Caires Pinto foram observadas duas incoerências com o depoimento de Danilo Carneiro Ribeiro. A primeira seria a fala de Paulo Caires Pinto de que não sabia sobre a existência dum movimento subversivo, e a segunda, de que nunca havia conversado com Danilo Carneiro Ribeiro, visto que ambas as afirmações foram contrariadas num dos depoimentos deste. Na sexta vez em que prestou esclarecimentos as autoridades policiais, Danilo relatou a estes que “trocou ideias com o suboficial da Armada Caires Pinto, sobre o movimento revolucionário integralista que se esboçava e que malogrou”. Essa conversa teria acontecido entre os dias 8 ou 9 de março, na qual Caires Pinto lhe confidenciou que “achava impraticável um golpe na Aviação Naval, embora a maioria dos marinheiros fossem integralistas, porque ali nenhum oficial era adepto do Sigma”.<sup>561</sup>

É claramente perceptível na leitura do processo que as contradições, as informações díspares sobre o mesmo fato, estão presentes não só no depoimento de Paulo Caires Pinto como nos de todos os outros militares interpelados pelas autoridades policiais, deixando perceptível que, apesar das negativas da maioria dos citados por João Gomes da Cruz, com exceção do ex-chefe municipal de Biguaçu João José Müller, estes estavam sabendo, e, provavelmente, aguardando o início de um movimento subversivo dos Camisas-verdes no Rio de Janeiro para agirem em Florianópolis e pelo interior de Santa Catarina.

---

<sup>560</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 57-62.

<sup>561</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 154-155.

## **CAPÍTULO IV – AS CONCLUSÕES DAS AUTORIDADES CATARINENSES E OS JULGAMENTOS NO TRIBUNAL DE SEGURANÇA NACIONAL**

Por fim, almeja-se esclarecer como a repressão policial, a investigação e o julgamento da ação integralista aconteceram em Santa Catarina e no Tribunal de Segurança Nacional. Nossa atenção estará centrada na ação das autoridades policiais, nos seus relatórios, nos discursos produzidos por estes após o final das investigações, nos possíveis excessos cometidos durante as diligências policiais, motivados pela situação política de Santa Catarina anterior a 10 de março de 1938.

Em Santa Catarina, as antigas disputas políticas entre liberais e integralistas influenciaram as repressões, determinando como, quando e quem seria acusado, investigado e considerado culpado de conspirar contra o Estado nacional, e quais os possíveis beneficiados, politicamente e economicamente por essas ações do interventor catarinense. Assim, é intenção responder como se realizaram as diligências policiais no estado catarinense, como ocorreram às prisões, os motivos alegados, quem foi preso, condenado ou absolvido, como se desenvolveram os interrogatórios, as confissões, o trabalho de investigação.

Contudo, neste capítulo também serão analisados a maneira como os juízes do Tribunal de Segurança Nacional analisaram o caso nas duas audiências que aconteceram no Rio de Janeiro em agosto e setembro de 1938, e como julgaram os catarinenses suspeitos de participar das conspirações subversivas de março de 1938, além das justificativas para as absolvições e condenações dos juízes. Ao respondermos essas questões será possível compreender melhor as relações entre a atuação de autoridades governamentais e as disputas políticas anteriores a instauração do Estado Novo.

### **4.1 – As conclusões dos delegados e da Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina**

Para além dos depoimentos dos suspeitos de participação nas ações subversivas de 10 de março de 1938, os inquéritos realizados pelos delegados de polícia de Jaraguá do Sul, Porto União, Brusque e Timbó traziam consigo os relatórios escritos por esses agentes públicos encarregados de investigar tais fatos, com suas conclusões sobre os mesmos. De certa maneira, as interpretações que estes deram a esses acontecimentos

demonstram evidências da existência de possíveis interesses políticos e econômicos na apuração dessa suposta ação subversiva dos integralistas catarinenses, visto que, tanto estes delegados quanto o secretário de Segurança Pública após 1937, os principais investigadores dos acontecimentos de março de 1938 em Santa Catarina, foram indicados diretamente pelo interventor Nereu Ramos.

Nesse sentido, estes delegados de polícia iniciaram juntamente com o secretário de Segurança Pública logo após 10 de março de 1938 as primeiras investigações sobre os acontecimentos em Santa Catarina. Por conseguinte, podemos dizer que boa parte das considerações desses delegados, principalmente nos casos dos municípios de Porto União e Jaraguá do Sul, onde tivemos as maiores concentrações, formaram a base para Ivens D'Araújo escrever o relatório oficial do governo catarinense enviado pelo interventor Nereu Ramos ao Tribunal de Segurança Nacional e a Getúlio Vargas. Ao que tudo indica, Nereu Ramos e Ivens D'Araújo tinham total confiança em seus delegados.

O primeiro inquérito policial que chegou a Florianópolis proveniente das investigações no interior do estado veio de Jaraguá do Sul, em 18 de março de 1938, e trazia as conclusões do delegado de polícia local, Oswaldo Buch, sobre as agitações subversivas dos Camisas-verdes nesse município. Conforme este relatório, por volta das 22 horas do dia 10 de março de 1938 chegou a sua delegacia o inspetor de quartelão do distrito de Garibaldi, Francisco Ersching, o qual lhe comunicou “que desde às quatorze horas daquele dia havia grande agitação entre os adeptos da extinta Ação Integralista Brasileira naquela zona, os quais tinham sido convocados para se apresentarem armados na casa de Germano Ninow, subchefe daquele partido, a fim de estarem de prontidão, pois iria rebentar a revolução integralista”.<sup>562</sup> No mesmo momento em que foi informado de tal reunião, em companhia do tenente Leonidas Herbster, prefeito municipal, e dois praças da Força Pública, Oswaldo Buch dirigiu-se a casa de Germano Ninow. Lá chegando, por volta das 23 horas, em busca de maiores informações sobre o que estaria acontecendo, não encontrou ninguém, nenhuma movimentação de Camisas-verdes, tampouco os moradores da residência, pelos quais chamou, mas não foi atendido.

---

<sup>562</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 373-374.

Na manhã seguinte a essa visita a casa de Germano Ninow, Oswaldo Buch iniciou as investigações sobre os acontecimentos da noite anterior chamando para depor aqueles supostamente envolvidos nestes. Entre os dias 12 e 14 de março de 1938 “foram ouvidas 23 testemunhas e tomados mais seis depoimentos avulsos”, e no dia 18 de março encerrado o inquérito policial sobre o movimento subversivo dos Camisas-verdes em Jaraguá do Sul. Segundo as conclusões do delegado de polícia, o ex-chefe municipal da AIB, Emanuel Ehlers, conversou na manhã do dia 10 de março de 1938 com um homem que chegou de trem a Jaraguá do Sul. Após esse encontro, o ex-chefe municipal da AIB se dirigiu a Oscar Otto Carlos Nagel, subchefe de um núcleo integralista, e o incumbiu de “convocar os subchefes integralistas, para que estes mobilizassem os companheiros, a fim de que estivessem de prontidão”, pois naquele dia “iria rebentar a revolução integralista às 14 horas.”<sup>563</sup>

Cumprindo as ordens de Emanuel Ehlers, Oscar Otto Carlos Nagel avisou os subchefes Artur Eugenio Carlos Wenserski em Barra do Rio do Serro, Ignacio Steinmacher Junior na Estrada Jaraguá, Augusto Ninow em Garibaldi e Carlos Frorichs e Henrique Nagel na estrada Francisco de Paula. Por sua vez, o subchefe de Barra do Rio do Serro, Artur Eugenio Carlos Wenserski, ficou responsável em informar as novas notícias a Carlos Eichstaed em Rio da Luz e a Carlos Günther em Barra do Rio do Serro I. Este último foi encarregado de avisar Ricardo Roeder em Barra Rio do Serro II “para que ali reunisse os integralistas da zona”.

Segundo os relatórios do delegado de polícia de Jaraguá do Sul registraram-se reuniões de integralistas em seis pontos diferentes na noite de 10 de março de 1938:

I - Estrada Francisco de Paula, na casa de Henrique Nagel sob o comando de Oscar Oto Carlos Nagel; II – Estrada Jaraguá, na casa de Alvino Maier e debaixo do comando de Ignacio Steinmacher Junior; III – Garibaldi, na casa de Germano Mathias, sob ordens de Germano e Augusto Ninow; IV – Rio da Luz I, na casa de Carlos Eichstaedt e sob o comando do mesmo; V – Rio do Serro I, na casa de Ernesto Daniel Mathias e debaixo do controle de Carlos Günther; VI – Rio do Serro II, na casa de I. Moeller e sob a orientação de Ricardo Roeder.<sup>564</sup>

A maior destas reuniões de integralistas em Jaraguá do Sul segundo Oswaldo Buch aconteceu no distrito de “Garibaldi onde estiveram reunidas mais de 100 pessoas”,

---

<sup>563</sup> I BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 373-374.

<sup>564</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 374.

na qual estariam “armados os componentes da concentração”. Todavia, para além das declarações do delegado de polícia sobre a presença de integralistas armados não só nesta concentração no distrito de Garibaldi como em outras regiões do município de Jaraguá do Sul na noite de 10 de março de 1938, na realidade não existe nenhuma prova contundente de que estes portavam armas além dos depoimentos das testemunhas dos acontecimentos, as quais poderiam facilmente ser coagidas a declarar determinadas afirmações, ou deturpar a verdade em detrimento dum interesse particular.

Em Brusque as investigações policiais iniciadas em 12 de março de 1938 foram concluídas uma semana depois, em 19 de março. Nesta cidade, o delegado especial de polícia, Waldemar Manoel da Silveira, disse que chegou ao seu conhecimento no dia 12 de março de 1938 que “elementos da extinta Ação Integralista Brasileira, e que sempre andaram sob as vistas da delegacia, pretendiam assaltar e tomar, por um golpe de força ou surpresa, o governo municipal”. Conseqüentemente, nesse mesmo dia decidiu abrir um inquérito para averiguar tais denúncias, intimando para depor 21 testemunhas, tomando as providências necessárias “com decisão e presteza que se exigia, sendo presos e levados a cadeia pública desta cidade, depois de haverem prestado seus depoimentos no presente inquérito, esses mesmos elementos que tentaram perturbar a ordem e atentaram contra a estabilidade do regime e as autoridades constituídas”.<sup>565</sup>

Durante as diligências policiais que apuraram os acontecimentos de março de 1938 em Brusque, em sua maioria realizadas nas residências de sócios e membros da AIB, foram apreendidos “diversos livros caixas, de propaganda do credo verde, retratos do que dizem ser o chefe de tal corrente ideológica e mais papeis”. Também teriam sido presos 23 antigos Camisas-verdes, sendo que casa de um destes, o suíço Jacob Bachmann Junior, foram encontrados vários números da revista Anauê e uma cópia do livro escrito por Adolf Hitler, *Mein Kampf*.<sup>566</sup>

Em Brusque, as diligências policiais também evidenciaram que José de Oliveira, “a conselho, ordem ou determinação de Ewald Schaefer”, aliciou no distrito de Limeira “antigos companheiros, com o fito de, à hora previamente combinada, depois de se disfarçarem em pequenos grupos pelos cafés e casas do comércio local da cidade de Brusque, assaltarem, armados de revólveres, alguns dos quais foram apreendidos, o

---

<sup>565</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 287-288.

<sup>566</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 288.

edifício onde funciona a prefeitura municipal e tomarem conta do governo do município”. Entretanto, por motivos que o delegado desconhecia, tal ação não foi levada a cabo neste município. Ao final de seu relatório, Waldemar Manoel da Silveira mencionou sobre o envio para Florianópolis das armas apreendidas “no decorrer das investigações e diligências policiais”, porém, não especificou quantas eram, em que local foram encontradas, e quem eram seus proprietários.<sup>567</sup>

Em Porto União, o inquérito comandado pelo delegado de polícia Humberto Zarantonello, no qual foram ouvidas 31 testemunhas entre os dias 16 e 21 de março encerrou-se em 22 de março de 1938. Os investigadores policiais de Porto União concluíram que no dia 12 de março de 1938, “elementos integralistas residentes em diversos pontos deste município, bem assim como nesta cidade, estiveram reunidos a fim de depor as autoridades constituídas locais, não tendo levado a efeito talvez por um fracasso”. Ainda conforme os agentes policiais de Porto União, “dentre as pessoas acusadas na intentona fracassada, algumas delas estavam armadas de espingarda, as quais não me foram possíveis apreendê-las pelo motivo de não ter sido encontradas em suas residências”. Apesar do delegado de polícia de Porto União afirmar a existência de armas em todos esses encontros, assim como os de Jaraguá do Sul e de Brusque, não apreendeu ou enviou nenhuma arma para a Secretaria de Segurança Pública.<sup>568</sup>

No município de Timbó, o inquérito policial foi instaurado em virtude de uma denúncia ao delegado de polícia local Joaquim Cavalheiro Mendes, e por ordem do secretário de Segurança Pública de Santa Catarina. As investigações policiais e as buscas em Timbó se iniciaram um pouco depois dos outros municípios, no dia 17 de março, e foram encerradas em 22 de março de 1938. Durante essas investigações teriam sido ouvidas 25 testemunhas e varejadas as casas de importantes figuras do integralismo local. Conforme informado no relatório de Joaquim Carvalho Mendes, todas essas investigações e buscas resultaram na apreensão de um revólver na residência de Agostinho Baruffi e “dois retratos e um Sigma emoldurados”, além do arquivo local da AIB na casa de Carlos Brandes. Ambos foram presos e enviados para Florianópolis.<sup>569</sup>

Segundo Joaquim Cavalheiro Mendes, o motivo da prisão de Carlos Brandes e Augusto Baruffi estaria relacionado a duas reuniões que aconteceram nos dias anteriores

---

<sup>567</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 288.

<sup>568</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 409-410.

<sup>569</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 352.

a 12 de março na residência do primeiro. De acordo com as investigações policiais, a primeira reunião sucedeu na noite de 08 de março, todavia, esta “não se prendia a fins políticos e somente tratava-se de uma reunião de acusados num processo em que deliberaram defesa com o advogado Dr. Oslym de Souza Costa”. Já a segunda reunião, a qual motivou a prisão e o envio desses dois integralistas para Florianópolis realizou-se na noite de 10 de março e reuniu diversas pessoas.<sup>570</sup>

Entretanto, apesar de informar sobre a existência desta segunda reunião, Joaquim Cavalheiro Mendes não comunicou no relatório enviado para o secretário de Segurança Pública o que havia sido discutido nesta, ou se tal encontro estava relacionado a alguma ação subversiva. O inquérito foi concluído em 23 de março com Carlos Brandes e Augusto Baruffi enviados presos para Florianópolis, sem nenhuma prova de que a reunião do dia 10 de março de 1938 estava relacionada a algum movimento subversivo, ou que havia acontecido qualquer outro encontro com o objetivo de organizar um movimento armado ou de destituir as autoridades públicas do município de Timbó. Tampouco existe qualquer menção no relatório do delegado de polícia Joaquim Cavalheiro Mendes sobre movimentações de Camisas-verdes nessa cidade entre os dias 10 e 12 de março de 1938.

Um segundo inquérito policial foi aberto em Jaraguá do Sul em 23 de março de 1938, no qual foram ouvidas 7 testemunhas entre os dias 23 e 24 de março, e estava relacionado às movimentações integralistas nos distritos de Bananal e Ilha Figueira, os quais não haviam sido investigados pelo delegado Oswaldo Buch. Conforme o delegado de polícia Paulino Natal Bonin, responsável pela investigação nesses dois distritos, na manhã do dia 10 de março de 1938, Emilio Silva, ex-chefe do núcleo da AIB em Itapocuzinho, ao chegar à sede do município de Jaraguá fora avisado por Carlos Porto “que aqui estivera um oficial, que determinara a mobilização geral do integralismo, pois naquele dia o Exército e a Marinha iriam dar o golpe integralista”.

Ao receber tal mensagem, Emílio Silva teria retornado para sua casa, e, devido às condições de saúde de seu filho, enviado um bilhete a Carlos Oescher, ex-subchefe do núcleo de Ilha da Figueira, com os seguintes dizeres; “Companheiro: deveis reunir dez homens de confiança para ficarem ahi na chefia, devendo trazerem embrulhadas as camisas verdes”. Apesar de Emilio Silva e Carlos Oescheler confirmarem a Paulino

---

<sup>570</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 352.



Natal Bonin que foram avisados sobre as ordens recebidas por Carlos Porto do “oficial”, o delegado de polícia afirmou em seu relatório que estes não haviam repassado as informações para nenhum integralista. Corroborando com a fala dos depoentes, nos distritos de Bananal e Ilha Figueira não se registraram movimentações de Camisas-verdes entre os dias 10 e 13 de março de 1938, não acontecendo nenhuma prisão ou apreensão de material e armas.<sup>571</sup>

De posse de todos esses relatórios policiais de Jaraguá, Brusque, Timbó e Porto União, dos materiais apreendidos nessas cidades, assim como dos depoimentos dos suspeitos de participação nas movimentações subversivas de março de 1938, sejam daqueles detidos na Capital ou daqueles enviados do interior do estado, Ivens D’Araújo concluiu seu relatório sobre a situação em Santa Catarina. Em 02 de maio de 1938, após a tomada, leitura e análise de todos os depoimentos e dos relatórios dos delegados de polícia envolvidos na apuração dos fatos, o secretário de Segurança Pública de Santa Catarina finalizou o “Relatório sobre o movimento subversivo integralista em Santa Catarina”.<sup>572</sup>

Conforme as conclusões de Ivens D’Araújo, a grande aceitação e o sucesso político e eleitoral obtido pela AIB nesse estado poderia ser explicado a partir da exploração por parte destes “dos pruridos fascistas e nazistas de alguns núcleos coloniais desta unidade federativa”. Em decorrência dessa grande aceitação e do sucesso nas eleições municipais de 1936, os Camisas-verdes passaram a imaginar que “já se haviam eles apossado da terra e senhoreado a gente catarinense”, presunção que os levou a uma tentativa de tomado do governo em Santa Catarina em março de 1938.<sup>573</sup> Ainda segundo o secretário de Segurança Pública, essa trama subversiva se iniciou no estado catarinense em 10 de novembro de 1937, quando os Camisas-verdes, não só desse estado como de outras partes do país, passaram a organizar um plano que tinha como objetivo principal à deflagração “de um movimento subversivo que visava a mudar, por meios violentos, a constituição e a forma do governo”.<sup>574</sup>

Segundo o relatório assinado por Ivens D’Araújo, essa conspiração dos Camisas-verdes catarinenses recebeu ajuda de integralistas vindos de outras partes do país,

---

<sup>571</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 460.

<sup>572</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 552-568.

<sup>573</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 552.

<sup>574</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 553.

ligados muitas vezes diretamente a Plínio Salgado e a cúpula nacional do Sigma. Uma das importantes lideranças da AIB que passou por Santa Catarina no final de dezembro de 1937 e estabeleceu contato “com elementos de relevo do integralismo, com os quais confabulava, e logo após partia em demanda de outros pontos do estado” foi Everaldo Leite, Secretário Nacional de Organização Política da AIB.<sup>575</sup> Concomitantemente a estadia de Everaldo Leite em Santa Catarina, “notavam-se agitação nos núcleos integralistas do interior e rodinhas animadas e segredosas dos escassos integralistas da Capital, com visíveis demonstrações de que algo de anormal se ia processando”.

Tais suspeitas levaram o secretário de Segurança Pública catarinense a enviar um telegrama a Filinto Müller, chefe de polícia do Distrito Federal, no começo de janeiro de 1938. A resposta de Filinto Müller aos questionamentos do secretário catarinense foi enviada em 24 de janeiro de 1938, na qual orientava atenção as movimentações de Camisas-verdes e destacava as ações desenvolvidas para o seu combate no Rio de Janeiro. No Distrito Federal e no estado do Rio de Janeiro a polícia estaria “com os mesmos sob vigilância, efetuando diligências e prisões em lugares suspeitos de serem depósitos de armamentos, apreendendo armas, munições e bombas, bem como que continuava a desenvolver ação preventiva a fim de impedir a eclosão de um movimento de rebeldia desses elementos que procuravam explorar com prestígio inexistente no seio das classes armadas”. Mediante a resposta do chefe de polícia do Distrito Federal, Ivens D’Araújo enviou a todos os delegados de polícia do interior a “recomendação reservada de que vigiassem as atividades integralistas e nos fossem pondo ao corrente de tudo o que acontecesse”.<sup>576</sup>

Luiz Nogueira da Gama, Jaci Tolentino, Álvaro Luz e o capitão Gentil Barbato foram integralistas de certa relevância no cenário nacional que tiveram todas as suas ações e movimentos em Santa Catarina acompanhadas com atenção pelas autoridades policiais. Era de pleno conhecimento das autoridades policiais que no dia 12 de janeiro de 1938 Luiz Nogueira da Gama chegou a Florianópolis a bordo do vapor *Carl Hoepcke*, e que “durante sua estada em Florianópolis foi visto constantemente em companhia dos integralistas mais em evidência, em Brusque a mesma coisa, e assim também em Blumenau”. Mesmo com toda essa vigilância, com a polícia lhe acompanhado todos os passos, não foi possível “escutar as conversas com os seus

---

<sup>575</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 553.

<sup>576</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 554.

companheiros”, visto que “algumas se realizaram, mesmo, em lugares ocultos”.<sup>577</sup> Já Jaci Tolentino chegou a Florianópolis em 15 de janeiro de 1938, e tomou “parte saliente na direção do plano subversivo integralista neste estado”.<sup>578</sup> Álvaro Luz por sua vez havia desembarcado em Florianópolis no dia 31 de janeiro de 1938, onde entrou “em confabulação não só com elementos integralistas, se não, ainda, com próceres da antiga oposição democrática”,<sup>579</sup> da mesma forma que “posteriormente aqui desembarcava, em férias, o capitão Gentil Barbato, também integralista apaixonado, o qual também figura como partícipe do movimento revolucionário abortado”.<sup>580</sup>

Entretanto, as atenções da polícia catarinense não se concentraram somente nos integralistas ligados a chefia nacional que passaram por aqui após o Estado Novo. Entre janeiro e março de 1938 também foram realizadas investigações e prisões de integralistas catarinenses, os quais estariam proferindo publicamente desaforos às autoridades constituídas e anunciando que um golpe dos Camisas-verdes aconteceria a qualquer momento. Um destes foi o alemão Henrique Fries, que nos meados de janeiro de 1938 foi preso em Timbó por propagar “abertamente o fim próximo do Estado Novo, com a queda do senhor Getúlio Vargas, presidente da república”.<sup>581</sup> Alberto Stein, Ubaldo Sada e Oslin Costa foram outros que em 31 de janeiro de 1938 tornaram-se réus de um inquérito aberto pelo Estado de Santa Catarina para apurar se estes estariam pregando abertamente num trem “uma próxima revolução integralista, seguida de vinganças e fuzilamentos”, assim como proferindo “palavras obscenas e injuriosas ao se referirem às autoridades constituídas”.<sup>582</sup>

Apesar da passagem de todos esses integralistas por Santa Catarina, muitos deles próximos de Plínio Salgado e pertencentes à direção nacional da AIB, e de toda essa mobilização dos Camisas-verdes catarinenses, segundo Ivens D’Araújo, o principal protagonista da “intentona malograda” em Santa Catarina seria José Mayrink de Souza Motta, o qual chegou a esse estado via terrestre no dia 10 de março de 1938. A chegada deste mobilizou os integralistas catarinenses, visto que em Florianópolis “grupos de assalto foram organizados, para, naturalmente serem tomados os lugares e estabelecimentos principais”, enquanto em Jaraguá “congregaram-se armados, em seis

---

<sup>577</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 555.

<sup>578</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 556.

<sup>579</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 554.

<sup>580</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 556.

<sup>581</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 554.

<sup>582</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 555.

postos, na noite de dez de março transato, os integralistas para o assalto a cidade”. Da mesma forma que em Blumenau, “centro de irradiação para toda zona do Vale do Itajaí, dirigido por José Mayrink de Souza Motta, o plano era o mesmo, não se realizando em virtude de ter sido ele preso nesta capital”, e em Brusque, para onde foram enviados emissários a fim de transmitir as novas ordens vindas do Rio de Janeiro.<sup>583</sup>

Uma das únicas agitações subversivas que, de certa maneira, não estaria relacionada com a chegada de José Mayrink a Santa Catarina, ou não estaria aguardando suas ordens, foi registrada em Porto União. Nesta cidade “se reuniram na noite de doze de março p. findo grupos armados para tomarem a cidade”, e o movimento seria comandado por oficiais do Exército da Guarnição do Paraná, sendo que os Camisas-verdes deste município recebiam ordens de Curitiba. Após as investigações policiais descobriu-se que “o cabeça do movimento”, como “naturalmente, apuraram as autoridades policiais” era “o tenente da reserva Erotides Prates”. As senhas para o início do movimento chegariam a Porto União através de rádios-amadores, provenientes dos municípios de Curitiba e Ponta Grossa, sendo que José Mayrink provavelmente não teve nenhuma relação com os acontecimentos nessa cidade.<sup>584</sup>

Frente a tudo o que foi investigado e descoberto, Ivens D’Araújo determinou ao Tribunal de Segurança Nacional, segundo seu julgamento e análise, as penas cabíveis aos envolvidos nas movimentações subversivas em Santa Catarina. Com relação a José Mayrink de Souza Motta, Paulo Vieira da Rosa, Gentil Barbato, Otto Laczinsky, Ewencio Elias, Rodolfo Ottkar Grubba, João Cleto Correa Mourão, Julio Radwansky, Orestes Munhoz, Frederico Carlos Buchen, Emanuel Ehlers e Ewald Schaefer, os quais seriam os “cabeças” das agitações, considerou que eles “incidiram no artigo 4º, da lei nº 38”,<sup>585</sup> o que acarretaria numa pena que poderia variar entre 3 e 5 anos de reclusão. Para o restante dos envolvidos, os quais considerou “corrêus”, o secretário de Segurança

---

<sup>583</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 556-557.

<sup>584</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 556-557.

<sup>585</sup> Conforme o Artigo 4º da Lei nº 38 de 4 de abril de 1935, “será punido com as mesmas penas dos artigos anteriores, menos a terça parte, em cada um dos graus, aquele que, para realização de qualquer dos crimes definidos nos mesmos artigos, praticar algum destes atos: aliciar ou articular pessoas; organizar planos e plantas de execução; aparelhar meios ou recursos para esta; formar juntas ou comissões para direção, articulação ou realização daqueles planos; instalar ou fazer funcionar clandestinamente estações radiotransmissoras ou receptoras, dar ou transmitir, por qualquer meio, ordens ou instruções para a execução do crime”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

Pública de Santa Catarina asseverou que estes eram “puníveis com as penas do artigo 1º, da referida lei,<sup>586</sup> menos a terça parte”,<sup>587</sup> passíveis de detenção por até 2 anos.

## 4.2 – A apuração no Tribunal de Segurança Nacional

Com a conclusão do inquérito pelo secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, este foi enviado para o Tribunal de Segurança Nacional no Rio de Janeiro. Após ser recebido pela secretaria desse órgão em 06 de maio de 1938, a qual o nomeou como o ‘Processo nº 526 de Santa Catarina’, foi encaminhado para o desembargador Frederico de Barros Barreto, presidente do TSN. Em 09 de maio de 1938, Barros Barreto determinou que o procurador-adjunto Gilberto Goulart de Andrade ficaria encarregado de “dar vista ao processo”, ou seja, analisá-lo e emitir seu parecer sobre o mesmo, com o nome daqueles que deveriam, ou não, ser indiciados e as cabíveis penas. No dia 26 de maio de 1938, Gilberto Goulart de Andrade finalizou seus trabalhos de estudo das provas e dos depoimentos dos acusados, quando classificou os delitos e as penas que os envolvidos estavam sujeitos, enviando suas conclusões para o presidente do TSN.

Conforme o parecer de Gilberto Goulart de Andrade, os capitães do Exército Paulo Vieira da Rosa e Gentil Barbato deveriam ser presos imediatamente, e os outros 67 catarinenses presentes no processo indiciados por participação nas movimentações subversivas de 10 de março de 1938 em Santa Catarina. A estes dois capitães o procurador –adjunto do TSN estipulou uma pena de 5 anos e 4 meses de detenção por incorrerem nos artigos 1º, 4º e 49º da Lei nº 38 de abril de 1935 com a “agravante do art. 50”.<sup>588</sup> À José Mayrink de Souza Motta, Otto Laczynski, Euvaldo Schaefer,

---

<sup>586</sup> Segundo a Lei nº 38 de 4 de abril de 1935, “são crimes contra a ordem política, além de outros definidos em lei: Art. 1º - Tentar diretamente e por fato, mudar, por meios violentos, a Constituição da República, no todo ou em parte, ou a forma de governo por ela estabelecida”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

<sup>587</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 567.

<sup>588</sup> Segundo a Lei nº 38 de 4 de abril de 1935, “são crimes contra a ordem política, além de outros definidos em lei: Art. 1º - Tentar diretamente e por facto, mudar, por meios violentos, a Constituição da República, no todo ou em parte, na forma de governo por ela estabelecida”, assim como, “Art. 4º - [...], aliciar ou articular pessoas; organizar planos e plantas de execução, aparelhar meios ou recursos para esta, formar juntas ou comissões para direção, articulação ou realização daqueles planos, instalar ou fazer funcionar clandestinamente estações rádio-transmissoras ou receptoras; dar ou transmitir, por qualquer meio, ordens ou instruções para a execução do crime”, da mesma maneira que “Art. 49º - Reputam-se aos cabeças os que tiverem deliberado, excitado ou dirigido a pratica de actos punidos nesta lei.” Disponível em:

Emanuel Ehlers, Ewencio Elyas, Julio Radwanski, Frederico Carlos Buchen Jr., Rodolfo Ottkar Grubba, Orestes Munhoz, Everaldo Leite e Álvaro Luz, considerados os mentores do movimento foram determinadas penas de 4 anos de reclusão por infringirem os artigos 1º e 4º da Lei nº 38 de 4 de abril de 1935. O restante dos 56 indiciados no processo<sup>589</sup> foram qualificados como corréus “em face da atenuante de pouca eficiência na prática do delito” no “grau submédio do citado art. 4º c/c o art. 1º da mencionada lei nº 38”, sem uma pena de prisão estipulada.<sup>590</sup>

De posse das considerações do procurador-adjunto Gilberto Goulart de Andrade, Frederico de Barros Barreto encaminhou estas para o juiz Pedro Borges da Silva em 28 de maio de 1938, o qual, juntamente com o escrivão Anor Margarido da Silva, ficou responsável pelo julgamento dos denunciados. No dia 31 de maio de 1938, Pedro Borges da Silva enviou as considerações do procurador-adjunto do TSN para o juiz de direito da 2ª Vara Criminal de Florianópolis, Mileto Tavares da Cunha Barreto, que deveria avisar os indiciados e inquirir “as testemunhas de defesa, no máximo duas, que forem apresentadas, para cada um dos réus”. Após inquiridas essas testemunhas, seus depoimento deveriam ser enviados para o TSN no Rio de Janeiro.<sup>591</sup>

Logo após receber essa determinação de que deveriam ser inquiridas duas testemunhas de defesa para cada um dos acusados, foram enviadas duas correspondências para o TSN dos advogados de defesa dos réus reclamando das dificuldades que encontravam para se comunicar com seus clientes detidos em Florianópolis. Na primeira dessas cartas, enviada em 31 de maio de 1938, em nome de seus 32 clientes, Heráclito Carneiro Ribeiro afirmava que os integralistas presos na Capital eram mantidos “em rigorosa incomunicabilidade”, encontrando-se detidos “em salas da Penitenciária da Pedra Grande destinadas ao recolhimento de sentenciados por

---

<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em: 19 dez. 2018.

<sup>589</sup> Danilo Carneiro Ribeiro, João Ramos, Paulo Caires Pinto, Adail Gastão, Emílio Sada, Antonio Reinert, Ewald Mund, Osvaldo Buerger, Alfredo Baumgarten, Erico Muller, Willy Siebert, Julio Baumgarten, Alvim Graupner, Erwino Possamai, Alberto Dietrichkeit, Curt Boehme, José de Oliveira, Carlos Brandes, Oscar Otto Carlos Nagel, Henrique Nagel, Alvino Maier, Ignacio Steinmacher Junior, Germano Mathias, Germano Ninow, Augusto Ninow, Carlos Eichstaedt, Ernesto Daniel Mathias, Carlos Gunther, Ricardo Roeder, Carlos Frorischs, João Cleto Correa Mourão, João Neubauer, João Albino Muller, Ladislau Szmanski, Francisco José Wincler, Arino Bianco, Carlos Paetzold, Jacob Alfredo Vogel, Xavier Schneider, Max Becker, Albino Nicolau Weber, Amandio Sturmer, Willy Lehrer, Wilibaldo Sturmer, Elfrid Legat, Jacob João Weber, Boleis Szmanski, Arlindo Becker, Guilherme Buggenhagen, Luiz Nogueira da Gama, Jaci Tolentino de Souza, Antonio Gony Germano, Abilio Holzmann, Alberto Stein, João Ubaldo Sada e Henrique Friess. BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175

<sup>590</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 578. Cf. **Anexo III**: p. 254-259.

<sup>591</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 600.

crime comum, sem apanhar sol, com grave dano para sua saúde”. Assim, o ex-desembargador desejava apenas, “livremente, sem coação, entender-se com os suplicantes, em bem da referida defesa”, e que estes fossem autorizados a “diariamente, sob vigilância [...] por algumas horas, receber sol”.<sup>592</sup>

A outra carta, enviada em 1º de junho de 1938 pelo advogado de Danilo Carneiro Ribeiro, Carlos Povina Cavalcanti, vinha com uma solicitação deste para que fosse autorizado a “entender-se pessoalmente, no interesse da defesa, com o acusado, que se acha preso e incomunicável na Penitenciária de Florianópolis”. Da mesma maneira, requisitava que Danilo Carneiro Ribeiro recebesse “um tratamento humano no presídio onde se acha, de modo que possa o mesmo apanhar sol diariamente, agora que, com o rigor da estação, o clima de Florianópolis não dispensa este elementar cuidado com a saúde, cujo sacrifício será levado ao extremo se a justiça não providenciar em tempo, com o espírito de humanidade, que não pode faltar a sua alta finalidade social.”<sup>593</sup>

De posse dessas cartas, o juiz Pedro Borges da Silva as enviou a Miletto Tavares da Cunha Barreto em Florianópolis, para que este indagasse Ivens D’Araújo sobre o conteúdo das mesmas. No mesmo dia em que recebeu essas denúncias de maus-tratos na Penitenciária da Pedra Grande, em 10 de junho de 1938, o secretário de Segurança Pública de Santa Catarina as respondeu. Segundo este, em documento enviado a 2ª Vara Criminal de Florianópolis, a Secretaria de que ele seria o responsável “nunca pôs nem porá obstáculo a que qualquer advogado se entenda com os seus constituintes presos a nossa ordem, tudo tendo facilitado para que nada fosse obstado em matéria de defesa aos detentos políticos”, assim sendo, “o despacho do relator do processo, dr. Pedro Borges da Silva, e o ofício de V. Excia. a que me venho referindo, terão inteiro cumprimento por parte desta secretaria”.<sup>594</sup>

Ainda a pedido do juiz Cunha Barreto, Ivens D’Araújo lhe enviou uma relação com o nome dos 35 presos na Penitenciária da Pedra Grande, os quais aguardavam o julgamento das atividades subversivas de março de 1938.<sup>595</sup> Da mesma maneira, uma lista com o nome daqueles que já estavam em liberdade, ou que não haviam sido presos

---

<sup>592</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 607.

<sup>593</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 630.

<sup>594</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 619.

<sup>595</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 620. Cf. **Anexo IV**: p. 260.

em nenhum momento durante as investigações, foi enviada para a 2ª Vara da Comarca da Capital. Estes deveriam ser informados de seu indiciamento pelo Tribunal de Segurança Nacional, e da necessidade de comparecerem perante as autoridades policiais para prestarem novos esclarecimentos.<sup>596</sup> O chamado destes aconteceu através do Diário Oficial do Estado de Santa Catarina de 17 de junho de 1938, o qual os intimava a se apresentarem “na sala das audiências deste juízo, no Palácio da Justiça, nesta Capital, no prazo de cinco dias, a contar desta data, sob pena de revelia, para se defenderem, por meio de testemunhas da acusação que lhe foi feita nos termos da Lei nº 38 de 4 de abril de 1935”.<sup>597</sup>

Em 18 de junho de 1938, atendendo ao pedido de Miletto Tavares da Cunha Barreto publicado no Diário Oficial do Estado de Santa Catarina, Heráclito Carneiro Ribeiro forneceu o nome das testemunhas de defesa dos indiciados. Com a relação destas, e após notificá-las, em 22 de junho de 1938 o juiz de direito da 2ª Vara Criminal de Florianópolis iniciou a coleta dos depoimentos destas testemunhas. Nestas declarações todas as testemunhas foram unânimes em destacar que desconheciam qualquer envolvimento dos indiciados pelo Tribunal de Segurança Nacional nos acontecimentos de março de 1938.

Uma figura de destaque da política catarinense que depôs em defesa dos integralistas indiciados pelo TSN foi Henrique Rupp Jr., opositor do interventor Nereu Ramos desde o movimento de 1930. Rupp Jr. não só excluiu Álvaro Luz de qualquer participação num movimento subversivo, como também disse “que admirava-se terem sido ultimamente presos tantos integralistas pois não via razão para isto a não ser uma orientação para aniquilar elementos políticos com os quais o governo do estado de Santa Catarina não podia contar nas urnas num pleito eleitoral.”<sup>598</sup>

Essa questão levantada por Henrique Rupp Jr., a de que as prisões estariam relacionadas mais a motivos políticos do que a um movimento subversivo em Santa Catarina, perpassa a maioria das declarações das testemunhas de defesa. Segundo o estudante de direito Antonio Nunes Varela, ex-integralista, o processo movido contra os indiciados pertencentes à AIB era resultado duma “perseguição política partida dos elementos que constituem o antigo Partido Liberal, o qual o integralismo sempre

---

<sup>596</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 622. Cf. **Anexo V**: p. 261.

<sup>597</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 632.

<sup>598</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 716.



derrotou nas pugnas eleitorais do estado”, visto que “o atual interventor era o chefe do Partido Liberal conforme registro feito no Tribunal Eleitoral e o atual secretário da Segurança era o líder desse partido na Assembleia do Estado, o qual mandou trancafiar o depoente na penitenciária do Estado por denúncia não provada dos seus amigos do Partido Liberal”.<sup>599</sup>

O agrimensor Antonio Fleury Barbosa, testemunha de defesa de Danilo Carneiro Ribeiro, declarou que este “não estabeleceu articulação entre o capitão Paulo Vieira da Rosa e outras pessoas, e que essa afirmação não passa de uma ignóbil exploração”, pois “não só ele depoente como toda pessoa que a si mesmo se respeita, sabe que o partido Liberal chefiado pelo atual interventor era inimigo dos integralistas”, e “que quando o atual chefe de polícia era líder da Câmara dos Deputados ouviu vários discursos inflamados proferidos pelo atual Secretário de Segurança contra os integralistas bem como contra todo e qualquer regime forte”. Para Barbosa, “esse processo movido contra Danilo Ribeiro” deveria ser atribuído “à má fé das autoridades que a pouco se referiu motivado por um ressentimento de ordem política contra o partido integralista que tem lugar proeminente no Estado pelos membros que dele faziam parte, pessoas de destaque no comércio, na indústria e na vida econômica do Estado”.<sup>600</sup>

Além de destacar as motivações políticas desse processo contra as Camisas-verdes de Santa Catarina, Fleury Barbosa relatou que o suposto encontro entre José Mayrink da Souza Motta e o capitão Paulo Vieira da Rosa não aconteceu, pois ele estaria na casa do militar no dia 12 de março de 1938 e não havia presenciado a chegada do ‘emissário carioca’ da AIB em nenhum momento. Curiosamente tal declaração contrariou seu depoimento ao secretário de Segurança Pública em 26 de março de 1938.<sup>601</sup> Por fim, o agrimensor florianopolitano declarou ter sido “recolhido a um cubículo comum na Penitenciária da Pedra Grande por suspeitas de ter desenvolvido atividades extremistas” por 15 dias durante o mês de março de 1938, onde fora “coagido fisicamente” com o secretário de Segurança afirmando constantemente “que havia sido decretada a pena de morte contra os integralistas”.<sup>602</sup>

---

<sup>599</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 717.

<sup>600</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 739.

<sup>601</sup> Cf. p. 161.

<sup>602</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 739.

Para o advogado Luiz de Souza, ex-integralista, testemunha de Danilo Carneiro Ribeiro, este se queixou “de que havia sido avisado pela polícia de que se acautelasse sob pena de prisão a qualquer momento”. Assim sendo, julgava que o processo instaurado contra os integralistas catarinenses era motivado por “uma perseguição política”, visto que assistiu quando “o Dr. secretário de Segurança era líder da bancada Liberal no estado, discursos atacantes dos homens e das ideias integralistas.”<sup>603</sup> Ainda conforme Luiz de Souza, ele conheceria “Paulo Vieira da Rosa, Gentil Barbato, Everaldo Leite, Jacinto Tolentino de Souza e Luiz Nogueira da Gama” e teria plena convicção que “eles eram fiéis ao Manifesto de Outubro de 1932 que condenava as quarteladas, os movimentos armados, as conspirações e os conchavos políticos e que por isso, por lhe ter sido repetido isso insistentemente por essas pessoas, não pode crer que elas tenham tentando subverter por qualquer forma a ordem pública e as instituições”.

De acordo com o médico de Porto União Braz Limonge, testemunha de defesa de Rodolfo Ottkar Grubba, Ewencio Elias, Frederico Carlos Buch, Orestes Munhoz de Souza Ribas, Julio Radwansky, Francisco José Winkler e Albino João Müller, “nunca teve conhecimento que esses acusados tentassem por meio violento mudar a Constituição da República ou a forma de governo por ela estabelecido”. Pelo contrário, o que seria de sua ciência, como de todos os moradores de município, era “que o inquérito feito contra os acusados foi dirigido pelo prefeito municipal de Porto União que ameaçou, chegando a dizer a Ottkar Grubba depois de lhe perguntar se queria ser prefeito de Porto União que agora iria dar-lhe a prefeitura de Florianópolis”.<sup>604</sup> Assim sendo, ao mesmo tempo em que o delegado de polícia local ameaçava os prisioneiros políticos que se não declarassem o que lhes era determinado “seriam colocados no cubículo onde se achava um doido e que lhe consta que um desses denunciados foi metido no cubículo com o doido sendo necessária a intervenção da guarda para defendê-lo para não ser agredido pelo doido”, o prefeito municipal constrangia acusados nas ruas de Porto União. A maior prova de tais injustiças seria o pedido de demissão de um dos policiais responsáveis pelo inquérito no município, “conhecido pelo sobrenome de Matos”, o qual “não queria servir de instrumento para perseguições políticas.”<sup>605</sup>

---

<sup>603</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 718.

<sup>604</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 718.

<sup>605</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 719.

Por fim, Braz Limonge fez questão de declarar que o intérprete de muitos depoimentos prestados as autoridades neste município, Walter Mittag, era um “maçon [...] inimigo da extinta Ação Integralista Brasileira”, e que, por esse motivo, deturpou muitas falas dos colonos para satisfazer as autoridades policiais. Essa questão da ‘tradução equivocada’ de Walter Mittag foi destacada por outra testemunha dos indiciados de Porto União, o proprietário Francisco Pimpão. Segundo este, era do conhecimento de muitos em Porto União que o tradutor era “inimigo do integralismo”, fato esse que levou a uma deturpação dos depoimentos visando atender interesses do prefeito municipal e do delegado de polícia.<sup>606</sup>

Didio Augusto, funcionário público de União da Vitória, município paranaense limítrofe com Porto União, disse que nunca escutou nenhuma conversa ou ação de Carlos Paetzold, Frederico Carlos Buchen, Orestes Munhoz de Souza Ribas, Julio Radwanski, João Neubauer e Francisco José Winckler, a qual indicasse que estes organizavam algum movimento subversivo, uma vez que “lhes faltava todos os elementos, homens e armas, e são cidadãos pacíficos”. Mesmo sem saber “precisamente o motivo porque a Secretaria de Segurança Pública moveu esse processo contra os acusados”, suspeita que as razões do inquérito e das prisões se relacionavam a “apartes políticos anteriores ao Estado Novo.”<sup>607</sup>

Segundo a testemunha de defesa de José Mayrink de Souza Motta e Emilio Alexandre Sada, o farmacêutico Luiz Gonzaga Medeiros, em nenhum momento ele ficou sabendo que estes estavam envolvidos em qualquer trama subversiva. Da mesma maneira, afirmava que esse processo era “uma perseguição por parte do Dr. Humberto Pederneiras cunhado do interventor federal, porque ao passo que Emilio Sada é bem visto pelos funcionários subalternos, isso não sucede com o diretor da Estrada de Ferro de Blumenau”. Já com relação a José Mayrink, a ação era movida contra este por ser ele “um elemento de influência e popular da extinta Ação Integralista”.<sup>608</sup> Para o gerente da Caixa de Pensões da Estrada de Ferro Santa Catarina, Alcides Garcia, seria “público e notório que o inquérito feito em Blumenau foi realizado debaixo da maior coação, obrigando a polícia às testemunhas a declararem que Ewald Mund recebera de José Mayrink a missão de requisitar armas na Casa Hoepcke”, sendo que “em poder dos

---

<sup>606</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 721.

<sup>607</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 721-722.

<sup>608</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 719.

prisioneiros políticos de Blumenau não foi encontrado nem armamento nem munição”.<sup>609</sup>

Conforme Erich Kleine, testemunha de defesa de Antonio Reinert e Otto Laczinsky, estes nunca lhe falaram nada “sobre articular ou aliciar pessoas, organizar planos ou praticar qualquer ato violento que indicasse seu intuito era mudar a Constituição da República e o regime por ela estabelecido”. Da mesma maneira, seria voz corrente em Blumenau que “a declaração de que Reinert veio a Florianópolis a mando de Laczinsky foi obtida por coação da polícia” e “que a polícia ameaçou os presos integralistas de virem a Florianópolis declarando-lhes que caso confirmassem a acusação eles seriam soltos”. Nesse sentido, para Erich Kleine, o processo instaurado contra os acusados motivava-se por uma perseguição política, pois o “secretário de Segurança era leader do Partido Liberal na Assembleia Legislativa e que fizera vários discursos contra a Ação Integralista Brasileira”.<sup>610</sup> Segundo o ferroviário Luiz Reis, testemunha de defesa de João Ubaldo Sada e Erico Muller, em Blumenau, em alguns casos “os prisioneiros políticos foram obrigados a trabalhar nas obras do novo Fórum”, da mesma maneira que “coagidos a prestar declarações nesta Capital”, constituindo-se tal processo movido contra os integralistas em “denúncias infundadas”.<sup>611</sup>

De acordo com Silvio Piazero, ex-integralista de Jaraguá do Sul, testemunha de defesa de Oscar Carlos Otto Nagel e Artur Eugenio Carlos Wenserkky, estes “não receberam de Emmanuel Ehlers, Carlos Porto ou outro qualquer ordens, nem tampouco as transmitiram a Inácio Steinmacher Junior e Germano Mathias para articular e aliciar homens, a fim de mudar por meios violentos a Constituição da República ou a forma de governo por ela estabelecida”, sendo “público e notório que Artur Muller, escrivão de polícia, inimigo fidalgal dos integralistas, foi quem orientou e dirigiu todo o inquérito procedido no Jaraguá”. Para Piazero, esse processo instaurado contra os integralistas catarinenses não só em Jaraguá do Sul como em todo o estado seria uma perseguição política, visto que “antes de 10 de novembro o Partido Liberal a que pertencia o Segurança foi derrotado nas urnas em vários municípios pela AIB que fez prefeitos, vereadores e juízes de paz”.<sup>612</sup>

---

<sup>609</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 720.

<sup>610</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 726.

<sup>611</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 730.

<sup>612</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 723.

O uso de ações violentas e métodos truculentos parece ter sido algo recorrente durante as investigações policiais, visto que tais práticas são apontadas por muitos dos indiciados, assim como pelos advogados e testemunhas de defesa. Um dos municípios em que se relataram vários casos de violência foi Jaraguá do Sul, porém, a maioria destas não afirmou que as viu pessoalmente, mas sim que alguém lhe contou. Da mesma maneira que Silvio Piazero, o qual declarou que sabia que a “a polícia de Jaraguá praticou violências para apurar alguma coisa dos prisioneiros políticos”, o chauffer Bruno Paulo Oscar Mahnki, testemunha de defesa de Emanuel Ehlers e Artur Eugenio Carlos Wenserky, disse aos seus interrogadores que foram praticadas violências pela polícia “a fim de obter a confissão dos acusados”.<sup>613</sup>

Segundo o lavrador Augusto Büttgen, em Jaraguá do Sul a polícia “torturou Germano Ninow, sua esposa e um filho menor”,<sup>614</sup> e segundo João Lucio da Costa, “praticou violências contra os prisioneiros políticos e que essas violências consistiam em espancamentos”.<sup>615</sup> João Kanzler, testemunha de defesa de Augusto e Germano Ninow, acusou a polícia deste município de roubo, ao declarar que quando “Artur Muller deu a busca em casa de Germano levou uma quantia cuja importância exata ele não sabe”.<sup>616</sup> O advogado Luiz de Souza declarou em seu testemunho que em Jaraguá do Sul “muitos integralistas foram presos espancados com borracha, batidos a soco, pontapés, palavrões e apertados os dedos com prensa, sabendo o depoente ainda com toda certeza que uma dessas vítimas foi o preso Oscar Carlos Otto Nagel.”<sup>617</sup>

O lavrador Augusto Büttgen, testemunha de defesa de Carlos Eistadt, foi um destes que disse que “não viu, mas ouviu dizer que a polícia de Jaraguá praticou violências contra os prisioneiros que foram integralistas, prendendo os dedos numa prensa espancando com borracha a Nagel”,<sup>618</sup> assim como Benjamin Reiedtmann, o qual declarou que “Henrique Klein e um dos Ninow compareceram ao seu escritório e contaram-lhe que fizeram apertar os dedos dos prisioneiros políticos para obter-lhes a confissão”, e que ficou sabendo que “Carlos Otto Nagel foi tratado a empurrões deixando-o a polícia, sem comida, durante dois dias tanto que ficou doente tendo sido

---

<sup>613</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 724.

<sup>614</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 725.

<sup>615</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 728.

<sup>616</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 729.

<sup>617</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 741.

<sup>618</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 725.

depois submetido a tratamento”.<sup>619</sup> Para todas estas testemunhas de defesa, sem nenhuma exceção, o grande responsável por toda essa perseguição e violências em Jaraguá seria o escrivão de polícia Artur Muller, “inimigo fidalgo dos integralistas”.

Os marinheiros lotados na Capitânia dos Portos de Florianópolis, João Gomes da Cruz, Joaquim Ribeiro Borges, Manoel Serapião Barboza, Helvecio Lopes e Carlos José dos Santos atuaram como testemunhas de defesa no processo movido contra alguns militares catarinenses, supostamente envolvidos nos acontecimentos de 10 de março de 1938. Segundo o 1º Sargento da Armada Joaquim Ribeiro Borges, em nenhum momento Paulo Caires Pinto incutiu “na Capitânia dos Portos, na Base de Aviação Naval, ou em qualquer ponto, em marinheiros ou quaisquer outras pessoas movimentos revolucionários”, tampouco Paulo Vieira da Rosa ou Gentil Barbato teriam “aliciado ou articulado pessoas, organizado plantas e planos, dado ordens ou instruções, enfim praticado qualquer ato violento que demonstrasse que desejavam mudar a constituição e a forma de governo por ela estabelecido”.<sup>620</sup> O suboficial da Armada Nacional João Gomes da Cruz disse desconhecer qualquer participação ou ação de Paulo Caires Brito que indicasse estar ele planejando um movimento revolucionário.<sup>621</sup>

O 2º Sargento da Armada, Manoel Serapião Barbosa, considerou “uma injúria a acusação que ora pesa sobre o acusado João Ramos”, visto que nunca soube que este participou de “reuniões ou tivesse organizado planos tendentes a mudar e a subverter por meios violentos a Constituição e o regime por ela estabelecido; que nunca o acusado João Ramos procurou incutir nas ideias do depoente e dos demais colegas as suas; que nunca percebeu nem nunca notou nos gestos e palavras do acusado João Ramos a sua intenção de se aliar ou concorrer para qualquer movimento subversivo; que o conceito que o acusado João Ramos goza como suboficial entre os seus colegas e seus superiores é o melhor possível.”<sup>622</sup>

Em linhas gerais, podemos dizer que das 35 testemunhas ouvidas pelo juiz da 2ª Vara Criminal de Florianópolis, todas destacaram que as motivações do processo movido contra os integralistas estavam relacionadas às disputas políticas anteriores ao Estado Novo, e que os indiciados no Tribunal de Segurança Nacional não realizaram

---

<sup>619</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 727.

<sup>620</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 734.

<sup>621</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 735.

<sup>622</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 735.

nenhuma ação que indicasse um movimento subversivo. Da mesma forma, para a grande maioria dessas testemunhas de defesa, os depoimentos em que muitos Camisas-verdes confessaram participar de uma suposta ação subversiva foram extraídos a partir de violências físicas e psicológicas, realizadas pelos agentes policiais encarregados das investigações policiais, seja nas cidades onde foram colhidos os primeiros depoimentos, Jaraguá, Porto União, Brusque, Timbó, Blumenau e Joinville, ou na Capital do estado, na Penitenciária da Pedra Grande. Nesta prisão, o Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina reinquiriu todos os detidos enviados de outras partes do estado, muitas vezes altas horas da madrugada, em condições insalubres e degradantes.

Além dessas violências físicas e psicológicas, muitos integralistas estavam sujeitos a extorsões de delegados de polícia. Apesar de não encontrarmos nenhum caso deste tipo em Santa Catarina, podemos destacar um que aconteceu no estado do Rio de Janeiro, mais precisamente em Petrópolis. Neste município fluminense, o delegado responsável pelas apurações das movimentações subversivas, Anuar Farah, o mesmo que havia apreendido caixas de armas no Departamento Nacional do Café, em 15 de fevereiro de 1938,<sup>623</sup> foi “preso e recolhido a uma das salas da 2ª Delegacia Auxiliar de Niterói” no final de julho de 1938. Segundo o periódico *Diário da Tarde*, o delegado de Petrópolis era “um dos principais acusados no escandaloso caso de extorsões a presos políticos detidos pela polícia fluminense. Entre as acusações mais graves, figura a do advogado Aldo Gabiroberitz, que afirma haver entregue ao sr. Anuar Farah, a importância de 35:000\$000, com o que conseguiu libertar vários dos seus constituintes”.<sup>624</sup>

Juntamente com os depoimentos das testemunhas de defesa enviados para o Tribunal de Segurança Nacional, entre junho e agosto de 1938 chegaram aos juízes deste tribunal documentos, cartas e telegramas, alguns de figuras de destaque da sociedade catarinense, como militares, industriais e delegados de polícia, os quais buscavam auxiliar na defesa dos Camisas-verdes catarinenses indiciados no Rio de Janeiro. Everaldo Leite foi um destes que enviou as notas dos hotéis nos quais esteve hospedado quando de sua estadia nos estados do Paraná e de Santa Catarina, e das passagens viárias de seu deslocamento pelos estados da região Sul no final do ano de

---

<sup>623</sup> Cf. p. 117.

<sup>624</sup> Acusado de praticar extorsões o ex-delegado Anuar Farah. *Diário da Tarde*, Florianópolis, 28 jul. 1938.

1937. Segundo Everaldo Leite, diferentemente do que a polícia catarinense havia colocado em seu relatório enviado ao TSN sobre o movimento de março de 1938, ele não forneceu nomes falsos durante sua viagem pela região Sul, o que tais notas fiscais comprovariam. Sua viagem pelos estados do Sul do país não estaria relacionada a um movimento subversivo, mas sim a organização da Associação Brasileira de Cultura, entidade beneficente e cultural em que havia se transformado a AIB após o fechamento de todos os partidos políticos.<sup>625</sup>

O comandante do 3º Batalhão de Sapadores lotado em Vacaria, Fernando de Saboia Bandeira de Mello, partiu em auxílio de Álvaro Luz. Este coronel do Exército escreveu ao presidente do TSN dizendo “que sobre o Dr. Álvaro Luz, que trabalha há mais de ano neste batalhão, não paira a menor suspeita de ter assumido atitudes integralistas, quer na cidade, quer no município de Vacaria”.<sup>626</sup> Da mesma maneira que o coronel Bandeira de Mello, os industriais de Brusque, Carlos e Otto Renaux, Hugo Schlösser e J. C. Renaux-Bauer, respectivamente proprietários da Fábrica de Tecidos Carlos Renaux, Companhia Industrial Schlösser e Indústrias Renaux, comunicaram a mais alta corte do país “que nada nos consta ter Ewald Schaefer chefiado aqui ou mesmo articulado a fim de depor governo municipal ou perturbar ordem pública”.<sup>627</sup>

De Porto União foram dirigidos ao Tribunal de Segurança Nacional dois telegramas de agentes públicos em defesa de acusados no ‘Processo nº 526’. Um destes, curiosamente partiu do delegado de polícia Humberto Zarantoniello, o mesmo que havia apurado as movimentações subversivas neste município, e atestava “que nada consta que desabone a conduta civil do Sr. Otkar Rodolfo Gruba”.<sup>628</sup> Já o segundo telegrama proveniente de Porto União veio em defesa do ex-promotor público João Cleto Corrêa Mourão, o qual, conforme o juiz de direito local, Alencar Caldeira, quando “exerceu o cargo de Promotor Público desta Comarca, foi sempre cumpridor de seus deveres, desempenhando essa função com zelo, aptidão, inteligência e dedicação”,<sup>629</sup>

Em defesa de João Cleto Corrêa Mourão foram enviados telegramas do município paranaense de União da Vitória, limítrofe com Porto União. O juiz de direito desse município paranaense, Osório Netto da Costa, enviou um telegrama ao TSN

---

<sup>625</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 790-794.

<sup>626</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 748.

<sup>627</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 750.

<sup>628</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 753.

<sup>629</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 758.



afirmando que o ex-promotor público de Porto União, por muito tempo “exerceu a advocacia, perante este juízo, tendo sempre se conduzido com inteligência, dedicação e honestidade, a par de uma conduta irrepreensível, tanto na sua vida pública como privada”.<sup>630</sup> Ainda de União da Vitória pronunciou-se em defesa de João Cleto Corrêa Mourão o delegado de polícia local, o qual atestou, “por me ser pedido, que revendo o arquivo desta delegacia, nada foi encontrado em desabono a conduta do snr. Dr. João Cleto Corrêa Mourão e até a presente data nenhuma denúncia ou queixa recebeu esta delegacia com relação ao mesmo”.<sup>631</sup>

No auxílio do capitão Paulo Vieira da Rosa foi enviado um telegrama ao Tribunal de Segurança Nacional, um “documento de defesa sonegado aos referidos autos pelo Sr. secretário de Segurança Pública de Santa Catarina”, do tenente-coronel Cândido Caldas, comandante do 14º Batalhão de Caçadores, sediado em Florianópolis. Neste, o tenente-coronel esclarecia aos juízes que após um “inquérito policial militar procedido nesta guarnição para apurar responsabilidades de elementos militares em movimento articulado neste estado contra o regime” verificou-se que não houve nesse local nenhum “aliciamento de elementos militares para que fosse levada a efeito a intentona planejada contra o regime atual por adeptos do extinto partido integralista, e, muito menos, o envolvimento de oficiais, sargentos e demais praças, na referida intentona, salvo o aparecimento do nome do capitão Paulo Weber Vieira da Rosa que surge como tendo estado em contacto com um civil seriamente comprometido na trama integralista”. Todavia, apesar do nome do capitão do Exército aparecer nos depoimentos dos conspiradores, segundo as apurações de Cândido Caldas, “o oficial referido não teve entendimento com elementos militares para fins subversivos, não se fazendo sentir sua atuação junto à tropa”.<sup>632</sup>

Na defesa do capitão Gentil Barbato foram enviadas duas cartas, além do resultado do inquérito policial militar instaurado no quartel general da 1ª Região Militar para apurar suas responsabilidades nas movimentações subversivas de março de 1938. Conforme as declarações de Gentil Barbato nesse inquérito aberto no quartel da 1ª Região Militar, do qual ficou encarregado o general Almério de Moura, ele “nunca ouviu falar em movimento subversivo que a extinta Ação Integralista pretendia levar a

---

<sup>630</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 761.

<sup>631</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 763.

<sup>632</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 779.

efeito [...] causando-lhe mesmo surpresa o aparecimento do seu nome na lista que acompanhou tal relatório”. Nesse sentido, “perguntado a que atribui o aparecimento de seu nome na relação que acompanho o relatório de polícia”, respondeu que “com relação a inclusão do seu nome nesta lista não sabe a que atribuir, a não ser o fato de ter sido até três de dezembro integralista, o que era do conhecimento de todos os seus superiores”.<sup>633</sup>

Uma das cartas em defesa de Gentil Barbato foi escrita pelo 1º tenente da Força Pública de Santa Catarina, Osmar Romão da Silva. Segundo apurado no inquérito policial, este supostamente participou duma conversa com o acusado, Trogilio Melo e Agapito Mafra na Praça XV de Novembro em Florianópolis, em fevereiro de 1938, onde discutiu-se sobre uma revolução integralista. De acordo com a missiva de Osmar Romão da Silva, em nenhum momento Gentil Barbato falou em revolução ou proferiu ofensas contra as autoridades constituídas, “porque se o tivesse feito, eu, que devia e devo fidelidade ao regime como oficial da Força Pública, e particularmente por ser amigo e dever gratidão ao Sr. Nereu Ramos, seria o primeiro a comunicar sua conversa às autoridades estaduais”. Segundo o 1º tenente da Força Pública de Santa Catarina, ao invés de ofensas, Barbato pronunciou elogios ao interventor catarinense, dizendo que “homens da sua envergadura e ação o integralismo precisava”.<sup>634</sup>

A outra carta enviada pela defesa de Gentil Barbato ao Tribunal de Segurança Nacional foi escrita por Danilo Carneiro Ribeiro e endereçada, primeiramente, ao capitão do Exército. Segundo o relato de Danilo Carneiro Ribeiro presente nesta, durante os seus depoimentos percebeu a insistência do secretário de Segurança Pública associar os nomes de Gentil Barbato e Paulo Vieira da Rosa ao pretense movimento subversivo. Tal fato não causou surpresa, visto que “sabia da inimizade pessoal entre ambos e o interventor e por terem sido ambos membros do integralismo, com o agravante de haver sido o capitão Paulo Vieira da Rosa candidato a deputado federal e filho do General Vieira da Rosa – inimigo mortal do mesmo interventor”.<sup>635</sup>

Entretanto, mesmo percebendo tal artimanha de seus interrogadores para incriminar Vieira da Rosa e Gentil Barbato, “a capciosidade das perguntas e a coação constantemente exercida” levaram Danilo Carneiro Ribeiro a “cair em muitas

---

<sup>633</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 786-787.

<sup>634</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 781-782.

<sup>635</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 784.

contradições nos 11 depoimentos prestados”. Assim sendo, por julgar que tal ato não afetaria o militar, e por “estar completamente exausto e deprimido ao prestar o undécimo depoimento aquela alta hora da madrugada e ver nessa minha declaração um meio de encurtar a tortura que sofria continuamente”, relatou num desses depoimentos que seguindo ordens de Gentil Barbato enviou um telegrama a Emilio Sada em Blumenau.<sup>636</sup>

Em seus 11 depoimentos prestados, Danilo Carneiro Ribeiro foi sempre acompanhado de perto pelo “Secretário de Segurança e seus auxiliares, em mangas de camisa, ostensivamente armados de revólveres e cassetete”, os quais “procuravam fazer-me sentir a ameaça constante de espancamento e tentavam entibiar-me com a promessa de que seria remetido a polícia carioca, que, segundo eles, possuíam meios mais violentos para obrigar confissões”, ou seja, arrancavam “unhas dos prisioneiros” e aplicavam “torqueses nos testículos”. Devido a tal situação, “nem sempre as minhas respostas traduziam fielmente o meu pensamento, e o cansaço, a exaustão, causados pela má alimentação, pelos maus tratos, pela depressão moral consequente, não deixavam que eu reconhecesse as falhas dos meus depoimentos”.

Ainda de acordo com a missiva de Danilo Carneiro Ribeiro, “além da rigorosa incomunicabilidade a que foram sujeitos os presos inimigos políticos do interventor, das precárias condições higiênicas dos cubículos úmidos, da deficientíssima alimentação, das ameaças de espancamento, das notícias alarmantes e deprimidoras”, eram alvos de longos e desgastantes depoimentos, “todos eles a altas horas da madrugada, sempre rodeado de uma encenação destinada a me aterrorizar e acovardar”.<sup>637</sup> Dessa forma, Danilo Carneiro Ribeiro pedia a compreensão de Gentil Barbato, visto que “ante essa permanente coação e sem que tivesse a menor prática, não poderia ter sempre claro o que ia dizer e não me seria possível, como muitas vezes sucedeu, perceber a má fé da tocaia trazida no bojo de muitas perguntas”.<sup>638</sup>

Sabendo que tal carta seria lida pelos juízes do Tribunal de Segurança Nacional, além da defesa de Gentil Barbato e de narrar as condições insalubres de sua reclusão, Danilo Carneiro Ribeiro aproveitou este canal de comunicação direta com os julgadores do processo para manifestar a sua versão dos fatos decorridos em Santa Catarina em

---

<sup>636</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 783-785.

<sup>637</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 783-785.

<sup>638</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 784.

março de 1938 e relatar as perseguições que os Camisas-verdes sofriam nesse estado, e o que julgava serem os motivos destas. Segundo este, o governo estadual perseguia ele e os Camisas-verdes, pois seu pai, o promotor público e advogado Heráclito Carneiro Ribeiro, contrariou “interesses políticos do atual interventor, chefe do Partido Liberal, quando membro do Tribunal Regional de Justiça Eleitoral, onde dera ganho de causa à Ação Integralista Brasileira em processos e recursos e, posteriormente, se tornou candidato ao senado federal por este último partido; daí haver ganho a inimizado do citado interventor”.<sup>639</sup>

As perseguições de integralistas em Santa Catarina, que aconteciam desde o ano de 1935, segundo Danilo Carneiro Ribeiro, intensificaram-se a partir das eleições municipais de 1936, e das consequentes decisões judiciárias de seu pai Heráclito Carneiro Ribeiro, as quais beneficiaram os Camisas-verdes vencedores nas urnas. Desse momento em diante, o governo catarinense passou a agir através de “demissões arbitrárias”, mas também por meio de “perseguições violentas que justificaram a concessão de numerosos habeas-corpus”, como “a chacina de Jaraguá, de que resultaram ferimentos em mais de 30 pessoas e os assassinatos de Ricardo Strelow e Fernando Sacht, do bárbaro assassinio de Ricardo Gruenwaldt, em seu próprio lar, por um sargento de polícia, delegado em Jaraguá, de todas as brutais perseguições contra o extinto integralismo que todo o Brasil não desconhece”. Para Danilo Carneiro Ribeiro nenhuma movimentação subversiva aconteceu em Santa Catarina em março de 1938, sendo tudo isto apenas mais um capítulo duma longa perseguição dos liberais catarinenses, liderados pelo governador Nereu Ramos, aos Camisas-verdes.<sup>640</sup>

### **4.3 – Os julgamentos dos revoltosos catarinenses no Tribunal de Segurança Nacional**

Enquanto os juízes do TSN analisavam os depoimentos das testemunhas de defesa, muitos integralistas que se encontravam presos na Penitenciária da Pedra Grande desde março de 1938 começaram a ser libertados. Tais libertações aconteceram mediante habeas-corpus impetrados no TSN pelos advogados destes Camisas-verdes reclusos. Em 3 de junho de 1938, conforme os periódicos da Capital catarinense,

---

<sup>639</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 783.

<sup>640</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 783.

“Danilo Carneiro Ribeiro e Ewald Schaeffer impetraram [...] um ‘habeas-corpus’ aquele tribunal,”<sup>641</sup> solicitando sua liberdade, a qual foi concedida alguns dias depois.

Ao mesmo tempo que os civis catarinenses presos, supostamente envolvidos em movimentações subversivas, acionavam o TSN, os capitães do Exército Paulo Vieira da Rosa e Gentil João Barbato procuravam as mais altas esferas militares. Em 22 de junho de 1938 “impetraram ‘habeas-corpus’ ao Supremo Tribunal Militar os capitães Paulo Vieira da Rosa e Gentil João Barbato, presos no 1º Regimento de Cavalaria Divisionária, à ordem do Ministro da Guerra e à disposição do Tribunal de Segurança desde o dia 28 de maio último, pedindo que sejam postos em liberdade, sem prejuízo do processo instaurado contra os mesmos”.<sup>642</sup> Em 15 de julho de 1938, à revelia do TSN, “por ordem do Ministro da Guerra”, os dois militares já se encontravam em liberdade.<sup>643</sup>

Conforme o jornal *Diário da Tarde*, em 27 de junho de 1938 julgaram-se outros habeas-corpus no TSN referentes aos Camisas-verdes presos em março de 1938, supostamente envolvidos em conspirações subversivas. Figuraram na pauta dos juízes do TSN nesse dia “os seguintes habeas-corpus de Santa Catarina: N. 34, pacientes Alfredo Baumgarten e outros. Impetrante dr. Paulo Martins Filho e relator juiz comandante Lemos Bastos; N. 35, pacientes José Mayrink de Souza Motta e outros. Impetrante dr. Francisco de Oliveira e Silva e relator juiz dr. Pedro Borges”.<sup>644</sup> Ao que tudo indica, segundo este jornal florianopolitano, “em favor de José Mayrink de Souza Motta e mais vinte e nove implicados no caso integralista de março, em Santa Catarina, o Tribunal de Segurança concedeu, por unanimidade de votos, duas ordens de ‘habeas-corpus’, a fim dos mesmos se defenderem em liberdade no processo que lhes foi instaurado”.<sup>645</sup> Segundo o *Correio Brusquense*, os grandes responsáveis pelos habeas-corpus em favor dos Camisas-verdes não seriam os juízes do TSN, mas sim Getúlio Vargas, visto que “por ordem do eminente Chefe da Nação, foram postos em liberdade todos os integralistas que se achavam recolhidos a penitenciária do Estado em Florianópolis”.<sup>646</sup>

---

<sup>641</sup> Dois integralistas catarinenses requereram habeas corpus. *A Gazeta*, Florianópolis, 05 jun. 1938; Impetram habeas corpus integralistas de Santa Catarina. *Diário da Tarde*, Florianópolis, 06 jun. 1938.

<sup>642</sup> Capitães Rosa e Barbato. *O Estado*, Florianópolis, 22 jun. 1938.

<sup>643</sup> Postos em liberdade os capitães Paulo Vieira da Rosa e Gentil Barbato. *Diário da Tarde*, Florianópolis, 20 jul. 1938.

<sup>644</sup> Os julgamentos de hoje, do Tribunal de Segurança. *Diário da Tarde*, Florianópolis, 27 jun. 1938.

<sup>645</sup> Os julgamentos de hoje, do Tribunal de Segurança. *Diário da Tarde*, Florianópolis, 27 jun. 1938.

<sup>646</sup> Soltos todos os integralistas, na Capital. *Correio Brusquense*, Brusque, 09 jun. 1938.

Em 15 de agosto de 1938, de posse de todos os depoimentos das testemunhas de defesa coletados em Florianópolis no final de junho, o juiz do TSN Pedro Borges da Silva, responsável pelo julgamento do ‘Processo nº 526’, o qual investigava as movimentações subversivas dos Camisas-verdes em Santa Catarina em março de 1938, marcou para o dia 19 de agosto de 1938 o primeiro julgamento. Ainda neste momento, Pedro Borges da Silva nomeou como seu auxiliar nessa sessão o procurador-adjunto Francisco de Paulo Leite e Oiticica Filho. No dia 19 de agosto, os únicos acusados presentes no julgamento do processo nº 526 foram os capitães Gentil Barbato e Paulo Vieira da Rosa. Destes, somente Gentil Barbato teve a possibilidade de se expressar perante o tribunal, ao ser qualificado pelo juiz do TSN, declarando possuir “provas a apresentar em prol de sua defesa e do que se encarregará o seu advogado”.

Conforme Silvia Regina Ackermann (2010, p. 88), a participação dos acusados nos julgamentos, e sua possibilidade de arguir durante a realização dos mesmos diminui durante os anos de funcionamento do Tribunal de Segurança Nacional. Primeiramente foi limitado “o número de testemunhas de defesa, assim como, o tempo de apresentação da defesa oral. Por fim, não [se] admitiu mais debates orais e [se] podia dispensar a presença do réu”. Durante o julgamento do ‘Processo nº 526’ no TSN, Gentil Barbato falou perante os juízes por nunca ter sido qualificado, em nenhum momento das investigações, e por esse motivo foi solicitado a ele algumas informações, e, conseqüentemente, concedido uma possibilidade de que se expressasse perante o tribunal. Diferentemente de Paulo Vieira da Rosa, que, apesar de presente, não falou em nenhum momento do julgamento, pois “foi dispensada a qualificação do acusado” devido ao fato de “já ter sido qualificado no inquérito policial procedido no estado de Santa Catarina”.<sup>647</sup> Ao que tudo indica, nos meados de 1938, o TSN já estaria dispensado a presença do réu, ou no mínimo “os debates orais”.

Em 19 de agosto de 1938, após qualificar o acusado presente, Pedro Borges da Silva declarou aberta a audiência do TSN responsável pelo julgamento dos indiciados no processo nº 526 proveniente de Santa Catarina. Logo em seguida passou palavra ao procurador-adjunto Francisco de Paulo Leite e Oiticica Filho, o qual teceu suas considerações sobre o caso em julgamento, suas análises sobre o parecer de Gilberto Goulart de Andrade e sobre os depoimentos das testemunhas de defesa. De acordo com o parecer do procurador-adjunto, o processo em julgamento era composto

---

<sup>647</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 798.

...dos inquéritos de Florianópolis, de Brusque, de Blumenau, de Timbó, de Jaraguá, de Rio do Sul e Porto União e que todo o movimento foi provocado por José Mayrink de Souza Motta e Ewencio Elias noticiando aos principais integralistas dos referidos núcleos que iria deflagrar naquele dia um movimento revolucionário no Distrito Federal apoiado pelas forças armadas e em virtude do qual seria levado a alta administração do país o senhor Plínio Salgado, então considerado chefe nacional do Sigma. Determinara ao chefe municipal de Blumenau Otto Laczynski que procurasse um aparelho de rádio a fim de ouvir a senha da vitória ou do fracasso do movimento que deveria ser transmitido pela estação radiofônica Mayrink Veiga [...] determinou ainda Mayrink que enviasse emissários a Brusque e aos outros pontos de Santa Catarina a fim de transmitir a mesma notícia aos correligionários daqueles núcleos para de prontidão aguardarem a comunicação radiofônica. Igual procedimento tivera Ewencio Elias em Porto União. Depreende-se, portanto, de todo o processo que nada houve em Santa Catarina além da ansiedade dos partidários do Sigma em volta do aparelho radiofônico para aguardar a notícia alviçareira para eles desse movimento que não deflagrou. A dependência do processo integralista nesse crime não perpetrado no Distrito Federal exclui da ação penal quase todos os indiciados com exceção apenas dos que transmitiram a falsa notícia, para os quais o membro do Ministério Público pediu a punição constante do art. 12<sup>648</sup> da lei 38 de 4 de abril de 1935.<sup>649</sup>

De certa maneira, em seu pronunciamento o procurador-adjunto do Tribunal de Segurança Nacional eximiu a maioria dos integralistas catarinenses de qualquer culpa ou participação nessa ação subversiva de março de 1938, pedindo punição apenas José Mayrink de Souza Motta e Ewencio Elias, aqueles que haviam transmitido “a falsa notícia”.

Após as considerações iniciais de Francisco de Paulo Leite e Oiticica Filho, a palavra foi concedida aos advogados dos acusados. Heráclito Carneiro Ribeiro, defensor da maior parte dos indiciados, foi quem expôs primeiramente sua defesa, dizendo que frente às conclusões de Oiticica Filho seu trabalho tornou-se fácil. Além de elogiar as considerações do procurador, visto que “o inquérito policial de onde foram deduzidas as provas de acusação é um produto do ódio político partidário e da coação exercidas pelo secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, ex-líder do partido político anterior

---

<sup>648</sup> Segundo o artigo 12, da Lei nº 38, de 4 de abril de 1935, fica sujeito a pena de detenção de 15 a 90 dias, todo aquele que “divulgar, por escrito, ou em público, notícias falsas sabendo ou devendo saber o que são, e que possam gerar na população desassossego ou temor”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

<sup>649</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 798.

ao Estado Novo dominante na situação, em castigo a derrota que lhe infringira os integralistas nas últimas eleições feridas naquele estado”, pedia também a absolvição de Ewencio Elias e José Mayrink de Souza Motta.<sup>650</sup>

Ainda de acordo com o relato de Heráclito Carneiro Ribeiro perante o TSN, ele seria uma “testemunha de que os depoimentos eram colhidos as caladas da noite e sob as maiores torturas, e seu próprio filho Danilo Carneiro Ribeiro sofrera as maiores coações e fora inquirido onze vezes, para se conseguir as declarações que convinhassem ao chefe de polícia para envolver no processo os seus adversários políticos”. Conseqüentemente, e devido ao fato de que em poder dos integralistas catarinenses não encontrou-se “nenhuma arma”, o que torna “muito singular esse movimento para subverter violentamente a administração do estado sem meios eficientes para levar a efeito tal propósito”, e às suspeitas de violência durante o colhimento dos interrogatórios, o ex-promotor público de Florianópolis requeria a absolvição de todos os indiciados no Processo nº 526, sem nenhuma exceção<sup>651</sup>

Em seguida a Heráclito Carneiro Ribeiro, o advogado de seu filho Danilo Carneiro Ribeiro, Carlos Povina Cavalcanti, tomou a palavra. Para este, após elogiar o “minucioso estudo dos autos feito pelo procurador-adjunto”, o atual “secretário de Segurança Pública foi o urdidor do processo com o propósito único de nele envolver o acusado para indiretamente ferir o desembargador Heráclito Carneiro Ribeiro em vingança a não satisfação dos interesses políticos dessa autoridade quando liderava o partido situacionista no estado de Santa Catarina, votando no tribunal eleitoral muitas vezes em apoio às justas decisões garantidoras dos direitos dos seus adversários”.<sup>652</sup> Como seu cliente havia sido absolvido, apenas queria deixar registradas as ações questionáveis realizadas pelo interventor catarinense e os membros de seu governo, e de seu antigo partido, as quais deveriam ser levadas em consideração quando dos julgamentos de todos aqueles supostamente envolvidos nos eventos de março de 1938.

Logo após Carlos Povina Cavalcanti, quem ocupou a tribuna de defesa foi Francisco de Oliveira e Silva, advogado dos militares Paulo Weber Vieira da Rosa, Gentil Barbato e do civil Jacy Tolentino de Souza. Este, além da defesa de seus constituintes destacou brevemente ser “estranhável que esses oficiais ao invés de

---

<sup>650</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 798.

<sup>651</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 798.

<sup>652</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 798.



articularem um movimento revolucionário com os seus próprios camaradas e comandados da Força Militar fizessem essa articulação com paisanos sem qualquer eficiência indispensável ao fim que se propunham.”<sup>653</sup> Por fim, encerrando os pronunciamentos de defesa falaram os advogados de Álvaro Luz, Guilherme Gomes de Matos, e de Everaldo Leite Pereira, João Romero Netto, os quais foram breves, destacando que a defesa de seus constituintes já havia sido feita pelo procurador adjunto Oiticica Filho. Ao final das declarações do procurador-adjunto e dos advogados dos acusados, Pedro Borges da Silva proferiu sua sentença. Nesta, pedia a condenação dos “réus José Mayrink de Souza Motta a 52 dias e 12 horas de prisão celular, grau médio do art. 12, da Lei 38 de 4 de abril de 1935” e de “Ewencio Elias a quinze dias de prisão celular, grau mínimo do mesmo artigo”, e a absolvição dos “demais acusados da acusação que se lhes fez.”<sup>654</sup>

A sentença proferida pelo juiz do TSN veio acompanhada das suas considerações, nas quais declarou que “os inquéritos referentes às atividades integralistas em Santa Catarina deixam evidente a ineficiência do esforço dos partidários do Sigma para a subversão da ordem constitucional. A polícia, atenta, exerceu em tempo sua ação preventiva, não permitindo a articulação de qualquer movimento integralista, em Santa Catarina, com a finalidade de substituir, por meios violentos, a forma de governo existente”. Entretanto, mesmo considerando uma possível mobilização dos Camisas-verdes, Pedro Borges da Silva acreditava que a AIB “naquele estado do Sul não dispunha de elementos bastantes para agitar as massas, num movimento subversivo de ordem pública, de molde a pôr em perigo o governo local, substituindo-o pelo regime corporativo e menos para fortalecer qualquer golpe que se levasse a efeito nesta capital”.<sup>655</sup>

Ainda conforme Pedro Borges da Silva, “a ação dos elementos enviados do Rio de Janeiro resultou infrutífera nos antigos núcleos catarinenses, quer a relativa à conversão do partido em associação de cultura, quer a que teve por objetivo a articulação daqueles elementos para a posse dos cargos locais, no caso da vitória do movimento planejado nesta Capital (Rio de Janeiro) para o dia 11 de março”. E assim, pelos motivos expostos concluiu sua arguição declarando “que não houve em Santa

---

<sup>653</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 799.

<sup>654</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 799-800.

<sup>655</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 802.

Catarina a articulação de nenhum plano político partidário por parte dos acusados com a finalidade de substituir por meios violentos o governo constituído, sendo ainda certo que nem contavam com um número suficiente de partidários do Sigma, nem possuíam armamento e munição indispensáveis a eficiência de qualquer rebelião com esse propósito”. Dessa forma, contrariando as considerações do representante do Ministério Público, Gilberto Goulart de Andrade, e confirmando as análises do procurador Oiticica Filho, Pedro Borges da Silva recomendava apenas as condenações de “José Mayrink de Souza Motta e Ewencio Elias, provocadores de toda a agitação nos partidários da extinta Ação Integralista”.<sup>656</sup>

Após a sessão realizada em 19 de agosto de 1938, e da sentença proferida pelo juiz Pedro Borges da Silva, a decisão deste foi encaminhada para “o Tribunal Pleno” do TSN. Este deveria julgar a sentença de Pedro Borges da Silva, ou seja, decidir se acatava a decisão desse magistrado ou requisitava uma revisão da mesma. Enquanto esse parecer do Tribunal Pleno não era conhecido, foram enviados pelo TSN para as polícias do Rio de Janeiro e de Santa Catarina telegramas determinando as prisões imediatas de José Mayrink de Souza Motta e Ewencio Elias. A pena imputada a eles pelo juiz do TSN foi a mesma proferida pelo procurador-adjunto Oiticica Filho, ou seja, ao primeiro, “1 mês, 22 dias e 12 horas de prisão celular”,<sup>657</sup> enquanto para o segundo, “15 dias de prisão celular”<sup>658</sup>.

Em agosto de 1938 aconteceu o julgamento dos Camisas-verdes paranaenses, os quais foram denunciados pela “remessa de vários automóveis e caminhões para os integralistas” residentes em várias regiões do estado. Com exceção dos acusados Sofia de Lima e Valentim Coelho, condenados a 8 meses de detenção,<sup>659</sup> o restante destes foi absolvido de todos “os crimes que estavam denunciados pela procuradoria”. Segundo o periódico florianopolitano *A Gazeta*, “mais um processo contra os elementos da extinta AIB” havia sido “julgado improcedente pelo Tribunal Especial”.<sup>660</sup>

Em 19 de setembro de 1938, na Sala das Sessões do Tribunal de Segurança Nacional, foram “vistos e examinados os presentes autos da Apelação nº 177, em que é apelante o juízo singular e são apelados Paulo Vieira da Rosa e outros”. Nesta sessão, a

---

<sup>656</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 814.

<sup>657</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 815.

<sup>658</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 816.

<sup>659</sup> Integralistas do Paraná julgados pelo TSN. *Diário da Tarde*, Florianópolis, 20 ago. 1938.

<sup>660</sup> Absolvidos os integralistas do estado do Paraná. *A Gazeta*, Florianópolis, 28 ago. 1938.

qual analisou a sentença e as considerações do juiz Pedro Borges da Silva sobre o movimento subversivo em Santa Catarina, decidiu-se que “a despeito de não ser mais a Ação Integralista Brasileira uma associação partidária com funcionamento legal, ex-vi do Decreto-Lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937, se verifica dos autos que, no estado de Santa Catarina, em março do corrente ano, na qualidade de filiados àquela sociedade, se articularam para a prática de atividades tendentes a subversão da ordem política os acusados Danilo Carneiro Ribeiro, Otto Laczynski, Antonio Reinert, Ewald Mund, Alfredo Baumgarten, Oswaldo Buerger, Willy Siebert, Julio Baumgarten, Alberto Dietrichkeit, Curt Boehme, José de Oliveira, Julio Radwanski, João Neubauer, João Albino Muller, Arino Bianco, Carlos Paetzold, Xavier Schneider, Evald Schaeffer e Emanuel Ehlers”.<sup>661</sup>

Partindo de tal constatação, a de que os ex-integralistas haviam se reunido enquanto ex-membros de um partido político num momento em que a existência destes estava proibida no país para “a prática de atividades tendentes para a subversão da ordem”, o juizado do Tribunal Pleno do Tribunal de Segurança Nacional, composto pelo Coronel Costa Netto, Comandante Lemos Bastos, Pereira Braga, Raul Machado, Pedro Borges da Silva e Campos da Paz, presididos pelo desembargador Frederico de Barros Barreto, por maioria de votos, “resolve desclassificar o delito, em que na denúncia de fls. foram declarados incurso, para o art. 20 § 2º da Lei nº 38 de 1935,<sup>662</sup> e condenar, como condena, os referidos acusados à pena de 3 meses de prisão celular, grau mínimo do mencionado artigo, reconhecida na ausência de agravantes do art. 18 parágrafo único do Decreto-Lei nº 88, de 20 de dezembro de 1937.”<sup>663</sup> Além de José Mayrink de Souza Motta e Ewencio Elias que já haviam sido condenados em 19 de agosto de 1938, mais 19 catarinenses foram condenados pelo TSN a penas de detenção por participação nas movimentações subversivas dos Camisas-verdes catarinenses em março de 1938.

---

<sup>661</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 820.

<sup>662</sup> Segundo o Inciso 2º, do Artigo 20, da Lei nº 38, de 4 de abril de 1938, fica sujeito a uma pena de prisão celular de 3 meses a 1 ano, todo aquele que “promover, organizar ou dirigir sociedade de qualquer espécie, cuja atividade se exerça no sentido de subverter ou modificar a ordem política ou social por meios não consentidos em lei”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1930-1939/lei-38-4-abril-1935-397878-republicacao-77367-pl.html>. Acesso em: 24 jan. 2019.

<sup>663</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 820.

**Tabela 1:** Relação dos juízes do TSN, Advogados, Réus e Testemunhas

Juízes do TSN	Advogados dos Réus	Réus	Testemunhas dos Réus
Pedro Borges da Silva Coronel da Costa Netto Comandante Lemos Bastos Pereira Braga Raul Machado Campos da Paz Frederico de Barros Barreto Francisco de Paulo Leite e Oiticica Filho (Procurador-Adjunto)	Heráclito Carneiro Ribeiro	João Ramos; Paulo Caires Pinto; Adail Gastão; Emílio Sada; Antonio Reinert; Ewald Mund; Osvaldo Buerger; Alfredo Baumgarten; Erico Muller; Willy Siebert; Julio Baumgarten; Alvim Graupner; Erwino Possamai; Alberto Dietrichkeit; Curt Boehme; José de Oliveira; Carlos Brandes; Oscar Otto Carlos Nagel; Henrique Nagel; Alvino Maier; Ignacio Steinmacher Junior; Germano Mathias; Germano Ninow; Augusto Ninow; Carlos Eichstaedt; Ernesto Daniel Mathias; Carlos Gunther; Ricardo Roeder; Carlos Frorischs; João Cleto Correa Mourão; João Neubauer; João Albino Muller; Ladislau Szmanski; Francisco José Wincler; Arino Bianco; Carlos Paetzold; Jacob Alfredo Vogel; Xavier Schneider; Max Becker; Albino Nicolau Weber; Amandio Sturmer; Willy Lehrer; Wilibaldo Sturmer; Elfrid Legat; Jacob João Weber; Boleis Szmanski; Arlindo Becker; Guilherme Buggenhagen; Luiz Nogueira da Gama; Jaci Tolentino de Souza; Antonio Gony Germano; Abilio Holzmann; Alberto Stein; João Ubaldo Sada; Henrique Friess; José Mayrink de Souza Motta; Otto Laczynski; Euvaldo Schaefer; Emanuel Ehlers; Ewencio Elyas; Julio Radwanski; Frederico Carlos Buchen Jr.; Rodolfo Ottkar Grubba; Orestes Munhoz	Luiz Medeiros; Luiz de Souza; Antonio Fleury Barbosa; Osllyn Costa; Henrique Rupp Jr.; Antonio Nunes Varella; Reinaldo Gleich; Oscar Gustavo Krieger; Helvecio Lopes; José Dutra; Erich Kleine; Ervin Belz; Alcides Garcia; Benjamin Reiedttmann; Silvio Piazera; Guilherme Radünz; Augusto Buttgan; João Lucio Costa; Otto Krieger; Ervino Grützmacher; Luiz Reis; Nicacio Heusy; José Lescoviz; Bruno Mahnslu; Vilhelm Kiehne; Henrique Klein; Pedro Moacyr Assis; Coronel Francisco Octaviano Pimpão; Hortencio Baptista; João Gomes da Cruz; Braz Limonge; Joaquim Borges; Manoel Barbosa; Carlos dos Santos; José Dutra
	Carlos Povina Cavalcanti	Danilo Carneiro Ribeiro	
	Francisco de Oliveira e Silva	Paulo Weber Vieira da Rosa; Gentil Barbato e Jacy Tolentino de Souza	
	Guilherme Gomes de Mattos	Álvaro Luz	
	João Romero Netto	Everaldo Pereira Leite	

Fonte: BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175.

Logo após essa sentença, o desembargador Heráclito Carneiro Ribeiro, o qual transferiu sua residência para o Rio de Janeiro em junho de 1938 para advogar em defesa de seus clientes envolvidos com as movimentações de março de 1938,<sup>664</sup> foi duramente criticado por um jornal florianopolitano. Num texto apócrifo publicado após a condenação desses 19 integralistas em 19 de setembro de 1938, o periódico *A Gazeta* destacava que “quando da intentona malograda de março último, a Secretaria de Segurança Pública, em salvaguarda da ordem pública, ameaçada pelos adeptos do extremismo verde, empregou as medidas aconselháveis e tomou as providências necessárias, o que deu em resultado o completo fracasso da trama urdida em nosso estado, sem que, para isso, se tivesse a lamentar qualquer precipitação ou arbitrariedade”.<sup>665</sup>

A partir de tal conclusão, e destacando que Heráclito Carneiro Ribeiro buscava simplesmente livrar seu filho da prisão, o antigo desembargador catarinense e professor da Faculdade de Direito de Florianópolis percorreu “centenas de quilômetros até a Capital da república, onde, procurando inúmeras pessoas de representação, algumas até membros do governo federal, lhes declarava que o inquérito aberto em nosso estado para liquidar as contas dos implicados com a justiça era apenas o fruto de grosseira perseguição política, obra de vindita e ódio político, principalmente em relação ao seu filho”.<sup>666</sup> Todavia, após esse julgamento de 19 de setembro de 1938, e a condenação de 19 indiciados no TSN pela Secretaria de Segurança Pública, sendo que “o primeiro dos dezenove integralistas condenados, é precisamente o filho do proveto desembargador aposentado e professor de direito”, ficou claro que, Danilo Carneiro Ribeiro, “em verdade, tinha ele culpas a pagar a coletividade e que a polícia de Santa Catarina apenas cumpriu, desprevenida e imparcialmente, o seu dever...”.<sup>667</sup>

Em 29 de setembro de 1938, após receber a sentença da Apelação nº 177, o Secretário de Segurança Pública de Santa Catarina enviou um telegrama para o presidente do Tribunal de Segurança Nacional informando que alguns desses 19 condenados já haviam cumprido parte ou toda a sentença logo após os acontecimentos de 10 de março de 1938. Dentre os que haviam cumprido os 90 dias de reclusão estavam Otto Laczynski, José de Oliveira, Evaldo Schaeffer, João Neubauer, João

---

<sup>664</sup> Dês. Heráclito Carneiro Ribeiro. *A Gazeta*, Florianópolis, 25 jul. 1938;

<sup>665</sup> O veredito do Tribunal de Segurança. *A Gazeta*, Florianópolis, 29 set. 1938.

<sup>666</sup> O veredito do Tribunal de Segurança. *A Gazeta*, Florianópolis, 29 set. 1938.

<sup>667</sup> O veredito do Tribunal de Segurança. *A Gazeta*, Florianópolis, 29 set. 1938.

Albino Müller, Carlos Paetzold, Julio Radwanski e Danilo Carneiro Ribeiro. Outros haviam cumprido parte da pena, restando apenas 1 dia de reclusão para Antonio Reinert, 4 para Ewald Mund, 10 para Alfredo Baumgarten e Wili Liebért e 21 para Oswaldo Buerger. Por sua vez, alguns desses condenados não haviam cumprido nenhum dia de sua punição, visto que não foram detidos durante as investigações em março de 1938, restando a estes o cumprimento da pena integral: Arino Bianco, Xavier Schneider, Curt Boehme, Julio Baumgarten, Alberto Dietrichkeit e Emanuel Ehlers.<sup>668</sup>

No dia seguinte, 30 de setembro de 1938, todos estes que necessitavam cumprir suas penas, sejam totais ou parciais, estavam sobre a guarda da polícia catarinense. Em 6 de outubro de 1938, Julio Baumgarten, Alfredo Dietrichkeit, Curt Boehme, Oswaldo Buerger e Emmanuel Ehlers, através de seu advogado, Heráclito Carneiro Ribeiro, entraram com um recurso no Tribunal de Segurança Nacional. Neste, devido ao fato dos condenados serem réus primários, pediam a suspensão da execução da pena imposta a eles, pois estariam “provados os requisitos indispensáveis exigidos pelo Decreto nº 16.588, de 6 de setembro de 1924”,<sup>669</sup> visto que “a não ser o fato que deu motivo ao processo nº 526, os requerentes não cometeram, nem antes, nem depois, crime algum, como se evidencia dos documentos juntos, passados pelo tenente coronel Delegado Especial de Polícia e Escrivão do Crime da Comarca em que residem”.<sup>670</sup>

Dessa maneira, visando provar que Julio Baumgarten, Alfredo Dietrichkeit, Curt Boehme, Oswaldo Buerger e Emanuel Ehlers eram “delinquentes primários” foram enviadas ao Tribunal de Segurança Nacional certidões emitidas pelos delegados de polícia de Blumenau e Jaraguá. Estas atestavam a boa conduta dos condenados e a inexistência por parte destes de antecedentes criminais, o que justificaria a solicitação de suas solturas baseadas no decreto de 1924, pois seriam réus primários, ou melhor, “delinquentes primários” como os definiu Heráclito Carneiro Ribeiro.<sup>671</sup>

---

<sup>668</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 829-831.

<sup>669</sup> Segundo o Artigo 1º do Decreto nº 16.588, de 6 de setembro de 1924, todo aquele que “em caso de primeira condenação as penas de multa conversível em prisão ou de prisão de qualquer natureza até um ano, tratando-se de acusado que não tenha revelado caráter perverso ou corrompido, o juiz ou Tribunal, formando em consideração as suas condições individuais, os motivos que determinaram e circunstanciais que cercaram a infração da lei penal, poderá suspender a execução da pena, em sentença fundamentada, por um prazo expressamente fixado de 2 a 4 anos, si se tratar de crime, e 1 a 2 anos si de contravenção”. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-16588-6-setembro-1924-517460-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 19 dez. 2018.

<sup>670</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175,

<sup>671</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 846.

Em sentença proferida no dia 17 de outubro de 1938, o juiz do Tribunal de Segurança Nacional Pedro Borges da Silva, considerando que “o procurador adjunto deste tribunal nada opõe ao pedido”, que “os acusados não revelaram caráter perverso na prática do delito em que foram condenados”, e que “se acham preenchidas as condições necessárias à concessão da medida requerida” resolveu “suspender, pelo prazo de dois anos, o cumprimento da pena que lhes foi imposta, ficando, todavia, advertidos de que a suspensão ora concedida será revogada e a pena executada livremente se incorrer em nova infração”.<sup>672</sup> Em 27 de outubro de 1938, Julio Baumgarten, Alberto Dietrichkeit, Osvaldo Buerger, Curt Boehme e Emmanuel Ehlers, presos em Florianópolis, foram colocados em liberdade.<sup>673</sup>

Conforme os telegramas enviados pelo secretário de Segurança Pública de Santa Catarina ao TSN, além daqueles que haviam sido presos entre março e junho de 1938, e daqueles libertados em 17 de outubro de 1938, tivemos Ewald Mund sendo libertado em 04 de outubro de 1938 e Wily Liebért e Alfredo Baungartem no dia 10 desse mesmo mês. Os últimos presos em decorrência das movimentações subversivas em março de 1938 foram libertados somente no começo do ano de 1939. No dia 6 de janeiro desse ano, Arino Bianco e Xavier Schnaider conseguiram sua liberdade.

#### **4.4 – Culpados ou inocentes?**

Apesar dos excessos dos policiais e das prováveis coações e violências sofridas pelas testemunhas dos acontecimentos, sejam as de acusação ou de defesa, algumas questões ficam evidentes nesse processo que investigou as movimentações subversivas dos Camisas-verdes em Santa Catarina em março de 1938. Podemos afirmar que tanto nesse estado quanto no restante do país, em 10 de março de 1938 muitos integralistas estavam de prontidão, a espera de um sinal do Rio de Janeiro que trouxesse notícias sobre um movimento subversivo, o qual vinha sendo tramado desde dezembro de 1937. As notícias nos jornais e as declarações das autoridades policiais indicaram ajuntamentos de integralistas em grande parte dos estados brasileiros, os quais estariam à espera da ordem para o início do levante.

---

<sup>672</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 867.

<sup>673</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 869-873.

No caso de Santa Catarina, a espera de um golpe de Estado e as conversas sobre a organização deste ficam perceptíveis nos depoimentos que relataram as passagens de integralistas de destaque nacional pelo estado entre novembro de 1937 e março de 1938. O antigo chefe provincial da AIB Othon Gama D'Eça disse em um de seus depoimentos que quando Everaldo Leite o visitou em sua casa, em 24 de dezembro de 1937, comunicou-lhe que devido às difíceis condições em que se encontravam os integralistas, a qualquer momento um movimento subversivo poderia estourar, destacando a insatisfação do general Newton Cavalcanti e de outros militares, que não mencionou os nomes, com o Estado Novo.

O ferroviário de Blumenau Emilio Sada declarou em seu depoimento que desde fevereiro de 1938 sabia sobre as conspirações dos integralistas, quando Luiz Nogueira da Gama passou pelo Vale do Itajaí e lhe disse que um movimento armado aconteceria a qualquer momento no Rio de Janeiro, motivado pelo descontentamento de todos com Getúlio Vargas. De acordo com o depoimento de Danilo Carneiro Ribeiro, Álvaro Luz, cunhado de Belmiro Valverde e um integralista ligado intimamente a Plínio Salgado, lhe disse em janeiro de 1938, quando de sua passagem por Florianópolis, que havia se fixado em Santa Catarina com o objetivo de organizar os Camisas-verdes para um movimento subversivo, seguindo ordens diretas do chefe supremo da AIB.

Mesmo com o capitão Paulo Vieira da Rosa negando receber qualquer mensagem ou ter se encontrado com Antonio Reinert no dia 10 de março de 1937, uma resposta foi encaminhada a José Mayrink de Souza Motta ainda neste dia. Segundo o que a esposa de Emílio Sada lhe contou, na tarde do dia 10 de março de 1938 José Mayrink recebeu um telegrama de Florianópolis com a seguinte mensagem, 'teu cunhado passa mal'. Como destacado no depoimento de Antonio Reinert,<sup>674</sup> tal mensagem seria uma das prováveis respostas ao recado que ele repassou a Paulo Vieira da Rosa para o início do movimento subversivo, visto que "no caso de afirmativo, deveria o referido capitão fonografar ou telegrafar nesses termos 'teu cunhado passa bem' e no caso negativo com estas palavras 'teu cunhado não passa bem'."<sup>675</sup> Mesmo com Paulo Vieira da Rosa declarando desconhecer qualquer mensagem ou o contato com o emissário de José Mayrink de Souza Motta, este recebeu uma resposta de Florianópolis, a qual segundo Antonio Reinert viria em nome do capitão do exército, e

---

<sup>674</sup> Cf. pg. 180.

<sup>675</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 108.



que Danilo Carneiro Ribeiro disse ter enviado para Emilio Sada na tarde de 10 de março de 1938.

Com relação a declaração de Danilo Carneiro Ribeiro podemos levantar suspeitas de como a mesma foi conseguida, visto que provavelmente este sofreu algum tipo de violência quando esteve preso na Penitenciária da Pedra Grande, como ele e seu pai relataram através de cartas aos juízes do TSN. Já Othon Gama D'Eça, professor da Escola de Direito da Capital, figura de destaque da sociedade florianopolitana, com certeza não foi alvo de nenhum tipo de violência, pois gozava de boas relações com os liberais e principalmente com Nereu Ramos. Suas declarações provavelmente não foram extraídas a partir de violências e coações, sendo o que relatou algo muito próximo da verdade. Da mesma maneira que Emilio Sada, que em nenhum momento de seus depoimentos mencionou qualquer forma de coação ou violência, e que afirmou não só saber antecipadamente das ações subversivas como do envio da mensagem de Florianópolis para José Mayrink. Ao afirmar tal fato, Emilio Sada envolveu indiretamente sua esposa nas investigações, pois, segundo ele havia sido ela que presenciou a chegada da mensagem para José Mayrink na tarde de 10 de março de 1938. Fica difícil imaginar que Emilio Sada mentiria às autoridades policiais, visto que implicaria sua esposa com suas declarações.

Por mais que os Camisas-verdes e suas testemunhas destacassem o caráter político das ações das autoridades policiais catarinenses na investigação dos fatos de março de 1938, o qual com toda certeza se fez presente durante todas as investigações, não se pode questionar que estes realizaram algumas ações visando à espera de um golpe de Estado liderado, ao que tudo indica, por Plínio Salgado, auxiliado pelo Exército e pela Marinha. Dessa maneira, podemos afirmar que em Santa Catarina os integralistas estavam preparados para um movimento subversivo visando à retirada de Getúlio Vargas do poder. Tal fato fica evidente não só nas reuniões que aconteceram em Jaraguá do Sul e Porto União como na espera dos integralistas em Blumenau, Timbó e Brusque, atentos as novidades emitidas pelo rádio, da mesma maneira que em Florianópolis, onde as expectativas de um levante se faziam presentes desde os festejos do carnaval, pois circulavam constantemente nas rodas de conversa dos cafés do centro da cidade e entre alguns membros da Marinha e do Exército os boatos sobre um movimento revolucionário dos Camisas-verdes.

O posicionamento dos juízes do TSN também indica essa dúbia interpretação, visto que no primeiro julgamento, em 19 de agosto de 1938, o procurador-adjunto Oiticica Filho concluiu que apesar de encontros acontecerem em algumas cidades de Santa Catarina, nenhum deles poderia ser qualificado como um movimento subversivo, visto que estes deveriam aguardar uma ordem do Rio de Janeiro para iniciar suas ações, a qual não chegou. Recomendava a condenação apenas de José Mayrink de Souza Motta e Ewencio Elias, os responsáveis, segundo ele, por espalharem os boatos referentes ao movimento subversivo, pois apesar da espera, das reuniões e dos preparativos, não aconteceram desordens, tampouco ações ou movimentações armadas dos Camisas-verdes visando a toma do governo catarinense. Assim, tais ajuntamentos não configurariam uma ação subversiva que atentasse contra o regime estadonovista, tampouco a condenação dos 69 indiciados. Segundo Oiticica Filho, caso as autoridades catarinenses não tivessem aberto uma investigação, nada de anormal seria percebido pela população catarinense.

Para o Tribunal Pleno do TSN, responsável pela avaliação das conclusões do primeiro julgamento, o qual se reuniu em 19 de setembro de 1938 presidido pelo desembargador Frederico de Barros Bastos, os integralistas haviam praticado uma ação subversiva. Segundo este, como a existência dos partidos políticos estava proibida, as reuniões de integralistas em alguns pontos do estado catarinense poderiam ser consideradas como ações visando “a prática de atividades tendentes para a subversão da ordem”. Partindo desse julgamento, manteve as penas impostas a José Mayrink de Souza Motta e Ewencio Elias e condenou ao cumprimento de uma pena de 3 meses de detenção outros 19 integralistas.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A simpatia que muitos imigrantes europeus e seus descendentes mantinham por seus países de origem, principalmente Alemanha e Itália, é um fator importante para compreendermos os sucessos dos integralistas em Santa Catarina. Todavia, em muitos depoimentos de integralistas, sejam naqueles encontrados nas fontes históricas pesquisadas nesta tese, ou presentes em outros trabalhos, muitas das justificativas para a entrada destes imigrantes e seus descendentes na AIB estavam relacionadas às disputas políticas em Santa Catarina. Nesse sentido, para além de questões étnicas, este trabalho buscou destacar como as disputas pelo poder do executivo em Santa Catarina entre dois grupos oligárquicos, os Konder e os Ramos, influenciaram diretamente muitos catarinenses, principalmente aqueles do Vale do Itajaí, reduto político dos Konder, a adentarem às fileiras do Sigma.

De certa maneira, em Pernambuco questões regionais também tiveram uma grande influência no sucesso da AIB. Neste estado do Nordeste brasileiro, conforme Giselda Brito da Silva (2007, p. 89), os motivos do sucesso dos Camisas-verdes “fogem um pouco à regra geral da historiografia que parte das questões e influências externas como fatores motivadores do integralismo no Brasil”. O sucesso do Sigma em Pernambuco estaria relacionado à sua defesa do catolicismo e da luta contra o anticomunismo, aliados a pouca referência a qualquer governo ou movimento fascista internacional. Ou seja, os integralistas pernambucanos se adequaram às necessidades locais, apresentando-se à sociedade “como um movimento espiritual de resgate das tradições e valores então ameaçados, mais uma proposta alternativa ao liberalismo e ao comunismo [...] como um movimento de ideias nacionalistas, anticomunistas e antiliberais, propondo uma ‘revolução espiritualista’ com decisiva atuação na ordem social bastante próxima do conservadorismo aqui reinante...”

Em Santa Catarina, os embates entre integralistas e liberais, os quais assumiram o executivo estadual em outubro de 1930, devem ser compreendidos a partir do grande sucesso e aceitação dos Camisas-verdes no estado desde a fundação de seus primeiros núcleos em 1934. Podemos dizer que a partir do ano de 1935, mas com mais ênfase após as eleições municipais de 1936, Nereu Ramos intensificou as repressões aos Camisas-verdes catarinenses, mais precisamente nas chamadas regiões coloniais do estado, aquelas que receberam um grande número de imigrantes a partir dos meados do

século XIX, e que coincidentemente deram vitórias significativas ao partido de Plínio Salgado no pleito eleitoral de 1936. Porém, as justificativas e os motivos dessas ações em Santa Catarina se modificaram conforme a conjuntura nacional e as ‘ameaças’ que surgiam à nacionalidade e a integridade nacional.

No ano de 1935, após os liberais perceberem o rápido crescimento da AIB no estado e o perigo que tal fato significava para seu projeto político, as ações estatais contra estes eram justificadas a partir da ameaça dos extremismos que rondavam o país. Segundo o discurso do governo catarinense, não se tratava duma perseguição exclusiva aos Camisas-verdes, visto que não seriam apenas eles que estariam sofrendo retaliações, mas também os comunistas. O que se combatia seria o extremismo, tanto de esquerda quanto de direita, e não determinado partido ou grupo de pessoas. Nesse contexto, apesar das alegações de Nereu Ramos e da pouca existência de comunistas no estado, aqueles que mais sofreram retaliações do governo catarinense foram os integralistas.

A partir de 1936, com os poucos comunistas catarinenses presos e a diminuição dos conflitos ‘extremistas’ pelo país, as ações da polícia catarinense contra os integralistas pelo estado, principalmente no Vale do Itajaí, passaram a ser justificadas pelo combate ao ‘hitlerismo’. Conforme Nereu Ramos e os membros de seu governo seria necessário combater esse sentimento presente entre aquelas populações das regiões coloniais do estado, integrar esses imigrantes e seus descendentes a nação brasileira, os quais pelo fato de estar ‘enquistados’, ‘não assimilados’ à pátria que os havia acolhido, ingressaram maciçamente nas fileiras do Sigma após a fundação dos primeiros núcleos no estado em 1934, pois acreditavam que o integralismo seria a expressão nacional do nazismo e do fascismo.

Nesse combate ao ‘hitlerismo’, que segundo o governo catarinense tomava forma concreta no Vale do Itajaí no integralismo, entre os anos de 1936 e 1937 em Jaraguá do Sul foram registradas 3 mortes de integralistas em conflitos com autoridades policiais, as quais não foram devidamente investigadas pelos órgãos competentes do estado. Da mesma maneira, aconteceram prisões, fechamentos de jornais e invasões de residências de integralistas nos mais variados municípios catarinenses nesse período. A justificativa para todas essas ações violentas da polícia estava sempre relacionada ao descumprimento de alguma lei por parte dos Camisas-verdes, geralmente relacionada a proibição de encontros públicos e a propagação do hitlerismo pelo estado, como pronunciou o interventor catarinense Nereu Ramos aos repórteres cariocas em março de

1936. Nunca foram mencionadas questões políticas como justificativas para tais ações, e raramente esclarecidos os reais motivos dos assassinatos e das prisões.

Apesar de no restante do país os conflitos entre integralistas e autoridades governamentais diminuïrem no ano de 1937, devido em grande parte a aproximação entre Getúlio Vargas e Plínio Salgado visando à implantação de um novo regime no país, em Santa Catarina eles continuaram acontecendo. Logo no começo desse ano, nos dias anteriores ao carnaval, os núcleos da AIB em Blumenau foram invadidos por policiais, os quais destruíram parte do mobiliário, violentaram alguns integralistas, e arrancaram pôsteres e imagens de Plínio Salgado presentes nestes locais. Um dos maiores exemplos da permanência desses conflitos, e do nível que tal embate atingiu entre integralistas catarinenses e as autoridades catarinenses durante o ano de 1937 seria o assassinato, em agosto desse ano, do jornalista de Jaraguá do Sul Ricardo Gruenwaldt em seu local de trabalho.

Em Santa Catarina, podemos dizer que o Estado Novo apenas possibilitou a legitimação do uso da violência e da perseguição a certos cidadãos por parte das autoridades estatais que já acontecia desde 1935, visto que, por uma necessidade de defesa nacional, a mesma que obrigou Vargas e seus generais a decretarem o regime estadonovista, ou seja, a proteção dos brasileiros e da nacionalidade brasileira dos extremismos de direita e esquerda, excessos e violências seriam justificadas. A defesa de nosso país e da nacionalidade brasileira dos extremismos obrigaria todos os brasileiros a alguns sacrifícios, e em alguns momentos, inevitavelmente, excessos seriam cometidos pelas autoridades policiais.

Segundo Olbiano de Melo, vice-presidente da Câmara dos Quarenta, em janeiro de 1938 decidiu-se sobre um levante armado, sobre a passagem da ação doutrinária para a ação revolucionária dos Camisas-verdes. Ele teria sido procurado na redação do *A Offensiva* pelo comandante Vitor Pujol e um oficial da Marinha de Guerra, os quais lhe disseram que seus camaradas do Exército e da Marinha estariam de acordo com um levante armado. O comandante e o oficial desejavam entrar em contato com Gustavo Barroso, Belmiro Valverde e Plínio Salgado para indagá-los sobre sua postura frente a tal decisão de seus camaradas, e, no caso de afirmativa a resposta, iniciar a organização dessa ação revolucionária. Com todos de acordo “iniciou-se a conspiração. Formou-se o ‘comitê’ da Marinha e do Exército; Belmiro chefiava os Camisas-verdes da Guanabara e Plínio Salgado coordenaria diretamente, por emissários, os Estados e articularia outras

forças políticas não integralistas contrárias à ditadura”. A cargo do ex-chefe da AIB ficou a prerrogativa de determinar a data do levante em todo o país.<sup>676</sup>

Impulsionados por boatos que circulavam por Santa Catarina e pelas passagens de importantes integralistas pelo estado após a instauração do Estado Novo, as autoridades catarinenses intensificaram suas ações e investigações sobre uma possível ação subversiva que estava sendo preparada, prendendo aqueles que mencionavam publicamente qualquer palavra sobre um movimento insurgente, e vigiando integralistas de outras partes do país que passavam por Santa Catarina. Entretanto, ao que parece, as suspeitas de que um movimento com o intuito de reverter a nova ordem estabelecida estava sendo organizado em Santa Catarina e no restante do país não eram exclusividade das autoridades locais, pois Filinto Müller alertou Claribalte Galvão no final de janeiro de 1938 a ficar atento as movimentações dos antigos membros da AIB. Assim, antes de março de 1938, em terras catarinenses foram presos alguns integralistas que estariam falando num trem sobre a possibilidade de um movimento subversivo devido ao descontentamento geral em relação a Getúlio Vargas, e um alemão, que embriagado proferiu xingamentos ao ditador.

Apesar dessas prisões, desses boatos, e da espera dos Camisas-verdes catarinenses sobre um possível movimento subversivo após novembro de 1937, a maioria destes não participou mais de reuniões nos núcleos da AIB, assim como, não se envolveu nos planejamentos de nenhum plano arquitetado pelos integralistas. Dessa maneira, não obstante a expectativa de um golpe de Estado desde a implantação do Estado Novo, conforme os depoimentos de muitos integralistas catarinenses presos, esses foram avisados sobre uma possível ação armada somente na manhã do dia 10 de março de 1938, quando José Mayrink de Souza Motta chegou a Santa Catarina e deu ordens de que fossem avisados os antigos chefes da AIB de vários municípios e localidades no Vale do Itajaí e da Capital.

Entretanto, mesmo partindo dessa constatação de que os integralistas de Santa Catarina estariam de prontidão em relação às novidades do Rio de Janeiro, não se pode inferir que houve uma preparação efetiva para um movimento subversivo destes catarinenses, tampouco que eles tiveram um papel relevante na organização dessa ação. O que eles teriam conhecimento, como a grande maioria dos integralistas brasileiros após novembro de 1937, estava relacionado à existência de um grande número de

---

<sup>676</sup> MELO, 1957, p. 125 e segs.

integralistas insatisfeitos localizados no Rio de Janeiro, os quais, articulados com desafetos de Vargas, organizavam uma ação armada contra este. O que se pode afirmar com certeza é que com exceção de alguns poucos antigos núcleos da AIB, localizados nas regiões rurais do estado ou em pequenas cidades do interior, os quais mantiveram suas reuniões mesmo com o fechamento desta em 02 de dezembro de 1937, a grande maioria dos integralistas catarinenses deixou de se encontrar e reunir após a extinção de todos os partidos políticos pelo Decreto-Lei nº 37, não tendo conspirado ou participado de qualquer conspiração contra a ordem instituída.

Contudo, da mesma maneira que podemos afirmar a partir das investigações policiais que não aconteceram reuniões e encontros de Camisas-verdes visando uma ação subversiva em Santa Catarina anteriores a 10 de março de 1938, com exceção dum encontro realizado em Porto União, município que recebia ordens de integralistas de Curitiba, fica perceptível que estes atenderam rapidamente, e de certa maneira com um número considerável o chamado de José Mayrink de Souza Motta em 10 de março de 1938, mesmo que lhes faltassem armas, instruções e informações precisas do que estava acontecendo.

Segundo alguns depoentes, eles haviam sido chamados para os locais de encontro devido a uma ameaça de invasão dos comunistas da América do Norte. Outros declararam que apenas foram convidados para auxiliarem na manutenção da ordem em seus municípios, visto que o Exército e a Marinha iriam desfechar um golpe de Estado contra Getúlio Vargas, e os Camisas-verdes, como bons nacionalistas e defensores da ordem, deveriam estar de prontidão para prestar auxílio às forças revolucionárias, tomando conta, no momento exato, das prefeituras municipais e dos prédios públicos.

A maior parte desses Camisas-verdes que se dirigiram para esses encontros em Santa Catarina, ou que estavam de prontidão, compunha-se de lavradores e trabalhadores do comércio, os quais não possuíam nenhum tipo de instrução militar, tendo em seu poder apenas algumas poucas armas velhas, usadas muitas vezes para sua segurança com relação a animais e roubos, jamais suficientes para a realização de um golpe do Estado, fato reconhecido pelos próprios juízes do TSN. Ao que parece, estes foram informados que seu papel seria auxiliar e manter a ordem nos seus municípios, sem a necessidade de nenhuma ação violenta ou armada, visto que tudo seria realizado pela chefia nacional do Sigma no Rio de Janeiro, apoiados pelo Exército e pela Marinha.

Destarte, podemos inferir que a função dos Camisas-verdes no movimento subversivo, ou ao menos o que muitos destes julgavam ser sua atribuição, estaria relacionada à manutenção da ordem e controle dos excessos nos municípios, juntamente com o resguardo e defesa dos órgãos e prédios públicos, e não o enfrentamento armado com quaisquer forças de repressão e coerção estatais. Um exemplo claro dessa recusa, ou medo, a qualquer tipo de conflito com as autoridades policiais aconteceu em Jaraguá do Sul. Neste município, o delegado de polícia Oswaldo Buch, acompanhado do prefeito e de seus auxiliares, ao ser avisado na noite do dia 10 de março de 1938 sobre a concentração de Camisas-verdes na casa de Germano Ninow decidiu rumar para este local. Os integralistas que lá se encontravam, ao perceberem a aproximação dos policiais iniciaram uma debandada em direção aos morros e matos que rodeavam a propriedade de Germano Ninow, visto que, segundo vários depoimentos, estes não queriam ser mortos nem se envolver em complicações com a polícia.

A pequena divulgação de notícias oficiais sobre as investigações dessas movimentações de Camisas-verdes em Santa Catarina é outra questão que levanta suspeitas sobre como foram realizadas as diligências policiais. Jornais cariocas chegaram a publicar em suas páginas que o governo catarinense, diferentemente dos governos dos outros estados da união, não via nos órgãos de imprensa um aliado na apuração desses incidentes. Os periódicos da Capital Federal julgavam estranha a atitude do interventor Nereu Ramos, visto que todos, autoridades públicas, jornalistas e a maioria dos brasileiros, estariam interessados nas investigações dos atos subversivos dos integralistas em Santa Catarina, e poderiam auxiliar na apuração e detenção dos envolvidos. O periódico florianopolitano *O Estado* demonstrou publicamente sua insatisfação com o governo estadual, pois não conseguia nenhuma informação sobre as investigações desenvolvidas pela Secretaria de Segurança Pública, mesmo com sua sede localizando-se a poucos metros deste órgão público.

Essa falta de informações oficiais por parte do governo catarinense também pode ser pensada, para além duma maneira de evitar a publicação de detalhes da investigação policial, como uma maneira de ocultar determinadas ações ilegais por parte dos agentes públicos catarinenses, mas, principalmente, mascarar o caráter político que tomou conta destas investigações, visto que, nesse momento, poderiam ser condenados antigos adversários políticos dos liberais, mediante a comprovação de que haviam participado das movimentações subversivas dos Camisas-verdes em março de 1938. Em Santa



Catarina, mais precisamente no Vale do Itajaí, as investigações transcorreram em absoluto sigilo, encobrendo possíveis excessos, violências, coações e coerções aos investigados.

Outra questão que pode ser destacada está relacionada ao tratamento dispensado pelas autoridades policiais nas diferentes regiões do país as movimentações dos integralistas em março de 1938. A intensidade destas, ao que tudo indica, variaram conforme as disputas políticas nos estados, sendo que em alguns locais não tivemos prisões, violências ou qualquer tipo de conflito, como demonstrado nesse trabalho. Um exemplo dessa situação pode ser identificado se analisarmos a repressão do governo federal a esse movimento e aquela que aconteceu em Santa Catarina. Enquanto Getúlio Vargas e seu governo pouco se empenharam nas investigações de março de 1938, em Santa Catarina as autoridades policiais agiram duramente investigando, reprimindo e coagindo todos aqueles supostos envolvidos.

Segundo Gustavo Felipe Miranda (2009, p. 54), tal atitude do governo federal estaria relacionado ao fato de que diante de tamanha desarticulação dos Camisas-Verdes, “o golpe de março ainda deixava muito a desejar no que concerne aos interesses do governo em utilizá-lo como um elemento discursivo eficaz no combate ao integralismo, tanto na esfera pública, quanto para dentro do movimento, junto aos milhares de militantes e simpatizantes da doutrina”. Em Santa Catarina, contrariamente, podemos supor que Nereu Ramos e seu governo não levaram em consideração uma possível derrocada definitiva do movimento, mas sim a possibilidade de atuar contra os integralistas, desarticulando de vez seu poder político em Santa Catarina, atribuindo a eles a imagem de inimigos da nação que deveriam ser erradicados do estado.

Além da falta de informações oficiais, os jornais catarinenses e cariocas destacaram a demora nas investigações no Vale do Itajaí. Todavia, ao analisarmos cada um dos inquéritos realizados pelos delegados de polícia dos municípios onde aconteceram movimentações de integralistas, percebemos que a maior parte destes foi concluída rapidamente, em no máximo uma semana e enviados para Florianópolis. Da mesma maneira, não se pode dizer que aconteceu uma demora das investigações na Capital catarinense, visto que no começo de maio de 1938, apenas um mês após receber todos os inquéritos dos delegados de polícia e os presos enviados de várias partes do estado, os quais interrogou novamente na Penitenciária da Pedra Grande, o secretário de Segurança Pública de Santa Catarina encerrou suas investigações e encaminhou para o

TSN suas considerações com a pena que julgou cabível aos réus. Diferentemente do que foi dito nos periódicos, e segundo o processo aberto por Ivens D’Araújo, as autoridades policiais realizaram rapidamente as investigações e apurações dos envolvidos, visto que seria do interesse de Nereu Ramos o rápido esclarecimento dos fatos, e a possibilidade de condenação de seus adversários políticos.

Entretanto, ao que tudo indica, o golpe de março de 1938 não foi o capítulo final de uma acirrada e violenta disputa política em Santa Catarina entre liberais e integralistas. Em 10 de novembro de 1938, transcorrido exatamente 1 ano da instauração da ditadura estadonovista, e com alguns integralistas ainda detidos na Penitenciária da Pedra Grande devido a participação nas movimentações de março de 1938, o jornal *Correio Brusquense* informava sobre uma faixa estendida em Brusque. Segundo este periódico, na manhã de 10 de novembro de 1938 “a cidade recebeu a notícia de que fora visto em baixo da ponte ‘Vidal Ramos’, sobre o rio, um placard com o Sigma e mais a seguinte inscrição: *O integralismo não morreu nem morrerá – Anauê*”.<sup>677</sup>

Em dezembro de 1938 a Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina abriu um inquérito para averiguar a “distribuição de boletins de caráter integralista, insultuosos às autoridades da República”.<sup>678</sup> Segundo o prefeito de Jaraguá do Sul, o tenente Leônidas Cabral Herbster, no dia 20 de dezembro de 1938 ele mandou deter “Guilherme Gruenwaldt e Benjamim Riedhmann, em poder dos quais apreendeu cópia de uma carta de autoria de Plínio Salgado e um relatório insultuoso às autoridades brasileiras, cujos documentos estavam sendo distribuídos com o fim de propaganda política contrária ao regime”.<sup>679</sup>

No começo de janeiro de 1939, residências de integralistas continuavam sendo invadidas, como a de Livadario Nobrega, morador de Joinville, na qual o delegado especial de polícia, o capitão Luiz Lemos do Prado, após realizar uma minuciosa busca em todas as dependências de sua residência, encontrou um livro de autoria de Plínio Salgado “*O Estrangeiro*, cinco exemplares impressos de propaganda integralista e uma resolução de nomeação, que aprendi...”.<sup>680</sup> Aparentemente a descoberta de um livro de

---

<sup>677</sup> Um placard integralista. *Correio Brusquense*, Brusque, 12 nov. 1938.

<sup>678</sup> Inquérito sobre a distribuição de boletins de caráter integralista, insultuosos às autoridades da República. Arquivo Nacional/RJ, Fundo Tribunal de Segurança Nacional, Série Apelação, Rolo AN 296-2004, Processo nº 361. BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.361.

<sup>679</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.361, p.6.

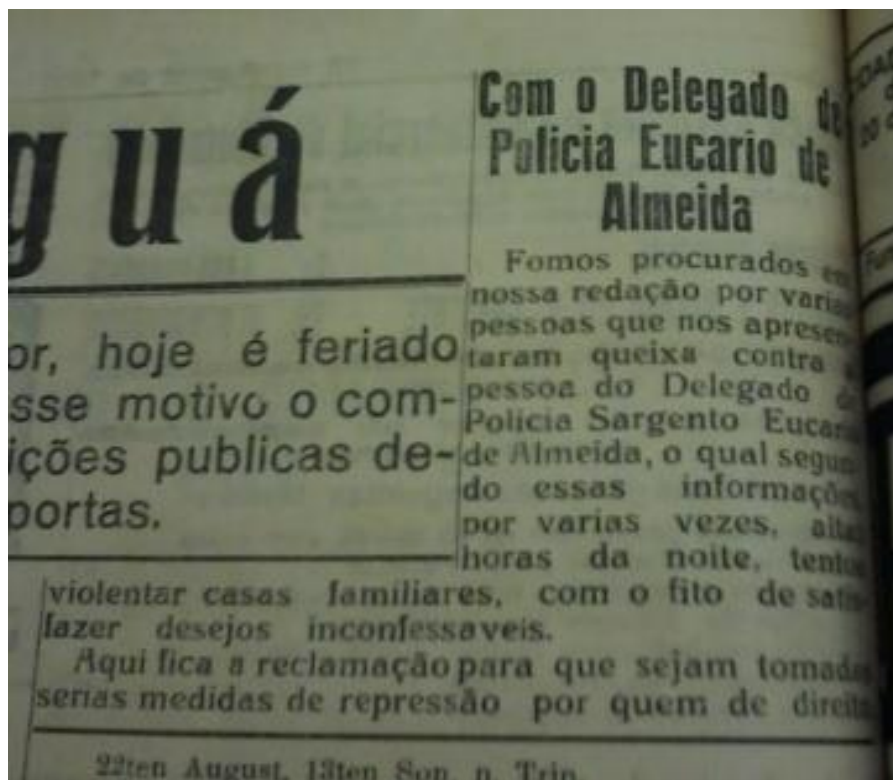
<sup>680</sup> BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.361, p. 39.

literatura e de 5 cinco exemplares de propaganda integralista, todos publicados durante o período em que AIB se encontrava legalmente e oficialmente atuando em nosso país, justificaram a abertura de um inquérito policial pela Secretaria de Segurança Pública e o envio deste para o Tribunal de Segurança Nacional.

Por fim, é inegável que apesar dos integralistas catarinenses se organizarem em março de 1938 a espera de um movimento subversivo, e dos constantes boatos sobre esta ação desde a instauração do Estado Novo, em Santa Catarina, o combate a esse levante fracassado foi impulsionado por questões políticas. Igualmente às posteriores ações das autoridades policiais catarinenses, que no ano de 1939 continuavam prendendo integralistas que possuísem qualquer escrito, foto ou documento que remetesse a extinta AIB, mesmo aqueles publicados durante seu período de legalidade e que estivessem guardados em alguma gaveta de um saudoso ex-Camisa-verde.

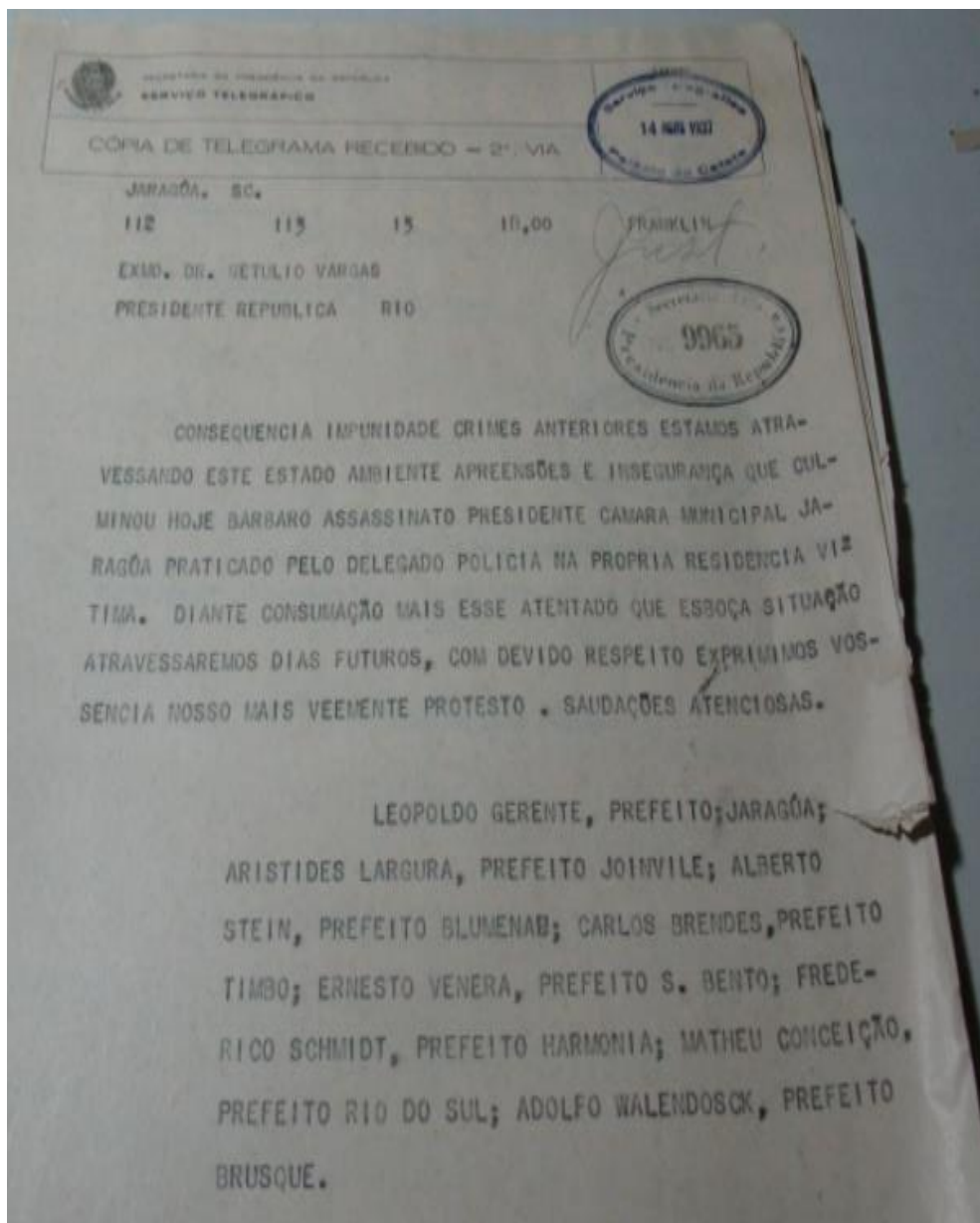
## ANEXOS

### ANEXO I



Notícia publicada em 13 de agosto de 1937 no jornal *Jaraguá*, a qual supostamente o delegado de polícia, Eucário de Almeida, a cometer o assassinato de Ricardo Gruenwaldt, chefe integralista e presidente da Câmara de Vereadores de Jaraguá do Sul. Fonte: Com o delegado de polícia Eucário de Almeida. *Jaraguá*, Jaraguá do Sul, 13 de agosto de 1937. Biblioteca Pública do Estado de Santa Catarina.

## ANEXO II



Carta enviada para Getúlio Vargas, assinada por 8 prefeitos do Vale do Itajaí, denunciando o assassinato cometido pelo delegado de polícia de Jaraguá do Sul e arbitrariedades cometidas por autoridades estatais da região. Fonte: Gabinete Civil da Presidência da República - Lata 26, Processo 9.965 de 14 de agosto de 1937. Arquivo Nacional do Rio de Janeiro.

ANEXO III

520/601

3  
675

J. E. - Y. S. H. - CARTONHO

Proc. 526.

Cópia autêntica.

CLASSIFICAÇÃO DOS CRIMES  
(Art. 3 do Dec.-Lei 422 de 16-6-36)

CABEÇAS:

1 - Capitão Paulo Vieira Rosa		
Art. 4º c/o o art. 1º e art. 49 da lei n. 38 de 4 de abril de 1935 com a agravante do art. 50.		
2 - Capitão Gentil Barbato -		
idem - idem.		
3 - José Mayrink de Souza Motte - Inquerito de Blumenau		
Art. 4º c/o o artigo 1º e art. 49.		
4 - Otto Laczynski - X	Inquerito de Blumenau	
Art. 4º c/o o art. 1º e art. 49.		
5 - Eivaldo Schaefer	Inquerito de Brusque	
idem - idem		
6 - Emanuel Ehlers	Inquerito de Jaraguá	
idem - idem		
7 - Evencio Elyas	Inquerito de Porto União.	
idem - idem		
8 - Julio Radwanski X	"	"
idem - idem		
9 - Frederico Carlos Buchen	"	"
idem - idem		
10 - Otokar Grubba	"	"
idem - idem		
11 - Orestes Munhoz	"	"
12 - Everaldo Leite		
idem - idem		
13 - Engenheiro Alvaro Luz.		
idem - idem		

Penas aplicáveis aos Cabeças:

Capitães Paulo Vieira da Rosa e Gentil Barbato, ocorrendo a agravante acima indidada e a atenuante do § unico do art. 18 do Dec-Lei n. 88 de

de 20 - 12 - 1937 - 5 ANOS e 4 meses, gráu médio do art. 4º c/c o art. 1º da Lei n. 38 de 4-4-1935.

Aos demais Cabeças relacionados aqui de numeros 3 a 13, quatro anos de reclusão, gráu mínimo do art. 4º c/c o art. 1º da citada lei n. 38 dada a existência da atenuante do § unico do art. 16 do Dec.- Lei n. 88.

OC-REUS:

- |  |                              |
|--|------------------------------|
| -14 - Danilo Carneiro Ribeiro                    | - Inquerito de Florianopolis |
| Art. 4º c/c o art. 1º da Lei 38.                 |                              |
| -15 - João Ramos (Sub-Oficial de Armada)         | " "                          |
| Art. 4º c/c art. 1º e art. 50                    |                              |
| -16 - Paulo Caires Pinto (Sub-Oficial de Armada) | " "                          |
| Art. 4º c/c o art. 1º e art. 50                  |                              |
| -17 - Adail Gastão                               | " "                          |
| Art. 4º c/c o art. 1º                            |                              |
| -18 - Emilic Sada                                | - Inquerito de Blumenau      |
| Art. 4º c/c o art. 1º                            |                              |
| -19 - Antonio Reinert                            | " "                          |
| idem - idem                                      |                              |
| -20 - Ewald Mund                                 | " "                          |
| idem - idem                                      |                              |
| -21 - Osvaldo Buerger                            | " "                          |
| idem - idem                                      |                              |
| -22 - Alfredo Baumgarten                         | " "                          |
| idem - idem                                      |                              |
| -23 - Erico Muller                               | " "                          |
| idem - idem                                      |                              |
| -24 - Willy Siebert - idem - idem.               | " "                          |
| 25 - Julio Baumgarten                            | " "                          |
| idem - idem                                      |                              |
| -26 - Alvin Graupner                             | " "                          |
| idem - idem                                      |                              |

526/603

Proc. 526

5  
2877

- |    |    |                            |   |                       |
|----|----|----------------------------|---|-----------------------|
| 27 | -  | ERNIMIO POSSAMAI           | - | Inquerito de Blumenau |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 28 | -  | Alberto Dietrichkeit       | - | " "                   |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 29 | -  | Curt Hoehme                | - | " "                   |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 30 | -  | José de Oliveira           | - | Inquerito de Brusque  |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 31 | -  | Carlos Brandes             | - | Inquerito de Timbó    |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 32 | -  | Oscar Otto Carlos Nagel    | - | Inquerito de Jaraguá  |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 33 | -  | Henrique Nagel             | X | " "                   |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 34 | -  | Alvino Maier               | - | " "                   |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 35 | -  | Ignacio Steinmacher Júnior | - | " "                   |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 36 | -  | Germano Mathias            | - | " "                   |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 37 | -- | Germano Ninow              | - | " "                   |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 38 | -  | Augusto Ninow              | - | " "                   |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 39 | -  | Carlos Bichstaedt          | - | " "                   |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 40 | -  | Ernesto Daniel Mathias     | X | " "                   |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 41 | -  | Carlos Gunther             | - | " "                   |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 42 | -  | Ricardo Roeder             | - | " "                   |
|    |    | idem - idem                |   |                       |
| 43 | -  | Carlos Frorischs           | - | " "                   |
|    |    | idem - idem                |   |                       |



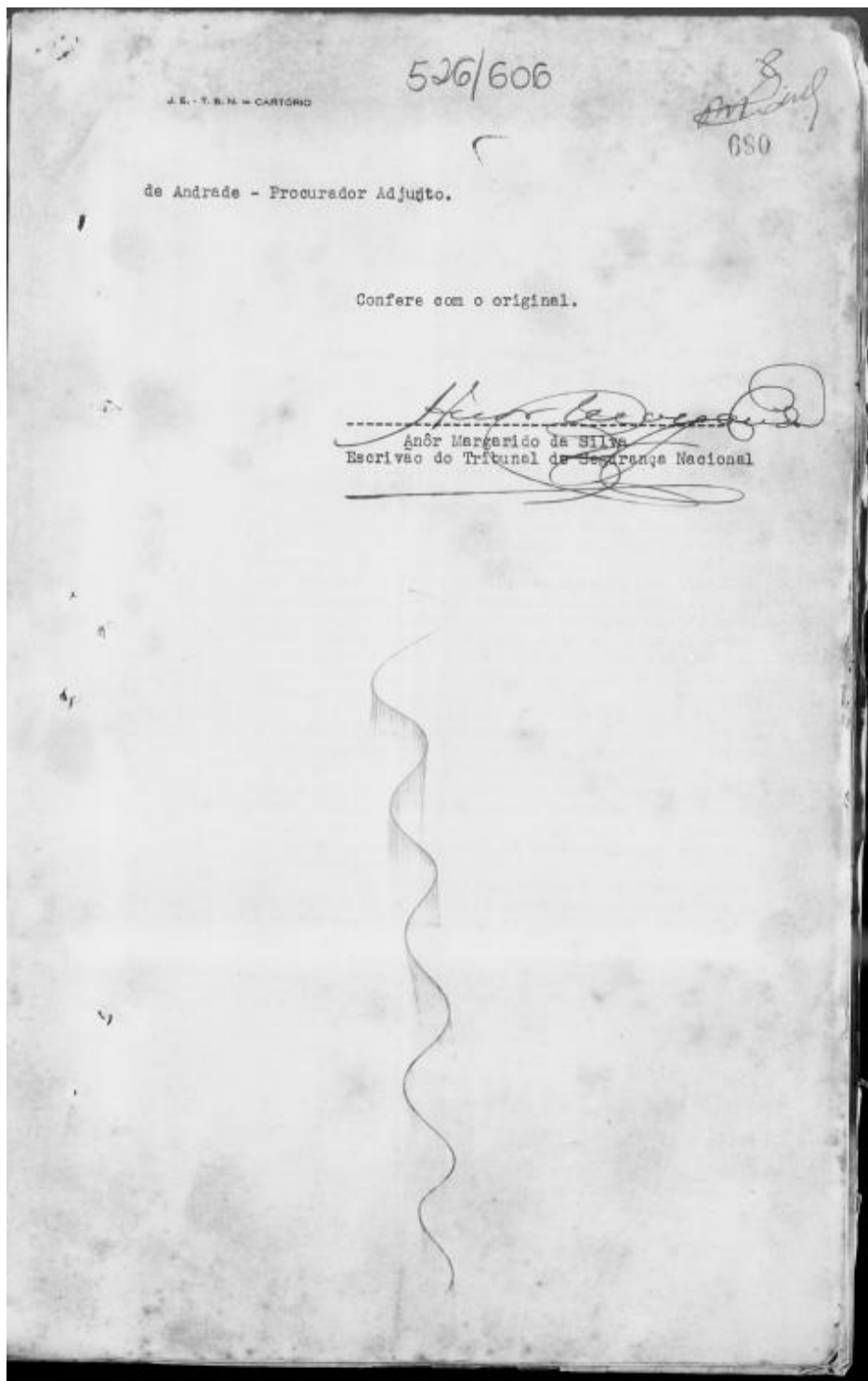
44	- João Cleto Correia Mourão	-	Inquerito de Porto União
	idem - idem		
45	- João Neubabauer	-	" " "
	idem - idem		
46	- João Albino Müller	-	" " "
	idem - idem		
47	- Ladislau Szanski	-	" " "
	idem - idem		
48	- Francisco José Wincler	-	" " "
	idem - idem		
49	- Arino Bianco	-	" " "
	idem - idem		
50	- Carlos Paetzold	-	" " "
	idem - idem		
51	- Jacob Alfredo Vogel	-	" " "
	idem - idem		
52	- Xavier Schneider	-	" " "
	idem - idem		
53	- Max Becker	-	" " "
	idem - idem		
54	- Albino Nicolau Weber	-	" " "
	idem - idem		
55	- Amandio Sturmer	-	" " "
	idem - idem		
56	- Willy Lehrer	-	" " "
	idem - idem		
57	- Williberdo Sturmer	-	" " "
	idem - idem		
58	- Elfrid Legat	-	" " "
	idem - idem		
59	- Jacob João Weber	-	" " "
	idem - idem		

60	-	Bolsis Szemski	-	Inquerito de Porto União
		idem - idem		
61	-	Arlinod Becker	-	" " "
		idem - idem		
62	-	Guilherme Buggenhagen	-	" " "
		idem - idem		
63	-	Luiz Nogueira da Gama	-	" " "
		idem - idem		
64	-	Jaci Tolentino de Souza	-	" " "
		idem - idem		
65	-	Antonio Gony Germano	"	" "
		idem - idem		
66	-	Abilio Holzmann	"	" "
		idem - idem		
67	-	Alberto Stein	"	" "
		idem - idem		
68	-	João Ubaldo Sada	"	" "
		idem - idem		
69	-	Henrique Friess (natural da Alemanha)		

Art. 4º c/o o art. 1º da Lei n. 38 e a agravante preponderante do paragrafo unico do art. 18 do Dec-Lei n. 88 de 20-12)1937.

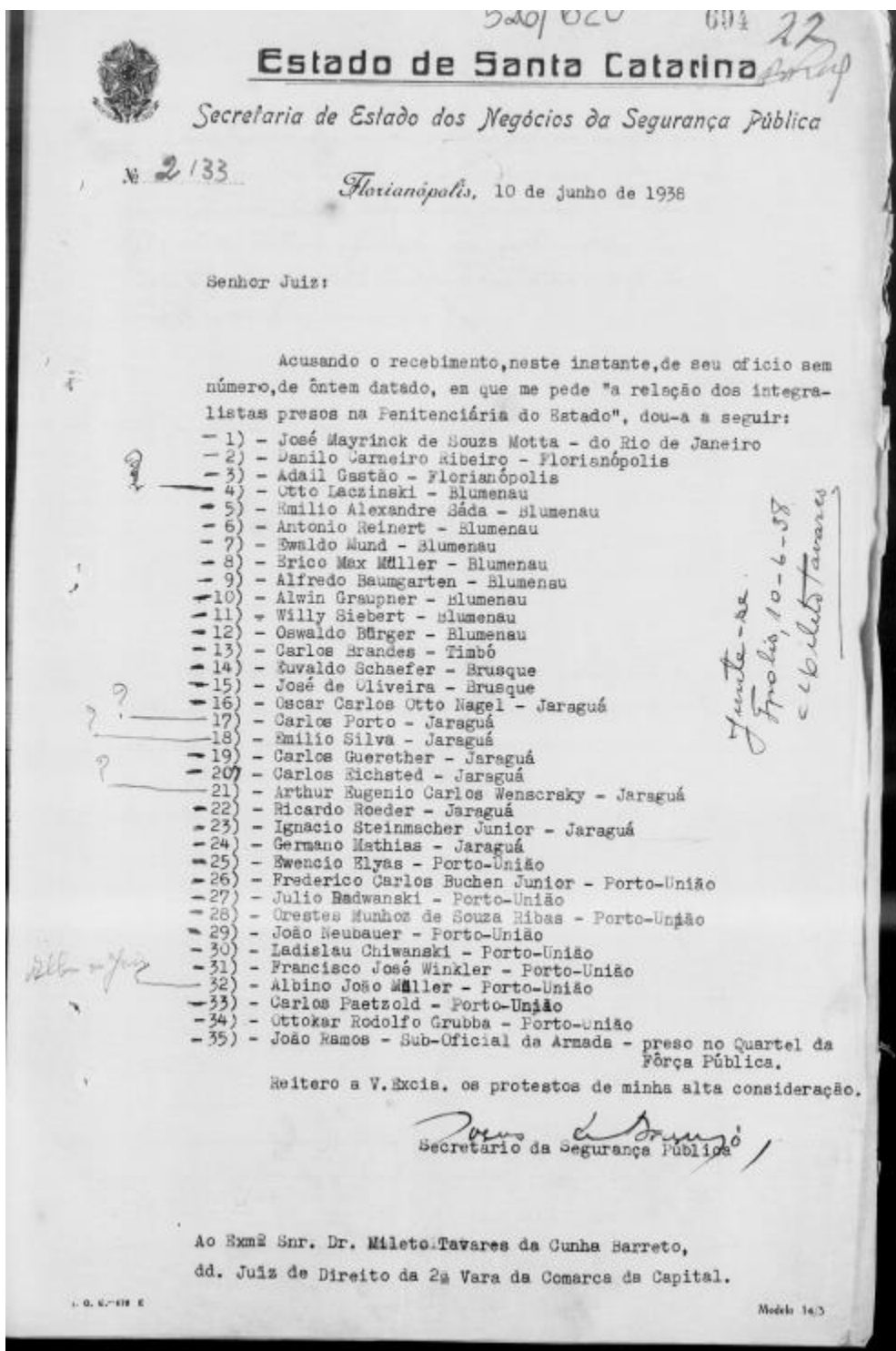
Penas applicaveis aos CO-RMUS

Carlos Frorischs (n.43) e Henrique Friess (n.69), dada a agravante preponderante da condição de estrangeiros (§ unico do art. 18 do Dec-Lei 88), e ocorrendo a atenuante da pouca eficiencia na pratica do delito, o grau sub-maximo do art. 4º combinado com o art. 1º da Lei n. 38 de 4-4-38; Aos demais cofeus constantes desta classificação, em face da atenuante da pouca eficiencia na pratica do delito (§ unico do art. 18 do Dec.-Lei n.88) o grau sub-medio do citado art. 4º c/o o art. 1º da mencionada lei d. 38. Rio de Janeiro, 26 de Maio de 1938. (assinado) Gilberto Goulart



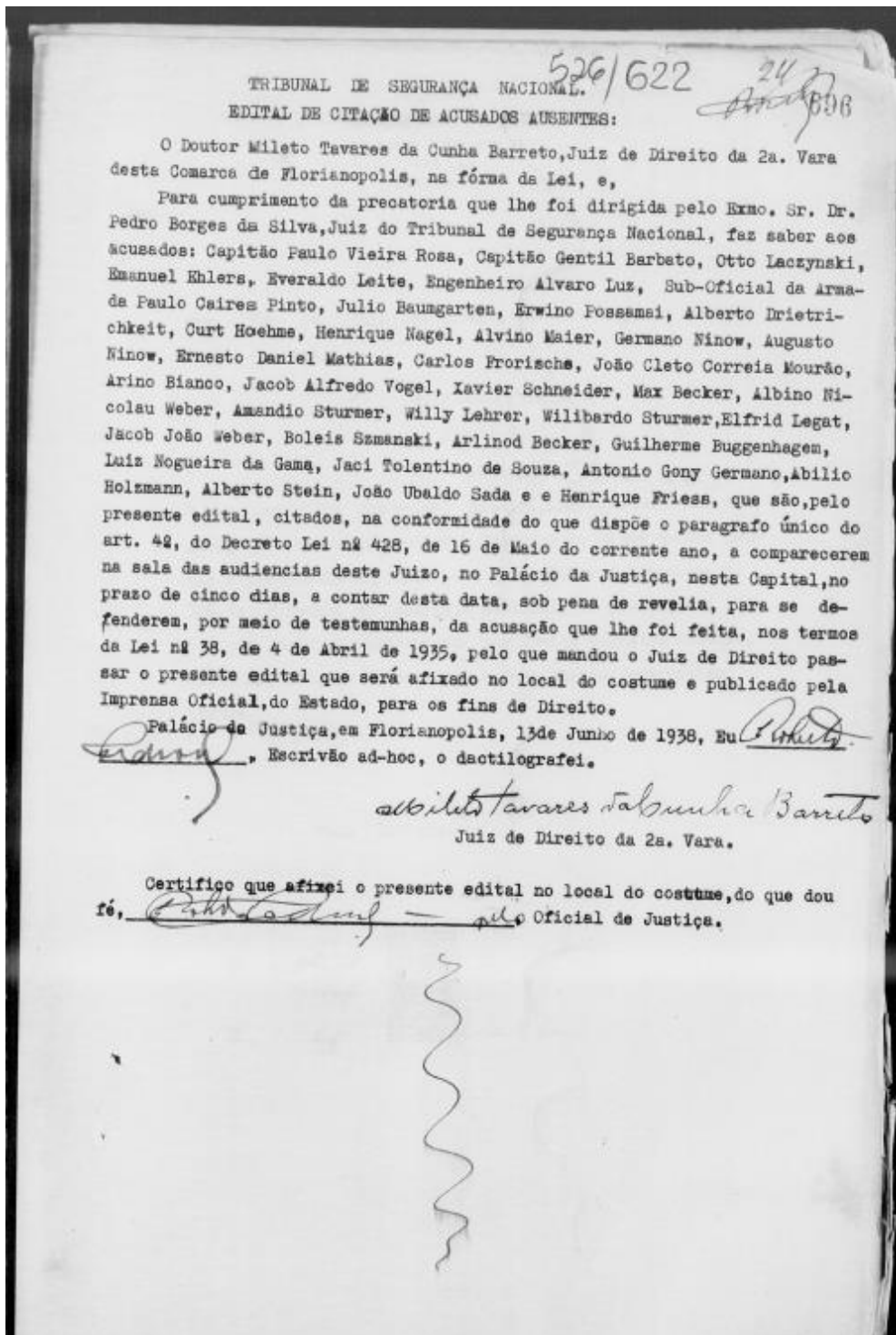
Considerações do procurador-adjunto Gilberto Goulart de Andrade após analisar o processo enviado ao TSN pela Secretaria de Segurança Pública de Santa Catarina, com a relação dos indiciados nas movimentações de março de 1938, e as penas cabíveis a cada um deles. Fonte: BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 601-606.

ANEXO IV



Relação enviada pelo secretário de Segurança Pública de Santa Catarina, Ivens D'Araújo, ao juiz de direito Mileto Tavares da Cunha Barreto, com o nome dos 35 catarinenses ainda presos em 10 de junho de 1938 por suposta participação nas movimentações subversivas de março de 1938. Fonte: BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 620.

ANEXO V



Relação com o nome dos indiciados pelo TSN em 28 de maio de 1938, que se encontravam em liberdade, e os quais deveriam ser avisados de seu indiciamento. Fonte: BR\_RJANRIO\_C8.0.APL.175, p. 622.

## REFERÊNCIAS

- ABREU, Luciano Aronne. Sistema federativo, interventorias e o Estado Novo. In: AXT, Günter (org.). *Da vida para a História: reflexões sobre a Era Vargas*. Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, Memorial do Ministério Público, 2005. P. 69-81.
- ACKERMANN, Silvia Regina. *Quando preferir um samba ao hino nacional é crime: integralismo, etnicidade e os crimes contra o Estado e a ordem social (Espírito Santo – 1934-1945)*. Tese de doutorado – São Carlos: UFSCAR, 2009.
- ACKERMANN, Silvia Regina. O crime na barbearia: um ex-integralista no Tribunal de Segurança Nacional. In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício (org.). *Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos*. Recife: Ed. da UFRPE, 2010. P. 387-406.
- ALMEIDA, Ângela Mendes de. *A República de Weimar e a Ascensão do Nazismo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1999.
- ALMON, Gabriel A.; VERBA Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. California: SAGE Publications, 1989.
- ALVES, Ivan. *Os nossos super-homens: nem notívagos nem marinheiros, são os integralistas que chegam*. Rio de Janeiro: Ed. Otto Pierre, 1982.
- ARDUINI, Guilherme Ramalho. Alceu Amoroso Lima e o pensamento social católico brasileiro (anos 1930). In: *XIV Encontro Regional da ANPUH-Rio – Memória e Patrimônio*, 2010, Rio de Janeiro. *Anais...* Rio de Janeiro, 2010. Disponível: <http://www.encontro2010.rj.anpuh.org/site/anaiscomplementares>. Acesso em: 15 ago. 2017.
- AMARAL, Azevedo. *O Estado autoritário e a realidade nacional*. Rio de Janeiro: 1938.
- ARENDDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Ed. Companhia das Letras, 1989.
- ATHAIDES, Luciana Agostinho Pereira. *A DOPS paranaense frente à Ação Integralista Brasileira durante o Estado Novo (1937-1945): do “atentado contra o regime” à “associação nazi-integralista”*. Dissertação de mestrado – Maringá, UEM, 2015.
- ATHAIDES, Rafael. Militância integralista em tempos de proscricção: Manoel Ribas e a precoce repressão à AIB no Paraná (julho de 1935-dezembro de 1936). In: BERTONHA, João Fábio (org.). *Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil: integralismo, fascismos e repressão política*. Maringá: Eduem, 2013. P. 125-152.
- BACELLAR, Carlos. Uso e mau uso dos arquivos. In: PINSKY, Carla (org.). *Fontes Históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2005. P. 23-79.

- BARBOSA, Jefferson Rodrigues. *Sob a sombra do eixo: Camisas-verdes e o jornal integralista Acção (1936-1938)*. Dissertação de mestrado - Marília, UNESP, 2007.
- BARRETO, Cristiane Manique. Entre laços: as elites do Vale do Itajaí nas primeiras décadas do século XX. In: RAMPINELLI, Waldir (org.). *História e poder: a reprodução das elites em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. Insular, 2003. P. 163-182.
- BARROS, José D'Assunção. História Política: da expansão conceitual às novas conexões intradisciplinares. *OPIS*, Catalão, v. 12, nº 1, p. 29-55, jan./jun. 2012.
- BARROSO, Gustavo. *O integralismo de norte a sul*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1934.
- BARROSO, Gustavo. *O integralismo em marcha*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1936.
- BELLOTO, Heloísa. *Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documento de arquivo*. São Paulo: Arquivo do Estado e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- BERNSTEIN, Serge, A cultura política. In: RIOUX & SIRINELLI. *Para uma história cultural*. Lisboa: Ed. Estamp, 1998. P. 349-363.
- BERTONHA, João Fábio. A questão da “Internacional Fascista” no mundo das relações internacionais: a extrema direita entre solidariedade ideológica e rivalidade nacionalista. *Revista Brasileira de Política Internacional*, Rio de Janeiro, v. 43, nº 1, p. 99-118, 2000.
- BERTONHA, João Fábio. Entre Mussolini e Plínio Salgado: o fascismo italiano, o integralismo e o problema dos descentes italianos no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 21, nº 40, p. 85-105, 2001.
- BERTONHA, João Fábio. Os integralistas pós-1945. A busca pelo poder no regime democrático e na ditadura (1945-1985). *Diálogos*, Maringá/PR, DHI/PPH/UEM, v. 13, nº 1, p. 63-82, 2009
- BERTONHA, João Fábio. *Bibliografia orientativa sobre o integralismo (1932-2007)*. Jaboticabal: Funep, 2010.
- BERTONHA, João Fábio. Plínio Salgado, o integralismo brasileiro e as suas relações com Portugal (1932-1975). *Análise Social*, Lisboa, v. XLVI (198), 2011.
- BERTONHA, João Fábio. O pensamento corporativo em Miguel Reale: leituras do fascismo italiano no integralismo brasileiro. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 33, nº 66, p. 269-286, 2013.
- BERTONHA, João Fábio. *Integralismo: problemas, perspectivas e questões historiográficas*. Maringá: Eduem, 2014.
- BERTONHA, João Fábio. *O integralismo e sua história: memória, fontes, historiografia*. Salvador: Ed. Pontocom, 2016.

- BETANCES, Emelio. La cultura política autoritária em la República Dominicana. *El cotidiano*, México D. F., nº 152, p. 87-97, nov./dez. 2008.
- BOBBIO, Norberto. *Dicionário de política*. 11ª Ed. Brasília: Ed. UnB, 1998.
- BOOTH, John; SELIGSON Mitchell. The political culture of authoritarianism in México: a reexamination. *Latin America Research Review*, v. 19, nº 1, p. 106-124, 1984.
- BOURDIEU, Pierre. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1997.
- BRANDALISE, Carla. *O fascismo na periferia latino-americana: o paradoxo da implantação do Integralismo no Rio Grande do Sul*. Dissertação de mestrado – Porto Alegre, UFRGS, 1992.
- BRANDALISE, Carla. Camisas-verdes: o Integralismo no sul do Brasil. *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, nº 2, p. 17-36, jul/dez 1997.
- BRANDALISE, Carla. Fascismo italiano na América Latina: entre romanità e latinità. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 23, nº 43, p. 199-233, jul. 2016.
- BURK, Kathlem. What is Political History? *History today*, v. 35, nº. 1, jan. 1985.
- CABRAL, Oswaldo R.. *Breve notícia sobre o poder legislativo de Santa Catarina: suas legislaturas e legisladores – 1835 a 1974*. Florianópolis: Lunardelli, s/data.
- CALDEIRA, João Ricardo de Castro. *Integralismo e política regional: a Ação Integralista no Maranhão (1933-1937)*. São Paulo: Annablume, 1999.
- CALIL, Gilberto Grassi. *O Integralismo no pós-guerra*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.
- CALIL, Gilberto Grassi. Os integralistas frente ao Estado Novo: euforia, decepção e subordinação. *Locus: Revista de História*, Juiz de Fora, v. 30, nº 1, p. 65-86, 2010.
- CAMPOS, Cynthia Machado. *A política da língua na era Vargas: proibição do falar alemão e resistências no Sul do Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006.
- CAMPOS, Cynthia Machado. *Santa Catarina, 1930: da degenerescência a regeneração*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2008
- CARDOSO, Ciro Flamarion. História e Poder: uma nova história política? In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Novos domínios da História*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 2012. P. 37-54.
- CARNEIRO, J. Fernando. Jackson de Figueiredo. *A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 52-67, jan./fev. 1946.



- CARONE, Edgar. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro/São Paulo: DIFEL, 1977.
- CAVALARI, Rosa Maria Feiteiro. *Integralismo: ideologia e organização de um partido de massa no Brasil (1932-1937)*. Bauru: Edusc, 1999.
- CAVALETT, Laucí Aparecida. *O integralismo e o teuto-brasileiro: Joiville – 1930-1938*. Dissertação de Mestrado – Florianópolis, UFSC, 1998.
- CHASIN, J.. *O integralismo de Plínio Salgado: forma de regressividade no capitalismo hiper-tardio*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1978.
- CHAUÍ, Marilena. Apontamentos para uma crítica da Ação Integralista Brasileira. In: CHAUÍ, Marilena; FRANCO, Maria Sylvia Carvalho. *Ideologia e mobilização popular*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978. P. 17-150.
- CHILTON, Stephen. Defining political culture. *The western political quarterly*, Utah, v. 41, nº 3, p. 419-445, set. 1988.
- CONGOTE, Bernardo. Cultura autoritária, impermeabilidade política y cultura de la violência. El caso de Colombia. *Revista Estudios sócio-jurídicos*, Bogotá/Colômbia, v. 5, nº 2, p. 276-307, jul./dez. 2003.
- CORDEIRO, Leandro Luiz. *Alceu Amoroso Lima e as posturas políticas na igreja católica brasileira*. Dissertação de mestrado, Universidade Estadual de Maringá - UEM, Maringá, PR, 2008.
- CORRÊA, Carlos Humberto. *Um estado entre duas repúblicas: a revolução de trinta e a política em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1984.
- COSTA, Iara Andrade. A cidade da ordem: Joinville 1917-1943. In: GUEDES, Sandra P. L. de Camargo (org.). *História de (i)migrantes: o cotidiano de uma cidade*. Joinville/SC: Ed. Univille, 2000. p. 105-161.
- DEOPS/SC – Delegacia da Ordem Política e Social de Santa Catarina. *O punhal nazista no coração do Brasil*. Florianópolis: Imprensa Oficial do Estado, 1943.
- DIAGO, César Augusto Ayala. Historiografías del siglo XX y el retorno de la Historia Política. *Anuario Colombiano de Historia Social y de la Cultura*, Bogotá/Colômbia, nº 28, p.161-183, 2001.
- DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O Partido Nazista no Brasil*. Tese de doutorado – São Paulo: USP, 2007.
- DITZEL, Carmencita de Holleben Mello. *Manifestações autoritárias: o integralismo nos Campos Gerais*. Tese de doutorado – UFSC, Florianópolis, 2004.
- DOTTA, Renato Alencar. Apontamentos para uma história da Ação Integralista Brasileira em São Paulo (1932-1938). In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES,

Leandro Pereira; PARADA, Maurício (org.). *Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos*. Recife: Ed. da UFRPE, 2010. P. 348-364.

DUARTE, Adriano Luiz. A construção do estranhamento e a construção do espaço público: os japoneses no Estado Novo. In: *Revista Acervo*. Rio de Janeiro, v. 10, n. 02, p. 129-146, jul/dez 1997.

DUARTE, Adriano Luiz. Trabalho e etnicidade em Santa Catarina nas décadas de 1930 e 1940. In: *Revista de História Regional*, Ponta Grossa/PR, v. 16, p. 351-375, 2011.

DUTRA, Eliana de Freitas. História e culturas políticas: definições, usos, genealogias. *Varia História*, Belo Horizonte, UFMG, nº 28, p. 13-28, 2001.

ELMIR, Cláudio Pereira. Uma aventura com o *Última Hora*: o jornal e a pesquisa histórica. *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 67-90, dez. 2012.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. *A ofensiva verde: a Ação Integralista Brasileira no estado do Rio de Janeiro (1932-1937)*. Tese de doutorado – UFRJ, Rio de Janeiro, 2009.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os “Batinas-verdes” da província integralista fluminense (1933-1937). In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício (org.). *Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos*. Recife: Ed. da UFRPE, 2010. P. 335-347.

FAGUNDES, Pedro Ernesto. Os integralistas no estado do Espírito Santo (1933-1938). *Revista Ágora*, Vitória, nº 13, p. 1-16, 2011.

FALCÃO, Luís Felipe. *Entre Ontem e Amanhã: diferença cultural, tensões e separatismo em Santa Catarina no século XX*. Itajaí: Ed Univali, 2000.

FALCÃO, Luís Felipe. A guerra interna: integralismo, nazismo e nacionalização. In: *História de Santa Catarina: estudos contemporâneos*. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 2004.

FALCON, Francisco. História e Poder. In: CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo. *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Ed. Campus, 1997.

FAUSTO, Boris. *Crime e cotidiano: a criminalidade em São Paulo*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.

FAUSTO, Boris. *O pensamento nacionalista autoritário*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed., 2001.

FÁVERI, Marlene de. *Memórias de uma (outra) guerra: cotidiano e medo durante a Segunda Guerra em Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC/UNIVALI, 2005.

- FIELDING, Steven. Looking for the 'New Political History'. *Journal of Contemporary History*, Los Angeles/London/New Delhi/Singapore, v. 42, nº 3, p. 515-524, 2007.
- FIGUEIREDO, Jackson de. *A reacção do bom senso*. Rio de Janeiro: Edição do Anuario do Brasil, 1922.
- FIGUEIREDO, Jackson de. Águas. *A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 21, nº 26, p. 443-488, jul./dez. 1941.
- FIGUEIREDO, Jackson de. Heroísmo. *A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 21, p. 281-286, out. 1941.
- FILHO, Argemiro Ribeiro de Souza. Considerações sobre a História Política e suas intersecções ao longo do tempo. *Revista Eletrônica da Fainor*, Vitória da Conquista, v. 3, nº 1, p. 54-67, jan./dez. 2010.
- FILHO, Fernando Antonio Pinheiro. A invenção da ordem: intelectuais católicos no Brasil. *Tempo Social – Revista de Sociologia da USP*, São Paulo, v. 19, nº 1, p. 33-49, 2007.
- FONTES, Armando. Jackson de Figueiredo. *A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 43, nº 3, p. 143-157, nov. 1950.
- FORMISANO, Ronal. The concept of political culture. *Journal of Interdisciplinary History*, v. 31, nº 3, p. 393-426, 2001.
- FRANCO, Juan Hernández. El reencuentro entre Historia Social e Historia Política en torno a las familias de poder. Notas y seguimiento a través de la historiografía sobre la Castilla moderna. *Studia Histórica*, Historia Moderna, Salamanca, nº 18, p. 179-199, 1998.
- FRANCO, Marina. La seguridad interna como política de estado em la Argentina Del siglo XX. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV/EDIPUCRS, 2013. P. 33-64.
- FREIRE, Silene de Moraes. Pensamento autoritário e modernidade no Brasil. *Revista em Pauta* (Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro), v. 6, nº 23, p. 203-221, jul. 2009.
- FROTSCHER, Méri. *Identidades móveis: práticas e discursos das elites de Blumenau (1929-1950)*. Blumenau/SC: EdiFurb/EdUnioeste, 2007.
- GALVÃO, Walnice Nogueira; GOTLIB, Nádia Batella. *Prezado senhor, prezada senhora: estudos sobre cartas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- GERTZ, René. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1987.
- GOFF, Jacques Le. *História e Memória*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1990.

GOMES, Angela de Castro. Nas malhas do feitiço: o historiador e os arquivos privados. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 11, n. 21, 1998.

GOMES, Angela de Castro. *Escrita de si, escrita da História*. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2004.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Tradição e cristianismo: o nascimento do integralismo em Juiz de Fora. In: SILVA, Giselda Brito (org.). *Estudos do integralismo no Brasil*. Recife: Ed. da UFRPE, 2007. P. 64-86.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Literatura e autoritarismo: a busca da autenticidade nacional nos romances de Plínio Salgado. In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício (org.). *Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos*. Recife: Ed. da UFRPE, 2010. P. 273-297.

GONÇALVES, Leandro Pereira. *Entre Brasil e Portugal: trajetória e pensamento de Plínio Salgado e a influência do conservadorismo português*. Tese de doutorado – São Paulo, PUC/SP, 2012a.

GONÇALVES, Leandro Pereira. Plínio Salgado e integralismo: relação franco-luso-italiana. *Lusitânia Sacra: Revista do Centro de Estudos de História Religiosa da Universidade Católica Portuguesa*. 2ª série. Tomo XXVI, v. 26, p. 133-154, jul-dez 2012b.

GOULART, Silvana. *Sob a verdade oficial: ideologia, propaganda e censura no Estado Novo*. CNPq/Marco Zero: 1990.

GRINBERG, Keila. A História nos porões dos arquivos judiciais. In: PINSKY, Carla; LUCA, Tânia Regina de. *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Ed. Contexto, 2009. P. 119-140.

GRIJÓ, Luiz Alberto. A mídia brasileira no século XXI: desafios da pesquisa histórica. In: DELGADO, Lucília de Almeida Neves; FERREIRA, Marieta de Moraes. *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2014. P. 279-298

GRIJÓ, Luiz Alberto. Para ver Cristina: a mídia brasileira, a Argentina e o “Efeito Orloff?”. In: LAPUENTE, Rafael Saraiva; GANSTER, Rafael; ORBEN, Tiago Arcanjo (org.). *Diálogos do tempo presente: história e historiografia*. Porto Alegre: Ed. Fi, 2017. P.165-187.

HERNÁNDEZ, Maria Aidé. La democracia mexicana, presa de una cultura política com rasgos autoritários. *Revista Mexicana de Sociología*, México D. F., v. 70, nº 2, p. 261-303, abr/jun 2008.

HILTON, Stanley. A Ação Integralista Brasileira: o fascismo no Brasil, 1932-1938. In: *O Brasil na crise internacional*. Rio de Janeiro: Ed. Cultura Brasileira, 1975. P. 23-57.

HOBBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX, 1914-1991*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Recenseamento Geral do Brasil – Série Regional – Parte XIX – Santa Catarina*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1952.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: Serviço Gráfico do IBGE, 1958.

KLEIN, Marcus. *Our Brazil will awake! The Acção Integralista Brasileira and the failed quest for a fascist order in the 1930's*. Amsterdam, CEDLA, 2004.

LAMOUNIER, Bolivar. Formação de um pensamento político autoritário na Primeira república: uma interpretação. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira -Tomo III, v.2*. São Paulo: Ed. Difel, 1977. P. 372-404.

LENZI, Carlos Alberto Silveira. *Partidos e políticos de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1983.

LIMA, Alceu Amoroso. Vinte anos depois. *A Ordem*, Rio de Janeiro, v. 40, nº 5, p. 317-322, nov. 1948.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. O tempo da notícia: cidade, ditadura e redemocratização nas páginas de *O Estado* (Florianópolis, SC, 1964-1985). *Revista Anos 90*, Porto Alegre, v. 19, n. 36, p. 121-147, dez. 2012.

LUCA, Tânia Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). *Fontes históricas*. São Paulo: Ed. Contexto, 2008.

MACINTYRE, Stuart. The rebirth of Political History. *Australian Journal of Politics and History*, v. 56, nº 1, p. 1-5, 2010.

MALATIAN, Teresa. Narrador, registro e arquivo. In: PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tânia Regina de (org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009. p. 195-221.

MARTINS, Celso. *Os comunas – Álvaro Ventura e o PCB catarinense*. Florianópolis: Paralelo 27/Fundação Franklin Cascaes, 1995.

MEIRINHO, Jali. *A República em Santa Catarina*. Dissertação de mestrado. Florianópolis: UFSC, 1979.

MEIRINHO, Jali. *República e oligarquias: subsídios para a história catarinense - 1889-1930*. Florianópolis: Insular, 1997.

MELO, Olbiano de. *A marcha da revolução social no Brasil*. Rio de Janeiro: Edições O Cruzeiro, 1957.

MENDES, Manoel. *Oligarquia Ramos de Santa Catarina: dos coronéis aos doutores*. Dissertação de mestrado - Brasília: UnB, 1992.

MIRANDA, Gustavo Felipe. *O poder mobilizador do nacionalismo: integralistas no Estado Novo*. Dissertação de mestrado – Rio de Janeiro, UERJ, 2009.

MIRANDA, Gustavo Felipe. Os integralistas no Rio de Janeiro: organização e atuação no Estado Novo. In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício (org.). *Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos*. Recife: Ed. da UFRPE, 2010. P. 249-262.

MOTTA, Márcia Menendes. A Primeira Grande Guerra. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). *O século XX: o tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 1. P. 233-251.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. *Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964)*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2002.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Desafios e possibilidades na apropriação de cultura política pela historiografia. In: *Culturas políticas na História*. Belo Horizonte: Ed. Argumentum, 2009. P. 13-37.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Ruptura e continuidade na ditadura brasileira: a influência da cultura política. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.) *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: Ed. FGV/Edipucrs, 2013. P. 9-32.

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1993.

NASSER, David. *A Revolução dos covardes – Diário secreto de Severo Fournier, reportagens políticas e ordens da censura do ditador*. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica O Cruzeiro S.A., 1947.

NECKEL, Roselane. *A república em Santa Catarina: modernidade e exclusão (1889-1920)*. Florianópolis: Ed. UFSC, 2003.

NERI, Gustavo Bruno Costa. *A Ação Integralista Brasileira em terras alagoanas: (1930 a 1937)*. Dissertação de mestrado – Maceió: UFAL, 2014.

NÉSPOLI, José Henrique Songolano. Cultura Política, História Política e Historiografia. *História e Cultura*, Franca, v. 4, nº 1, p. 361-376, mar. 2015.

O'DONNEL, Guillermo. *Autoritarismo e democratização*. São Paulo: Ed. Vértice, 1986.

O'DONNEL, Guillermo. *Análise do autoritarismo burocrático*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1990.

OÑORO, Jairo García. Latinoamérica: entre la democracia y el autoritarismo. *Estudios políticos*, Medellín, Universidade de Antioquia, nº 41, p. 15-35, 2012.

- OLIVEIRA, Rodrigo Santos de. *Perante o tribunal da história: o anticomunismo da Ação Integralista Brasileira (1932-1937)*. Dissertação de mestrado – Porto Alegre: PUC-RS, 2004.
- OLIVEIRA, Fabiana Luci de; SILVA, Virgínia Ferreira da. Processos judiciais como fontes de dados: poder e interpretação. In: *Sociologias*, Porto Alegre, ano 7, nº 1, p. 244-259, jan/jun 2005.
- PARANHOS, Adalberto. *O roubo da fala: origens da ideologia trabalhista no Brasil*. São Paulo: Ed. Boitempo, 1999.
- PARENTE, Josênio Camelo. *Anauê – Os camisas verdes no poder*. Fortaleza: Edições UFC, 1986.
- PASCHOALETO, Murilo Antonio. O integralismo e o nazismo em perspectiva: uma análise da Alemanha nazista presente das páginas do jornal integralista *A Offensiva* (1934-1938). In: BERTONHA, João Fábio (org.). *Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil: integralismo, fascismos e repressão política*. Maringá: Eduem, 2013. P.47-76.
- PAULI, Evaldo. *Hercílio Luz: governador inconfundível*. Florianópolis: Ed. Governo do Estado de Santa Catarina, 1976.
- PEREIRA, Luciana Agostinho; ATHAIDES, Rafael. A Ação Integralista Brasileira em Mato Grosso (1933-1937). In: BERTONHA, João Fábio (org.). *Sombras autoritárias e totalitárias no Brasil: integralismo, fascismos e repressão política*. Maringá: Eduem, 2013. P. 19-46.
- PIAZZA, Walter F.. *Dicionário político catarinense*. Florianópolis: Ed. ALESC, 1985.
- PIE, Lucian W.. Political culture revisited. *Political psychology*, v. 12, n. 3, p. 487-508, set. 1991.
- PONTE, Victor Manuel Durand. La cultura política autoritária em México. *Revista Mexicana de Opinión Pública*, México D. F., n. 8, p. 66-101, abr. 2010.
- PONTES, Gustavo Tiengo. *Das páginas do “Flamma Verde”*: educação e sociabilidade no periódico integralista “Flamma Verde” em Florianópolis entre 1936 e 1938. Dissertação de mestrado – Florianópolis, UDESC, 2016.
- PRIMO, Jacira Cristina Santos. *Nas fileiras do Sigma: os integralistas na Bahia e a política brasileira na década de 1930*. Tese de doutorado – Salvador: UFBA, 2013.
- RAMOS, Alexandre Pinheiro. *Intelectuais e carisma: a Ação Integralista Brasileira na década de 1930*. Tese de doutorado – Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.
- RAMOS, Alexandre Pinheiro. O Integralismo, de Héglio Trindade, quarenta anos depois: uma crítica à sua recepção. *Antítese*, Londrina, v. 7, n. 14, p. 324-347, jul.-dez. 2014.

- RAMOS, Alexandre Pinheiro. Comentários a partir da entrevista de Héglio Trindade. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 786-789, maio-ago. 2016.
- REALE, Miguel. A posição do integralismo (1933). In: *Obras políticas* (1ª fase – 1931/1937) – Tomo III. Brasília: Ed. UnB, 1983b. P. 57-70.
- REALE, Miguel. O Estado moderno (1934). In: *Obras políticas* (1ª fase – 1931/1937) – Tomo II. Brasília: Ed. UnB, 1983a. P. 03-170.
- REALE, Miguel. O capitalismo internacional (1935). In: *Obras políticas* (1ª fase – 1931/1937) – Tomo II. Brasília: Ed. UnB, 1983a. P. 171-286.
- REALE, Miguel. Perspectivas integralistas (1936). In: *Obras políticas* (1ª fase – 1931/1937) – Tomo III. Brasília: Ed. UnB, 1983b. P. 15-56.
- REALE, Miguel. Nós e os fascistas da Europa (1936). In: *Obras políticas* (1ª fase – 1931/1937) – Tomo III. Brasília: Ed. UnB, 1983b. P. 223-234.
- REALE, Miguel. ABC do Integralismo (1937). In: *Obras políticas* (1ª fase – 1931/1937) – Tomo III. Brasília: Ed. UnB, 1983b. P. 153-222.
- REALE, Miguel. Integralismo e democracia (out 1937). In: *Obras políticas* (1ª fase – 1931/1937) – Tomo III. Brasília: Ed. UnB, 1983b. P. 243-251.
- REALE, Miguel. *Obras políticas* (1ª fase – 1931-1937) – Tomos I - II - III. Brasília: Ed. UnB, 1983.
- REIS, José Roberto Franco. “*Não existem mais intermediários entre o governo e o povo*”: correspondências a Getúlio Vargas – o mito e a versão (1937-1945). Tese de doutorado - Campinas: UNICAMP, 2002.
- REIS FILHO, Daniel Aarão. As revoluções russas. In: REIS FILHO, Daniel Aarão; FERREIRA, Jorge; ZENHA, Celeste (org.). *O século XX: o tempo das crises*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. V. 2. P. 35-59.
- RENNÓ, Lúcio. Teoria da cultura política: vícios e virtudes. *BIB*, Rio de Janeiro, nº 45, 1998. P. 71-92.
- RIVERA, José Antonio Aguilar. La nueva Historia Política – nuevas miradas a nuevos problemas. *Prismas*, Buenos Aires, nº 13, p. 275-276, 2009.
- RODRIGUES, Cândido Moreira. *Alceu Amoroso Lima: matrizes e posições de um intelectual católico militante em perspectiva histórica – 1928-1946*. Tese de doutorado - Faculdade de Ciências e Letras de Assis – UNESP, Assis, SP, 2006.
- ROSANVALLON, Pierre. Por uma Histórica Conceitual do Político. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, vol. 15, nº 30, p. 9-22, 1995.
- ROSANVALLON, Pierre. *Por uma História do Político*. São Paulo: Ed. Alameda, 2010.



- SALGADO, Plínio. *O que é o integralismo*. São Paulo: Editora das Américas, 1933.
- SALGADO, Plínio. *A quarta humanidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.
- SALGADO, Plínio. *Psychologia da revolução*. 3ª ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1937a.
- SALGADO, Plínio. *Páginas de combate*. Rio de Janeiro: Livraria H. Arantes, 1937b.
- SALGADO, Plínio. *A doutrina do Sigma*. Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1937c.
- SALGADO, Plínio. *O integralismo perante a nação*. Rio de Janeiro: Livraria Clássica Brasileira, 1950.
- SANTANA, Emerson Nogueira. Camisas-verdes em marcha no solo mineiro. *Revista do Arquivo Público Mineiro*, Belo Horizonte, vo. 42, n. 1, p. 85-94, 2006.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Poder e política: crônica do autoritarismo brasileiro*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1978.
- SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *Paradoxos do Liberalismo*. Rio de Janeiro: IUPERJ/São Paulo: Vértice, 1988.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARTZMAN, Simon. *Bases do autoritarismo brasileiro*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Publit Soluções Editoriais, 2007.
- SCHWARTZMAN, Simon; BOMENY, Helena Maria Bousquet; COSTA, Vanda Maria Ribeiro. *Tempos de Capanema*. São Paulo/Rio de Janeiro: Paz e Terra/EDUSP, 1984.
- SCHMÖCKEL, Eugênio Victor. *Memória jaraguense*. Jaraguá do Sul/SC: Gráfica e Editora CP, 1997.
- SEITENFUS, Ricardo Antonio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos, 1930-1942: o processo do envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.
- SERRATO, Edgar Bruno Franke. Integralismo e Historiografia. In: SILVA, Giselda Brito (org.). *Estudos do integralismo no Brasil*. Recife: Ed. da UFRPE, 2007. P. 43-63.
- SEYFERTH, Giralda. *A colonização alemã no vale do Itajaí-Mirim: um estudo de desenvolvimento econômico*. Porto Alegre: Movimento, 1974.

SEYFERTH, Giralda. *Nacionalismo e identidade étnica: a ideologia germanista e o grupo étnico teuto-brasileiro numa comunidade do Vale do Itajaí*. Florianópolis: Fundação Catarinense de Cultura, 1982.

SEYFERTH, Giralda. *Imigração e cultura no Brasil*. Brasília: Ed. UNB, 1990.

SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. *Mana*. Rio de Janeiro: PPGAS/URFJ, vol. 3, n. 1, 1997. p. 95-131.

SEYFERTH, Giralda. Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro. In: *Mana: estudos de antropologia social*, Rio de Janeiro, vol. 5 (2), 1999. p. 61-88.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da Imigração. In: *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, vol. 26, n.77, out. 2011. p. 47-61.

SILVA, Carla Luciana. *Onda vermelha: imaginários anticomunistas brasileiros*. Porto Alegre: Ed. da PUC-RS, 2001.

SILVA, Giselda Brito. *A lógica da suspeição contra a força do Sigma: discursos e política na repressão aos integralistas em Pernambuco*. Tese de doutorado - UFPE, Recife, 2002.

SILVA, Giselda Brito. No entre guerra, a situação dos integralistas na implantação do Estado Novo de Getúlio Vargas. *Proj. História*, São Paulo, v. 30, p. 229-241, jun. 2005.

SILVA, Giselda Brito. *Estudos do integralismo no Brasil*. Recife: Ed. da UFRPE, 2007.

SILVA, Giselda Brito. “Como pode apurar” a repressão ao integralismo em Pernambuco? *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 48/49, p. 323-341, 2008.

SILVA, Giselda Brito. Arquivos policiais e política autoritária: a função política dos arquivos policiais na repressão aos integralistas. In: SILVA, Giselda Brito; GONÇALVES, Leandro Pereira; PARADA, Maurício (org.). *Histórias da política autoritária: integralismos, nacional-sindicalismo, nazismo e fascismos*. Recife: Ed. da UFRPE, 2010. P. 233-248.

SILVA, Hélio. *1938 – terrorismo em campo verde*. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 1971.

SIMÕES, Renata Duarte. *Integralismo e Ação Católica: sistematizando as propostas políticas e educacionais de Plínio Salgado, Jackson de Figueiredo e Alceu Amoroso Lima no período de 1921 a 1945*. Dissertação de mestrado - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, São Paulo, 2005.

STANGER, Diego. *O Sigma sob suspeita: a polícia política e a repressão ao integralismo no Espírito Santo (1933-1942)*. Dissertação de mestrado - UFES, Vitória, 2014.

- SUREDA, Montserrat Jiménez. La Inglaterra de los Tudor (síntesis de Historia Política). *Manuscrits*, Barcelona, n° 21, p.195-210, 2003.
- TAVARES, José Antonio Giusti. *A estrutura do autoritarismo brasileiro*. Porto Alegre: Ed. Mercado Aberto, 1982.
- TIANO, Susan. Authoritarianism and Political Culture in Argentina and Chile in the mid – 1960's. *Latin American Research Review*, v. 21, n° 1, p. 73-98, 1986.
- TORRES, Alberto. *A organização nacional*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914a.
- TORRES, Alberto. *O problema nacional brasileiro*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1914b.
- TRINDADE, Hélió. Tentativa de reconstrução empírica de um movimento político radical. In: NUNES, Edson de Oliveira. *A aventura sociológica: objetividade, paixão, imprevisto e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. P. 226-275.
- TRINDADE, Hélió. *Integralismo: o fascismo brasileiro na década de 30*. 2ª ed. São Paulo/Rio de Janeiro: DIFEL, 1979.
- TRINDADE, Hélió. Integralismo: teoria e práxis política nos anos 30. In: FAUSTO, Boris. *História Geral da Civilização Brasileira – Tomo III – v. 3*. São Paulo: Difel, 1981. P. 304-316.
- TRINDADE, Hélió. Brasil em perspectiva: conservadorismo liberal e democracia bloqueada. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Ed. SENAC, 2000. P. 349-382.
- TRINDADE, Hélió. Camisas Verdes, 45 anos depois – uma entrevista com Hélió Trindade. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 1, p. 189-208, jan.-abr. 2016a.
- TRINDADE, Hélió. Observações finais de Hélió Trindade sobre os comentários de Alexandre Pinheiro Ramos. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre, v. 42, n. 2, p. 790-792, maio-ago. 2016b.
- TRINDADE, Hélió. *A tentação fascista no Brasil: imaginário de dirigentes e militantes integralistas*. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2016c.
- VALLEJOS, Rolando Alvarez. Cultura política y represión política: el caso del Partido Comunista de Chile. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá (org.). *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: FGV/EDIPUCRS, 2013. P. 327-348.
- VARGAS, Getúlio. *A Nova Política do Brasil – vol. V*. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, s/d.

VARGAS, Getúlio. *Diário* – vol. II: 1937-1942. Rio de Janeiro: FGV/São Paulo: Siciliano, 1995.

VASCONCELOS, Gilberto. *Ideologia curupira: análise do discurso integralista*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1979.

VELLOSO, Mônica Pimenta. A brasilidade verde-amarela: nacionalismo e regionalismo paulista. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 11, p. 89-112, 1993.

VIANNA, Giovanni Noceti. *Orientar e disciplinar a liberdade: um estudo sobre a educação nas milícias juvenis integralistas – 1937/1945*. Dissertação de Mestrado - Florianópolis, UFSC, 2008.

VIANNA, Oliveira. *O idealismo da constituição*. Rio de Janeiro: Ed. Terra de Sol, 1927.

VIANNA, Oliveira. *Populações meridionais do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2005.

VICTOR, Rogério Lustosa. *O Integralismo nas águas do Lete: história, memória e esquecimento*. Dissertação de Mestrado – Goiânia, UFG, 2004.

WASSERMAN, Claudia. Raízes do pensamento autoritário na América Latina. In: ABREU, Luciano Aronne de; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. (org.) *Autoritarismo e cultura política*. Porto Alegre: Ed. FGV/Edipucrs, 2013. P. 179-208.

WENDLAND, Daniely. *Integralismo, Círculo Operário Católico e Sindicatos em Joinville (1931-1948)*. Dissertação de Mestrado – Florianópolis, UFSC, 2011.

ZANELLATO, João Henrique. *Região, etnicidade e política: o integralismo e as lutas pelo poder no Sul catarinense na década de 1930*. Tese de doutorado – Porto Alegre, PUC/RS, 2007.

ZANELLATO, João Henrique. O Integralismo e a Política Regional em Santa Catarina. *Revista Dimensões*, Vitória, vol. 26, 2011a, p. 321-339.

ZANELLATO, João Henrique. Integralismo: o fascismo brasileiro em Santa Catarina. *Revista História em Reflexão*, Dourados, vol. 5, nº 9, jan/jun 2011b, p. 1-15.